

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

JANETE QUEIRÓS

**INTELECTUAIS E EDUCAÇÃO NA DIOCESE DE GUARAPUAVA: DISCURSOS
DE DOM HELMEL E DOM CAVALLIN (1965-1992)**

**PONTA GROSSA
2012**

JANETE QUEIRÓS

**INTELECTUAIS E EDUCAÇÃO NA DIOCESE DE GUARAPUAVA: DISCURSOS
DE DOM HELMEL E DOM CAVALLIN (1965-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

**PONTA GROSSA
2012**

- Q3i Queirós, Janete
 Intelectuais e educação na diocese de Guarapuava : discursos de
 Dom Helmelt e Dom Cavallin (1965-1992) / Janete Queirós, 2012.
 196 f.
- Dissertação (Mestrado em Educação - linha de pesquisa : história e
 política educacional), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.
1. Diocese de Guarapuava. 2. Igreja Católica – estratégias
 formativas. 3. Igreja Católica – práticas educativas. 4. intelectuais –
 igreja Católica. I. Campos, Névio. I. Universidade Estadual de Ponta
 Grossa. Mestrado em Educação. II. T.

CDD: 370.981.6

TERMO DE APROVAÇÃO

JANETE QUEIRÓS

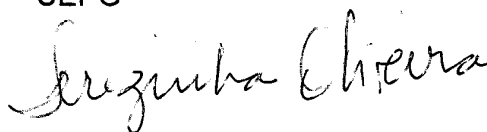
INTELECTUAIS E EDUCAÇÃO NA DIOCESE DE GUARAPUAVA: DISCURSOS DE DOM HELMEL E DOM CAVALLIN (1965-1992)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador



Prof. Dr. Névio de Campos
UEPG



Profª Drª Terezinha Oliveira
UEM



Profª Drª Rosângela Wosiack Zulian
UEPG

Ponta Grossa, 30 de março de 2012.

Para minha família: Alcir e Alexandre Augusto, com muito carinho.
Em especial para meus pais, Deolinda e Augusto, os quais me ensinaram a importância do conhecimento, fazendo o possível para eu e meus irmãos frequentarmos a escola.
Aos meus irmãos, Rozélia, Wilmar, Rosane, Lúcia e Matilde. Juntos conseguimos desmistificar as falácias.

AGRADECIMENTOS

Nestas linhas, quero expressar minha gratidão às pessoas que me auxiliaram nesta jornada.

Ao Prof. Dr Névio de Campos, meu orientador. Agradeço por me ensinar e compartilhar seus ensinamentos. Em todas as vezes que não apresentei resultados, contei com seu sincero respaldo e incentivo. Quando apresentei resultados, contei com seu olhar atento, sua dedicação e retornos preciosos.

Aos professores Dr^a Rosângela W. Zulian e Dr. Gilmar de Carvalho Cruz, por suas valiosas e imprescindíveis contribuições.

À professora Dr^a Terezinha Oliveira, por ter aceitado compor a banca de defesa.

À minha tia, Isolde, e minha irmã, Rozélia, por terem me auxiliado em Ponta Grossa.

Ao meu esposo, Alcir, pela compreensão nos momentos difíceis, pelo incentivo, principalmente na hora da escrita.

Ao meu amado filho, Alexandre Augusto, criança maravilhosa que, mesmo sem entender a dimensão do ato de estudar, passou suas tardes brincando “quietinho” para a mamãe estudar.

Aos meus pais, Deolinda e Augusto, que mesmo não tendo a compreensão do que é o Mestrado, me apoiaram em todas as minhas decisões. Agradeço-lhes por tudo, pela vida que recebi, pelos ensinamentos e pelas chamadas de atenção.

Aos meus colegas de mestrado, pela convivência durante as aulas. Em especial, agradeço à Mariana, companheira de mestrado e de viagem, amiga preciosa por ter aguentado minhas lamúrias, por ter enfrentado comigo os perigos e imprevistos na estrada.

À Diocese de Guarapuava, pelo acesso ao acervo da Catedral N^a. S^a. de Belém, em especial às recepcionistas da Catedral Silvana e Adriana, por sempre me receberem com carinho, auxiliando-me na busca pelas fontes.

QUEIRÓS, Janete. **Intelectuais e Educação na Diocese de Guarapuava: discursos de Dom Helmel e Dom Cavallin (1965-1992)**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

RESUMO

Esta dissertação analisa o projeto político-teológico da Diocese de Guarapuava, no período circunscrito entre 1965 e 1992, particularmente as ações pastorais de D. Frederico Helmel e D. Albano Bortoletto Cavallin. A perspectiva analítica situa-se no âmbito da História da Educação, especificamente na História Intelectual, na qual, os bispos são compreendidos como intelectuais do campo religioso, os quais sustentam o uso da religião na sua comunidade, devendo reforçar os ensinamentos educativos à população. Em termos mais específicos, os objetivos da pesquisa consistem em reconstituir alguns aspectos do processo de criação e instalação da DG e discutir quais práticas educativas os prelados desenvolveram para expandir e manter a legitimidade da Igreja Católica entre o povo de Deus, privilegiando aspectos históricos que evidenciam a inserção da DG na estrutura de organização do catolicismo no Brasil, preconizada pelo Vaticano e pelas organizações do clero latino-americano e brasileiro. Apoia-se em Pierre Bourdieu, principalmente nos conceitos de campo e estratégia, bem como no Livro Tombo, Boletim Diocesano e jornais de Guarapuava, os quais nos permitem discutir o projeto político-pastoral da DG, enfatizando as lutas travadas no campo religioso, sem desconsiderar as relações com outros campos do mundo social. À luz desses conceitos e das fontes históricas é possível sustentar que a instalação da diocese foi uma estratégia da Igreja Católica para defender o catolicismo como religião de prestígio no mundo social e garantir a aproximação entre clero e povo de Deus. Em termos mais precisos, as ações pastorais criadas na DG tinham relação direta com as orientações vindas do Vaticano e com as decisões tomadas na CNBB, embora os prelados de Guarapuava tenham dado sentidos peculiares às ações empreendidas na DG. Tais ações da DG consistiram na criação do Boletim Diocesano, expansão institucional, fundação do Seminário Diocesano, Círculos Bíblicos, investimento na formação dos jovens católicos, Catequese e Ensino Religioso nas escolas, as quais enfatizavam uma visão de mundo mais preocupada com os valores espirituais, isto é, com o Reino de Deus. Entretanto, é possível afirmar também que a DG esteve envolvida, embora de modo menos intenso, com os problemas sociais, ou seja, com os problemas do mundo dos homens, particularmente ao fazer denúncias e críticas contra a situação de miséria e promover a defesa e valorização dos direitos humanos. Portanto, essas posturas, aparentemente ambíguas e contraditórias, evidenciam os dilemas vivenciados pelos prelados da DG, pois ora tomaram posições de caráter conservador ao defender os preceitos tradicionais da Igreja Católica, ora de caráter progressista ao posicionarem-se em defesa da justiça social.

Palavras-chave: Diocese de Guarapuava. Projeto político-pastoral. Estratégias formativas.

QUEIRÓS, Janete. **Scholars and education in the Diocese of Guarapuava:** speeches by Dom Helmél and Dom Cavallin (1965-1992). 2012. 196 f. Thesis (MA in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the theological-political project of the Diocese of Guarapuava in the period within 1965 and 1992, particularly the pastoral actions of D. Frederick D. and Helmél Albano Bortoletto Cavallin. The analytical perspective is situated within the history of education, specifically in Intellectual History, in which the bishops are understood as intellectuals of the religious field, who support the use of religion in their community, and shall strengthen the teaching population education. Specifically, the research objectives are to reconstruct some aspects of the creation and installation of DG and discuss which educational practices the prelates developed to expand and maintain the legitimacy of the Catholic Church among the people of God, emphasizing the historical aspects that show the inclusion of DG in the organizational structure of Catholicism in Brazil, advocated by the Vatican and clergy organizations in Latin America and Brazil. The research is based on Pierre Bourdieu, particularly in the field concepts and strategy as well as in the Book Tombo, Diocesan Bulletin and newspapers from Guarapuava, which allowed us to discuss the political project of DG-pastoral, emphasizing the struggles waged in the religious field, without disregard the relations with other fields of the social world. Under the light of these concepts and the historical sources it can be argued that the installation of the diocese was a strategy of the Catholic Church to defend the Catholicism as a religion of social prestige in the social environment and ensure closer ties between clergy and the people of God. More precisely, the pastoral actions created in DG had a direct relationship with the guidelines coming from the Vatican and with the decisions taken in CNBB, although the prelates of Guarapuava have given peculiar directions to the actions undertaken in DG. Those actions of DG consisted in the creation of Diocesan Bulletin, institutional expansion, foundation of the Diocesan Seminary, Biblical Circles, investment in training of young Catholics, Catechisms and Religious Education in schools, which emphasized a view of the world more concerned with spiritual values, that is, with the Kingdom of God. However, you can also say that DG was involved, although less intense, with social problems, or problems with the world of men, particularly when making complaints and criticisms against the misery and promoting the protection and enhancement of human rights. Therefore, these postures, apparently ambiguous and contradictory, highlight the dilemmas experienced by the prelates of the DG, because they sometimes took a conservative position to defend the traditional precepts of the Catholic Church, sometimes one of progressive character, positioning themselves in defense of social justice.

Keywords: Diocese of Guarapuava. Political-pastoral. Training strategies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo Estatístico geral do levantamento religioso na cidade de Guarapuava efetuado em julho e agosto de 1976 por Irmã Ajour e sua equipe	37
Quadro 2 – Data de criação das Dioceses paranaenses	67
Quadro 3 – Relação de Paróquias criadas no bispado de D.Helmel (1966-1986)	117
Quadro 4 – Cinco respostas de D. Cavallin sobre os Círculos Bíblicos – setembro de 1990	145
Quadro 5 – Programação Rádio Cultura	150

LISTA DE FIGURAS

Organograma 1 – Escala hierárquica da Igreja Católica	111
Figura 1 – D. Frederico Helmelt e demais Bispos do Estado do Paraná no aeroporto Trancredo Tomaz de Faria – 26/06/1966	35
Figura 2 – D. Frederico Helmelt discursando no aeroporto	36
Figura 3 – Jantar no salão nobre do Exército em Guarapuava, 1971	42
Figura 4 – O Núncio Apostólico D. Sebastião Baggio recebendo o título de “Cidadão Honorário de Guarapuava”	47
Figura 5 – Dom Frederico Helmelt profere palestra na inauguração da FAFIG	48
Figura 6 – Presidente Geisel no Distrito de Entre Rios – 1976	49
Figura 7 – Mapa Dioceses do Paraná	69
Figura 8 – D. Frederico Helmelt na viagem para o Brasil, já ordenado sacerdote ...	80
Figura 9 – D. Helmelt no encontro em Curitiba, com a Pastoral da Juventude – maio de 1982	84
Figura 10 – Posse de D. Albano B. Cavallin, em 14 de Dezembro de 1986	90
Figura 11 – Festa de Corpus Christi – 1989	92
Figura 12 – Mapa da diocese de Guarapuava	104
Figura 13 – Mapa da Diocese de Guarapuava – setores	116
Figura 14 – Santuário da Mãe Rainha Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt, Guarapuava-Pr	121
Figura 15 – D. Helmelt e Pe. Cassemiro na benção inaugural do seminário	125
Figura 16 – Encontro de Catequistas no Colégio Nossa Senhora de Belém – 1965	154
Figura 17 – Instituto Catequético e alunos	159
Figura 18 – Coleção Crescer em Comunhão	161
Figura 19 – D. Albano Cavallin e o Papa João Paulo II – Fevereiro de 1990	167
Figura 20 – Festa em comemoração aos 60 anos de sacerdócio de D. Helmelt	168

LISTA DE SIGLAS

AEC	Associação de Educação Católica
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASSINTEC	Associação Inter-Religiosa de Educação
BD	Boletim Diocesano
CB	Círculo Bíblico
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conferência do Episcopado Latino - Americano
CEMPO	Centro Missionário de Apoio ao Campesinato - Antônio Tavares Pereira
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações
Copel	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DG	Diocese de Guarapuava
ER	Ensino Religioso
FAFIG	Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava
GAC	Guarnição de Artilharia de Campanha
GRB	Grupo de Reflexão do Bairro
GRC	Grupo de Reflexão da Comunidade
GRERE	Grupo de reflexão para o Ensino Religioso
JUDB	Jovens Unidos Dom Bosco
MEB	Movimento de Educação de Base
MOVIJUG	Movimento Juventude Guarapuavana
PJ	Pastoral da Juventude
PJB	Pastoral da Juventude Brasileira
Prontel	Programa Nacional de Tele Educação
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SVD	Congregação do Verbo Divino
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO 1 – DIOCESE DE GUARAPUAVA: EXPANSÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ	 32
1.1 BULA CHRISTI VICES: CRIAÇÃO DA DIOCESE DE GUARAPUAVA	32
1.2 PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE BELÉM: CIRCUNSCRIÇÃO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA (1930-1965)	49
1.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIOCESES: ESTRATÉGIAS DA IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ	54
 CAPÍTULO 2 – PROJETO POLÍTICO-PASTORAL DA DIOCESE DE GUARAPUAVA: ESTRATÉGIAS DO CATOLICISMO	 76
2.1 D. FREDERICO: DA ÁUSTRIA A TERRA DO LOBO-BRAVO (GUARAPUAVA)	77
2.2 D. HELMEL: AGENTE DE LIDERANÇA NAS ASSEMBLEIAS DA CNBB NO PARANÁ	82
2.3 D. ALBANO CAVALLIN: BREVE HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA DO 2º BISPO DE GUARAPUAVA	89
2.4 AÇÕES FORMATIVAS DA DIOCESE DE GUARAPUAVA	99
2.4.1 Boletim Diocesano: porta voz da vida cristã na Diocese de Guarapuava	100
2.4.2 Cartas do Nosso Irmão Bispo Albano	105
2.4.3 Expansão Institucional: luta pelo território sagrado	114
2.4.4 Apostolado Vocacional: criação do seminário	122
2.4.5 Jovens católicos, agentes de Deus e da Igreja	132
2.5 CÍRCULOS BÍBLICOS E A COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE	138
2.6 RÁDIO CULTURA E EDUCAÇÃO RADIOFÔNICA	147
2.7 CATEQUESE NUCLEAR E CATEQUESE ESCOLAR: FORMAÇÃO RELIGIOSA EM TODAS AS IDADES	153
2.8 ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS: DISCUSSÃO DE UM PROBLEMA CENTENÁRIO NO BRASIL	168
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 180
 FONTES	 185
 REFERÊNCIAS	 189

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo discutir o projeto político-pastoral da Diocese de Guarapuava, no período circunscrito entre 1965 e 1992. A Diocese de Guarapuava (DG)¹ foi criada em 16 de dezembro de 1965, com a bula *Christi Vices*² do Papa Paulo VI, e instalada em 26 de junho de 1966. Porém, a presença católica na cidade teve início concomitantemente ao processo de colonização dos campos de Guarapuava, no início de 1810, sob a liderança do Padre Francisco das Chagas Lima. A análise enfatiza a criação e instalação da DG, bem como sua intervenção educativa entre os católicos, articulada ao movimento da Igreja Católica constituído no Vaticano, na América Latina e no próprio Episcopado Brasileiro.

Estudar a Igreja nesta região e no respectivo recorte temporal implica privilegiar as estratégias³ utilizadas pelos bispos na propagação desta doutrina católica entre, 1965 e 1992. Isso quer dizer que, nessa conjuntura, a DG abordou práticas educativas⁴ destinadas à defesa do catolicismo no território paranaense, juntamente com a ação articulada pela Igreja Católica no Brasil. A Igreja Católica desempenhou estratégias educativas a fim de manter sua legitimidade e prestígio no campo religioso, estabelecendo espaços sagrados⁵ de doutrinação de seus fiéis, assim como em lutar para manter as outras religiões, dentre as quais destacamos os protestantes, maçons, espíritas, com menor prestígio e aceitação no campo religioso.

¹ Doravante DG.

² Do latim, O lugar de Cristo.

³ Estratégia na acepção de Bourdieu. Mais adiante, trataremos desse conceito.

⁴ Ressaltamos a importância da instituição Católica na formação educativa das sociedades, entre elas a brasileira. A Igreja Católica esteve presente na formação cultural do Brasil, inserindo seus ideais. Desde o início de sua história, o Brasil cresceu e se desenvolveu com o respaldo das escolas católicas, organizadas conforme os preceitos doutrinários, contribuindo para a formação de seus cidadãos. (MOURA, 2000). (OLIVEIRA, 2008) destaca a importância do estudo da Antiguidade e da Medievalidade na formação do educador, principalmente pela importância dessas épocas históricas terem contribuído na formação da sociedade moderna. Ressalta a autora que, mesmo o Brasil não tendo conhecido essas épocas históricas, essas fazem parte da sociedade e, por conseguinte, mesmo que indiretamente, elas fazem parte da formação da sociedade.

⁵ Cabe explicar que a Igreja Católica desejou manter sua doutrina como visão de mundo apropriada para enfrentar os problemas da sociedade europeia, brasileira e paranaense do século XX. Tendo em vista que a partir do advento da República do Brasil, o país foi palco de diferentes discursos, como pode ser confirmado com a questão do discurso laico contra o discurso religioso católico. Desse modo, a Igreja Católica se vê diante de uma sociedade pluridimensional, ou seja, o discurso católico deixando de ser legitimador. Aí a necessidade de apostar na ação evangelizadora no cumprimento de conquistar novos católicos e garantir os fiéis já adeptos às práticas educativas da religião católica.

Consideramos que o trabalho pastoral, idealizado e aplicado pelos bispos da DG, foi decorrente da disputa pela legitimidade de conformar os modos de pensar, sentir e agir dos grupos sociais. Assim, à luz de um conjunto de documentos e da história intelectual, procuramos problematizar quais estratégias a DG desenvolveu para expandir e manter a legitimidade institucional e formativa, bem como a relação entre tais meios desenvolvidos pelos bispos, ou seja, como D. Frederico Helmel (1966-1986) e D. Albano Bortoletto Cavallin (1986-1992) se apropriaram das normativas emanadas do Vaticano II, das Conferências de Puebla e Medellín e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desse modo, a análise pauta-se em dois momentos. O primeiro corresponde de 1965-1986, cujo período estava sob a direção de D. Frederico Helmel. O segundo período corresponde de 1986-1992, quando estava sob a liderança de D. Albano Cavallin. A necessidade em analisar esses bispados está associada a alguns pontos. Primeiro pela característica institucional em que cada bispo organizou seu trabalho pastoral, levando em consideração as mudanças ocorridas no contexto histórico da Igreja Católica. Depois, o Concílio Vaticano II, realizado de 1962-1965, a Conferência de Medellín, em 1968 e a Conferência de Puebla, em 1979, trouxeram a discussão e implantação de novos preceitos no projeto político/pastoral da Igreja Católica.

Desse modo, tais acontecimentos promoveram transformações no cenário católico brasileiro, ou seja, essas transformações foram estabelecidas entre a Igreja e a sociedade, como no próprio interior da Instituição, o que implicou posturas divergentes e conflitantes. Após a transferência de D. Albano para a Arquidiocese de Londrina, a Diocese de Guarapuava ficou sob os cuidados de um administrador diocesano, padre Cassiano Waldner. Durante dois anos e oito meses, o padre Cassiano cuidou da DG. Em março de 1995, a diocese recebeu o 3º bispo, o italiano D. Giovanni Zerbini.

Uma pesquisa histórica faz-se a partir de fontes. As fontes são os vestígios e sinais de uma pesquisa. O *corpus* documental corresponde aos registros do Livro Tombo e dos exemplares do Boletim Diocesano Católico, julgados por nós necessários à compreensão da estrutura católica. A coleta desses dados foi realizada no Arquivo Histórico da Catedral Nossa Senhora de Belém, que se encontra na Igreja Matriz⁶. Inicialmente, localizamos as modalidades de fontes no

⁶ Não tivemos acesso aos documentos localizados na Mitra Diocesana, devido a não autorização do bispo de Guarapuava, D. Wagner da Silva.

acervo e, posteriormente, realizamos sua catalogação. No manejo das mesmas, observamos algumas características de organização. Com D. Helmél, o Boletim procura abordar temas relacionados à Igreja e Concílio Vaticano II, assim como Igreja e Conferências de Medellín e Puebla. Pelo motivo da diocese estar se firmando como instituição religiosa em Guarapuava e no interior, o bispo procura informar o itinerário das atividades evangelizadoras, noticiando fatos importantes que somaram na proposta central da diocese, ou seja, na difusão do catolicismo aos fiéis. Sua escrita está conformada por um caráter formalista. De início, o Boletim é lançado contendo quatro páginas, posteriormente, esse número aumentou para oito. A primeira página é reservada para os artigos do bispo, intitulada *Voz do Pastor*. Nesse espaço, o prelado escreve sobre fatos importantes, como a mudança de postura da Igreja, visita do Papa, plano pastoral, comunidade de base, Teologia da Libertação, entre outros. Nas outras páginas, há espaços para notícias importantes e do movimento dos leigos.

No Livro Tombo, encontramos anotações pertinentes sobre a movimentação da Igreja, como as reuniões e suas pautas, visitas pastorais, missionários estrangeiros, ações educativas como a catequese, atividades dos leigos, etc. Na maioria dos registros, os escritos são bem detalhados.

No bispado de D. Albano Bortoletto Cavallin, o Boletim passou de caráter mais expositivo para uma disposição mais litúrgica e animada, dando realce nas escritas, acrescentando desenhos e figuras. Porém, manteve os moldes do espaço reservado para os artigos do bispo, bem como espaço aos leigos e informações importantes. Contudo, o caráter dos artigos sofreu modificações, o conteúdo passou a ser menos expositivo e mais reflexivo, incluindo a liturgia. Além da mudança de nomenclatura das páginas, o Boletim agregou maior disposição gráfica. Inovou, incluindo suas cartas no Boletim, as quais foram intituladas “Cartas do nosso Bispo Albano”, conteúdo de caráter litúrgico, abordando os evangelhos, traçando comentários da vida contemporânea. Outra inovação foi a disposição dos roteiros dos Círculos Bíblicos e a agenda do bispo. As anotações do Livro Tombo, no bispado de D. Cavallin, foram poucas e mais sucintas. Além dessas fontes, utilizamos os jornais *Esquema Oeste*, dirigido por Leonel Julio Farah, *Folha do Oeste*, editado por Nabor R. Ferraz e *Jornal de Guarapuava*⁷, encontrados no Arquivo Histórico da

⁷ Não localizamos quem era o editor do jornal.

Universidade Estadual do Centro-Oeste.

As ideias católicas, de acordo com seus pontífices, fomentam as ações da Igreja conforme sua historicidade. Nesse sentido, Pio X, com a Encíclica *E Supremi Apostolatus*, de 04 de outubro de 1903, foi uma chave importante no momento da Igreja Católica em “Restaurar todas as coisas em Cristo”. Tal proposta da Igreja visava pulverizar os conceitos católicos a todos na sociedade, ou que Cristo fosse tudo em tudo. O intuito de Pio X era atingir a sociedade, em todos os níveis, sendo o “[...] ministro de Deus que nos revestiu de autoridade. Os interesses D’Ele são Nossos interesses; consagrar-lhe Nossas forças e as Nossas vidas, tal é nossa resolução inabalável” (CARTA ENCÍCLICA E SUPREMI APOSTOLATUS, 1903)⁸. Os meios para espalhar os ideais católicos seriam: 1. Formar Cristo nos sacerdotes dispondo cuidado aos sacerdotes e aos seminaristas; 2. Necessidade do Ensino Religioso; 3. A caridade cristã, nas associações e pelo fervor da vida cristã. (CARTA ENCÍCLICA E SUPREMI APOSTOLATUS, 1903).

Na Encíclica *Pascendi* de 1907, Pio X analisou minuciosamente as causas que afastavam as sociedades dos valores católicos e de sua tradição doutrinária. Definiu como “modernismo” um amontoado de todas as heresias. (MOURA, 1978). Odilão Moura (1978, p. 25) afirma que, nesse período, de 1889 a 1921, no Brasil, prevaleceu o interesse pela Igreja dos temas doutrinários, aspirando solucionar os ideais modernos por meio de uma orientação filosófica, pautada no magistério papal, unidade eclesiástica.

Romualdo Dias (1993), na sua tese *Cor Unum Et Anima Una – a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922-1935*, afirma que o pontífice Pio XI combateu o período moderno com uma doutrina católica pautada em dogmas que deixaram fortes marcas na história da Igreja. Essa atitude pretendia munir os católicos com algumas verdades que não estão sujeitas a mudar, como foram os casos dos dogmas da Imaculada Conceição de Maria (1854); da lista dos erros modernos que se denominou o *Syllabus*⁹ (1864) e da realização do Concílio

⁸ Documento da internet, sem número de página.

⁹ Pio IX aproveitou a mesma comissão de teólogos instituída para realizar os estudos preparatórios à proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, atribuindo como nova tarefa, a realização de estudos - 1852 a 1864, 12 anos de preparação para elaborar a lista dos erros modernos. (AURELI, 1944, p. 27-28 apud DIAS, 1993, p. 42).

“[...] em 1864, pela bula **Syllabus errorum**, o papa Pio IX, condenou todas as teorias que defendiam mudanças sociais – liberalismo, sindicalismo, democracia – propondo a submissão dos poderes temporais às diretrizes eclesiásticas. Como resultado dessas medidas, o Estado separou-se da Igreja, deixando de pagar o salário dos padres e os territórios pontifícios restringiram-se ao Vaticano,

Vaticano I com o dogma da Infalibilidade Papal (1870). Com tais verdades imutáveis, expressas nos dogmas, a Igreja “[...] expressava a disposição da hierarquia para reconstruir a soberania e a autoridade católica, debilitadas nos novos tempos” (DIAS, 1993, p. 43).

Posteriormente, a partir das décadas 1960, o catolicismo brasileiro esteve integrado na luta pelos direitos humanos, postura essa decorrente dos acontecimentos da década, como a Ditadura Militar que, em seus primeiros anos, foi autoritária e, a partir de 1964, obteve sua implantação como sistema de governo. Não obstante, as ideias utópicas animavam setores da sociedade civil. Tantos ideais entre intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, socialistas de diferentes matizes, militantes católicos, encontravam-se diante da efervescência política desse período, no ritmo de decisão, crise e confronto (DELGADO; FERREIRA, 2007, p. 95-96).

Na nova trajetória da Igreja Católica, a instituição busca aproximar-se das camadas populares e dos grupos que almejam transformações sociais. Dessa forma, houve um movimento no quadro religioso, o que também gerou convergências entre o catolicismo e a sociedade. Esses pontos em comum, nessa fase do catolicismo no Brasil, estiveram circunscritos numa instituição que não é homogênea, pois “nela estão presentes práticas diferentes e mesmo contraditórias. Existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais” (DELGADO; FERREIRA, 2007, p. 98).

O estudo de Scott Mainwaring (1989) evidencia essa dualidade na postura do clero no Brasil. De 1955 a 1964, esses grupos instituíram conflitos internos, tendo, num extremo, a esquerda católica, comprometida radicalmente com a questão social, e, em outro, os tradicionalistas, preocupados com a concepção de fé tradicional. Em relação às mudanças ocorridas na eclesiologia, no final dessa década, a Igreja permanecia relativamente conservadora. Já na CNBB, os reformistas ocupavam posições centrais (MAINWARING, 1989, p. 64-65). Isso acarretou um período de insegurança e incertezas para a Igreja Católica, pois esse período não desenha a supremacia de igualdade nas condutas dos bispos.

recusando as propostas de entendimento e garantias de independência do poder político sobre o clero. Essa questão (chamada de questão romana) só se resolve em 1929, quando, pelo Tratado de Latrão, acordado entre Mussolini e Pio XI, cria-se o Estado do Vaticano, dentro de Roma, mas politicamente chefiado pelo Papa [...]” (ZULIAN, 1998, p. 71, grifo do autor).

A partir das mudanças eclesiais da Igreja e da presença de grupos divergentes na instituição, a análise dos dois bispos da DG situa-se nesse panorama, ou seja, a fundação da diocese e a substituição do bispo foram realizadas no contexto dessas transformações no interior da Igreja Católica no Brasil. Assim, cada bispo organizou seu bispado de acordo com suas convicções a priori, direcionando as práticas.

Massimo Bonato (2009, p. 76) afirma que a estrutura de Igreja pastoral procurou “[...] superar o conceito pós-tridentino de ação evangelizadora para poder abrir espaços na Igreja para uma ação pastoral, não somente restrita aos pastores, mas que procure envolver e estimular a participação de todos os membros da comunidade da Igreja, principalmente dos leigos”. Nessa linha de orientações, a Igreja visou ampliar o diálogo entre a Igreja e a comunidade, relações pautadas nas condições concretas da realidade.

Desse modo, a organização da DG pelos prelados não ocorreu de forma linear, ou seja, cada bispo estabeleceu uma organização de acordo com uma corrente de pensamento. Porém, ambos estiveram comprometidos com os princípios e condutas formativas, como a valorização das orações e dos rituais católicos. No final do bispado de D. Frederico, a DG mostrou-se inserida nos debates sobre o caráter progressista, mesmo mantendo práticas conservadoras, indicando em seus escritos momentos de crítica ou de resposta sobre a questão social da Igreja.

A pesquisa busca dialogar com investigações que abordam o projeto político/pastoral da Igreja Católica. No entanto, como não há nenhum trabalho¹⁰ acadêmico escrito sobre a DG, utilizamos análises que tratam, a partir de perspectivas diferentes, das ações da Igreja Católica.

Conforme Riolando Azzi (1962), no século XVIII, uma parcela de filósofos e literatos promoveram discursos contra a mensagem religiosa católica, pois esse período é marcado pelo debate pautado na filosofia racional e antropocêntrica. Nessa tendência, a forma de interpretar o mundo é por meio da racionalidade antropocêntrica, pela liberdade de pensamento e consciência. Com o movimento da modernidade da Europa, a Igreja Católica viu-se diante de uma conjuntura histórica de caráter racionalista e questionador das bases teológicas que fundamentavam a

¹⁰ Existe um trabalho escrito sobre o Jubileu de Ouro de D. Frederico Helmel, por Gracita Gruber Marcondes de 1987, historiadora local, professora aposentada da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, com o qual dialogamos na construção da dissertação.

tradição cristã ocidental. Pode-se dizer que com o avanço das novas ferramentas modernas, como por exemplo, a instauração do pensar filosófico diante de questões da realidade social, com o capitalismo em expansão, a preocupação da Igreja era de manter os moldes de sua estrutura, priorizando a hierarquia e a tradição.

No decorrer da história, a Igreja Católica adotou características diversas na sua estrutura, incluindo a relação dessas características com a sociedade de cada conjuntura, ou seja, a partir dos Concílios, como por exemplo, o Concílio Vaticano (1869-1870) e Concílio Vaticano II (1962-1965), foram momentos importantes na postura e direcionamento das atividades educativas da Igreja.

Azzi (2006) expõe, por meio de uma perspectiva histórica, elementos da eclesiologia da Igreja, vigentes em meados do século XIX, que perduraram até a realização do Concílio Vaticano II. Afirma Azzi (2006, p. 9) que o modelo ultramontano¹¹ de Igreja, pode ser definido por três características:

[...] centralização de toda a instituição católica; a clericalização que perpassava essa organização eclesiástica; e o discurso espiritualizante que constituiu a base de legitimação para o fortalecimento da Igreja Católica Romana, apresentada como uma instituição paralela aos Estados modernos.

Ainda conforme Azzi (2006, p. 11), em 1870, a Igreja Católica perdeu seu poder temporal, devido à unificação dos estados italianos, com a tomada de Roma, com a anexação dos estados pontifícios ao reino da Itália, que gerou uma ramificação do movimento ultramontano, surgindo os intransigentes e os moderados. Os intransigentes desejavam a condenação da organização moderna de sociedade, sobretudo o estado leigo; já o segundo grupo, os moderados, não debatiam de frente com os ideais da sociedade moderna, pois desejava manter uma aproximação

¹¹ Do latim *ultramontanus*, o termo designa, no universo católico – especialmente na França – os fiéis que atribuem ao papa um excepcional papel na direção da fé e no comportamento do homem. O termo advém precisamente da circunstância do papa residir além das montanhas (em relação à França). Suas origens prendem-se ao conflito surgido a França e a Igreja católica no séc. XIV, durante o reinado de Felipe, o Belo, ocasião em que os legisladores, a serviço do monarca, formularam os postulados do *galicanismo* que defendia o princípio da autonomia da Igreja Francesa. O ultramontanismo prega a subordinação do rei ao papa e a negação da independência da Igreja Francesa, por isso antepõe-se ao galicanismo. No decorrer do século XVIII, o ultramontanismo gozou de certa influência e aceitação entre a nobreza e o clero da França, defendido pela monarquia que, necessitando do apoio de Roma, admitiu a presença de elementos ultramontanos na administração. As tendências separatistas do galicanismo acentuaram-se com a Revolução Francesa e principalmente quando da promulgação da constituição civil do clero em 1790. Em 1870, quando o Concílio Vaticano I proclamou a infalibilidade papal, o ultramontanismo saiu fortalecido e definitivamente consolidado com a separação entre o Estado francês e a Igreja a partir do século XX. (AZEVEDO, 1990, p. 389-390 apud ZULIAN, 1998, p. 68).

com esse modelo de sociedade, incluindo o sistema político. Uma das formas encontradas pelos ultramontanos no fortalecimento da instituição católica foi dar a figura do papa maior prestígio, ou seja, o pontífice foi enaltecido pela cúpula da Igreja como o grau máximo do poder espiritual da Igreja.

Referente ao ultramontanismo, esse caracterizou-se como um grupo em torno do papa, destinado a dar sustentação ideológica e psicológica à figura do papa, ou seja, a instituição papal. Já a romanização caracterizou-se como a dinâmica do ultramontanismo, através da qual Roma investe esforços para atingir outras localidades do mundo, como África, Ásia e Américas (informação verbal)¹².

Já no início do século XX, a Igreja viveu um momento de restauração na organização de suas atividades pastorais, denominada Restauração Piana¹³. Azzi (1962, p. 286-287) observa que com a eleição de Pio X (1835-1914), em 1903, a Igreja Católica buscou renovar sua estrutura, de modo especial sob o comando de Pio XI (1857-1939) e Pio XII (1876-1958). O lema do novo Papa Pio XII, eleito em 1922 até 1939, era “Restaurar tudo em Cristo”, designando o período como restauração piana. Entre as ações empreendidas pelo pontífice, destacamos a Encíclica *Pascendi*¹⁴, a que condenava o modernismo.

Durante as décadas de 1920 e 1950, a Igreja ganhou uma representatividade maior e significativa na sociedade, como no âmbito da educação, tendo a aproximação com Estado. Azzi (2006) salienta que durante esse período, os colégios católicos foram essenciais no processo educativo, principalmente na América Latina, território no qual o ensino confessional possibilitou a transmissão dos valores religiosos e morais.

Além de organizar estratégias de formação dos católicos, as ações eram travadas nas lutas inter-religiosas. Uma das expressões modernas que deveriam ser combatidas era o movimento espírita. O espiritismo¹⁵ surge no Brasil como *Grupo Familiar do Espiritismo* em 1865, em Salvador. Posteriormente, no Rio de Janeiro,

¹² Informação fornecida por Rosângela Zulian no Exame de Qualificação da Dissertação, em Ponta Grossa, em dezembro de 2011.

¹³ Período da Igreja Católica no qual a ação de Pio X empreendeu uma atividade enérgica referente à organização da instituição católica.

¹⁴ A Encíclica refere-se a um documento escrito pelo Papa, na espécie de uma carta. Esta foi escrita pelo Papa Pio X, em 8 de setembro de 1907. (PASCENDI DOMINICI GREGIS).

¹⁵ O termo “espiritismo” é usado por Costa (2001). O autor também usa a expressão “espírita”, fazendo alusão ao grupo de pessoas que se identificam com a doutrina. “No Brasil, as pessoas passaram de simples frequentadores em busca de remédios para seus problemas físicos e de alívio espiritual para suas angústias, à condição de *espíritas convictos*. Estudando as obras de Kardec, criando várias associações ou *centros espíritas* [...]” (COSTA, 2001, p. 29, grifo do autor).

ocorreu a estruturação do espiritismo (COSTA, 2001, p. 55). As análises desse autor discutidas em *Demônios e Anjos - o embate entre Espíritas e Católicos na República brasileira até a década de 60 do século XX*, abordam questões voltadas ao espiritismo e ao catolicismo no Brasil, contextualizando-as de acordo com cada doutrina. Além disso, enfatiza a reação católica diante da doutrina espírita. No discurso espírita havia frequentemente, a crítica aos dogmas da Igreja Católica, principalmente ao dogma da Infalibilidade Papal. Os espíritas afirmavam: “não cremos naquele *deus* de carne *infalível* que se senta na cadeira do Vaticano, e ameaça o mundo com o diabo e o inferno eterno; naquele *deus* que dá os pés a beijar, nesse *deus* não cremos” (SCHUTEL, 1929, p. 12 apud COSTA, 2001, p. 98, grifos do autor).

Sylvio Fausto Gil Filho (2006), ao analisar a organização da Igreja Romana no Brasil, enfatiza as estruturas de territorialidade Católica. A divisão do território eclesiástico da Igreja Católica no Brasil passa por um processo de segmentação mais intensa, a partir das décadas de 1960 e 1970. As frações desses espaços de poder eclesial ocorrem devido ao crescimento vegetativo da população brasileira, do crescimento das cidades e do processo de urbanização, que demandam um melhor controle territorial. Além disso, tal organização se dá devido à própria política eclesiástica da Igreja, que verifica onde se encontram outras religiões para a instalação de suas Igrejas e dioceses, a fim de concorrer com as outras religiões, ora desmembrando uma diocese em duas, ora criando uma nova.

Conforme Rosângela Zulian (1998), em *Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1938)*, no Paraná dos finais do século XIX, a Igreja apresentava o caráter de instituição paroquial, do tempo do Império, configurando-se como apenas um conjunto de pequenas paróquias, nas quais tradições populares eram conservadas, sem missionários e ação social, burocraticamente desorganizada. Em sua pesquisa, evidencia que, em Ponta Grossa, ocorreu a necessidade de criação de uma escola paroquial que oferecesse instrução elementar que permitisse divulgar os preceitos básicos do catolicismo e a introdução nas práticas sacramentais.

Sobre esse aspecto sustenta Zulian (1998, p. 136):

Acompanhando o movimento de chegada e instalação de congregações estrangeiras no país, em 1903 a paróquia de Ponta Grossa foi confiada aos padres do Verbo Divino. Essa medida partiu, segundo consta, dos pedidos do padre João Batista de Oliveira, pároco de Sant'Ana e das determinações de D. José de Camargo Barros, primeiro bispo de Curitiba que chamara

esta congregação para o específico trabalho de pastoral paroquial. Fundaram em Ponta Grossa uma escola paroquial mista que começou a funcionar com 30 alunos. A especificidade do trabalho educativo, somado à carência de sacerdotes na paróquia, levou-os a pedir auxílio às Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, de origem alemã [...].

Zulian (2009, p. 224) enfatiza que o primeiro bispo de Ponta Grossa, D. Antônio Mazzarotto foi um bispo da restauração, pois defendia a tradição cristã em defesa da pátria brasileira, utilizando para isso o princípio da educação religiosa. Assim, engajado no lema de Pio XII “Restaurar todas as coisas em Cristo”, o bispo investiu nos leigos para espalhar a doutrina cristã entre os católicos, por meio da oração. A Congregação do Verbo Divino também esteve presente nos Campos de Guarapuava. Após quatro anos a mesma congregação instala-se em Guarapuava. Os padres Matias Esser e Nicolau Simon chegaram em 16 de março de 1907. Ambos os sacerdotes deveriam atuar com o trabalho pastoral na região dos campos de Guarapuava, território esse afastado e disperso, devido aos grandes latifúndios. Outro elemento importante presente na história da Igreja em Guarapuava e que se assemelha ao caso de Ponta Grossa, foi a criação de uma escola para meninos. Padre Nicolau Simon percebeu a necessidade de uma escola com princípios católicos, atingindo em um mês cerca de 30 alunos (A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO NO BRASIL, 1945, p. 85). A ida dessa congregação para Ponta Grossa e, posteriormente, a Guarapuava demonstra que, no respectivo contexto, a organização e articulação das ações desenvolvidas pelo bispo de Curitiba, engajaram-se no propósito de oferecer os ensinamentos da religião, investindo no trabalho missionário para fortalecer as bases da doutrina. Essa congregação participou e representou a Igreja em Guarapuava por sessenta e um anos:

[...] a congregação do Verbo Divino se despediu do seu povo. Junto com seu bispo Dom Frederico Helmel que também é do Verbo Divino, os padres da congregação celebraram missa vespertina. Logo após houve alguns discursos de despedida, na porta da Igreja matriz. Os oradores foram: Dr Osmar [...] promotor público, em nome das congregações religiosas. O senhor prefeito Nivaldo Passos Krüger, em nome do município. Padre Joel [...] SVD, em nome da congregação do Verbo Divino. Padre Henrique [...] SVD ultimo representante da congregação no mais alto cargo de responsabilidade no Santuário Nossa Senhora de Belém, agradecem o povo em nome daqueles que dedicaram o seu serviço pastoral nesta comunidade paroquial desde 1907 (LIVRO TOMBO, 1968, p. 22).

Rodrigo Caldeira (2009) afirma que, durante o século XX, o caráter centralizador da Igreja Católica logo se fez sentir no Brasil. Com a proclamação de

um Estado laico pela carta Constitucional, a Igreja Católica sentiu a necessidade de recatolicizar o Estado, visando influenciar nas decisões políticas, criando uma elite intelectual católica. Desse modo, afirma o autor, “despontar de um grupo de leigos e clérigos com força conservadora nesse contexto encarnaram radicalmente o projeto da cúpula eclesiástica e desenvolveram durante quatro décadas um caminho bem particular na história do Brasil” (CALDEIRA, 2009, p. 98). Em *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*, discute a linha de tendência conservadora da Igreja Católica no Brasil. Os meios eclesiais foram capazes de produzir os mais contraditórios movimentos: a extensão das novas percepções sobre a modernidade, que surgiram no século XIX e sugeriam uma defesa do catolicismo, compreendendo desenvolver uma visão apologética, como no Vaticano I. Outros se abriam a muitos de seus aspectos, construindo novas sínteses e levantando novos problemas, principalmente para a teologia. Essa divisão de grupos na Igreja tomou contornos mais claros e radicais, no decorrer do século XX. Dessa forma, a Igreja passava por um período de atribulações diante da emergência de um novo sujeito, “[...] a Igreja [...] se via em um mar de incertezas” (CALDEIRA, 2009, p. 58).

A realização do Concílio Vaticano II (1961-1965), foi o momento em que a Igreja Católica “[...] procurou dar passos para superar a secular ruptura entre o Oriente e o Ocidente cristãos” (BEOZZO, 2001, p. 23). Esse concílio teve por finalidade ainda a “[...] análise por [...] uma profunda mudança de referencial teórico sobre o lugar e o papel da Igreja na sociedade” (BEOZZO, 2001, p. 38). Em relação ao fortalecimento da Igreja Católica, Beozzo (2001) afirma que o Episcopado Brasileiro foi o terceiro maior durante a realização do Concílio Vaticano II, logo depois do Episcopado Italiano e Norte-Americano, contando com a presença de 204 bispos. O autor expõe que mesmo com a criação da CNBB¹⁶, em 1952, período antecessor ao Concílio Vaticano II, os bispos do Brasil não mantinham aproximação de plano de pastoral em conjunto, devido às distâncias entre as dioceses, o que causou certo isolamento entre os bispos. Indica que as assembleias da CNBB, entre 1952 a 1961, foram quatro, que articulavam inicialmente os cardeais e arcebispos. De 1962 a 1965, foram realizadas três assembleias, até a concretização do Concílio Vaticano II. Destacamos que, para Beozzo (2001, p. 33) a realização do Concílio

¹⁶ Conferência Nacional dos Bispos no Brasil.

trouxo para a Igreja Católica no Brasil reformas nas suas estruturas internas, pois “[...] remodelou sua liturgia, alterando a secular vinculação da igreja ocidental com a língua latina, nos estudos e na liturgia e deslocou o eixo da missa, do celebrante para a assembléia dos fiéis e sua participação”.

No Brasil, a CNBB¹⁷ teve por princípio organizar o trabalho educativo da Igreja, de articular um vínculo maior entre os bispos do Brasil de maneira sistematizada. Os bispos paranaenses participaram das reuniões da CNBB. Na primeira reunião dos bispos paranaenses, que aconteceu entre 11 e 12 de março de 1953, estiveram presentes D. Antonio Mazzarotto, bispo de Ponta Grossa; D. Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho; D. Manoel Koenner, bispo prelado de Foz do Iguaçu; D. Carlos Eduardo Sabóia de Bandeira de Mello, bispo prelado de Palmas. Essa reunião aconteceu com o objetivo de levar as contribuições dos prelados paranaenses à primeira Assembleia da CNBB, que ocorreu em Belém, em 12 a 19 de agosto de 1953. (LIVRO DE ATA, 1953, p. 1 apud ZULIAN, 2009, p. 353). Com a criação da CNBB, a articulação entre os bispos do Brasil se deu de forma mais organizada. A relevância dos debates realizados pelos bispos, incluindo os paranaenses, na participação das reuniões da CNBB em nível nacional, evidencia que no Paraná, os bispos acompanharam discussões pertinentes, como a questão da doutrina espírita, fundação de seminários e a expansão do catolicismo por meio de criação de novas dioceses, além de fortalecer o vínculo do clero paranaense com o Episcopado brasileiro.

Os variados discursos produzidos pelos bispos da Igreja Católica salientam, de certa forma, as normativas morais diante das mudanças ocorridas. O discurso realizado pelo clero, a partir do Concílio Vaticano II, aborda a instituição católica como legitimadora de discurso religioso voltado ao trabalho pastoral, no âmbito social, educacional e espiritual. Gil Filho (2006, p. 88) sustenta que a Igreja utiliza o seu discurso na tomada de disputa pelo território sagrado. A forma discursiva nessa conjuntura demonstra “[...] a idealização própria da instituição religiosa, e, de outro, marca as estratégias da ação da Igreja [...] o resgate da unidade cristã através do

¹⁷ A proposta de criação da CNBB começou a tomar forma a partir de 1950. Surgiu da ideia de se organizar um secretariado nacional permanente, com a finalidade de se articular um vínculo maior entre os bispos brasileiros. D. Helder Câmara propôs lutou e para esta colegialidade no episcopado do Brasil e contou com apoio de Monsenhor Montini, então subsecretário do papa Pio XII. (BARROS, 2003, p. 32-33 apud ZULIAN, 2009, p. 351).

ecumenismo e a reafirmação da Igreja Católica Romana como o centro de convergência dessa ação”.

No Paraná, a Igreja Católica também se deparou com os defensores dos princípios da modernidade, precisando empregar uma política de combate aos anticlericais e de divulgação da doutrina religiosa. Nesse sentido, Ezequiel Westphal (2008) analisa, em *Nos bastidores da Igreja: reflexos do declínio da influência da Teologia da Libertação nas pastorais da Arquidiocese de Curitiba (1981-1992)*, a conjuntura nacional estabelecida no final do século XX entre Igreja e Estado no Brasil, relacionando-a com a Arquidiocese de Curitiba e ressaltando a ação dos bispos e as relações de poder eclesiásticas. Entretanto, o referido autor discute aspectos referentes à Igreja Católica do final do século XIX. No contexto do final do século dezenove, após o advento da República Federativa do Brasil, a Igreja Católica buscou assegurar sua autonomia diante do Estado. Nesses termos, a atitude executada pelos bispos foi a de assegurar a autoridade eclesiástica diante do clero. (WESTPHAL, 2008, p. 83). Assim, devido às dificuldades de locomoção, associada à prática do tropeirismo e na busca de ouro na região de Paranaguá, segundo Fedalto (2007 apud WESTPHAL, 2008, p. 84)¹⁸, criou-se a vara de Curitiba, em 1775. Salienta-se que, durante o período que o Paraná esteve circunscrito à Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, foram criadas mais três paróquias na província paranaense, sendo: Nossa Senhora da Luz (Curitiba); São José (São José dos Pinhais); Nossa Senhora do Pilar (Antonina), além das capelas de Guaratuba, Tamanduá, Morretes e Araucária. Nas conferências episcopais da América Latina, bem como na própria CNBB, ocorreu a presença de correntes teológicas defensoras do trabalho social com os povos. Nesse sentido, surge a corrente teológica conhecida como Teologia da Libertação, a qual influenciou o pensamento e as ações do clero progressista. Com o anseio de manter a hierarquia na instituição religiosa, “[...] bispos conservadores são nomeados; bispos progressistas são deslocados para outras dioceses; Arquidioceses de expressão, como a de São Paulo, são desmembradas no intuito de enfraquecer a autoridade local e as práticas sociais” (WESTPHAL, 2008, p. 76). Quando analisa a ação pastoral desenvolvida pela Igreja, enfatiza que na Arquidiocese de Curitiba, até o início dos anos 1980, o movimento pastoral ligado às Comunidades Educativas de Base (CEB’s) é citado nos planos

¹⁸ FEDALTO, Pedro. Depoimento sobre a Teologia da libertação na arquidiocese de Curitiba. Entrevistador: Ezequiel Westphal.

pastorais desde 1973, assumindo o discurso oficial da CNBB. Porém, entre 1978 a 1984, houve um período de insegurança e desarticulação. (WESTPHAL, 2008, p. 108).

Assim, frente aos aspectos discutidos na revisão de literatura, procuramos analisar nesta dissertação uma conjunção de elementos julgados necessários para a compreensão da situação da Igreja Católica no Brasil e no Paraná, fatores importantes no debate do processo de criação da DG e da ação político/pastoral dos bispos D. Frederico Helmel e D. Albano Cavallin. As ações pastorais dinamizadas por esses prelados configuram as estratégias utilizadas na expansão do catolicismo na região de Guarapuava, por meio da formação educativa, bem como na reafirmação da doutrina entre os católicos, visando garantir uma religião com maior aceitação no campo religioso.

Esta pesquisa insere-se na perspectiva analítica da história intelectual, que “[...] procura salientar a trajetória de um indivíduo, as relações que ele estabelece com seus pares, as visões de mundo, os esquemas de pensamento (ou os *habitus*) de um determinado meio cultural [...]” (SILVA, 2002, p. 23). Além disso, ao analisar a questão da história intelectual, a autora faz um questionamento crítico para definir, então, do que se trata a história intelectual. É relevante ressaltar que Helenice Rodrigues da Silva considera a História Intelectual como domínio pluridisciplinar por excelência, a qual possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção de ideias, a dos agentes socioprofissionais e o das correntes de pensamento. (SILVA, 2003, p. 16).

Para Norberto Bobbio (1997), todas as sociedades, não importa a época que estejam situadas, tiveram intelectuais ou grupos de intelectuais, que exercem o poder espiritual ou ideológico, sendo um grupo que corresponde pela sua função chamados de intelectuais. Em sua obra, *Os intelectuais e o poder* (1997), o autor remete-se à ideia de que os intelectuais “não estão mortos”, como enfocam outros autores que desenvolvem a problemática destes. No percorrer da história, a palavra que designa os intelectuais teve outros nomes, como por exemplo, o termo “clérigo”, empregado por Julien Benda. Outra questão pertinente refere-se a como o intelectual foi analisado na sua função, sendo ele desprovido de interesse político, preocupado somente com o conhecimento ou o intelectual visto como defensor da esquerda política, com finalidade de manifestar seu conhecimento contra o Estado através dos manifestos. Cabe ressaltar que Bobbio (1997) preocupa-se em discutir

sobre o tema em questão e não lançar juízos sobre os intelectuais. “Nosso problema não é o de saber se os intelectuais são rebeldes ou conformistas, livres ou servís, independentes ou dependentes, mas de trocarmos algumas ideias sobre o que os intelectuais [...] deveriam fazer” (BOBBIO, 1997, p. 70). Ainda conforme o autor existe uma explicação para a tarefa do intelectual, que é de agitar as ideias, levantar os problemas, elaborar programas ou as suas teorias.

O papel do bispo no campo religioso pode ser interpretado como uma ação intelectual, pois o prelado exerce a função de mediador dos bens simbólicos do catolicismo, ao apropriar-se das orientações oficiais e reorganizar as práticas religiosas na sua respectiva diocese. Isso significa dizer que a função intelectual do bispo remete-se à posição de um agente do campo religioso que direciona a conduta de vida de seus fiéis, que produz um discurso religioso de acordo com suas convicções. Sua função intelectual tem por finalidade manter o poder simbólico da Igreja na sua diocese, organizando a própria estrutura burocrática, planejando ações e articulando o laicato para assumirem suas funções de soldados de Cristo e do poder eclesiástico. Nesse sentido, o intelectual (bispo) no campo religioso, pode ser interpretado como o sustentador do uso da religião na sua comunidade, devendo reforçar os ensinamentos à população e conquistar novos fiéis, mantendo em sua jurisdição o domínio do poder simbólico da Igreja.

Em termos mais específicos, a dissertação apoia-se no trabalho realizado pela historiadora local, Gracita Marcondes e em Bourdieu, particularmente nos conceitos de campo e estratégia¹⁹. Para Bourdieu (2008a, p. 50, grifo do autor), campo pode ser definido como:

Essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social. É isso que acredito expressar quando descrevo o espaço social global como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.

Conforme a citação acima, o mundo social é compreendido por Bourdieu como um espaço social global, no qual os indivíduos participam de vários “campos”,

¹⁹ Além desses conceitos, no corpo do texto apresentamos os conceitos de campo de poder, campo religioso e *habitus*, Utilizamos-os devido a relação intrínseca com os conceitos de estratégia e campo.

disputando o controle dos capitais pertinentes a cada um deles, bem como se contrapondo a outros espaços sociais. O mundo social é composto por inúmeros campos, sendo que em cada um existe a disputa pelo poder, pois todos estão recortados pelo próprio poder.

Associada ao conceito de campo está a categoria de estratégia. Tal categoria é fundamental para a discussão desta dissertação, pois permite problematizar as ações dos agentes católicos no campo religioso. Bourdieu (2004) enfatiza que a noção de estratégia está relacionada ao jogo, no qual o agente deve adaptar-se com as regras, pois essas nem sempre são as mesmas, uma vez que o jogo muda de acordo com o mundo social ou o grupo em que está inserido. Dessa forma, a estratégia do agente também deve acompanhar as mudanças. Para ele,

A noção de estratégia é o instrumento de uma ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe (recorrendo, por exemplo, à noção de inconsciente). Mas pode-se recusar a ver a estratégia como um produto de um programa inconsciente, sem fazer dela o produto de um cálculo consciente e racional. Ela é produto do senso prático como sentido de jogo, de um jogo particular, historicamente definido [...]. O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita, codificada (quando ela existe). [...] O sentido de jogo não é infalível; ele se distribui de maneira desigual, tanto numa sociedade quanto numa equipe. (BOURDIEU, 2004, p. 81).

Para Bourdieu (2008a, p. 52) campo de poder pode ser compreendido como:

O campo de poder (que não deve ser confundido com o campo político) não é um campo como os outros: ele é o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão [...].

O mundo social é marcado pela diferenciação, isto é, pelo conflito entre os agentes que permeiam o espaço social global. Nesse espaço social global, temos a presença dos poderes simbólicos. Esses visam impor a visão das divisões legítimas, o que pode ser entendido como a construção de grupos no mundo social (BOURDIEU, 1990a, p. 165). No espaço social²⁰, existe a presença do poder

²⁰ Bourdieu define como espaço social por mundo social. O mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras, de acordo com diferentes princípios de visão e divisão, por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas. (BOURDIEU, 1990a, p. 159). O espaço social global é

simbólico, que tem por característica a de constituir grupos. Esses grupos podem ser estabelecidos no mundo social, necessitando apenas de consagração, ou grupos a serem criados e estabelecidos (BOURDIEU, 1990a, p. 166). Nesse sentido, a Igreja Católica é uma instituição do campo religioso que visa estabelecer relações entre os agentes desse espaço social. Tendo como característica peculiar a formação de grupo de fiéis, a Igreja Católica caracteriza-se como uma instituição que possui poder simbólico, pois se configura como um grupo já consagrado, que além de cuidar da manutenção de seu campo, disputa o poder com as outras religiões. Com o conceito de campo bourdieuano, podemos compreender o posicionamento da ação político-pastoral da DG em detrimento da sobrevivência do seu campo diante das outras religiões.

O mundo social é composto por inúmeros campos, sendo que em cada um existe a disputa pelo poder conforme o objeto em questão. No caso específico da instituição católica, a disputa se dá no campo religioso e a conquista pelo poder procura legitimar o agente que tem mais reconhecimento. O campo religioso refere-se como sendo o espaço da mensagem de Deus, pois “[...] todo campo religioso é o lugar de uma luta pela definição, isto é, a delimitação das competências [...] a cura dos corpos e das almas [...]” (BOURDIEU, 1990b, p. 120). Conforme a definição de “campo”, no caso do campo religioso também existe a luta pela legitimidade da visão religiosa, isto ocorre devido à concorrência dos agentes no “campo”.

Para Bourdieu (1998, p. 63, grifos do autor),

[...] o campo religioso recobre o campo das relações de concorrência que se estabelecem no próprio interior da igreja. Os conflitos pela conquista da autoridade espiritual que se instauram no subcampo relativamente autônomo dos sábios (teólogos) produzindo *para outros sábios* e instados pela busca propriamente intelectual da *distinção* a tomadas de posição cismáticas na esfera da doutrina e do dogma [...].

A definição acima permite compreender o que aconteceu com a elaboração do Concílio Vaticano II, pois dentro da própria Igreja havia conflitos entre o clero, visto que alguns tinham uma posição mais progressista e outros uma visão mais conservadora. Tal indicação pode ser encarada como uma movimentação dos agentes dentro do campo religioso católico que lutavam pela permanência dos

como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram. (BOURDIEU, 2008a, p. 50).

valores morais e tradicionais da Igreja, ou que defendiam uma relação da doutrina com temáticas de cunho político-social (comunidades populares).

No jogo pela conquista e manutenção do poder, cada campo possui um agente/representante que tem autoridade de falar em nome do grupo ou da instituição. Na mesma perspectiva, essas disposições dos agentes em manter ou movimentar o campo, em dinamizar o capital adquirido em prol do discurso que se mostra e se quer competente fazem parte do campo de poder. Para Bourdieu (2008a) o campo de poder é o espaço, no qual os agentes disputam o valor do seu capital, ou seja, estão inseridos num espaço de relações de força entre diferentes tipos de capitais. Isso ocorre para determinar quem domina o campo correspondente. A ação desempenhada pelo bispo no campo religioso permite inculcar preceitos ideológicos entre os fiéis. É visto que a Igreja articula sua ação educativa em benefício do controle do poder simbólico no campo religioso. Conforme citamos anteriormente, o trabalho pastoral resultou em práticas executadas e engajadas a uma ação política de um grupo reconhecido na sociedade (Igreja católica) com o auxílio de fiéis e intelectuais leigos. Isso permitiu à Igreja Católica a manutenção do campo religioso e o domínio nesse espaço social. Assim, ela sistematizou estratégias variadas para repensar sua função social diante do enfraquecimento do seu poder simbólico.

O reconhecimento da visão de mundo católica é a expressão do *habitus* religioso incorporado pelos indivíduos, isto é, na terminologia de Bourdieu (1989, p. 61) “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...]; a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”. Por meio do *habitus* incorporado os agentes agem sem perceber “[...] o sentido objetivo que lhes escapa, eles agem como membros de uma classe mesmo quando não possuem consciência clara disso; exercem o poder e a dominação, econômica e, sobretudo, simbólica, frequentemente, de modo não intencional” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p. 26). A rigor, para Bourdieu (1983, p. 61),

[...] *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

Segundo Renato Ortiz, “a expressão ‘estrutura estruturada predisposta a funcionar como estruturante’ significa que a noção de *habitus* não se aplica apenas à interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificação que preexistem às representações sociais” (ORTIZ, 2003, p. 159).

Em relação às fontes, esses dados precisam de uma crítica documental. Conforme Le Goff (1996), a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os “documentos” e os “monumentos”. No século XIX, o historiador aproximava-se do documento, retirava tudo o que fosse necessário para a realização da pesquisa, sendo um bom historiador aquele que se mantém mais próximo dos textos, sem acrescentar. Já no século XX, com a revolução documental, houve uma inversão na prática historiográfica. Na questão do documento/monumento, o autor ressalta a importância do trabalho do historiador, que se remete à crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. Dessa forma, criticar o documento/monumento é compreender que ele não é qualquer coisa que ficou por conta no passado, mas sim pelas circunstâncias em que foi fabricado, pois é um produto das relações de forças do mundo social. Essa análise do documento/monumento remete-se ao pensamento de que o personagem histórico, ao escrever o documento, deposita sua intencionalidade, pois tal documento não é objetivo e sim subjetivo, é fruto de um processo histórico, de relações de forças envolvidas com o poder. Dessa maneira, o documento é monumento, pois “[...] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias”. (LE GOFF, 1996, p. 549). Os documentos são armazenados, perpetuando a influência sobre a memória coletiva.

À luz dos conceitos explicitados acima e dos documentos acessados, estruturamos a dissertação em dois capítulos. No primeiro capítulo, realizaremos uma discussão acerca da criação da DG, articulando à expansão institucional e difusão do catolicismo no território paranaense, abrangendo aspectos históricos relevantes à discussão, sob a hipótese de que a expansão da colonização do território propiciou a disseminação do catolicismo como religião mais adequada, procurando conformar o *habitus* religioso entre os católicos e aproximar Igreja e povo de Deus, bem como confrontar-se as outras religiões consideradas concorrentes no campo religioso.

No segundo capítulo, faremos uma análise da trajetória de cada bispo, levando em consideração sua proximidade à CNBB, envolvimento nos debates promovidos pela cúpula da Igreja em nível regional e nacional, bem como as estratégias pastorais estabelecidas, indicando as continuidades e rupturas nas ações empreendidas pelos prelados.

CAPÍTULO 1

DIOCESE DE GUARAPUAVA: EXPANSÃO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ

Neste capítulo, objetiva-se discutir a presença institucional da Igreja Católica no Estado do Paraná, enfatizando a criação da Diocese de Guarapuava, no contexto de expansão do catolicismo no Estado do Paraná, fator decorrente também do processo de expansão da colonização no território paranaense. Para analisar o processo de constituição da DG, é fundamental a compreensão da ação articulada da Igreja Católica, tendo em vista que essa Diocese fez parte da rede católica de expansão da sua doutrina e do seu poder, assim como de busca de aproximação entre o clero e os fiéis. Desse modo, além de elucidar os aspectos históricos que determinaram a edificação e instalação da DG, busca-se compreender que houve o embate ideológico entre a Igreja Católica e seus adversários, embora, a partir do Vaticano II, o projeto de restauração de todas as coisas em Cristo (Pio X) e expansão do reino de Cristo (Pio XI) tenha sido relativizado. Tal abordagem acerca dos “inimigos” da Igreja Católica fez-se necessário, na medida em que mostra aspectos importantes do cenário político e religioso, bem como os posicionamentos da instituição religiosa diante do papel da Igreja e a ação educativa.

Em síntese, a finalidade deste capítulo é explicar que a criação da Diocese de Guarapuava foi uma estratégia da Igreja, decorrente da própria política eclesiástica, que visou fortalecer a religião católica diante da concorrência religiosa, na qual, espíritas, maçons, protestantes também almejavam firmar-se como alternativas religiosas no contexto do século XX.

1.1 BULA CHRISTI VICES: CRIAÇÃO DA DIOCESE DE GUARAPUAVA

A bula Pontifícia *Christi Vices* é o documento que trata da criação da DG. Este foi validado aos 16 de dezembro de 1965. Vejamos uma passagem do documento que retrata a criação da diocese por Paulo VI (1965 apud MARCONDES, 1987, p. 5-6, grifos do autor):

[...] Portanto, tendo ouvido o parecer de nossos Veneráveis irmãos, os cardeais da Santa Igreja Romana, das Autoridades da Sagrada Congregação Consistorial e, por nossa suprema autoridade, destacamos da Diocese de Ponta Grossa os territórios dos municípios delimitados pela

atual lei civil e que, popularmente se denominam: - Cândido de Abreu, Cruz Machado, Guarapuava, Inácio Martins, Pinhão, Prudentópolis; - da Diocese de Campo Mourão, os municípios Manoel Ribas, Pitanga e Palmital; da Diocese de Toledo, o município de Laranjeiras do Sul; os mesmos criamos a Diocese que com eles será constituída, limitada e se chamará GUARAPUAVA.²¹

Na benção realizada à população e ao clero, o Papa notificou que a nova diocese já possuía um pastor próprio. Após consultar os cardeais da Sagrada Congregação Consistorial, informou que o bispo pertencia à Congregação do Verbo Divino, ao qual o Vaticano outorgou todos os direitos e obrigações inerentes ao bispo. (PAULO VI, 1965 apud MARCONDES, 1987, p. 9). O papa afirma que o eleito enviado possui todas as virtudes episcopais, tais como, piedade, prudência e experiência, e faz algumas recomendações: “[...] é sumamente conveniente, para o nosso bem e o de vossa Diocese, apoiardes suas iniciativas, obedecendo-lhes as ordens e apoiando-o com vossas orações” (PAULO VI, 1965 apud MARCONDES, 1987, p. 5-6). Recomendou que o documento fosse lido pelo atual “diretor” da Igreja perante a população e o clero na Igreja Catedral.

Sendo canonicamente criada, competia à nova diocese do estado do Paraná ser devidamente instalada e receber a nomeação de seu primeiro bispo, representante da ordem religiosa para os municípios desmembrados das antigas dioceses. Posterior à criação da Diocese de Guarapuava, o Núncio Apostólico do Brasil, D. Sebastião Baggio (1966 apud MARCONDES, 1987, p. 11) faz a comunicação ao bispo eleito:

[...] dignou-se benignamente elevar à dignidade episcopal o Reverendíssimo padre FREDERICO HELMEL designando-o à sede episcopal de GUARAPUAVA no Estado do Paraná. Disto se dá ciência ao Reverendíssimo Padre Frederico Helmel, para seu oportuno conhecimento e norma. RIO DE JANEIRO, 24 DE MARÇO DE 1966 [...] Reverendíssimo Padre Frederico Helmel Provincial da Sociedade do Verbo Divino Seminário São Gabriel. Viena – Áustria.

A mesma informação contida na bula emanada do Núncio Apostólico foi confirmada pelo registro do Livro tombo da Catedral Nossa Senhora de Belém. Observemos: “o Exmo Sr Núncio Apostólico junto ao governo Austríaco, Dom Rossi, publicou a nomeação do então reitor do seminário ‘São Gabriel’ em Viena, Frederico Helmel SDV para 1º bispo de Guarapuava”. (LIVRO TOMBO, 1966, p. 17). Após seis

²¹ Salientamos que não tivemos acesso a Bula de Criação da Diocese de Guarapuava. Conforme o padre Acássio E. de Oliveira, esse documento foi perdido, pois os padres e o bispo não sabem o paradeiro do documento.

meses, ocorreu a instalação da DG e a tomada de posse D. Frederico Helmél. Vejamos conforme (LIVRO DE ATAS nº 01 apud MARCONDES, 1987, p. 14):

Aos 26 dias do mês de Junho de 1966, por volta das 16 horas, na Praça fronteira à Igreja Matriz, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, presentes os Exmos. Revmos. Srs. Bispos, abaixo assinados²², altas Autoridades, Membros do Clero Diocesano e Regular, e grande número de fiéis, sob a presidência do Exmo. Revmo. Sr. Dom Manuel da Silveira D'Elboux, arcebispo Metropolitano de Curitiba, Delegado na execução das Bulas Pontifícias, foram lidos, publicamente, os seguintes documentos: 1 BULA APOSTÓLICA "CHRISTI VICES"[...] Decreto de Execução da Mencionada Bula emanada pela Nunciatura apostólica[...] cuja leitura foi feita também em latim e em português.

Com o protocolo cumprido a fim de assumir o cargo eclesial, em 19 de junho de 1966, D. Frederico saiu de Viena e chegou ao Brasil, desembarcando na cidade do Rio de Janeiro. No dia 23, seguiu para a cidade de Curitiba, hospedando-se na residência do Arcebispo. Permaneceu na cidade até o dia 26 de junho. No mesmo dia viajou para Guarapuava em companhia do Arcebispo de Curitiba (Dom Manuel da Silveira D'Elboux), Bispo de Ponta Grossa (Dom Geraldo Pellanda), Bispo auxiliar de Curitiba (Dom Inácio), Bispo auxiliar eleito de Curitiba (Dom Pedro Fedalto), membros do governo e pessoas convidadas. A viagem foi realizada de avião, sendo este do Governador do Estado²³. (LIVRO TOMBO, 1966, p. 10). Na chegada ao aeroporto de Guarapuava, Dom Frederico pronunciou um breve discurso para as pessoas e autoridades presentes. Na Praça 9 de dezembro²⁴, foi executada a leitura das Bulas de Criação da Diocese e de Nomeação do Bispo. Após a leitura dos documentos e dos discursos de boas vindas, o bispo de Guarapuava celebrou a primeira missa. Em seguida, todos se dirigiram para a Catedral, onde o bispo recebeu promessas de obediência de seu clero. Posteriormente, realizaram uma breve visita à residência episcopal.

²² Assinaturas presentes: Frederico Helmél (Bispo de Guarapuava); Armando Cirio (Bispo de Toledo); Geraldo M. Pellanda (Bispo de Ponta Grossa); José L. Mata (SDV- Provincial do Sul); Zaccharias E. Carboni (SDV- Provincial Norte); João Rönning (SVD- Vigário de Pitanga); Marcelo Tonetta (Laranjeiras do Sul); Carlos (Bispo de Palmas); Elizeu (Bispo de Campo Mourão); Dom Albano (Bispo de Apucarana); Monsenhor Pedro Fedalto (Bispo Auxiliar de Curitiba); Manoel da S. D'Elboux (Bispo metropolitano da Arquidiocese de Curitiba) e Pedro (Bispo de Jacarezinho).

²³ Informamos que a viagem do Bispo foi de avião, este do governador do Estado, fazendo menção à autoridade política e eclesial do Bispo, sendo reconhecido pelo poder do Estado.

²⁴ Esta praça fica em frente da Catedral Nossa Senhora do Belém.

As fotos²⁵ abaixo referem-se ao momento da chegada do bispo (discurso) de D. Frederico no aeroporto de Guarapuava. Trazemos as duas fotos por apresentarem ângulos diferentes.

Figura 1 – D. Frederico Helmhel e demais Bispos do Estado do Paraná no aeroporto Trancredo Tomaz de Faria – 26/06/1966



Fonte: Foto nº 40 – Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém.

Na primeira foto, pode-se visualizar a presença do clero. Além disso, D. Frederico (discursando e segurando o solidel) ao lado direito outro representante do clero (D. Geraldo M. Pellanda – bispo de Ponta Grossa)²⁶. Nesta imagem, a sociedade civil e demais poderes, campo político e religioso, admitem como verdadeiro e real a fundação da Diocese de Guarapuava, inclusive, a representação espiritual de seu bispo.

²⁵ Neste trabalho, indicamos que as fotos e as imagens têm um caráter ilustrativo.

²⁶ As outras pessoas não foram identificadas.

Figura 2 – D. Frederico Helmelt discursando no aeroporto



Fonte: Foto nº 41 – Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém.

Nota: Aparecem na foto: João Carlos Prestes Taques (radialista-repórter); ao lado o Major do Exército Amazino Hermógenes Lins; ao fundo, o Ex. Prefeito de Laranjeiras do Sul Alcindo Natel de Camargo, D. Frederico Helmelt; D. Geraldo M. Pellanda (Bispo de Ponta Grossa) e o Prefeito de Guarapuava Nivaldo Passos Kruger. As pessoas foram identificadas pelo próprio radialista João Carlos Prestes Taques na data (11/08/2011), que na época trabalhava na Rádio Difusora AM.

Na leitura da foto, podemos inferir que, naquele contexto histórico, o bispo é visto como uma autoridade política, com representatividade dentro e fora da instituição Igreja. Acreditar que D. Frederico é realmente um bispo, parte da premissa que no posicionamento (corporal – atitudes) no campo religioso compete, a incorporação das verdades da fé católica, sendo presenciadas, de fato, em seus gestos, atitudes, posicionamentos ideológicos, na forma de se vestir, no seu modo de falar, etc. Dizendo de outra forma, o bispo é reconhecido no campo religioso pela maneira como é visto, assim como pela “[...] crença na legitimidade das palavras e daqueles que a pronunciam [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 15). Ressaltamos ainda, que esse cerimonial revela a participação de personagens²⁷ em um ato com o envolvimento religioso, por parte da Igreja, civil, pelos cidadãos, público e particular a instituição.

²⁷ O termo é indicado fazendo menção à pessoa de importância por sua posição social.

A difusão do catolicismo no Paraná e a institucionalização da Igreja católica aconteceram concomitantemente ao processo de expansão da colonização no território paranaense. Em cada período de ocupação do território, na conjuntura do Paraná Tradicional, com a descoberta de ouro em Paranaguá, assim como, posteriormente, com o cultivo da madeira, da erva-mate, café, é possível observar a presença institucional da Igreja, seja por meio de capelas, paróquias, dioceses, escolas, missões, etc.

O que determinou a criação da Diocese de Guarapuava? É possível afirmar que as razões estão associadas ao próprio desejo e necessidade de práticas educativas para os católicos, bem como combater os inimigos externos (não católicos). A fim de problematizar a presença das religiões na cidade de Guarapuava, encontramos registrados no Livro Tombo dados que evidenciam o objetivo da Igreja Católica em manter-se como religião com maior aceitação, agregando o maior número de fiéis. Em 1976, a diocese, auxiliada por Irmã Ajor, realizou um recenseamento do número de fiéis de algumas religiões, inclusive a católica. Nesse censo é possível identificar o número de integrantes de várias religiões, o que indica a preocupação da Igreja Católica com o avanço de outras denominações religiosas na região de Guarapuava. O quadro 1 indica os dados desse censo (Resumo estatístico geral do levantamento religioso na cidade de Guarapuava).

Quadro 1 – Resumo estatístico geral do levantamento religioso na cidade de Guarapuava efetuado em julho e agosto de 1976 por Irmã Ajor e sua equipe.

Pessoas	Católicos	Protestantes	Espírita	Muçulmana	Budista
57.911	52.430 90,5%	5.166 8,9%	282 0,5%	28 0,05%	05 0,009%
Casados 24.651	22.456 38,08%	2.059 3,6%	120 0,2%	14 0,02%	02 0,003%
Crianças					
0 a 6 anos 10.187	9.206 15,8%	944 1,6%	30 0,05%	05 0,008%	02 0,003%
7 a 10 anos 6.545	5.876 10,1%	631 1,0%	33 0,005%	02 0,008%	00 0%
11 a 14 6.113	5.501 9,4%	574 0,9%	36 0,06%	02 0,003%	00 0%
Jovens					
15 a 20 anos 6.429	5.784 9,9%	602 1,0%	43 0,07%	00 0%	00 0%
21... 3.724	3.345 5,7%	356 0,6%	20 0,03%	03 0,005%	00 0%

Fonte: Livro Tombo (1976, p. 42).

Com base no quadro acima, do ponto de vista quantitativo, o número de católicos constitui a grande maioria da população da cidade de Guarapuava. O recenseamento foi dividido por área, abrangendo os católicos casados, crianças e jovens. O maior índice de fiéis católicos apresenta-se com os casais. Entre as outras religiões, destacou-se a protestante, como segunda maior em número de seguidores e em terceiro lugar a espírita. Isso evidencia que os espaços sagrados²⁸ estão dispostos na cidade evidenciando a presença católica. Esses ambientes são visitados pelos fiéis que cultivam o hábito de ir à missa. Porém, muitas vezes as pessoas que se entendem católicas não precisam necessariamente frequentar um ritual ou participar das práticas da religião. Esse levantamento foi realizado no mesmo período das missões populares, realizadas pelos padres redentoristas. Esse trabalho dos missionários objetivou “a preparação espiritual do povo de Guarapuava para a celebração do 10º aniversário da Diocese de Guarapuava, que se realizou em 26 de setembro de 1976.” (LIVRO TOMBO, 1976, p. 42).

Além de registrar o número de adeptos de cada religião, o recenseamento verificava entre as famílias católicas, a situação dos sacramentos católicos nas famílias, como os casamentos para serem legitimados, situação dos casais amasiados, crianças e adultos que não fizeram a 1ª comunhão, crianças sem batismo. Todo esse cuidado na vigilância dos sacramentos, visava, sobretudo, o planejamento das atividades formativas da DG a fim de subsidiar a regularização dessas famílias, que na visão da DG, estavam vivendo de forma irregular. Esse trabalho foi direcionado aos bairros rurais, sendo eles: Jordão; Xarquinho; Alto do Xarquinho; São Sebastião do Rocio; Serraria Dallegrave e Pinho Past.” (LIVRO TOMBO, 1976, p. 42).

Essa pesquisa sobre o percentual de religiões realizada por Irmã Ajour em 1976 evidenciou que na DG o catolicismo representava a religião dominante, embora as práticas dos fiéis católicos nem sempre expressassem as determinações oficiais²⁹. Em razão disso, era preciso investir mais na difusão da doutrina para os jovens católicos. Pelos dados indicados, é possível afirmar que a principal razão da criação da DG estava associada à necessidade de estabelecer espaços

²⁸ O termo refere-se ao espaço físico das Igrejas, capelas, santuários, escolas católicas, catedrais, ambientes que aceitam a doutrina católica como meio de formação educativa.

²⁹ No segundo capítulo é possível perceber as reclamações dos prelados com relação aos comportamentos dos católicos, particularmente pelas práticas religiosas não condizerem com as orientações da diocese.

institucionais da Igreja com o fim de conformar a visão oficial de mundo católica entre os próprios fiéis e controlar o avanço de outras religiões.

Após problematizarmos os dados do censo religioso de Guarapuava, voltemos à análise da expansão populacional no Paraná. Outro fator que esteve aliado ao desenvolvimento da modernização no Paraná, principalmente em Curitiba foi a mudança de estrutura social, expresso de forma material em algumas construções e benefícios, ou seja, na capital, no início do século XX, o panorama da cidade abarcou um cenário repleto de inovações, como a estação ferroviária, novas construções, o movimento de pessoas e de carruagens, as ruas foram pavimentadas. Expandiam-se as fábricas e instalavam-se outras, como o engenho de mate de David Carneiro, etc. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001).

Costumes modernos também foram introduzidos na sociedade curitibana, como os salões de dança, os teatros, cafés, praças, crianças brincando na rua e mulheres conversando, foram alguns dos costumes adotados pela população, cujo ideário, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do Paraná, como em Castro, com o Teatro do Largo do Rosário, em 1904. No início do século XX, muitas cidades paranaenses contavam com a presença dos cinemas e clubes sociais, como o Club Curitybano, o Germânia, em Ponta Grossa e o Club Guaíra, em Guarapuava. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 76).

A rigor, com a povoação do território, foi fundamental que a Igreja Católica acompanhasse essa expansão, edificando em cada região sua representação institucional e simbólica, assim como divulgando os preceitos doutrinários, os rituais, identificando ao Estado o caráter religioso católico. Podemos inferir que a fundação da primeira capela católica em Paranaguá, bem como da primeira Diocese em Curitiba, e outras sucessivamente, foi um processo de difusão do catolicismo nas terras que fariam parte do Paraná, sobretudo, a formalização da institucionalização da Igreja.

No caso da implantação da Diocese de Guarapuava e da posse do primeiro bispo, e no decorrer das atividades pastorais da Igreja, o campo religioso esteve ligado ao campo político. Isso pode ser observado na relação entre a Igreja e o governo do Paraná, quando D. Frederico usou o avião do Governador do Estado, na

época Paulo Cruz Pimentel (31/01/1966 a 15/03/1971) e de membros do governo³⁰, tendo como desfecho da cerimônia um jantar na 26ª Guarnição de Artilharia de Campanha - GAC, salão do quartel do exército. Isso denota que o poder político do Estado do Paraná apoiou a instalação da diocese.

Em relação ao apoio dado pelo poder político, julgamos necessário sinalizar como se encontrava o cenário político no Paraná, durante o período da Ditadura Militar, conjuntura que abarca o contexto da DG. O ano de 1964 marca um período de golpe militar, com a tomada do governo pelo exército, encerrando o governo de João Goulart.

No Paraná, os militares encontravam-se divididos entre os “janguistas” que apoiavam a posse de João Goulart e a devolução dos poderes presidenciais, e, de outro, os contrários, que não aceitavam o governo de Goulart devido à agitação política desse período. Nessa conjuntura, o Paraná era governado por Ney Braga, Coronel do Exército, eleito pelo Partido Democrata Cristão. Em seu governo, possuía apoio da maioria, porém, havia focos de descontentamento. O ano de 1964 iniciou-se com muita agitação nos quartéis. No dia 29 de março de 1964, o comandante interino da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria convocou todos os coronéis em serviço na guarnição de Curitiba para uma reunião, na qual todos decidiram manter a disciplina em qualquer circunstância, manter a hierarquia e combater o comunismo. Nesse momento, os militares paranaenses não falam em golpe militar (1964). (DUTRA, 2004, p. 198).

O conceito de campo político de Pierre Bourdieu auxilia-nos nessa discussão, levando em consideração que o campo político também é um campo de forças, no qual os agentes disputam a dominação simbólica. Recorremos a esse conceito para analisarmos a relação amigável entre o poder eclesial e o político.

A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão. (BOURDIEU, 1999 apud BOURDIEU, 2011, p. 203).³¹

³⁰ O registro do Livro Tombo não apresentou os nomes dos representantes do governo, apenas a expressão “membros do governo” e “representantes do Senhor Governador da Assembleia Legislativa”.

³¹ Conferência de Bourdieu. Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumiere-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Do original *Conference: le champ politique*, publicado no livro *Propos*

No campo político, os agentes envolvidos no jogo pela dominação, disputam entre si em prol da mais apropriada visão de mundo. Aí a necessidade de cada político evidenciar sua compreensão acerca da visão política para determinada sociedade. O termo *nomos*, utilizado por Bourdieu, vem do verbo *Nemo*, que significa operar uma divisão, uma partilha, comumente traduzido por “lei”, que para Bourdieu, é usado como princípio de visão e divisão fundamental, inerente a cada campo. (BOURDIEU, 1999 apud BOURDIEU, 2011, p. 203).

Desse modo, o Governador do Estado do Paraná, ao disponibilizar seu avião para a viagem do bispo, tentou ao fazer essa gentileza mostrar reconhecimento por um tipo de autoridade que julgava importante. Com essa atitude os agentes do campo político aproximam-se da esfera do campo religioso, a fim de obter o respaldo da Igreja diante da realidade política da época. Assim, partilhando de um universo simbólico, a instituição política aproxima-se da instituição católica, para que o grupo já constituído por ela reconheça o poder político como aliado do seu campo religioso. Nesse aspecto, é comum os políticos aproximarem-se da instituição religiosa, pois impõem para a sociedade a pretensão pelo cumprimento de seus objetivos comuns. Por outro lado, à Igreja, tal aproximação é fundamental, pois significa ter acesso às benesses do próprio Estado, como por exemplo, políticas públicas favoráveis ao ideário católico, seja concedendo isenções de impostos ou financiamento para aberturas de obras religiosas e assistenciais.

Em qualquer campo, “[...] como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado” (BOURDIEU, 1999 apud BOURDIEU, 2011, p. 201). A conduta do Governador em auxiliar o bispo, foi possível devido à posição hierárquica que ela ocupava no Estado, pois sua presença denotou, na conjuntura, a legitimidade de seu poder simbólico, sem questionamentos por parte dos adversários do campo político. Com esse ato, a instituição política, representada pela força máxima no campo, o Estado, ficou bem “visto” diante dos integrantes do campo religioso católico, particularmente entre os representantes do clero católico.

Além de nutrir um bom relacionamento com o Governador do Estado, D. Helmel teve vínculos com o poder Político Militar, na conjuntura da Ditadura Militar,

estratégia essa que denotou o reconhecimento por parte da Igreja da estrutura do campo político no Brasil e municipal.

Na foto abaixo, D. Frederico participou de um jantar festivo no salão do Exército em Guarapuava - 1971, momento que evidencia esse comportamento da Igreja Católica em Guarapuava.

Figura 3 – Jantar no salão nobre do Exército em Guarapuava, 1971



Fonte: Foto nº 56 – Arquivo da Catedral Nossa Senhora do Belém.

Nota: Jantar realizado no salão nobre do Esquadrão de Cavalaria de Guarapuava em 1971. Aparecem na foto D. Frederico Helm, na esquerda, Coronel Saldanha e na direita Coronel Uzeda.

Nesse jantar, verificamos o envolvimento entre o poder militar e poder eclesiástico, ambos inseridos no mesmo espaço social, exercendo poderes diferentes. Com certeza, nesse momento histórico, deveriam estar celebrando algo, prática comum nas celebrações da Igreja, como na posse do bispo da nova diocese. A leitura dessa foto não nos permite afirmar em quais circunstâncias D. Frederico aceitou o convite para o jantar. Uma das possibilidades pode ter sido, por sua avaliação que, não ir ao jantar chamado pelos militares em 1971, poderia causar interpretações pouco confortáveis. Ou poderia ser uma reunião por diversos motivos, como por exemplo, planejamento para arrecadação de alimentos para a Igreja.

O bispo demonstra uma relação amistosa com os representantes do sistema político adotado na Ditadura Militar, pois o poder disciplinador do Exército estava

inserido na sociedade, o que de certo modo esteve atrelado ao caráter disciplinador da Igreja Católica. Nesse sentido, evidencia-se o papel educativo do bispo, objetivando tornar os fiéis católicos em bons cidadãos, devendo viver de acordo com as diretrizes católicas, respeitando a ética do campo religioso, bem como reconhecendo a legitimidade do poder político.

A postura da Igreja Católica no Brasil entre 1940 e 1970, liderada por D. Sebastião Leme, foi de aproximação com o Estado, através de grupos, obtendo um bom relacionamento com os governantes, desestimulando qualquer hipótese de criação e articulação de um grupo partidário católico. Assim, adotou-se na Igreja a mentalidade de orientar os fiéis sobre o dever do voto, e, principalmente, divulgar entre o povo católico em quem votar. O clero, padres, bispos, párocos, deveriam rigorosamente estar alheios às lutas partidárias. Cabiam aos leigos, membros das associações religiosas, “[...] percorrer as residências, espalhar os folhetos [...] com vistas a esclarecer e orientar os eleitores católicos. Os quais deveriam [...] examinar os candidatos [...] qual a posição do candidato perante a Igreja?” (PIERUCCI; SOUZA; CAMARGO, 1984, p. 349). Os autores afirmam que o alvo dessa atitude da Igreja era desarticular o partido comunista.³²

Por meio dessa prática incutida entre os católicos, a Igreja reforçou sua missão de barrar o discurso comunista, contrário ao catolicismo, garantindo o reconhecimento autêntico aos grupos partidários favoráveis à doutrina da Igreja.

Bourdieu (1998) quando escreveu *A Economia das Trocas Simbólicas* discutiu a relação existente entre os dois campos em questão: o campo político e o campo religioso. Afirmou que a “a Igreja contribui para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, [...] contribui para a manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1998, p. 70). Diante da imposição de uma ordem de compreensão do mundo, de ditar as regras de como agir na sociedade, é, sobretudo, a forma pela qual os indivíduos agem no espaço social, aceitam e são guiados por uma organização política e religiosa, que visa fornecer modos de condutas e percepção de mundo, de acordo com as regras de cada campo.

³² Não queremos discutir a presença da Igreja no cenário político do voto, na formação dos partidos católico. Trazemos essa discussão a fim de evidenciar que o clero deveria estar neutro, do ponto de vista de organização de um partido, porém articulado às elites políticas. Porém, os católicos votantes deveriam examinar a conduta pessoal do candidato que adotava a doutrina católica e seus valores. Nesse aspecto, a Igreja, por meio do laicato, deveria orientar os fiéis na escolha dos candidatos, privilegiando aqueles que eram favoráveis aos preceitos do catolicismo.

Assim, a Igreja tem em vista organizar os bens de salvação, propõem pensamentos de compreensão e ação ao indivíduo na sociedade, visando para o fim último que é a aceitação, o reconhecimento da Igreja Católica e sua doutrina como responsáveis pela salvação humana. No campo político, a lógica é a mesma. Os discursos políticos são realizados e aplicados a fim de garantir o melhor modo de ação política na organização das sociedades, o que não deixa de ser uma forma de direcionar os bens simbólicos próprias do campo político.

A estrutura política como a estrutura religiosa, consegue a manipulação devida “[...] imposição e a inculcação de esquemas de pensamentos comuns, bem como pela afirmação ou reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica [...] reforçando a crença coletiva” (BOURDIEU, 1998, p. 70). Com a concretização da ação solene de tomada de posse de D. Frederico, iniciando com o discurso no aeroporto, depois com a carreata até a Igreja Matriz, com a leitura dos documentos de criação e instalação da DG, com a visita do bispo e seu clero até a residência episcopal, encerrando com a missa solene, denotou a manipulação simbólica da Igreja, representada na figura do bispo diocesano.

Os jornais da época também noticiaram a chegada do bispo no território paranaense. No jornal *Folha do Oeste*, de 27 a 04 de julho de 1966, a notícia ganhou destaque de primeira página.

Guarapuava recebeu domingo festivamente, seu primeiro Bispo, D. Frederico Helmel. A recepção a máxima autoridade eclesiástica do bispado ocorreu às 10 horas, no Aeroporto Tancredo de Faria, quando D. Helmel desceu do avião especial. Após os contatos oficiais que tiveram lugar no Aeroporto, foi realizado um grandioso desfile de carros em direção à praça da catedral de Nossa Senhora do Belém [...] o novo bispo foi saudado pelo Prefeito Nivaldo Passos Kruger e Dr. Osman Caldas, 1º Promotor Público da Comarca. (FOLHA DO OESTE, 1966b, p. 1, grifos do autor).

A notícia foi redigida com ênfase para os leitores. As palavras sublinhadas na citação acima demonstram a aceitação do bispo e seu reconhecimento. As palavras “máxima, grandioso, especial” denotam a relevância do acontecimento, ou seja, de a cidade estar recebendo uma unidade eclesiástica: o bispado, principalmente pelo envolvimento do campo político.

O mesmo jornal já anunciava a presença da diocese na cidade, bem como, o desejo dos “guarapuavanos” em receber um bispado, o que indica o reconhecimento e aceitação da dominação simbólica. Na edição semanal de 13 a 20 de junho de

1966, sob o título *Vida Católica*, o jornal noticiou como a sociedade católica articulou-se diante da ideia da cidade ser sede de um bispado.

Guarapuava estava sendo cogitada como sede de um bispado ou ao menos como prelazia. Em 1924 quando eram estudadas as novas sedes de bispados no Paraná, a Nunciatura Apostólica propunha uma sede de bispado ou de prelazia em Guarapuava para atendimento espiritual a todo o Oeste e Sudoeste paranaense. Como na época não havia meios de comunicação e transporte para aquelas regiões do Estado, preferiu-se colocar a sede de uma prelazia em Foz do Iguaçu, ficando a Congregação do Verbo Divino na direção da mesma. [...] A Diocese. Em abril de 1957 as autoridades civis de Guarapuava enviaram um abaixo-assinado a D. Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil, pedindo a criação do bispado de Guarapuava [...] o desejo tão longamente acalentado pelo povo de Guarapuava realizou-se em 1965, quando foi criada a diocese. (FOLHA DO OESTE, 1966a, p. 7).

Após indicarmos como se deu a difusão da notícia da criação do bispado, voltemos à análise do envolvimento entre poder eclesiástico e político. Assim, além da movimentação da Igreja, houve a organização política, pois os representantes do governo do Paraná, como do poder municipal, o Prefeito Nivaldo Krüger, marcaram presença no rito cerimonial, acompanhando o processo de instalação da diocese.

Em relação ao poder político do Estado, destacamos que o Governador Paulo Pimentel mantinha um relacionamento com o poder eclesiástico no Paraná. Segundo o Governador, em entrevista realizada em 19 de maio de 1996³³, o mesmo disse que tinha convencido o Presidente da República, Costa e Silva, a visitar o povo de Curitiba, por motivos políticos. Para essa visita, o Governador Paulo Pimentel organizou o encontro, contando com o auxílio dos bispos e arcebispos. Trazemos um trecho da entrevista que faz alusão ao engajamento do governador com o poder eclesiástico:

[...] voltei ao Paraná. Quando cheguei em Curitiba, novo chamado, agora para ir a Brasília. Conversa vai, conversa vem, convenci o Presidente a vir para o Paraná. Mas, ainda aí, eu tinha que mostrar ele ao povo. Aí foi o grande drama da história. Visitei todos os Bispos do Paraná, visitei o Arcebispo, visitei todo mundo que eu poderia visitar, e acertei. Quando organizei tudo [...] ele veio, foi excepcionalmente bem recebido, o povo me prestigiou, desceu no aeroporto viemos de carro até a Catedral e, ali, fiz o motorista parar o carro [...] caminhamos a pé da catedral até o Palácio do Iguaçu. (PIMENTEL, 1996 apud FARIA; SEBASTIANI, 1996, p. 65, grifos nossos).

³³ Entrevista do Governador Paulo Pimentel para Enéias Farias e Sylvio Sebastiani.

Na citação acima, podemos observar que os bispos foram consultados pelo Governador e deram apoio ao empreendimento do mesmo, pois o local para o passeio entre os políticos foi a Catedral de Curitiba.

Na mesma entrevista, localizamos um dado importante que confirma o envolvimento político do Governador Paulo Pimentel com a Família Mattos Leão. Essa família pertence ao cenário político guarapuavano. Na época da eleição do Governador Paulo Pimentel, o senhor João de Mattos Leão era o Prefeito de Guarapuava. Na sua campanha política, o candidato a Governador, Paulo Pimentel, que na época era Secretário de Agricultura do Governo de Ney Braga, evidenciou que seu maior comício foi realizado em Guarapuava. Vejamos esse trecho na entrevista:

[...] (João de Mattos Leão – Filho faz a pergunta ao governador) quando chegou em Guarapuava, ainda Secretário da Agricultura e candidato à Governador do Estado do Paraná, numa festa, num churrasco, [...] sentou-se ao lado de um senhor gordo e este senhor, dada a sua pouca idade, perguntou-lhe se o Secretário da Agricultura já havia chegado. Você riu e disse: “O Secretário da Agricultura sou eu.” Este é um fato pitoresco e esse senhor era Prefeito de Guarapuava, o meu saudoso e querido pai. Lembra-se desse episódio? (Paulo Pimentel) A família Mattos Leão é muito ligada à mim, e para só registrar: o maior comício da minha campanha política para o Governo do Estado foi em Guarapuava. (PIMENTEL, 1996 apud FARIA; SEBASTIANI, 1996, p. 72-73).

O fragmento acima evidencia a rede de sociabilidade entre os políticos, do Governador do Paraná com a Família Mattos Leão. Não obstante, essa sociabilidade também implica que na instalação da Diocese de Guarapuava, o Governador auxiliou a viagem do Bispo devido à relação política com a cidade.

A fim de alicerçar nossa análise sobre a relação do poder eclesiástico com o poder político, trazemos dados sobre a celebração na Câmara de Vereadores de Guarapuava, em 28 de agosto de 1966, quando o Sr. Nuncio Apostólico recebeu o título de Cidadão Honorário de Guarapuava, na qual o Sr. Prefeito esteve presente.

Figura 4 – O Núncio Apostólico D. Sebastião Baggio recebendo o título de Cidadão Honorário de Guarapuava



Fonte: Foto nº 44 – Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém.

Nota: Estão presentes o Sr. Núncio Apostólico e ao lado, o Sr. Prefeito de Guarapuava Nivaldo Krüger e o radialista Ari Antônio de Oliveira Junior.

O campo religioso como o campo político estão inseridos em um campo maior, que, conforme Bourdieu (2008a), é um campo diferente dos outros, sendo o campo do poder, no qual existe a disputa por diferentes tipos de capitais. Os agentes pertencentes a diferentes campos e munidos de certo capital, como o capital cultural ou econômico, disputam nesse espaço de forças, que é o campo do poder, a dominação do campo. Assim, a autoridade simbólica, presente no campo de poder, executada pelas instituições, como a Igreja e a instituição política, terá reconhecimento quanto mais os agentes da sociedade estiverem propensos à aceitação da sua legitimidade.

O discurso de D. Frederico era reconhecido até entre os intelectuais paranaenses, como por exemplo, David Carneiro, intelectual que esteve presente na inauguração da FAFIG. Este defendia a valorização da ciência e do amor como fundamento de sua característica teórica. Cabe destacarmos que D. Frederico esteve no ato cerimonial da inauguração da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava FAFIG, atualmente Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, juntamente com as autoridades políticas.

Na foto abaixo, evidenciamos a circulação do bispo no campo acadêmico, compondo a mesa junto com o Prefeito de Guarapuava Moacir Julio Silvestri.

Figura 5 – Dom Frederico Helmhel profere palestra na inauguração da FAFIG



Fonte: Boletim Diocesano (abr./maio 2011, p. 27).

Nota: Aparecem na foto D. Frederico, tendo a sua direita, Nildo Paes de Campos e Nilson Rodrigues, a sua esquerda, Francisco Contini, Moacir Fantini, Moacir Julio Silvestre, o então comandante da Unidade Militar e Edson Sanches.

No dia 02 de março de 1970, D. Frederico realizou um discurso no ato cerimonial da inauguração da FAFIG. Na foto, o rito cerimonial foi presidido pelo Bispo, o qual também foi escolhido como primeiro Presidente do Conselho de Curadores. (BOLETIM DIOCESANO, abr./maio 2011, p. 27).

No *Jornal de Guarapuava* localizamos o discurso proferido pelo bispo³⁴.

Neste grande empreendimento sente-se engajada também a Igreja de Guarapuava nesse momento representada pelo seu bispo [...] e neste sentido, pois, de promover o homem do 3º planalto em todas as suas dimensões que a Igreja presta sua colaboração a esta Faculdade de Filosofia e apresenta seus sinceros agradecimentos às autoridades do Estado e municipais, deseja ela, e é do propósito de todos nós, formarmos aqui o novo homem do Centro-Oeste Paranaense, que será sem dúvida o homem técnico, o homem intelectual, mas antes de tudo o *homo sapiens*, o homem sábio, capaz de iniciar a marcha para o futuro neste início de segunda etapa da história guarapuavana [...] pois assim cumpriremos a vontade do Criador e levaremos as criaturas aos Braços do Pai. (JORNAL DE GUARAPUAVA, 1970, p. 1).

D. Frederico também recepcionou o Presidente Militar, Ernesto Geisel, em 1976, quando este visitou Guarapuava e Entre Rios devido às eleições municipais de 1976. (CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA

³⁴ Por se tratar de um discurso longo, priorizamos o trecho no qual o bispo fala sobre a Igreja e a Universidade.

CONTEMPORÂNEA, 2012). Geisel governou a República do Brasil de 15/03/1974 a 15/03/1979. (GALERIA DOS PRESIDENTES, 2011).

Figura 6 – Presidente Geisel no Distrito de Entre Rios – 1976



Fonte: Boletim Diocesano (abr./maio 2011).

Desse modo, a presença da Diocese em Guarapuava significou a efetivação de uma estrutura eclesial com o objetivo de aproximar Igreja e fiéis, assim como buscar a conformação de um *habitus* religioso condizente com as orientações clericais. A difusão da doutrina foi possível com o empenho de D. Frederico Helmelt, 1º bispo que direcionou ações educativas para os católicos, após a criação do bispado. Para esse fim, o prelado circulou nos espaços sociais da cidade, como no eclesial, político, cultural e educacional. Assim, mantinha relações amigáveis com o poder nos respectivos campos. Isso possibilitou associar os valores da religião com os líderes desses campos, o que resultou no apoio do poder político, prefeitos e exército na defesa da moralidade católica, certificando ao espaço social a lógica de mundo, guiada pela ordem política e católica.

1.2 PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE BELÉM: CIRCUNSCRIÇÃO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA (1930-1965)

Esta seção tem por finalidade discutir aspectos pertinentes para a problematização do objeto de estudo, tendo em vista, que mesmo pertencendo ao

espaço jurisdicional da Diocese de Ponta Grossa, tal período foi relevante ao processo de expansão do catolicismo no território guarapuavano.

Por meio da autoridade do papa Pio XI, com a criação da Bula Pontifícia *Quun in dies numerus* (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 2010), a Diocese de Ponta Grossa foi criada canonicamente em 10 de maio de 1926 e sua instalação deu-se somente em 1930, tendo como primeiro bispo Dom Antônio Mazzarotto. No Livro Tombo também encontramos relatos do pároco de Guarapuava fazendo alusão à nomeação do bispo D. Antônio Mazzarotto. (LIVRO TOMBO, 1930, p. 117-118). Vejamos o pensamento do papa Pio XI (1926) na Bula Pontifícia acerca da presença católica no território do Paraná:

Visto crescer de dia para dia o número dos fiéis, é oportuno se desdobrem as Provincias eccleasticas já existentes, e novas dioceses se erijam para que possam os Bispos assim, e mais facilmente, apascentar e regêr e guiar o rebanho do Senhor que lhes está confiado. Dentro desses moldes se ajusta no Brasil, a diocese de Corityba, cujas extensas fronteiras coincidem com as do Estado do Paraná, e cujo número de fiéis rivaliza com o número crescente dos habitantes. É de justiça, portanto, o interesse dessas almas se consulte mediante condizente recurso. (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 2010).

Esse pensamento retrata a expressão da presença católica no Estado, o que facilitava a articulação das ações educativas para os fiéis, visando manter e perpetuar o espírito religioso católico para a crescente camada da população católica, que na ótica papal necessitava de encaminhamentos para a postura de vida e conduta humana na sociedade. Com a jurisdição do bispo de Ponta Grossa, mais fiéis tiveram acesso e agilidade nos processos sacramentais.

Uma das ações importantes da Igreja Católica foi a criação de escolas. Sobre o trabalho pastoral/educativo, no movimento religioso do ano de 1926, foram registrados, no Colégio Católico Nossa Senhora de Belém, 134 alunos (35 meninos e 99 meninas); na Escola Paroquial São José, 80 alunos (32 meninos e 48 meninas). (LIVRO TOMBO, 1926, p. 109). Após a criação da Diocese de Ponta Grossa, em 1930, foram registrados, no movimento religioso, 370 alunos nos Colégios Católicos e 657 aulas de catecismo. (LIVRO TOMBO, 1930, p. 126).

A Diocese de Ponta Grossa compreendia os seguintes municípios: Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória. (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 68 apud PEREIRA; ZULIAN, 2006, p. 82).

Como representante da autoridade católica na diocese, Dom Antônio Mazzarotto realizou viagens para as paróquias distantes da sede jurisdicional.

Contudo, além de seus escritos nas cartas pastorais, destinados como fonte de orientação na diocese, nas diversas paróquias e igrejas, Dom Mazzarotto realizou um trabalho de difusão do catolicismo pessoalmente, voltado às visitas pastorais de suas respectivas paróquias, igrejas e capelas, sob jurisdição da Diocese de Ponta Grossa, tendo na conjuntura de 1930 56.550 KM². Suas viagens eram realizadas de carroça, a cavalo ou a pé, tendo como viagem mais extensa à paróquia de Guarapuava, a qual durou seis meses. (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 2010). O próprio D. Mazzarotto realizou o registro no Livro Tombo (Paróquia Nossa Senhora de Belém) acerca de sua visita pastoral, que se realizou de 9 de maio de 1933 a 17 de dezembro do mesmo ano. Segundo o bispo, a Paróquia de Guarapuava era composta por uma vasta região territorial, não desfrutando de muitas estradas e recortadas por vários rios que, por coincidência das chuvas, tornam-se perigosos. Sobre a população, disse ser um povo rude e sertanejo. (LIVRO TOMBO, 1933, p. 127). Ainda retratando a visita, fez menções sobre a situação da sede paroquial, capela e bairros. Vejamos:

[...] empregar todos os meios para a catechese do povo rude e ignorante e fazer-lhe conhecer as noções mais indispensáveis do catecismo. A Congregação da Doutrina Christã, fundando-se aos poucos e na medida do possível nas principais capellas, e a palavra insistente dos sacerdotes tendente a esclarecer a consciência dos pais no cumprimento do gravíssimo dever da educação dos filhos e o ensino do catecismo ministrado pelos sacerdotes às crianças e aos adultos [...] as associações religiosas da sede parochial foram durante nossa visita acrescidas da Obra Pontifícia da Propagação da Fé, Obra Católica por excelência e pela qual tanto se empenha o nosso padre Pio XI. (LIVRO TOMBO, 1933, p. 118).

No caso de Guarapuava, sob a ótica de D. Mazzarotto, o povo da região carecia de imediata orientação nos preceitos católicos, principalmente na questão dos princípios educativos voltados ao trato da educação catequética, cabendo aos pais serem introduzidos nas verdades da fé, incorporando-os e praticando-os. Aí a preocupação de tornar a Igreja como centro de fomentação das verdades do catecismo. Dessa forma, atingindo os pais para que, exerçam sua tarefa de educação dos filhos, associados com o trabalho educativo da Igreja. Outra questão relevante que se destaca na observação do bispo, diz respeito aos colégios religiosos. Sobre os colégios católicos, afirmou o bem que tal ensino formal traz para os jovens, pois “[...] a Congregação Mariana dos jovens é um dos formosos rebentos

do collégio, destinados uma e outro a formar os nossos homens de amanhã, os futuros cathólicos defensores e propagadores da religião” (LIVRO TOMBO, 1933, p. 118).

Em 23 de abril de 1940, retornou a Guarapuava para outra visita pastoral, na qual suas orientações pautaram-se na preocupação do preparo dos ritos sacramentais e no manejo dos sacerdotes na orientação da fé para adultos e crianças. Nessa passagem por Guarapuava registra:

Visita Pastoral. No fim do anno passado e no começo deste, percorremos pela segunda vez a paróchia de Guarapuava. Apesar de, após a nossa primeira visita em 1933, ter sido ella desmembrada e criadas mais 2 novas paróchias: Laranjeiras e Pitanga, que foram pela Santa Sé, anexas à Prelazia de Foz do Iguaçu, mesmo assim é muito vasta e continua a ser a maior paróchia da Diocese. Por causa desta extensão e estando, por isso, o povo em geral rude, disseminado no enorme território, a visita parochial aos bairros sempre a cavallo, torna-se fatigante e exige dos Sacerdotes espírito de verdadeira abnegação e zelo. O povo necessita ser ensinado nas verdades mais rudimentares do catecismo. Todas as circunstâncias e ocasiões devem pelos sacerdotes ser aproveitadas para ministrar, tanto às crianças como aos adultos, o ensinamento dos elementos mais necessários da religião. (D. ANTONIO MAZZAROTTO, 1940, p. 147-148).

Outra ação educativa pastoral eficiente foi atribuída aos missionários. Em 1938, a cidade recebeu as Santas Missões, realizadas pelos padres Redentoristas. O número das confissões foi de 1.010 e o das comunhões 2.595. Em 1943, realizaram-se novamente as Santas Missões, pelos padres Franciscanos. O resultado do trabalho missionário consistiu em 397 casamentos, 26.684 confissões e 51.640 comunhões. (A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO, 1945, p. 85-89).

Ao enfatizar o aspecto do ensino religioso na paróquia Nossa Senhora de Belém, a Circular nº 15 (1935) tratou do ensino religioso para o povo, especificamente para os frequentadores da missa. Essa circular direcionou o trabalho da Igreja na paróquia, devendo haver em cada domingo uma explicação do catecismo para os adultos, no próprio ritual da missa, de acordo com a hora mais apropriada para a abordagem religiosa. (LIVRO TOMBO, 1935, p. 134).

O bispo diocesano de Ponta Grossa também direcionou sua ação educativa para os imigrantes da Colônia Vitória. A região da Colônia Vitória, atualmente, Distrito de Entre Rios, compreende o território da DG. Este distrito é conhecido como a Colônia dos Alemães ou Colônia Agrária, devido à cultura germânica, e principalmente, da organização em Cooperativas. Entre Rios foi criada em 1951 pelos imigrantes expulsos da Iugoslávia, devido às consequências da II Guerra

Mundial. Possuem características peculiares à sua origem, como a língua, a religiosidade e as tradições suábias. (TEIXEIRA, 2010).

Em Ponta Grossa também houve a preocupação da Igreja Católica com os imigrantes, principalmente em relação aos imigrantes não-católicos. Segundo Zulian (1998), as Irmãs Servas do Espírito Santo instalaram-se em Ponta Grossa e temiam os ataques dos imigrantes descrentes da religião católica. Porém, conforme a crônica das Irmãs, por diversas vezes a Congregação recebeu a solidariedade dos imigrantes russo-alemães, contando com a proteção à integridade da casa e das irmãs, nas ocasiões de mudança de prédio. (ZULIAN, 1998, p. 184). Assim, segundo a crônica, fundou-se em Ponta Grossa, em 1908, uma escola para imigrantes alemães e poloneses. Em 1933, os alunos poloneses começaram a frequentar a Escola das Irmãs da Sagrada Família, de origem polonesa. (ZULIAN, 1998, p. 188).

Abordou-se a questão da presença dos imigrantes em Ponta Grossa por ser uma característica comum presente na constituição do Paraná, levando-se em consideração que em Guarapuava também houve a presença de imigrantes. Da mesma forma, o bispo sentiu necessidade de recebê-los com o carisma católico. Sobretudo, sua visita demonstrou que no território da Diocese de Ponta Grossa, já existia uma estrutura religiosa católica legitimada. Nesse sentido, a atitude do bispo somente fez acentuar que os novos (imigrantes suábios) deveriam reconhecer a presença da instituição, e ainda, conquistando-os para vivenciar a visão de mundo católica emanada do Vaticano.

Em suma, no período em que a Paróquia de Guarapuava ficou circunscrita à Diocese de Ponta Grossa (1930-1965), sob a égide de D. Antônio Mazzarotto, percebe-se a relevância da paróquia diante das ações educativas do seu bispo. Por se tratar de um território grande e em expansão, todavia deficiente da ação católica, práticas educativas visavam o trabalho pastoral voltado para o povo da região, fornecendo um ensinamento religioso nos moldes do catolicismo oficial, além de uma visão educativa formal nos preceitos religiosos. Esses ensinamentos foram embasados no projeto de expansão da Igreja, principalmente na ótica educacional e espiritual, o que pode ser observado nos apontamentos do bispo em relação a preocupação do ensino católico, do papel do leigo como auxiliar do sacerdote na transmissão dos ensinamentos religiosos, principalmente com a preocupação de difusão dos ensino religioso (catequético) aos adultos e, posteriormente, para as

crianças e adultos. No que tange à difusão do catolicismo, as visitas pastorais foram um mecanismo de ligação entre o bispo e sua diocese.

1.3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE DIOCESES: ESTRATÉGIAS DA IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ

A religião, no Paraná, foi marcada, inicialmente, pela presença dos padres jesuítas e pela criação da primeira capela, em 1677, Nossa Senhora das Mercês, na Ilha das Cotingas, e demolida em 1699, posteriormente reconstruída na Vila de Paranaguá, em 1700. O território do atual Paraná pertencia ao poder eclesial (bispado) da Bahia e, mais tarde, aos bispados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O primeiro bispo do Paraná, D. José de Camargo Barros, assumiu seu cargo no dia 26 de setembro de 1894, celebrando a primeira missa na Igreja matriz da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. (BRAZ, 2000). Nesse aspecto, a criação da Diocese de Curitiba tornou-se um marco importante na difusão dos preceitos católicos no Estado, sendo esse bispado o precursor da institucionalização da Igreja Católica no Paraná.

Outras religiões também buscavam estabelecer suas doutrinas como modelos espirituais. Conforme Flamarion Laba da Costa (2001), no século XIX e início do XX, espíritas e católicos enfrentavam-se devido ao choque de diferentes concepções. No Brasil, a situação tornou-se agravante devido à mudança política, passando do sistema Monárquico para o Republicano. De tal modo, o discurso espírita pautava-se em combater as críticas dos católicos, como também de alguns protestantes e evangélicos. Posterior à década de trinta, com Getúlio Vargas assumindo o poder, representante máximo no campo político, houve a presença de um novo discurso no Brasil, passando pela esfera política e educacional. Isso foi possível, tendo em vista que o espiritismo encontrou condições melhores de estrutura, com o surgimento das federações estaduais, como a Federação Espírita do Paraná, em 24 de agosto de 1902. (COSTA, 2001, p. 95-96). No artigo intitulado *A presença espírita na cidade de Palmital*, Rosimara Machado e Flamarion Costa (2008), analisam o processo de instalação do espiritismo na cidade de Palmital, na década de 1990, município esse próximo a Guarapuava, cerca de 160 km. O estudo sobre o espiritismo nessa região deu-se a partir da análise de um pequeno grupo, formado a partir da residência na cidade da família Felipe, tendo como patriarca o

senhor Celso Felipe, que veio a residir na região no ano de 1970, devido as atividades comerciais. As leituras da obra de Kardec eram feitas em casa. Houve a rejeição por parte da parcela predominante religiosa, que é a religião católica. Assim, implantar o espiritismo em Palmital foi um caminho difícil.³⁵

O desempenho da doutrina espírita no Brasil, sua organização na sociedade, possibilitou a demonstração de seus preceitos e a organização prática de suas ideias no cenário social brasileiro que, na conjuntura da época, fora palco de renovações, nos aspectos político, social e econômico. Cabe ressaltar que, no cenário educacional, especificamente, na escolarização da infância, os espíritas contribuíram com práticas de assistência e escolarização. Essas práticas surgem nos asilos ou abrigos, como por exemplo, o Abrigo Thereza de Jesus (1919) na Tijuca-RJ. (AZEVEDO, 2010, p. 295). Em “Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX”, Alexandre Azevedo abordou uma discussão sobre as práticas espíritas da assistência e escolarização, problematizando as razões e os interesses espíritas nesse âmbito³⁶.

José Murilo de Carvalho (2005) em seu livro *A formação das Almas*, aborda a questão da disputa pelo reconhecimento autêntico do poder, construindo o imaginário da República a partir da passagem do sistema Imperial à República. Discute como representantes do poder usavam elementos do positivismo para conformação do imaginário dos brasileiros. Já na introdução, o autor indica as linhas de pensamento que permeavam o cenário político republicano, o jacobinismo à francesa, o liberalismo à americana e o positivismo. Nessa disputa entre as correntes de pensamento, o liberalismo vence as demais. Assim, os positivistas estiveram presentes nas batalhas simbólicas, tendo o respaldo em suas atuações no cenário brasileiro, os preceitos de Augusto Comte e a concepção dos ortodoxos sobre a tática política que deveria ser adotada no Brasil. Essa tática objetivava tornar a República um sistema de governo aceito pela população, sobretudo, amado.

³⁵ Sobre a revisão de literatura não encontramos obras suficientes que tratam do espiritismo no Paraná. Conforme o estudioso do assunto, Flamarion Laba da Costa, em outros Estados, como no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, existem estudos sobre o tema do espiritismo. No cenário paranaense, é considerado um centro de fontes espíritas a cidade de Ponta Grossa. Porém, não existe literatura que trate dessas fontes. Sobre o espiritismo em Guarapuava, o autor realizou um levantamento de fontes no Jornal Folha do Oeste, tendo catalogado a primeira em 1946 e a última em 1977, informações essas vinculadas ao Centro Espírita.

³⁶ Trazemos esta discussão, a fim de evidenciar que no Brasil, práticas diferentes da católica faziam-se presente, de início, no Rio de Janeiro. Como uma instituição que dialoga e articula suas estratégias, logo as práticas espíritas se instalaram no Paraná.

Utilizaram formas de representar na sociedade o estilo positivista, por meio do arsenal de heróis, como o personagem Tiradentes, dos hinos e até mesmo da figura da bandeira brasileira, com a máxima “Ordem e Progresso”.

Os positivistas são considerados pela Igreja Católica como seus adversários. Pregavam o discurso laico, sendo inserido na sociedade brasileira, em diversos âmbitos, como por exemplo, na educação, com a ideia do discurso laico e dos postulados científicos.

Roque Spencer Maciel de Barros (1986) em *A Ilustração brasileira e a ideia de Universidade*, abordou a ideia de Universidade, entre 1870 a 1889, período esse marcado por fatos importantes, como a instauração da República no Brasil, bem como as ideias liberais. Assim, trabalhou com a questão da Ilustração, sendo essa uma herança histórica, tendo sua raiz nessa conjuntura, momento histórico que abordou a fase de plena confiança, com a crença de que todos os problemas do país seriam resolvidos por meio das ideias liberais. Assim, “os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a ‘ilustrar’ o país; a ‘iluminá-lo’ pela ciência e pela cultura; a fazer das escolhas ‘focos de luz’, donde haveria de sair uma nação transformada” (BARROS, 1986, p. 9-10). Porém, as ideias liberais passaram por momentos conflitantes com outros projetos. Como a mentalidade dominante no país era o conservadorismo, como o próprio autor expõe, no Brasil, ele se fez sinônimo de catolicismo. Desse modo, o catolicismo foi visto como o principal adversário dos ideais liberais.

Da mesma forma que o positivismo pregou o amor à pátria, centralizando seus discursos no apreço pela produção de conhecimento aliada à ciência, como no caso a criação da Sociologia por Comte, na situação nacional, o positivismo visava manter uma ordem política pautada nesses fundamentos, criando um imaginário nacional sem a intervenção religiosa católica. No Paraná, algumas trajetórias de intelectuais também estiveram associadas ao movimento positivista, entre os quais destacamos Dario Velloso, Nilo Cairo e David Carneiro que, em momentos históricos diferentes, promoveram a defesa de muitas doutrinas filosóficas, entre elas o positivismo.

Névio de Campos (no prelo), em *Intelectuais e sistema de ensino livre no Paraná na década de 1910*, discute a ação dos intelectuais paranaenses em defesa dos preceitos liberal e positivista de liberdade de ensino superior. Acerca da liberdade de ensino, Nilo Cairo da Silva, foi o primeiro intelectual a protagonizar o

debate sobre o ensino livre no Estado do Paraná. Para os intelectuais que mostravam apreço pelos ideais positivistas, como a liberdade de ensino “[...] representava a possibilidade de transição dos estados teológicos e metafísicos para o estado positivo, ou seja, era um direito transitório, mas necessário para a efetivação da sociedade fundamentada na razão da ciência” (CAMPOS, no prelo).

No campo intelectual brasileiro, no plano discursivo, a maçonaria também foi considerada adversária da Igreja Católica, no quesito de disputa político-ideológica travada entre maçons e a Igreja. Desse modo, considerada pelos católicos como anticristo, como visão de mundo profana, a maçonaria e a instituição católica travaram, ao longo da História, embates pela legitimação da visão de mundo, levando a Igreja a combatê-la em seus documentos norteadores, as chamadas Bulas Papais.

Giana Lange do Amaral (1999), em *O Gymnasio pelotense e a maçonaria* discute os aspectos relacionados à maçonaria ao investigar o problema do ensino laico em Pelotas, bem como a compreensão dos conflitos entre maçonaria e catolicismo, desencadeados pelo Vaticano I (1869-1870). Para a autora, a maçonaria “é uma sociedade filosófica e filantrópica que se auto-define como natureza discreta e privada, cujas origens se perdem na antiguidade” (AMARAL, 1999, p. 28). A rigor, existem três períodos que caracterizam a maçonaria: Maçonaria Tradicional, com suas origens na antiguidade; Maçonaria Operativa, com suas origens na Idade medieval e a Maçonaria Especulativa, que surgiu no século XVIII, com a grande Loja da Inglaterra. Para garantir sua sobrevivência, a maçonaria organizou-se em Lojas, admitindo pessoas de diversas profissões para discutirem as ideias científicas. (AMARAL, 1999).

Divergências entre a Igreja Católica e a maçonaria ocorreram durante a nova concepção maçônica (especulativa), em 1717, pois o caráter secreto da sociedade e a tolerância religiosa e filosófica representaram a suspeita de heresia, provocada pela ação maçônica. Assim sendo, o Papa Clemente XII lançou a bula *In Eminenti*, atacando e condenando a sociedade Maçônica. (AMARAL, 1999). A maçonaria também se utilizou da teoria positivista para fundamentar seus preceitos ideológicos. Segundo a autora, na atualidade a forma de escrever maçônica contempla o uso de um vocabulário forte, cuja intenção é o convencimento do discurso, pautado em valores a favor da humanidade.

Na segunda metade do século XIX, no Brasil, os bispos ultramontanos visavam fortalecer as práticas religiosas diante dos adversários do catolicismo, como no caso a maçonaria. Os bispos articularam uma estratégia de combate contra os preceitos maçônicos. Nos jornais católicos, os prelados escreviam em combate aos inimigos da Igreja, bem como, utilizavam de alguns jornais para ensinar a doutrina católica e promover uma educação moral e expansão da religião. Marcella de Sá Brandão (2011) retrata a postura dos bispos ultramontanos no jornal católico “O Apostolo”, periódico produzido pela Diocese do Rio de Janeiro. Nesse jornal, os bispos manifestaram um discurso religioso contra a Maçonaria no Brasil.

Entre os anos 1890 a 1940, no Paraná, houve o debate ideológico-religioso entre os clericais e anticlericais, conjuntura essa marcada pela presença de novos ideais na sociedade paranaense, devido ao advento da República. De um lado, o tradicionalismo, marcado pela postura religiosa da Igreja Católica e, do outro, a liberdade de pensamento, uma nova visão de ver o mundo, entre a forma de pensar e de comportamentos. (BALHANA, 1980). Carlos Alberto de Freitas Balhana (1980) evidenciou o embate entre os clericais e os anticlericais, na capital paranaense, enfatizando a situação religiosa em Curitiba, no início do século XX, discorrendo sobre a ação da Igreja Católica Romana e dos anticlericais. Segundo o autor, no próprio clero da Igreja, havia sacerdotes a favor dos novos ideais, oriundos com o discurso de liberdade de pensamento e da laicização.

Em Curitiba, o pensamento anticlerical ocupou um espaço importante na sociedade, desde o final do século XIX. Em defesa de seu território religioso e de sua visão de mundo, a Igreja Católica instalou, em Curitiba, congregações voltadas ao ensino masculino, como o Seminário São José (1896); na imprensa, disputava com os anticlericais. Um exemplo foi o jornal *A Estrella*, católico, contra *A Bombarda*, anticlerical. (FRESSATO, 2003, p. 32).

Desse modo, o anticlericalismo caracterizou-se como um grupo que discordava contra o poder máximo da Igreja Católica, do papa e das suas nuances, como os bispos, sacerdotes, além dos dogmas e do ensino religioso, características essenciais da ação educativa da Igreja.

O modernismo foi o grande adversário da Igreja, conformando a mente dos anticlericais, encorajando-os a ir contra a postura ortodoxa da doutrina religiosa católica. No pensamento católico, os discursos modernos, como o da maçonaria, dos liberais, positivistas, anticlericais, pretendiam retirar do indivíduo toda a crença

em Deus, desarticulando a doutrina católica como fomentadora de posicionamentos e comportamentos católicos:

O modernismo era, na verdade, o grande inimigo pois que, de maneira solerte, minava de *dentro* a própria Igreja, com a introdução da chamada novas ideias. O anti-clericalismo era o inimigo aberto, declarado, num grupo de indivíduos que, livre-pensadores ditos espíritos emancipados, claramente se manifestavam contra a Igreja e que, com sofismas, iludiam a boa-fé de incautos, conduzindo-os a impiedade. (BALHANA, 1980, p. 46).

A divergência de conduta e pensamentos do clero na instituição religiosa foi decorrente do processo de mudanças culturais, políticas e sociais das sociedades, estas pautadas em ideais modernos, e de liberdade de posicionamentos. Com a independência do Brasil, em 1822, e com a emancipação política do Paraná, em 1853, a elite campeira, composta pelos fazendeiros dos Campos Gerais, tornou-se a elite política e econômica do Paraná que, de certa forma, prestigiava a Igreja Católica devido ao caráter tradicionalista. A partir do último quartel do século XIX, essa elite entrou em decadência, por causa do processo de modernização implantado no Estado, como o surgimento de indústrias modernas ligadas aos produtos agrícolas, assim como com a imigração europeia. (WACHOWICZ, 1995, p. 80).

Tatiana Dantas Marchette (1999), em seu livro *Corvos nos Galhos das Acácias* utilizou um título sugestivo que faz alusão à situação do embate entre os clericais e anticlericais no Paraná. Segundo a autora, os “corvos” representam a imagem dos padres vestidos de negro, cujos chapéus tinham abas e pareciam-se com asas, encobrendo o mapa do Brasil; as “acácias” representavam as árvores, símbolo da liberdade de pensamento. (MARCHETTE, 1999, p. 4). A partir dessa metáfora, a autora discute a presença jornalística de Euclides Bandeira, representante do anticlericalismo, em Curitiba. A autora trabalha com a tensão entre projetos distintos, no plano discursivo e no da experiência.

Desse modo, a Igreja pautou-se em seu método para continuar sendo legitimadora de visão de mundo, apostando em seus colégios na formação dos católicos atuantes nas sociedades, em contraposição à postura anticlerical que se pautava na educação livre, pública e laica. No cenário educacional, esses intelectuais paranaenses contribuíram com suas ideias a favor da educação gratuita e laica, contrário à Igreja Católica que, nos seus colégios, pretendia manter a

religião católica como princípio primordial na formação educacional, fato esse de extrema importância para o clero paranaense.

A presença de colégios católicos no território paranaense fez parte da ação romanizadora da Igreja nessa conjuntura, visando formar os cidadãos na área do conhecimento científico, como na formação moral e religiosa católica, tentando padronizar a postura do estudante, da família, do trabalhador, político, fiel, etc. Em Guarapuava, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora de Belém, criado em 1907, foi um veículo da Igreja Católica na formação romanizadora dos alunos.

No Paraná, as ações educacionais de Dario Vellozo e Erasmo Pilloto expressam as posições anticlericais e de defesa da escola pública e laica. Ernando Brito Gonçalves Junior (2011) discutiu sobre a presença de Dario Vellozo no cenário intelectual paranaense, bem como no âmbito educacional, pois a proposta de Vellozo pautava-se na educação intelectual, moral, física e estética. No que tange ao movimento anticlerical no Paraná, Vellozo foi um pensador contrário ao posicionamento doutrinário da Igreja, tornando-se a principal liderança dos anticlericais entre o final do século XIX e primeiras três décadas do século XX.

Após essa exposição dos principais adversários e inimigos da Igreja, passamos a discutir como foi a reação católica ao que ela denominava de males da modernidade. Isto é, uma possibilidade de reação da Igreja é como ela se posicionou diante da presença de discursos contrários aos seus preceitos, em defesa de sua visão de mundo, principalmente, com a expansão da doutrina católica no Paraná.

No que tange ao processo de institucionalização da Igreja Católica no Paraná, Lizandro Poletto (2010) discutiu o período de instalação das primeiras paróquias, desde o século XVII até a formação da Diocese de Curitiba, em 1892. Sua análise abarcou a expansão portuguesa e a expansão da Igreja Católica, ambas ocorrendo de forma simultânea em função do padroado, tratado entre a Igreja e os reis, no qual, a Igreja Católica delegava aos monarcas a administração da instituição religiosa em seus territórios, como no caso do Brasil Imperial. Na vila de Curitiba, durante o período do império, a Igreja Católica exerceu influência na organização política e local, sendo os religiosos, ícones importantes na sociedade da época. (POLETTTO, 2010). A implantação da primeira Diocese no solo paranaense deu-se devido às ações institucionais preconizadas pelo poder eclesiástico da conjuntura do Brasil Colônia. Assim, em 1892, a Diocese de Curitiba desmembra-se da Diocese de

São Paulo, sendo criada oficialmente pela Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, do Papa Leão XIII. Porém, já desde 1710, no Paraná havia a Vara de Paranaguá, ou seja, a Igreja podia atuar com o poder eclesiástico nessa região. (POLETTTO, 2010).

A situação religiosa do início do século XX no Brasil foi marcada pela separação entre Estado e Igreja, com a implantação da República. A Igreja não aceitava “renegar sua história de catolicidade e permitir atitudes de revolta à paternidade dos superiores, e muito menos aceitar ideias de países cujos destinos não equivaliam aos da pátria brasileira” (BALHANA, 1980, p. 28).

Em 1916, D. Sebastião Leme, arcebispo de Recife e Olinda, publicou uma carta pastoral que apontava as fragilidades da Igreja, no seu aspecto institucional, as deficiências das práticas religiosas e a falta de sacerdotes, sendo necessário fortalecer a Igreja, pois “[...] o Brasil era uma nação católica e [...] a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade” (MAINWARING, 1989, p. 42). Caberia a Igreja cristianizar as principais instituições sociais, criar um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos. Mesmo com Getúlio Vargas na Presidência do Brasil, durante 1930 a 1945, D. Sebastião Leme conduziu a Igreja de forma politicamente conservadora, opondo-se a secularização, a uma sociedade sem valores religiosos, e contra os preceitos das outras religiões, enfatizando a estrutura hierárquica e o cultivo da ordem na instituição. A Igreja participou ativamente no sistema educacional, defendendo com a moralidade católica contra o comunismo e o protestantismo. (MAINWARING, 1989, p. 43).

No Paraná, a Igreja Católica buscou firmar sua doutrina como a mais adequada para a sociedade. Com a situação conflitante devido à guerra civil (Revolução Federalista), que se instaurou no Sul do Brasil, acarretada pela Proclamação da República, a Igreja Católica agiu em benefício de seu projeto romanizador. Coube, por parte da Igreja, criar estratégias/práticas que reforçassem o objetivo católico diante da existência das outras religiões, e ainda, reforçar o aspecto doutrinário. Assim, atitudes foram tomadas, como a importação de congregações religiosas, que já eram presença significativa nos países europeus e já desenvolviam práticas alicerçadas no projeto romanizador. Cabia às congregações desenvolver trabalhos de pastoral na comunidade dos fiéis católicos, entre eles a prática da catequese para crianças, jovens e adultos.

Segundo Zulian (2009, p. 61), no Paraná:

D. José de Camargo Barros tinha a incumbência de romanizar a nova diocese, processo conflituoso e multifacetado, pois ao mesmo tempo em que iniciava a organização burocrática e o patrimônio, negociava com a Europa a vinda de novas ordens e congregações e empreendia o estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, enfrentava novos desafios, representados pela presença dos diversos contingentes migratórios, o movimento anticlerical, os empreendimentos protestantes, a maçonaria, o espiritismo, o positivismo e outros. Em suma, projetos distintos que conviveram e se confrontaram, oscilando entre a modernidade e a tradição no Paraná Republicano.

A vinda de congregações religiosas para o Paraná foi uma estratégia da Igreja em manter seus preceitos, devido à concorrência entre as religiões, essa de acordo com o projeto romanizador. Para elucidar a questão sobre a vinda de congregações europeias para o Brasil, cabe destacar que a DG partilhou dessa estratégia, pois conforme registro³⁷ do Livro Tombo, notou-se que religiosas instalaram-se na paróquia a fim de trabalhar com a catequese, sendo uma maneira de repassar os ensinamentos católicos para as crianças. Não obstante, padres e seminaristas também eram trazidos do exterior para ajudar nas atitudes dos clérigos, mantendo a ordem e a seriedade da instituição perante a sociedade que, na conjuntura da época, era importante. Em 21 de dezembro de 1968, proveniente do Tirol do Sul, o Padre Cassiano Waldner. (LIVRO TOMBO, 1968, p. 24); em 1969, o padre Cassemiro R., originário da Polônia, assumiu o cargo de vigário cooperador da Paróquia Nossa Senhora de Belém (LIVRO TOMBO, 1969, p. 24); em 1972, padre Boris Jarassek, sacerdote secular, originário da Iugoslávia, começou seu trabalho pastoral na DG. (LIVRO TOMBO, 1972, p. 26). Esse caso específico não contempla o período da romanização em Guarapuava e sim o da Restauração Católica. Fizemos essa referência a fim de ressaltar que na DG, a “importação” das congregações continuou presente, o que evidencia os vestígios da ação romanizada.

As modificações da estrutura da sociedade brasileira e paranaense ocorreram devido ao crescimento das cidades e ao processo de modernização, levando em consideração a expansão do território, ou seja, as vilas tornaram-se cidades, sendo povoadas por indivíduos que necessitavam de instrução religiosa católica, sob a ótica da Igreja. Assim, no final do século XIX e início do XX “[...]”

³⁷ Trazemos tal dado empírico a fim de reforçar a questão sobre a situação da igreja no Paraná, bem como, demonstrar que as estratégias educativas se davam de forma articulada.

essas inovações são associadas ao projeto de modernização e de racionalização do Brasil. Essa postura perpassava pelas esferas política, econômica, cultural, social, religiosa e ética da sociedade [...]” (CAMPOS, 2010, p. 30). Com a experimentação da vida moderna, no que tange ao cenário político/cultural, o pensamento católico e conseqüentemente, o poder da Igreja na sociedade começou a sofrer questionamentos, ou seja, a visão de mundo atribuída ao modo de ser do catolicismo já não era vista como detentora de autoridade, e posicionamentos ideológicos transmitidos como forma correta de entender o mundo e agir nele. O pensamento religioso enfrentava dificuldades na nova configuração de sociedade, pautada em projetos modernos³⁸.

Gil Filho (2002) ao analisar a territorialidade do sagrado na Igreja católica, retrata o discurso religioso e sagrado, como também as fronteiras do discurso católico. Partindo-se do pressuposto de que o projeto católico no Paraná fez parte da organização nacional da Igreja, bem como da internacional, buscou-se discutir sobre a estrutura hierárquica da Igreja católica, levando em consideração que as dioceses criadas no Brasil, especificamente no Paraná, estavam inseridas no campo de poder, incluindo o religioso, no qual a disputa pelo poder simbólico e disposição do capital simbólico estavam em jogo. Desse modo, o autor investiga sobre as estruturas da territorialidade católica, definidas pela hierarquia e/ou escalas atinentes à macroestrutura administrativa da Igreja. Ele caracteriza estruturas concernentes à territorialidade católica, dentre elas as Dioceses. Em sua avaliação:

Dioceses, que correspondem às circunscrições eclesiásticas sob a jurisdição de um bispo. Esta entidade territorial sob autoridade episcopal é, de formação, uma prerrogativa papal desde o século XVIII. A autoridade do bispo designado muitas vezes é reservada a determinadas classes de residentes do território. Caso a autoridade esteja sob o mando de um Arcebispo, a circunscrição eclesiástica passa a ser denominada Arquidiocese, que não representa de fato uma estrutura diferenciada da territorialidade católica, mas propriamente uma classe de circunscrição eclesiástica. Entretanto, o poder do Arcebispo é distintivo. Geralmente várias dioceses podem estar sob o mando de um Arcebispo metropolitano [...]. (GIL FILHO, 2002, p. 134).

³⁸ Azzi (1962, p. 261-262) no livro *Ascensão ou decadência da Igreja?* indica que no século XVIII as ciências eclesiásticas, particularmente a teologia e a filosofia encontravam-se em franca decadência, devido as ideias hostis da filosofia. Uma das conseqüências foi que a Igreja perdeu suas escolas, o ensino passou sob a responsabilidade do Estado maçônico e anticlerical. No século XIX, com o fim dos Estados Pontifícios, alguns liberais tentaram lançar o corpo de Pio IX no Tibre. No século XX, as duas guerras mundiais, a civilização dominante europeia é derrotada, surgindo duas novas potências: os Estados Unidos e a União Soviética. Nessa conjuntura, os meios modernos de comunicação difundem-se, trazendo facilidades de transporte. Surgem o rádio e a televisão, criando um padrão de cultura.

No texto citado acima, percebe-se que a autoridade do bispo está centralizada em sua diocese, sendo uma norma ditada pelo Papa desde o século XVIII. Conforme o espaço territorial ganha uma maior dimensão, tanto em questão de fiéis e desenvolvimento urbano, uma Diocese pode ser elevada a um grau maior, tornando-se Arquidiocese. Isto possibilita estruturar melhor o desempenho da religião católica, como pode ser observado na elevação da Diocese de Curitiba para Arquidiocese e da separação da Diocese de Ponta Grossa com Guarapuava³⁹.

Segundo D. Pedro Fedalto (apud WESTPHAL, 2008. p 84), levando em consideração as distâncias do Brasil e jurisdição eclesiástica, os bispos encontravam dificuldades de estar presentes em todo o território de suas dioceses. Para suprir essa deficiência, foram criadas as Vigarias da vara e as Vigarias Gerais Forenses. Elas “[...] concentravam o poder da autoridade religiosa para agir em nome do bispo nas faculdades que lhe eram concedidas. Era o exercício do poder jurídico e eclesiástico. Recebiam faculdades especiais dos bispos para prestar assistência espiritual e jurisdicional [...]” (WESTPHAL, 2008 p. 84).

Em relação à criação de dioceses no Paraná⁴⁰, na década de 1920, houve forte investimento da Igreja Católica no processo de expansão institucional, Juntamente com a elevação da Diocese de Curitiba à condição de Arquidiocese, aconteceu a criação da Diocese de Jacarezinho, por meio da Bula *Quum in dies*, pelo Papa Pio XI, em 10 de maio de 1926. A partir desse momento, a Diocese de Jacarezinho desligou-se da Arquidiocese de São Paulo e recebeu como primeiro bispo D. Fernando Taddei, em 21 de junho de 1927. (DIOCESE DE JACAREZINHO, 2011).

Quando a Diocese de Curitiba foi elevada à Arquidiocese, recebeu como primeiro Arcebispo Dom João Francisco Braga (1926 a 1935). Segundo o autor, a base de sustentação da Igreja é a paróquia, desde a fundação da Igreja à atualidade. Para conseguir atingir a unidade dos diocesanos, D. José de Camargo Barros, em seu bispado (1894-1904) realizou visitas pastorais e a emissão de Cartas, a fim de conseguir o apoio dos diocesanos na aceitação dos preceitos

³⁹ Quando a Diocese de Curitiba foi elevada à Arquidiocese em 1926, com a direção de D. João Francisco Braga, abrangia em seu território três dioceses, sendo elas: Curitiba, Ponta Grossa, Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguaçu. Guarapuava desmembrou-se da Diocese de Ponta Grossa em 1965, tendo sua criação e em 1966 sua instalação.

⁴⁰ Sobre a criação das dioceses paranaenses ver: Nilceu Jacob Deitos (2004) - Oeste do Paraná; Frank Antônio Mezzomo (2003) - Toledo; Cláudia Neves da Silva (2000) - Diocese de Londrina; Selson Garutti (2006), Márcia Maria Pereira (2007) - Diocese de Maringá.

católicos, assim como na organização de uma estrutura para formar novos padres, pois instalou o Seminário diocesano em 1896, como ação prioritária na formação do clero e dos bispos. (WESTPHAL, 2008).

Em seu estudo, Westphal (2008) abordou a ação dos bispos na Arquidiocese de Curitiba, na conjuntura de 1980 a 1990, evidenciando as relações de poder eclesial na organização da pastoral, principalmente nas CEB's, compreendendo o declínio da Teologia da Libertação na Arquidiocese.

Maria de Lourdes Tomio Stein (2004) discutiu sobre a pastoral operária na Arquidiocese de Curitiba, como uma ação diferenciada da ação evangelizadora empregada nas outras pastorais, pois o cerne da pastoral operária foi a manifestação política, devido ao contexto político dos anos 70/80. Sob a questão da ditadura militar, a parte da Igreja guiada pela CNBB optou por se afastar do Estado dando ênfase e articulando-se aos movimentos sociais. A respeito do Paraná e da questão social, a autora discutiu a importância da pastoral operária em Curitiba, por meio dos acontecimentos históricos, da dinâmica espacial da urbanização, industrialização, atrelados ao desenvolvimento nacional que passou a ser implantado a partir da ditadura militar. (STEIN, 2004). No que tange à pastoral operária, esta teve início em 1º de maio de 1978, com a organização de um grupo de sete trabalhadores metalúrgicos; alguns participantes dos círculos bíblicos reuniram-se na igreja da Vila Feliz, localizada entre o Pinheirinho e o Capão Raso, criando após um ano, a Pastoral Operária, com vários grupos espalhados na periferia da cidade. (STEIN, 2004, p. 119).

Assim, a Igreja Católica mantinha uma linha de ações que permitia a instituição ditar preceitos na conduta de vida, como no caso os colégios que forneciam o estilo católico de educação, pautado nos valores da religião. A maioria dos bispos escreviam cartas pastorais que também serviam como instrumento de formação ao clero. Nesse sentido, a doutrina católica deveria permear os espaços sociais, fomentando uma conduta de vida regrada nos valores éticos do catolicismo.

Já no início do século XX, a Paróquia de Guarapuava, orientada por D. Antônio Mazaroto, 1º bispo de Ponta Grossa (1930-1965), organizava seus espaços católicos, como por exemplo, o colégio. Assim, Guarapuava já dispunha de um colégio católico particular, o qual foi constituído em 07 de maio de 1907, quando um grupo de Irmãs da Congregação Missionárias Servas do Espírito Santo chegou à cidade para fundar a primeira escola, o Educandário Nossa Senhora de Belém.

Esse fato indica que, mesmo antes da instalação da Diocese, em 1966, estratégias de expansão do catolicismo já eram praticadas em prol dos estudantes católicos. O colégio abrigava as filhas de colonos pobres em regime de internato e externato. Em 1956, as referidas irmãs doaram a escola para as Irmãs de São Carlos Borromeu (Scalabrinianas), que tinham por objetivo dar auxílio ao imigrante em todas as suas necessidades sociais, educacionais e espirituais. Em 1960, inicia-se a construção do prédio novo e, em 1964, é inaugurado juntamente com o projeto de construir uma capela, a qual é inaugurada em 1967, um ano após a instalação da Diocese em Guarapuava. (REVISTA EDIÇÃO HISTÓRICA, 1907-2007, p. 8). O colégio também investiu na construção da capela no ambiente escolar, delimitando o espaço sagrado e a valorização dos rituais do catolicismo.

Referente à expansão do catolicismo no Paraná, vejamos o mapa atual da situação da Igreja Católica que sintetiza a presença católica na modalidade de dioceses.

Figura 7 – Mapa Dioceses do Paraná



Fonte: Mapa Dioceses do Paraná (2011).

Na região de Curitiba, além da Diocese de Curitiba (Arquidiocese), existe a Eparquia de São João Batista de Curitiba dos Ucranianos, correspondendo a uma subdivisão territorial da Igreja Católica no Paraná. A seguir, apresentamos o quadro 2, indicando as dioceses do Paraná, acompanhadas de datas de criação.

Quadro 2 – Data de criação das Dioceses paranaenses

DIOCESE	DATA CRIAÇÃO
CURITIBA	27/04/1892
PONTA GROSSA	10/05/1926
JACAREZINHO	10/05/1926
PALMAS-FRANCISCO BELTRÃO	07/01/1947
LONDRINA	01/02/1956
MARINGÁ	01/02/1956
CAMPO MOURÃO	20/06/1959
TOLEDO	26/06/1959
PARANAGUÁ	21/07/1962
APUCARANA	09/02/1965
GUARAPUAVA	16/12/1965
PARANAVAÍ	20/01/1968
EPARQUIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE CURITIBA DOS UCRANIANOS	29/11/1971
UMUARAMA	26/05/1973
CORNÉLIO PROCÓPIO	26/05/1976
UNIÃO DA VITÓRIA	03/12/1976
CASCADEL	05/05/1978
FOZ DO IGUAÇU	05/05/1978
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	19/03/2007

Fonte: Organizado pela autora a partir dos dados dos sites das dioceses e revisão de literatura.

Como se observou nesse breve histórico sobre a implantação de dioceses no Estado do Paraná, é possível afirmar que as ações de expansão do catolicismo deram-se a fim de promover a institucionalização da Igreja Católica. Com a criação de novas dioceses, a Igreja Católica estabeleceu uma rede de interlocução do pensamento católico nas respectivas cidades já supracitadas, que abarcaram a instalação de uma diocese católica. Tal investimento constitui uma estratégia articulada, desde o período da romanização, entre as hierarquias do clero brasileiro e a alta hierarquia eclesiástica de Roma/Vaticano. A rigor, essa estratégia pretendia garantir a presença institucional e simbólica do catolicismo, assim como combater o avanço de outras religiões e de tradições filosóficas atreladas ao ideário moderno.

O confronto com outras religiões acontecia pelo poder de dizer a própria religião. O conceito de “campo religioso” formulado por Bourdieu (1989) pode ajudar a compreender a movimentação da Igreja, pois no jogo pela disputa de legitimidade do grupo, os agentes tramam estratégias que possibilitam a dominação do jogo. Assim, cada estratégia empregada pela instituição católica, sob a égide de uma organização político/pastoral idealizado pela hierarquia da instituição, contribuiu para a implantação dos espaços sagrados da Igreja e a presença das práticas cotidianas da doutrina no processo de integração das diferentes regiões do Paraná.

A movimentação no campo religioso e o projeto da Igreja foram aplicados no trabalho pastoral, em cada região com suas peculiaridades, porém, com o mesmo itinerário católico⁴¹. Isso possibilitou à Igreja Católica movimentar seu capital simbólico, que é o capital de consagração de um grupo, sendo institucionalizado ou não, ou seja, no decorrer da história, a Igreja adquiriu esse capital que a tornou conhecida e reconhecida no mundo social, diante da disputa por uma autoridade competente que falasse em nome da religião.

A luta pela conquista do espaço social é um fator inerente a todas as sociedades, incluindo a instituição católica. Como nosso objetivo é discutir as estratégias usadas pela Igreja na dominação do campo religioso, faremos alusão ao período da romanização, a fim de firmar ações em prol da dominação desse campo, ressaltando que a institucionalização de dioceses no Paraná foi um processo decorrente do projeto romanizador da Igreja, cujo objetivo era espalhar a doutrina entre os católicos, converter fiéis de outras religiões, usando para isso a construção de seminários e escolas católicas.

Campos (2010), ao discutir o projeto de formação do laicato católico no Paraná, evidencia que tal projeto foi pensado respeitando a formação hierárquica da Igreja. Assim, tais orientações foram idealizadas pelo poder máximo da Igreja Católica (Papa), sendo articuladas de forma dinâmica, ou seja, “[...] o maior documento da Igreja (encíclica) deverá orientar na elaboração do maior documento da Igreja dentro de uma nação (carta pastoral coletiva), e essa deverá modelar a carta pastoral do Bispo da diocese”. (CAMPOS, 2010 p. 35). Essa constituição hierárquica fez parte da organização da Igreja no Paraná.

⁴¹ A expressão “itinerário católico” faz alusão à ideia que a Igreja Católica objetivou práticas parecidas, ou seja, em cada unidade territorial, era comum o estabelecimento de Igrejas, capelas, seminários e colégios.

Em Guarapuava, na paróquia Nossa Senhora de Belém, os documentos hierárquicos da Igreja já permeavam as diretrizes do trabalho pastoral, ou seja, na ação educativa da paróquia, pois, observando os dados empíricos, notamos que muitos dos documentos emitidos pelas Dioceses de Curitiba e de Ponta Grossa foram registrados no Livro Tombo. Esses deram orientação para a comunidade religiosa do Paraná, bem como de Guarapuava. A Circular 23, com data de 3 de dezembro de 1938, endereçada ao padre José Winggen (Pároco da Igreja Matriz), continha as seguintes orientações educativas:

1º - Nas escolas e collégios cathólicos a educação religiosa deve ser completa. Haver semanalmente duas lições de uma hora de catecismo e outra de história bíblica. Domingos e dias santos dar lições de catecismo nas matrizes e capellas. Os catechistas leigos são apenas os auxiliares dos sacerdotes. (LIVRO TOMBO, 1938, s. p.).

Essa normativa para o cumprimento da educação catequética nos colégios católicos surgiu de documentos pontifícios.

Na avaliação de Campos (2010), o caráter educativo da Igreja Católica estava voltado ao processo de formação integral do indivíduo (religiosa, moral, física, cívica e intelectual). Em primeiro lugar, a Igreja Católica, em sua ótica, tinha o direito de fornecer à criança condições suficientes no processo educativo, pois recebeu tal poder do próprio Deus, repassado aos pais. Na discussão acerca de qual instituição teria o direito de educar, o Estado, a família ou a Igreja, o autor aponta o que tratou o documento de Pio XI, *Divini Illius Magistri*, de 1929:

A família e o Estado têm suas funções educativas garantidas na ordem natural. Já a Igreja possuía um papel educativo de ordem sobrenatural. Segundo o documento, a tarefa educativa da Igreja estava justificada por dois títulos jurídicos: o mandato expresso do Salvador e a maternidade sobrenatural da Igreja. São, por conseguinte, direitos, da Igreja em matéria de educação, a plena independência e a liberdade de magistério; o poder de usar e julgar as disciplinas do ponto de vista de sua conformidade ou desconformidade com a reta moral; o direito de promover a cultura em harmonia com as legítimas disposições do poder civil. A hierarquia Católica estabelecia que a tarefa educativa da Igreja era universal no tempo e no espaço, isso é, compreendia os fiéis e os infiéis. (CAMPOS, 2010, p. 98-99).

A Igreja seria a instituição que forneceria a melhor educação, pois, a partir de seu método, pautado na moral religiosa e nas verdades irrefutáveis, ou seja, no dogma, a criança obteria a formação integral sem rastro de imperfeição. Aí se justifica a aplicação das aulas de catecismo nas escolas e colégios católicos, pois

além de proporcionar a educação intelectual, o aluno receberia a formação moral, direcionamentos capazes de garantir a formação integral.

Quando Campos (2010) abordou os argumentos do grupo católico no Paraná, apontou o que a imprensa católica publicava sobre a educação que estava sob a responsabilidade da Igreja. Desse modo, subsidiado pelos argumentos expostos no jornal *O Luzeiro*, o autor evidenciou que a educação integral da criança, não deveria estar desvinculada dos preceitos religiosos da Igreja Católica, e que tais princípios educativos foram organizados pela hierarquia da Igreja, diante do contexto histórico da laicização do ensino, sendo o ensino integral uma forma de reação da Igreja contra o ensino laico. (CAMPOS, 2010, p. 102-103).

As orientações contidas na Circular 23, de 1938, endereçada ao pároco da Igreja Matriz de Guarapuava, correspondem a esse período de reação da Igreja no cenário educacional, pois além das aulas de catecismo, teriam que ser adicionadas à formação aulas de história bíblica. O documento foi categórico em afirmar a responsabilidade da Igreja, dos sacerdotes, para suprir as necessidades educacionais da romanização, sendo os catequistas (leigos) apenas auxiliares no processo.

De forma organizada, ocorria a troca de informações entre as dioceses e suas paróquias. Isso denota que, no início do século XX, ocorreu um planejamento das ações pastorais, contudo, reforçando a autoridade hierárquica e o caráter de institucionalização religiosa, lutando por sua permanência no campo religioso.

Outra necessidade encarada de forma crucial no projeto romanizador no Paraná foi a instalação de novas congregações religiosas, vindas da Europa, com o anseio de implantar e reforçar a presença religiosa na sociedade, dando orientações de acordo com os princípios romanizadores, especialmente no rigor das ações educativas das dioceses e igrejas, proporcionando para a instituição católica respeito e lugar de prestígio nas sociedades secularizadas. Azzi (1962), ao tratar da história da Igreja, também abordou a vinda de congregações europeias. Segundo o autor, junto com o pontificado romano, as ordens religiosas focaram a atividade missionária, estando em sintonia com a Encíclica *Rerum Ecclesiae* (1925), do papa das missões Pio XI. As congregações e ordens religiosas desenvolveram atividades missionárias, como os jesuítas, capuchinhos, franciscanos, etc. Para atender essa prática missionária, fundam-se vários seminários para as vocações missionárias. (AZZI, 1962). Conforme Azzi (1992, p. 40 apud MOURA, 2000, p. 93), “um dos

aspectos que mais chama atenção na análise da atuação dos religiosos [...] é a prioridade quase absoluta dada à esfera educativa. São raríssimos os institutos religiosos que não estavam envolvidos de algum modo com a educação.

Outra questão importante no Brasil foi o fato de as ordens e congregações religiosas iniciaram ou reiniciaram o trabalho na educação após a Proclamação da República, como as Filhas de Maria Auxiliadora, em 1892, com o Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Guaratinguetá, e, em 1895, fundaram um colégio em Araras e uma escola noturna, em 1896, em Ponte Nova-MG. (MOURA, 2000, p. 105).

No Paraná, as congregações também estavam presentes no trabalho educativo. Etelvina M. de Castro Trindade (1996) analisou o ambiente curitibano da Primeira República, tendo como foco a educação formal, retratando a interação entre a mulher e a cidade, no cenário de disputa entre os pressupostos do positivismo e catolicismo. Religiosas de origem francesa, italiana, polonesa e alemã ocuparam os colégios, oferecendo ensino formal, pago ou gratuito.

Após a problematização acerca da institucionalização da Igreja Católica no Paraná, concluímos essa seção afirmando que a expansão da religião católica deu-se devido ao processo de colonização das terras paranaenses. Essa colonização teve fases distintas, iniciando com o processo de ocupação do litoral, adentrando aos planaltos paranaenses, como Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava. Assim, conforme o território era ocupado pelos desbravadores, pequenos vilarejos e posteriormente, a fundação das cidades, como a de Curitiba, modificaram o cenário sócio-político-cultural do estado.

Acompanhando o processo demográfico, a Igreja Católica começou a elaborar estratégias de ocupação desses espaços em ascensão demográfica. Assim, com a fundação da Diocese de Curitiba, guiada por D. José de Camargo Barros, a institucionalização da Igreja obteve respaldo na configuração da religião católica nos demais territórios que cresciam demograficamente e recebiam a presença do catolicismo.

Em termos concretos, a vinda de religiosas para atuar na Diocese de Curitiba, como as Irmãs da Divina Providência, as Irmãs Zeladoras Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e das Irmãs de São José de Tarantaise, as quais assumiram os hospitais das cidades de Curitiba, Paranaguá e da Estrada de Ferro, alavancaram o cultivo dos valores católicos na região de Curitiba. (POLETTTO, 2010, p. 103). Posteriormente, as demais cidades também receberam religiosos para

trabalharem com colégios e obras de caridade. Portanto, a criação da Diocese de Guarapuava foi possível devido a essa organização da Igreja no Paraná, que passou pelo período da romanização, tendo como resquícios normativas educacionais da ação pastoral de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa.

A partir da década de 1950, as posições teológicas e políticas da Igreja Católica passam por alterações, cujas ideias são expressas no Vaticano II e nas Conferências de Puelba e Medellin. Estes por sua vez, marcaram a vivência da Igreja, ora trazendo opção por novas propostas de evangelização, ora por gerar assunto polêmico entre os bispos devido à nova eclesiologia que se propunha, rompendo em determinadas circunstâncias com os laços da romanização.

Esses três eventos visavam discutir o lugar da Igreja Católica frente às mudanças das sociedades. No entendimento dos teólogos, filósofos e bispos que defendiam a abertura da Igreja para o trabalho pastoral social, a Igreja não deveria manter-se alheia aos problemas do mundo causados pelos efeitos do capitalismo, pela desigualdade entre estratos sociais, pela indiferença dos mais ricos com os mais pobres. A Igreja da América Latina deveria abrir suas portas para auxiliar os marginalizados, ou seja, os cristãos que estavam às margens da sociedade dominante.

Esses ideais que clamavam por solucionar as injustiças sociais estiveram presentes na elaboração dos documentos norteadores da Igreja. Na Constituição Pastoral Concílio Vaticano II *Gaudium et Spes*, um dos documentos resultantes do Concílio, tendo como colaboradores a Comissão Teológica e a Comissão para o Apostolado dos Leigos, passou por revisões, saindo como versão final em dezembro de 1965, com a Promulgação de Paulo VI⁴². É mister observarmos uma passagem que remonta as ideias que tratam desta abordagem:

Em nossos dias, arrebatado pela admiração das próprias descobertas e do próprio poder, o gênero humano frequentemente debate os problemas angustiantes sobre a evolução moderna do mundo, sobre o lugar e a função do homem no universo inteiro, sobre o sentido de seu esforço individual e coletivo e, em conclusão, sobre o fim último das coisas do homem. Por isso o Concílio [...] estabelecendo com ela um diálogo sobre aqueles vários problemas [...] o Sacrossanto Concílio oferece ao gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta devoção[...] (CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, 1970, p. 7)

⁴² A ideia deste documento surgiu no fim da I Sessão (1962) do Concílio Vaticano II, num discurso do Cardeal Suenens no dia 04/12/1962. A tradução foi feita pelos Padres Luís Viegas de Carvalho; Ney de Sá Earp e Desidério Kalverkamp.

No momento histórico de realização do concílio, a sociedade estava presenciando momentos de insegurança. A Igreja Católica, diante dos problemas sociais advindos da evolução moderna, expressão esta do próprio documento, pretendeu dialogar com a sociedade moderna, mostrando a colaboração da Igreja diante dos problemas, ou seja, a Igreja pretendia trabalhar sua doutrina estabelecendo uma conduta fraterna entre todos os povos.

No capítulo II da Constituição, intitulado *A reta promoção da Cultura*, trata-se de temas relacionados com a Cultura e as condições no mundo de “hoje”⁴³. Alguns aspectos sobre a Educação para a Cultura Integral do homem também foram elucidados. Segundo a Constituição, “como que mãe e alimentadora desta educação, acha-se em primeiro lugar a família. Nela, os filhos, cuidados com amor, aprendem mais facilmente a hierarquia dos valores enquanto formas aprovadas de cultura humana[...]” (CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, 1970 p. 75-76). Tendo a família como princípio fundamental na transmissão de valores culturais, é nela que o indivíduo percebe o espírito humano e cristão.

Nesse anseio, aconteceu a III Conferência Geral do Episcopado Latino - Americano⁴⁴. Nesta conferência, foram discutidas questões importantes sobre a abertura da Igreja para o trabalho com as classes populares, após o Concílio Vaticano II, bem como os planos com as metas concretas para o desenvolvimento do trabalho em favor da dignidade humana. Na Alocução Introdutória aos Trabalhos da III Conferência Geral do Episcopado Latino - Americano, Cardeal Aloísio Lorscheider (presidente da CELAM) abordou alguns posicionamentos diante dos setores mais necessitados de evangelização. Segundo ele, “a Família (a Mulher); a Juventude; os Indígenas; os Camponeses; o Mundo Operário; os Afro - americanos; os Meios de Comunicação Social” (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 53) são os setores que mais precisam de evangelização, dispondo de uma ação organicamente planejada.

Cabe lembrar que este documento eclesial que tratou sobre a Conferência de Puebla esteve em diálogo com as ideias centrais do Concílio Vaticano II e objetivou os posicionamentos do papa João XXIII. A Igreja Católica debateu diante

⁴³ “Hoje” se refere ao contexto histórico em que o documento foi produzido.

⁴⁴ A III Conferência do Episcopado Latino - Americano realizou-se em Puebla de Los Angeles, México, entre 27/01/1979 a 13/02/1979. Cf. EVANGELIZAÇÃO NO PRESENTE E NO FUTURO DA AMÉRICA – LATINA. Conclusões da III conferência geral do episcopado Latino – Americano. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. (Coleção Sal da Terra).

da realidade da América Latina. Sobre a Educação, foram traçados princípios e critérios para a educação evangelizadora. Vejamos:

a) Humanizar e personalizar o homem, para nele criar o lugar onde possa revelar-se e ser escutada a Boa Nova: o desígnio salvífico do pai em Cristo e na sua Igreja. b) Integrar-se no processo social latino – americano, impregnado por uma cultura radicalmente cristã, na qual, entretanto, coexistem valores e contravalores, luzes e sombras e que, por isso, necessita ser constantemente reevangelizada. c) Exercer a função crítica própria da verdadeira educação, procurando regenerar permanentemente, do ponto de vista da educação, os princípios culturais e as normas de interação social que possibilitem a criação duma nova sociedade, verdadeiramente participante e fraterna, em outras palavras, educação para a justiça. d) Converter o educando em sujeito, não só do seu próprio desenvolvimento, mas também posto a serviço do desenvolvimento da comunidade: educação para o serviço. (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 329).

Tais critérios visavam compreender a educação católica como forma de articular o papel da Igreja como fomentadora de humanização para as classes populares, promovendo por meio da educação católica meios de “[...] formar personalidades fortes, capazes de resistir o relativismo debilitante e viver coerentemente o batismo” (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 330).

Nesse contexto, a Igreja passou a adotar uma compreensão de mundo mais fraterna, partindo especificamente para o trabalho com os pobres e os oprimidos das classes populares. Isto não quis dizer que a Igreja abandonou as classes mais favorecidas economicamente, porém, voltou-se também para as camadas populares, devido ao cenário nacional e internacional que pedia por mais progresso e igualdade entre os povos. Na citação abaixo, podemos situar nossa discussão:

Com sua opção pelo homem latino-americano visto em sua integridade, com seu amor preferencial, mas não exclusivo, pelos pobres, com seu ânimo para uma libertação integral dos homens e dos povos, a Igreja presente em Medellín foi um chamado de esperança para ações mais cristãs e mais humanas. Contudo dez anos se passaram. Fizeram-se interpretações, por vezes contraditórias, nem sempre corretas, nem sempre benfazejas para a Igreja. Por isso, a Igreja busca os caminhos que lhe permitam compreender mais profundamente e cumprir com maior empenho a missão recebida de Cristo Jesus. (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 38, grifos nossos).

Paulo da Silva Pereira (2002) afirma que o objetivo da Igreja, nas Conferências, era produzir um projeto político-pastoral, estabelecendo metas e estratégias opostas ao socialismo e ao capitalismo liberal. Nesse anseio,

estabelecer uma sociedade pautada em princípios doutrinários, morais e rígidos seria suficiente para sustentar uma educação baseada no humanismo e na antropologia cristã, recusando qualquer fundamentação marxista.

Bonato (2009), que estudou as transformações no catolicismo brasileiro após o Concílio Vaticano II, infere que esse período foi atravessado por tensões e conflitos entre as diferentes correntes teológicas e concepções pastorais. As contradições que se estabeleceram nesse percurso da Igreja Católica no Brasil, também contribuíram para a abertura de espaços de diálogo entre a pluralidade de posições individuais e coletivas no catolicismo com o mundo moderno.

É nesse contexto de pluralidade de ideais que a Diocese de Guarapuava inicia sua prática educativa. A partir dessas mudanças, com o impacto do Concílio Vaticano II, novos documentos e conferências foram traçados defendendo a abertura social da Igreja Católica, diante de estranhamentos no próprio campo religioso católico, que não aceitava essa postura pastoral a favor da camada popular. Nesse aspecto, no cenário latino americano, e especificamente no Brasil, as dioceses que foram criadas nesse período e as que já existiam sofreram, indubitavelmente, influências por parte dessa ambivalência na instituição religiosa, ou quiçá, apenas conviveram com as discussões da conjuntura.

CAPÍTULO 2

PROJETO POLÍTICO-PASTORAL DA DIOCESE DE GUARAPUAVA: ESTRATÉGIAS DO CATOLICISMO

No primeiro capítulo, debatemos a criação da diocese como estratégia político-pastoral da Igreja Católica, privilegiando as intervenções da DG no campo formativo, ou seja, as estratégias preconizadas pelos bispos a fim de garantir os preceitos do catolicismo e a educação católica na unidade territorial dessa diocese.

Primeiramente, consideramos a educação católica como valores doutrinários transmitidos entre os católicos como visão de mundo, pautada numa conduta de vida, de acordo com os preceitos dessa religião. Nesse sentido, as ações desenvolvidas são consideradas por nós como projeto formativo em sentido geral.

Partindo do pressuposto de que a DG organizou ações formativas a fim de garantir a difusão do catolicismo na cidade de Guarapuava, sustentamos que a catequese, os movimentos de leigos, a expansão institucional, educação radiofônica, o seminário, Boletim Diocesano e Ensino Religioso, foram maneiras diferentes na tentativa de conformar um *habitus* do catolicismo entre os adeptos dessa religião.

Além de afirmar os valores do catolicismo entre os católicos, as estratégias visaram, sobretudo, propiciar a formação integral dos fiéis, garantindo a permanência da religião como doutrina dominante do campo religioso, ou seja, por meio da educação integral, os adeptos recebem constantemente ensinamentos pautados nos valores do catolicismo, difusos nos espaços pertencentes à Igreja, como no templo sagrado (catequese), no seminário, nas casas com a leitura do Boletim Diocesano, na escola com o Ensino Religioso, nas comunidades (capelas) com os cultos e círculos bíblicos, como em outros ambientes nos quais o rádio esteve presente.

De um modo ou de outro, a Igreja Católica visa manter o domínio no campo religioso e suas ações, como as D. Frederico Helmelt, foram articuladas com o propósito de alastrar um número cada vez maior de seguidores do catolicismo, diante das outras religiões existente em Guarapuava e regiões circunscritas à diocese; e pela ação educativa de D. Albano Cavallin na valorização da família e dos jovens, temas discutidos em suas cartas.

Diante da não disposição do arquivo histórico da Mitra Diocesana de Guarapuava, arquivo esse que contém fontes importantes no processo de análise,

como relatórios, atas e estatutos, localizamos fontes sobre as estratégias da DG no Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém. Desse modo, utilizamos o Livro Tombo (1966 a 1978) e exemplares do Boletim Diocesano (1978 a 1992).

A finalidade dessa discussão está intrinsecamente relacionada com o debate realizado sobre a expansão do catolicismo no Estado do Paraná, bem como no território guarapuavano, considerando *a priori* que as estratégias de combate às outras religiões, propostas pelos prelados, foram desenvolvidas de acordo com seu posicionamento referente ao papel da Igreja Católica no mundo social.

Nosso objetivo é indicar os rumos adotados na propagação da doutrina, sobretudo, levando em consideração que, em cada bispado, a postura dos prelados foi decisiva na conduta das práticas pastorais, advindas dos preceitos do Concílio Vaticano II, da Conferência de Medellín e Conferência de Puebla.

2.1 D. FREDERICO: DA ÁUSTRIA A TERRA DO LOBO-BRAVO (GUARAPUAVA)

Quem foi Frederico Helmelt? Qual é a relevância da análise da trajetória como sacerdote e bispo? Retomando a ideia de Bourdieu sobre o capital cultural, no seu estado incorporado, o bispo está inserido no campo religioso, particularmente, no seu espaço que é a diocese. Para fazer-se acreditar, é fundamental que o bispo mostre sua capacidade de “pastor” dos católicos. Contudo, é preciso que os fiéis acreditem em seu pastor e nas suas orientações.

Bourdieu (1977, p. 3) afirma que a linguagem é uma *praxis*, ou seja, “[...] ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação. Ela é feita para ser falada adequadamente”. Sobre o domínio da gramática, o autor afirma a necessidade de utilização de frases coerentes em determinadas situações. O discurso produzido evidencia sua origem, de onde foi produzido, pertencente a um grupo. O autor discorre sobre a linguagem autorizada, “a estrutura da relação de produção lingüística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente lingüístico)” (BOURDIEU, 1977, p. 5). Nessa citação, Bourdieu indica que o discurso proferido será aceito dependendo do valor do capital simbólico do locutor, ou seja, do campo (grupo) que legitima as palavras como verdadeiras para os interlocutores, e não somente pelo uso correto das palavras. No caso do bispo, o

que garante a aceitação de seu discurso pelos católicos emana da autoridade que advém de sua posição hierárquica no campo religioso. Aí pode-se dizer que o discurso é competente, pois o mesmo é aceito, como afirma Bourdieu (1977, p. 5 grifo do autor), “a competência é também, portanto capacidade de se *fazer escutar*”.

Essa autoridade do bispo sobre seus subordinados caracteriza-se por um discurso aceito de cima para baixo, ou seja, da hierarquia da diocese para os demais setores da Igreja. Vejamos o pensamento de Bourdieu (1977, p. 7) sobre a autoridade da fala:

Nunca se vê tão bem o efeito característico da autoridade (seria preciso dizer *auctoritas*), componente necessário de toda relação de comunicação, quanto nas situações extremas, e por isso quase experimentais, onde os auditores outorgam ao discurso (curso, sermão, discurso político etc.) uma legitimidade suficiente para escutar mesmo se não o compreendem.

Bourdieu (1999, p. 72, grifos do autor) fala que o capital cultural, no estado incorporado, é mostrar que “[...] seu estado fundamental, está *ligado ao corpo*, e pressupõe sua *incorporação*. A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, *custa tempo* que deve ser investido *pessoalmente* pelo investidor [...]”.

Desse modo, quando o bispo participa de uma missa, ou em qualquer outro ritual, o mesmo demonstra na postura a sua capacidade para executar tal ritual e acreditar no que está fazendo. Assim, demonstra credibilidade para os fiéis. Aí está a importância do capital cultural adquirido pelo bispo, qual escola frequentou, seminários, viagens e aquisição de bens culturais que fazem a acrescentar na sua formação cultural.

Os dados da biografia de D. Frederico Helmelt configuram os caminhos que percorreu na sua formação pessoal, especialmente no que diz respeito aos seus posicionamentos como integrante da visão de mundo católica, ou seja, a importância do capital cultural na construção e elaboração do discurso. D. Frederico nasceu em 02 de maio de 1911⁴⁵, na cidade de Lumz am See, Áustria e faleceu em 12 de setembro de 1993⁴⁶. Seus pais eram fazendeiros, Franz Helmelt e Mathilde Helmelt. Foi o segundo filho e teve três irmãos (uma irmã e dois irmãos).

⁴⁵ No dia 02 de maio de 2011, comemorou-se na DG o centenário de aniversário de nascimento de D. Frederico Helmelt. A DG lançou uma edição especial do Boletim Diocesano com o tema: *A Igreja na Diocese de Guarapuava*. Nessa edição, abordou-se a trajetória histórica do bispo e sua ação pastoral.

⁴⁶ Está sepultado na Catedral Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

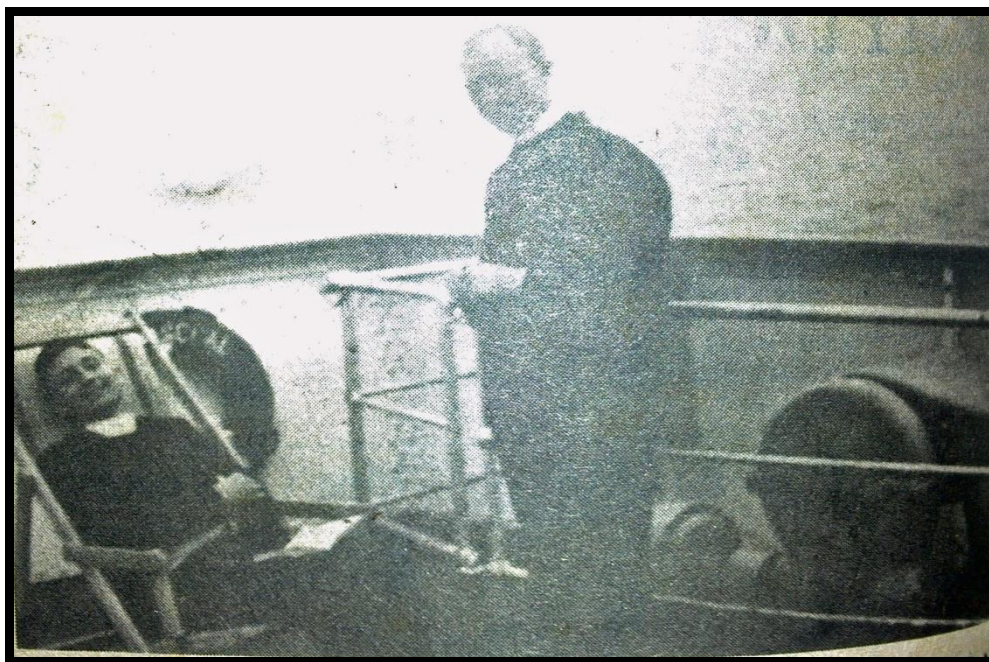
O 1º bispo de Guarapuava iniciou seus estudos básicos em *Salzburgo-Áustria*, importante centro de artes e música, durante o período da primeira Guerra Mundial (1914-1918). (MARCONDES, 1987, p. 317). Desenvolveu o gosto pela leitura e logo se interessou pela carreira missionária devido à leitura de revistas que tratavam sobre as vocações missionárias, especialmente na África. Assim, despertou o desejo de ser missionário na África. Desse modo, ingressou na Congregação do Verbo Divino (SVD), em 1931, para terminar o curso secundário. (MARCONDES, 1987, p. 317).

Iniciou seu curso de Filosofia em Viena - na Universidade de Módling e o de Teologia na Universidade Pontifícia Gregoriana em Roma. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 2). Em 1937, foi ordenado padre e, em 1938, regressou a Viena com a incumbência de dedicar-se ao trabalho missionário, no próprio país.

Nessa conjuntura, a Áustria foi incorporada à Alemanha, já sob o governo nazista. Segundo D. Helmel, os nazistas fecharam as escolas católicas, criando uma situação muito tensa para a Igreja. Nesse período, começavam os rumores de uma possível Guerra Mundial. Devido a essa situação, D. Helmel viajou para o Brasil, ordenado pelos seus superiores, até o término da II Guerra Mundial (1939-1945). No Brasil, ingressou como membro em uma Congregação Missionária⁴⁷, “[...] esta ordem me salvou a vida, pois fiquei sabendo mais tarde, que logo após minha saída da terra natal, chegou minha convocação para o exército alemão” (D. FREDERICO HELMEL apud BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 2).

⁴⁷ Não foi possível encontrar essa informação.

Figura 8 – D. Frederico Helmelt na viagem para o Brasil, já ordenado sacerdote



Fonte: Boletim Diocesano (jul. 1986, p. 2).

Nota: D. Frederico está sentado.

No Brasil, desenvolveu seu trabalho missionário no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Minas Gerais. Além disso, também dedicou-se como professor, interessando-se pelo estudo das ciências naturais. Mais tarde, assumiu cargos de direção em colégios, seminários e como Superior Provincial. Observemos algumas das instituições que D. Frederico desenvolveu o magistério: Colégio Arnaldo – Belo Horizonte, onde foi professor de Química; Academia de Comércio – Juiz de Fora, professor de Química; Faculdade de Administração e Finanças – Juiz de Fora, ministrando aulas de Matemática; Faculdade de Filosofia – Juiz de Fora, professor de Teologia; Seminário Maior da Congregação do Verbo Divino – São Paulo, como professor de Teologia. Ocupou ainda os seguintes cargos: Ecônomo (administrador) do Colégio Arnaldo e da Academia de Comércio, de Juiz de Fora, por 10 anos; Reitor do Colégio Arnaldo, de Belo Horizonte e do Seminário Maior, de São Paulo, por 07 anos e Superior Provincial da Congregação do Verbo Divino, por 09 anos. (MARCONDES, 1987, p. 318).

Ficou no Brasil até o final do ano de 1965, pois foi chamado a Viena para assumir o cargo de diretor do Seminário Maior da Congregação. Em 20 de janeiro de 1966, retornou à Europa, e logo, em 25 de março, foi publicada sua nomeação como bispo da Diocese de Guarapuava. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 2).

Paralelamente, assumiu a Presidência da Comissão Teológica da CNBB do Paraná e foi responsável pela Pastoral dos Índios no Estado. (MARCONDES, 1987, p. 319). Foi ainda membro da Sociedade de Filósofos Católicos do Brasil e da Sociedade de Filósofos Latino-americanos. (MARCONDES, 1987, p. 319).

No Boletim Diocesano de julho de 1986, o bispo concedeu uma entrevista em comemoração aos 20 anos da criação da Diocese de Guarapuava, na qual contou como foi sua trajetória até assumir o cargo de bispo. Na pergunta: *Qual foi sua reação após ter sido nomeado bispo?*, D. Frederico comentou:

A primeira reação foi de uma surpresa muito grande e de uma certa preocupação, pois nunca pensara numa nomeação desta natureza e nem tinha preparação para tanto. Mas num espírito de obediência assumi o cargo de 1º Bispo da Diocese de Guarapuava. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 3).

Na pergunta *Houve muitas dificuldades?* comentou sobre a crise vocacional e a crise na Igreja após o Concílio Vaticano II:

O início em Guarapuava foi bastante difícil, pois vivíamos dentro do clima de crise que se instalou após o Vaticano II. Crise, principalmente de sacerdotes e religiosos. Quase todos os sacerdotes que trabalhavam na cidade abandonaram o ministério. Houve também outros momentos mais duros, principalmente quando as intenções do bispo não eram compreendidas ou mal interpretadas. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 3).

A trajetória intelectual/teológica de D. Frederico demonstra que o bispo adquiriu conhecimento nos âmbitos necessários para a aplicabilidade do trabalho missionário e do múnus episcopal que tanto desejava. Infere-se que o seu movimento no campo religioso, ora como missionário até atingir um cargo mais alto como Diretor Maior do Seminário da SVD, evidencia que o capital cultural, adquirido e incorporado pelo bispo, proporcionou ao mesmo um cargo de mais prestígio no campo religioso, no caso, bispo da DG.

Partimos da premissa que sua permanência no Brasil, enquanto um membro interno da hierarquia da Igreja Católica, juntamente com a disposição do seu capital cultural⁴⁸, somando acordos políticos, relações da SVD com o arcebispado e suas

⁴⁸ Bourdieu (1999, p. 72, grifos do autor), ao discutir o conceito de capital cultural, apresenta sua expressão em três estados: “[...] *no estado incorporado*, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao *certificado escolar*, ela confere ao capital cultural - de que é, supostamente, a garantia - propriedades inteiramente originais.”

relações sociais, possibilitaram, indubitavelmente, a sua nomeação como bispo de uma diocese recém-criada que carecia de um trabalho pastoral eficiente na propagação do catolicismo entre os católicos.

Cabe destacarmos que a sua nomeação para o cargo, também está associada ao fato de que, em Guarapuava, por volta de 1952, imigrantes Suábios, da região da antiga Iugoslávia, terem vindo para o Brasil, fugidos do contexto da II Guerra Mundial, instalando-se na região, atualmente, denominada Colônia Entre Rios (Colônia dos alemães) também faziam parte da comunidade católica. Ressaltamos que tal colônia foi e é muito importante no setor econômico, devido à instalação da Cooperativa Agrária.

De acordo com as respostas de D. Frederico, podemos dizer que o Concílio Vaticano II foi um momento histórico que gerou insegurança para os membros da Igreja Católica, devido ao clima de discussões e da nova postura adotada pela Igreja, que valorizou a participação dos leigos na Igreja, e da escolha preferencial pelos pobres no trabalho evangelizador. Após trabalhar na DG por 20 anos, em 1986 foi transferido para Juiz de Fora.

Depois da contextualização de sua trajetória, concluímos essa seção evidenciando sua circulação nos espaços sagrados da Igreja Católica, o que impulsionou sua nomeação para o cargo de 1º bispo da DG. Sua bagagem cultural foi elemento importante a sua formação eclesial, levando em consideração a aprendizagem da língua portuguesa que, de certo modo, foi um fator positivo na sua estadia no Brasil.

2.2 D. HELMEL: AGENTE DE LIDERANÇA NAS ASSEMBLEIAS DA CNBB NO PARANÁ

Em 1952, a CNBB organizou-se no Brasil, nos parâmetros da Ação Católica, visando a articulação e troca de experiências entre os bispos brasileiros. Com a criação da CNBB, facilitou-se a organização da Igreja com as ações tomadas pelos bispos, a fim de aplicar a doutrina para os fiéis. No Paraná, houve o enlace das dioceses, ou seja, a ação dos bispos paranaenses foi articulada numa espécie de “rede”, na qual, preladados discutiam sobre a situação do catolicismo no Brasil e no Estado, além de planejarem estratégias pertinentes ao emprego da doutrina e dos

moldes adotados pela Igreja para atingir o objetivo da evangelização católica no mundo social.

Nas reuniões e assembleias realizadas pela Igreja Católica em acordo com a CNBB, os representantes das dioceses (bispos) debatiam sobre temas relevantes que permeavam o cenário cultural/social do Brasil. A DG participou de assembleias e reuniões, que visavam fomentar o debate e a produção de conhecimento que, posteriormente, seriam readaptados para o trabalho pastoral.

Porém, os bispos do Paraná resistiram em entrar em acordo com a CNBB, pelo fato de não aceitarem com tanta facilidade à sua organização. Zulian (2009, p. 356-357) afirma que o Episcopado paranaense teve uma reação crítica e desconfiada, devido a presença de relatores, que configuravam acessórias oriundas de outras regiões aprovada pela CNBB. Isso contrariou os bispos do Paraná, pois os mesmos entendiam esse fato como intromissão e reagiram com muitas reservas diante da proposta da CNBB.

Em Guarapuava, o bispo atuou na diocese, buscando participar dos assuntos de interesse discutidos nas assembleias. Um desses eventos realizou-se em Curitiba (Mossunguê), de 10 a 14 de setembro de 1982, a *XXX Assembleia da Igreja de todo o Paraná – XXX Assembleia do Regional Sul II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*. Nesse encontro, o objetivo foi discutir sobre o engajamento dos bispos e suas Igrejas no Paraná, contando com a liderança dos prelados, representantes dos sacerdotes, religiosos e leigos de todas as dioceses. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1982, p. 3). Nessa assembleia, o representante dos leigos da DG foi Itamar, integrante do Movimento Juventude Guarapuavana – MOVIJUG, contando também com a presença de D. Frederico Helmelt e Pe . Attílio. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1982).

Figura 9 – D. Helmelt no encontro em Curitiba, com a Pastoral da Juventude – maio de 1982



Fonte: Boletim Diocesano (out. 1982).

Nota: D. Helmelt está em pé, à direita.

Trinta anos depois, inseridos em um novo contexto, não mais de resistência e a problemas internos da CNBB, os bispos do Paraná escreveram um texto intitulado *Nota da Igreja no Paraná em favor à CNBB*, de setembro de 1982, no qual, o posicionamento dos bispos estava de acordo com a proposta da CNBB, esta relacionada pela defesa dos direitos humanos. Os bispos se pronunciaram a favor, tendo em vista, que grupos de pessoas ou setores inconformados (expressão do documento) criticavam a postura da CNBB e o trato com a questão social. Abaixo, citamos o documento em defesa da organização da CNBB:

Nós, bispos, sacerdotes, religiosos e leigos, reunidos na XXXª Assembléia do Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, nos dias 11 a 14 de setembro de 1982, em Curitiba, avaliando a caminhada pastoral orgânica da Igreja no Paraná e iniciando um método de planejamento participativo, com vistas ao VIII Plano deste Regional, colocamo-nos em comunhão e solidariedade com a CNBB, seja a sua Presidência ou os Pastores em particular, face a campanha difamatória encetada por setores inconformados com as recentes conquistas sociais de nosso povo. Afinal, com o coração amargurado, temos assistido a uma série crescente de atitudes escusas, praticadas por grupos que se acobertam no anonimato e na impunidade, agora com o objetivo principal de desmoralizar a Igreja e desarticular o trabalho de educação e conscientização que Ela desenvolve no meio do povo, a fim de que ele próprio construa sua História, livre de tutelas e autoritarismo de toda espécie. Além de procurar atingir os membros da Presidência da CNBB e sua linha pastoral, esses atos difamatórios se dirigem também as Igrejas particulares, geralmente com a utilização de documentos apócrifos ou falsificados. Foi o que aconteceu

com D. Aldo Mongiano, Bispo de Bela Vista, em Roraima, através de obscurantista publicação em quadrinhos, com D. Eugênio Araújo Sales, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, e com D. Benedito Ulhoa Vieira, Bispo de Uberaba, através da falsificação das respectivas cartilhas de orientação política de suas áreas pastorais; com D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, através da falsificação do jornal “O São Paulo”, além de caluniado, juntamente com outros bispos, por hedionda publicação em forma de cordel, tendo indecentes desenhos e conotações, com o indevido emprego dos logotipos das Edições Paulinas e Vozes em documentos forjados, bem como adulterações de boletins editados por regionais e dioceses [...] falsificação do próprio boletim semanal da CNBB (notícias), de 13 de agosto passado, e a ocorrência de violação de correspondências, principalmente de pessoas ligadas a área religiosa [...] ao mesmo tempo em que condenamos tais posições e atitudes, reafirmamos as solicitações de D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB, para que as autoridades constituídas não meçam esforços para pôr um paradeiro em tais ações covardes e inconstitucionais [...] enfim, sugerimos que seja ampliada a divulgação e reflexão desse pronunciamento, fazendo-se o uso do mesmo em celebrações, nas reuniões dos grupos e comunidades de base, dos movimentos e associações, bem como nos meios de comunicação de que dispomos. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1982, p. 4, grifos nossos).

No documento acima, observamos que o corpo episcopal se pronunciou diante de críticas realizadas ao trabalho da CNBB. Na parte sublinhada do texto, verificamos que a intenção desses grupos buscava desarticular a CNBB, ou seja, desqualificar o trabalho educativo da Igreja Católica perante a opinião pública.

Scott Mainwaring (1989) analisou o aspecto entre a Igreja Católica e a Política no Brasil, entre 1916 a 1985. Sobre as mudanças na Instituição Católica, afirma que a Igreja, como qualquer outra instituição social, é influenciada por mudanças sociais ocorridas ao longo da história. Assim, “[...] práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem ideias novas, mas, sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade” (MAINWARING, 1989, p. 25). Sobre a crise na Igreja Católica no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades foram atravessadas por mudanças sociais, desarticulando a realidade social existente. Na Igreja Católica, mudanças ocorreram com o comportamento dos fiéis, muitos deixaram de frequentar as missas, crise nas vocações e a perda de influência entre as classes dominantes. Além dessas, o protestantismo e o espiritismo tornaram-se religiões presentes no cenário religioso social, o que, de certo modo, diminuiu o prestígio da Igreja Católica.

Destarte, o funcionamento do Partido Comunista no Brasil até 1964, criou na Igreja um período de insegurança, principalmente devido aos valores adotados pelos comunistas. A apreciação dos preceitos comunistas significava um sinal de

decadência da Igreja, principalmente pela presença significativa do Partido Comunista no Rio de Janeiro, em 1946. (MAINWARING, 1989).

Mainwaring (1989) indica que, entre 1930 e 1964, os comunistas foram a principal ameaça dentro da Igreja e, em 1937, foi elaborado um documento contra os ideais comunistas⁴⁹. Em 1955, havia três grupos distintos presentes na Igreja Católica, divididos entre posicionamentos diferentes, como os tradicionalistas que se sentiam ameaçados pela esquerda e apoiavam menos o trabalho social da Igreja, acreditando na presença da instituição no mundo social. Os modernizadores conservadores acreditavam na mudança da Igreja para atingir os católicos do contexto moderno. Os reformistas acreditavam em uma proposta evangelizadora mais eficiente, com atitudes educativas mais progressistas, ou seja, eram adeptos de uma ação educativa mais eficaz. (MAINWARING, 1989, p. 57).

Lucelmo Lacerda Brito (2010) enfatiza que as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) foram momentos explosivos entre conservadores e progressistas. Logo após a realização do Concílio Vaticano II, houve a necessidade de se discutir melhor os documentos conciliares, sob a ótica da América Latina. Em Puebla, 1979, a ala conservadora foi apoiada pelo Papa João Paulo II, que assumiu o Vaticano em 1978. O Papa combateu três correntes de pensamento: o Comunismo, a Teologia Liberal europeia e Teologia da Libertação. A primeira viagem pastoral do Papa foi para o México, na Conferência de Puebla. Nesse momento, houve o primeiro embate público entre conservadores e progressistas. De acordo com Bernstein e Politi (1996, p. 216 apud BRITO, 2008, p. 34), no discurso realizado na abertura da Conferência de Puebla, esse dividido em quatro partes e com duração de uma hora, destinou as duas primeiras partes a evitar uma aproximação da Igreja com a esquerda, ou melhor, com a Teologia da Libertação, e já na terceira parte demonstrou um apreço pela justiça social.

A participação de D. Frederico na CNBB – Paraná, como Presidente da Comissão Teológica, principalmente, o posicionamento de seus ideais em concordância com a mesma, indica que os assuntos que foram debatidos, bem como a elaboração de documentos norteadores, denotam a ação de liderança do bispo no campo religioso católico. As discussões realizadas pelos prelados estiveram circunscritas na conjuntura oscilante de posicionamentos ideológicos, ou

⁴⁹ Carta Encíclica *Divini Redemptores*, de PIO XI, sobre o Comunismo Ateu.

seja, com vertentes diferentes, os bispos realizavam seu trabalho pastoral de acordo com o ideal de seu grupo.

Na DG, em maio de 1986, D. Frederico escreveu um artigo referente ao envolvimento dos bispos na CNBB, o que chamou a atenção do Papa João Paulo II. De acordo com D. Frederico, houve rumores de que a convocação dos bispos para Roma foi devido a uma discordância entre o entendimento de Igreja entre o Papa e os bispos brasileiros, deixando a Igreja em evidência. Na Assembleia Geral dos Bispos, realizada em Itaici-SP, em abril de 1986, o Cardeal-Prefeito Bernardim Gantin, trouxe de Roma uma carta escrita pelo Papa João Paulo II e entregou aos bispos do Brasil nesta assembleia. Em Abril, D. Frederico redigiu sua mensagem aos fiéis da diocese utilizando fragmentos dessa carta, a fim de discorrer sobre a Teologia da Libertação, fazendo uma espécie de divulgação da mensagem do Papa:

Foram os senhores mesmos (bispos) que afirmaram explicitamente que no fundo dos problemas mais sérios que enfrentam, está a questão eclesiológica e que a solução dos mesmos problemas passa forçosamente por uma justa e bem fundada concepção da Igreja [...] a Igreja é antes de tudo um mistério ... um prolongamento da missão do Verbo Encarnado. Não pode ser definida a partir de categorias puramente humanas e racionais (sócio-políticas) [...] a Igreja é o mistério da salvação que também está a serviço do homem! Faz parte pois da missão da Igreja preocupar-se das questões que envolvem o homem, como são as coisas sociais e sócio-políticas. Nisto deve haver uma nítida distinção entre o que é função dos leigos comprometidos nas tarefas temporais e o que é função dos Pastores, formadores dos leigos, para as suas tarefas. Não cabe a Igreja indicar soluções técnicas..., mas iluminar a busca das soluções à luz da fé. (JOÃO PAULO II, apud BOLETIM DIOCESANO, maio 1986, p. 2).

O que estava sendo discutido era a prática da Teologia da Libertação, esta voltada para o lado social da Igreja, com o engajamento dos cristãos na luta de classes.

A postura da Teologia da Libertação foi analisada por D. Frederico no artigo de outubro de 1979. Nesse artigo, fez explanações sobre as características dessa corrente de pensamento social, focando o contexto histórico da América Latina. Na sua avaliação, indicou alguns posicionamentos contrários à Teologia da Libertação.

É verdade que a salvação anunciada por Cristo não se refere apenas aos valores espirituais. O cristão deve encarnar também os princípios de fraternidade dentro da sociedade em que vive [...] deve-se observar, porém, o seguinte: o cristianismo não pode ser reduzido a um sistema moral ou de ação social. A primeira opção do cristão é sempre a fé! Só em função desta poderá conceber programas políticos e sociais. Com outras palavras: A mensagem da salvação cristã não se identifica com a libertação proposta pelas correntes políticas. Isto não quer dizer que o cristão deve deixar de se interessar pela justiça social, mas que não veja nela uma solução "mágica".

Que os homens trabalhem com afinco em prol de um mundo melhor, mas que não se iludam a respeito do resultado. O pecado continua! A experiência do mundo atual nos ensina que nenhum sistema social satisfaz plenamente. A figura de um Jesus político é desmentida pela própria Bíblia. Sem dúvida, Jesus teve por mira fundar um reino, - o reino de Deus. "meu reino não é deste mundo. Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". É importante, pois, estudarmos o Evangelho para cumprirmos a nossa verdadeira missão de cristãos na América Latina. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1979, p. 1).

Nesse artigo, escreveu sobre a Teologia da Libertação, não a aceitando como fundamento religioso. Voltando à resposta do Papa aos bispos do Brasil, quando o pontífice afirma que o problema da Igreja é um problema eclesiológico, referiu-se às concepções divergentes do posicionamento social e político da Igreja na América Latina. Em ambas as visões de Igreja, de D. Frederico e Papa João Paulo, a Igreja é antes de tudo o espaço que deve cultivar a fé do católico. Quando o Papa citou o Evangelho, afirmou categoricamente que o reino proposto por Deus não está neste mundo dos homens, direcionando a postura da Igreja, que deve pensar primeiramente nas soluções dos problemas sociais advindas da fé.

No mesmo mês de maio de 1986, aconteceu em Guarapuava um encontro entre os bispos da Província Eclesiástica. Essa reunião contou com a participação dos seguintes bispos: D. Frederico Helmel (Guarapuava); D. Pedro Fedalto, D. Albano Cavallin e D. Ladislau Biernaski (Curitiba); D. Walter Ebjer (União da Vitória); D. José Alves da Costa (Bispo Auxiliar de Ponta Grossa) e D. Bernardo (Paranaguá). (BOLETIM DIOCESANO, jun. 1986, p. 1). Esse evento evidenciou mais um encontro de trabalho entre as dioceses do Paraná. A escolha por Guarapuava, ao sediar a reunião, pode ter sido decorrência do cargo exercido por D. Frederico na CNBB do Paraná.

Quais seriam os temas ou a pauta desse evento que reuniu importantes prelados? A primeira questão foi organizar critérios comuns de pastoral. O segundo foi discutir temas relevantes na atuação da Igreja, como a Família no Mundo de Hoje; presença dos leigos na política; CEB's e liturgia. Sobre a família, o foco das discussões pautou-se na natalidade, filhos e planejamento familiar. Coube aos leigos a explanação sobre o método natural *Billings*, advertindo-se da importância de centros difusores do método natural às famílias católicas. (BOLETIM DIOCESANO, jun. 1986, p. 1).

Por meio dessas observações, podemos concluir que a preocupação dos bispos era manter a postura da Igreja comprometida com as preocupações

correlatas à formação da família, como prevenir a gravidez sem métodos contraceptivos, para não violar os preceitos da moralidade católica, uma estrutura que desse respaldo à organização familiar, bem como em discutir o papel dos leigos e a função espiritual da própria Igreja.

2.3 D. ALBANO CAVALLIN: BREVE HISTÓRIA DA TRAJETÓRIA DO 2º BISPO DE GUARAPUAVA

Nesta seção, buscamos fazer um breve histórico da atuação pastoral de D. Albano, levando em consideração que a sua escolha para assumir a DG, após a transferência de D. Frederico, foi baseada em sua atuação na instituição católica. Partimos do pressuposto de que D. Albano foi nomeado, como segundo Bispo de Guarapuava, devido à experiência adquirida no campo religioso no Estado do Paraná, principalmente, por ser membro da Comissão Pastoral da CNBB, por dois períodos consecutivos, na linha de catequese (1979-1986), subtendendo, assim, que o bispo conhecia a necessidade da ação pastoral no Estado, o que facilitaria o andamento das atividades formativas na DG.

Filho de Pedro Cavallin e Celestina Bortoletto Cavallin nasceu na cidade da Lapa, em 25 de abril de 1930. Aos dez anos, ingressou no Seminário São José de Curitiba, posteriormente, deu continuidade aos seus estudos no Seminário Maior do Ipiranga, em São Paulo, estudando Teologia. Em 06 de dezembro de 1953, finalizou sua formação teológica, sendo ordenado sacerdote, exercendo o seu ministério na Catedral de Curitiba, como vigário cooperador (1954-1957). (MARCONDES, 1987, p. 315). Em 1957, foi vice-reitor do Seminário Maior de Curitiba. De 1968 a 1963, com intervalos para estudos, foi pároco na Paróquia Santa Terezinha, em Curitiba.

Foi estudar no exterior, ingressou no curso de especialização, estudando espiritualidade, em Roma (1960-1961), e pastoral, em Bruges (1969), na Bélgica. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1992, p. 4). De 1963 a 1973, foi diretor espiritual do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos, em Curitiba. Como bispo, ele foi auxiliar na Arquidiocese de Curitiba, entre os anos 1973 e 1986, posteriormente assumindo a DG até 1992.

Na foto abaixo, podemos observar o cerimonial de sua posse:

Figura 10 – Posse de D. Albano B. Cavallin, em 14 de Dezembro de 1986



Fonte: Foto nº 70 – Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém.
 Nota: D. Albano (em pé), D. Frederico (ao lado, sentado).

Sua posse representou um ritual sagrado da Igreja, o qual certifica e reconhece o poder do bispo sobre os demais agentes do campo religioso católico. Os fiéis participam da cerimônia como agentes desse campo e o fato de presenciarem a cerimônia, entoando cantos em festividade, legitimam-no como autoridade da diocese.

D. Albano teve influência na CNBB. Foi escolhido como membro da Comissão Pastoral da CNBB, na linha de catequese por dois períodos consecutivos, de 1979 a 1986. Em 1991, foi escolhido pela terceira vez a assumir a Comissão Pastoral, na linha bíblico-catequética.

Em 16 de maio de 1989, recebeu o Prêmio Heleno Fragoso, na Universidade Católica, em Curitiba, pelo trabalho em prol dos Direitos Humanos, realizado na Diocese de Guarapuava. No Boletim Diocesano de Junho de 1989, foi escrita uma nota dedicada ao bispo em merecimento ao prêmio:

Heleno Fragoso foi um eminente jurista brasileiro que notabilizou-se pela luta pelos direitos humanos ao longo de sua existência. O centro Heleno Fragoso foi fundado em Curitiba em 15/10/87 para desenvolver a mensagem, o compromisso democrático e cristão, voltado à promoção da liberdade e dos direitos humanos. Dom Albano recebeu o prêmio das mãos do Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto e, em meio a uma platéia formada por altas autoridades de toda a sociedade não hesitou em dizer '... nesta noite em que recebo este prêmio, eu teria vergonha e pudor de voltar para minha casa levando uma condecoração, quando em Inácio Martins,

milhares de pessoas continuam abandonadas com frio, sem comida, sem segurança em pleno campo de batalha por uma política de Reforma Agrária em nosso país'. (BOLETIM DIOCESANO, jun. 1989, p. 2).⁵⁰

Conforme o próprio D. Albano expressou, em Inácio Martins, região próxima a Guarapuava, pessoas não tinham condições dignas de sobrevivência. Em seu bispado, uma característica presente foi a defesa dos Direitos Humanos. Para subsidiar essa discussão, trazemos uma foto de 25 de maio de 1989, que evidencia o caráter de partilha da Igreja. Nesse dia, Festa de Corpus Christi – 1989, o bispo realizou uma campanha de agasalhos. As etiquetas nos cobertores são referentes aos grupos de leigos da DG, como o Apostolado, Madrinhas do Lar, Seminário, Catequese, Dízimo. Os outros grupos não foram identificados.

Esse fato repercutiu na mídia. O jornal *Esquema Oeste* (jun. 1989, p. 8, grifos nossos) publicou uma entrevista com D. Albano a respeito do Prêmio Heleno Fragoso.

Carismático, controvertido, amado, odiado, D. Albano, 59 anos [...] continua lutando pelas coisas que acredita [...] mesmo aqueles que o consideram um inimigo, um subversivo, reconhecem sua coragem, idealismo e perseverança.

O jornal *Esquema Oeste* realizou ainda uma breve entrevista com D. Albano sobre a situação dos acampados em Inácio Martins:

(D. Albano) no discurso que fiz agradecendo o laurel, no auditório da PUCC, disse que recebia uma recompensa para minorar os sofrimentos dos sem-terra que já fora 10 mil naquela localidade. As Irmãs de Caridade, do Departamento de Promoção Humana organizaram painéis e ensinaram aquelas pessoas a fazer a “sopa comunitária”. Hoje existem ainda 3 mil pessoas no acampamento, são 600 famílias [...] por estes dias tivemos que arrumar 50 cobertores e 15 mil quilos de alimentos para os acampados. Eles enfrentam sérios problemas de alimentação. (ESQUEMA OESTE, jun. 1989, p. 8).

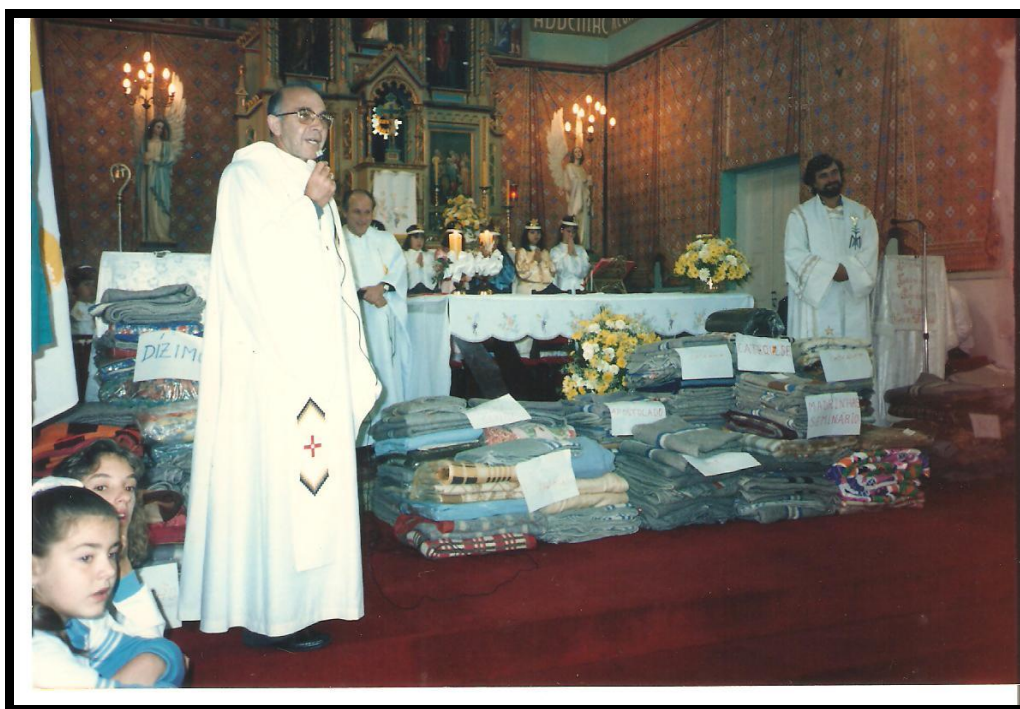
Ariel José Pires (1996) estudou a situação dos assentamentos de sem-terra em Guarapuava. Segundo o autor, em Guarapuava, durante o período de 1980 a 1990, foram implantados 25 assentamentos com 981 famílias em 18.646 hectares

⁵⁰ Trazemos essa citação a fim de evidenciar que a ação de D. Cavallin não ficou apenas destinada ao trabalho da catequese, boletim, rádio, etc. Sua ação na DG também abordou a questão dos Direitos Humanos, bem como da reforma agrária. Essa não compreende nossa discussão, porém, esteve atrelada ao posicionamento do bispo. Sua discussão acerca desse tema denota mudança entre os dois prelados em análise. Mesmo dando continuidade ao trabalho de D. Helmelt, como o Boletim Diocesano D. Cavallin trouxe outros elementos de discussão sobre o papel da Igreja em relação aos Direitos Humanos, evidenciados nas fontes. Na conclusão do capítulo, trazemos essa discussão.

de área, distribuídos nas regiões: Município de Cantagalo, dez assentamentos; Guarapuava, cinco: Laranjeiras do Sul, quatro; Pinhão, três; Quedas do Iguaçu, Turvo e Palmital, um assentamento. (PIRES, 1996, p. 90). Destaca que a sociabilidade nesses núcleos de trabalhadores rurais se dá de forma individual e coletiva, tendo papel relevante na sociabilização a participação religiosa e o desenvolvimento escolar. Os acampamentos normalmente eram formados por famílias que chegavam juntas, provenientes de uma mesma região.

Na imagem abaixo, podemos verificar a ação de D. Albano, citada por ele na entrevista do jornal.

Figura 11 – Festa de Corpus Christi – 1989



Fonte: Foto nº 73 – Arquivo Catedral Nossa Senhora de Belém.

A foto faz menção a uma campanha da Igreja Católica em prol dos católicos carentes, sendo uma prática comum, um ato que não implica críticas por parte dos grupos sociais. O ponto de divergência entre D. Albano e D. Frederico é à maneira de utilização do Boletim Diocesano, no foco das discussões. Observamos que o 2º bispo começou a expressar críticas sobre a condição econômica dos estratos sociais, ou seja, passou a lançar textos fazendo referência a situações que envolviam o trabalho e a pobreza no mundo social. Assim, seus escritos começaram a indagar questões como o pobre em primeiro lugar, salários - os pobres sempre mais pobres, o salário e participação nos lucros e o trabalho como libertação e

opressão. Esses assuntos estiveram presentes no Boletim, além da situação dos acampados na região de Guarapuava. Acreditamos que esse último foi o ponto central de críticas realizadas em seu bispado.

A partir da escrita desses textos, D. Albano redigiu uma carta, em janeiro de 1991, fazendo uma espécie de defesa sobre seu posicionamento como bispo. O título dessa carta *De direita ou de esquerda* sintetiza a situação que se instaurou em sua administração diocesana.

Sempre acho ridícula a pergunta que me fazem: “o senhor é conservador ou é progressista? De direita ou de esquerda?” A resposta que costumo dar é essa: peço a Deus que se faça profundamente progressista quando é preciso, e profundamente conservador também quando é preciso. O que precisamos é de bom senso. Há situações de injustiça que exigem denúncias e atitudes concretas. Há outras horas que é preciso recordar, também as pessoas da Igreja, o valor das coisas tradicionais como a oração, a obediência, o respeito ao Papa, e não entrar na onda porque é moda. A nossa Igreja de Guarapuava precisa desse bom senso [...] e além do bom senso coragem para dialogar em busca da verdade, esteja ela onde estiver uma vez descoberta a verdade, a humildade para aceitá-la e mudar de idéia, se isso for preciso. (BOLETIM DIOCESANO, jan. 1991, p. 8).

O bispo se diz atuante de acordo com a situação. Ora progressista, ora conservador. Porém, o simples fato de escrever uma carta numa espécie de apologia a sua conduta já faz menção à situação divergente em seu bispado. Qual a relevância de escrever uma carta desse gênero? Sem sombra de dúvidas, indica que era questionado por suas atitudes, o que não era aceito por alguns católicos, ou por uma classe específica, particularmente a elite econômica e política.

Nesse momento de nossa discussão trazemos mais um dado correlato ao posicionamento político de D. Albano, o qual repercutiu de forma negativa. O fato ocorreu em fevereiro de 1990, na tradicional festa da Padroeira da cidade, Nossa Senhora de Belém. Como de praxe, os fazendeiros e a população contribuem para a realização desse evento. Os fazendeiros geralmente doam vacas para a realização do churrasco. Porém, nesse ano, o evento não obteve o devido prestígio dos moradores do centro da cidade e nem dos fazendeiros. No jornal *Esquema Oeste*, de fevereiro de 1990, sob o título *Faltou apoio para a festa de Nossa Senhora de Belém – divergências políticas evitaram que o boi gordo virasse churrasco*, o assunto foi abordado pelos organizadores do evento, João Amazonas e Antônio Esser:

A festa [...] não teve o devido prestigiamento dos moradores do centro da cidade. Além disso, questões políticas passadas tentaram intimidar o brilhantismo do evento que tem como ponto alto o tradicional churrasco. Amazonas explicou que um dos objetivos da festa somado ao levantamento de verbas [...] era o conagração entre toda a comunidade. Segundo ele, muitas pessoas residentes nas proximidades compareceram somente para adquirir o churrasco, levando a carne para saborearem em suas casas [...] Antônio Esser desaprovou a atitude de certos fazendeiros que resistiram em doar as vacas, devido ao posicionamento político de sacerdotes durante as eleições presidenciais. Para Esser, o fato de determinado padre ter participado, que nem pertence à catedral, de uma recepção ao candidato Lula, não justifica o corte na contribuição. (ESQUEMA OESTE, fev. 1990, p. 3).

Após essa citação, podemos inferir que situações políticas foram elementos geradores de agitações no bispado de D. Albano. Sobre o mesmo assunto, nas eleições presidenciais, D. Albano foi indagado por sua escolha política, e ainda, se a CNBB já possuía uma escolha de voto. Na entrevista realizada pelo jornal Esquema Oeste, referente ao recebimento do Prêmio Heleno Fragoso, D. Albano expõe suas ideias:

JE (Jornal Esquema). Quais são as perspectivas que a eleição presidencial oferece para os sem-terras? DA (D. Albano) tenho a impressão que vai depender muito do grupo que vai assumir o poder. No governo Sarney, tivemos três ou quatro ministros da Reforma Agrária [...] esta falta de continuidade prejudica [...] JE – E o senhor já definiu candidato? DA – ainda não estou estudando a plataforma dos candidatos e especialmente a forma como eles vêem os sem-terras. De qualquer forma não quero utilizar minha função para fazer campanha para este ou aquele. Quando eu decidir a urna vai testemunhar meu voto. JE – A Igreja já decidiu o voto? DA – Há dez dias atrás a CNBB [...] se reuniu para debater o tema Exigências Éticas para uma nova ordem Constitucional. É claro que a Igreja vai cobrar dos candidatos um compromisso com essa ordem mas isso não quer dizer que alguém receberá apoio, mesmo porque o voto é livre e secreto. (ESQUEMA OESTE, jun. 1989, p. 8).

Mais uma vez, o assunto política partidária e as eleições foram objetos de críticas e conturbação. O bispo não afirma e nem exclui a ideia de apoiar um candidato político, atitude essa que não aborreceria qualquer fiel católico de sua Igreja. Porém, o fato de um sacerdote estar envolvido com o grupo político de esquerda, e ainda, a Igreja envolvida com arrecadações para os acampados, denotou para alguns fiéis a aceitação por parte de D. Albano das ideias favoráveis à Reforma Agrária, assunto esse que estava em constante efervescência.

Sobre esse assunto, destacamos que havia um movimento no Paraná favorável à implantação da Reforma Agrária, manifestação político-religiosa denominada Romaria da Terra. Eram responsáveis pela organização desse

movimento a Diocese de Guarapuava e o Movimento dos Sem-Terras do Paraná. De acordo com Dionísio Vandresen (2010), o Centro Missionário de Apoio ao Campesinato – Antônio Tavares Pereira (CEMPO) surgiu em 1974, com origem nas Pastorais Sociais da Igreja Católica, adotando ao longo do tempo um caráter ecumênico, prática comum entre os camponeses. No histórico do CEMPO⁵¹, consta que a Pastoral da Terra surgiu devido às inovações tecnológicas e à industrialização, o que causou grandes transformações no cenário rural. Na localidade de Guarapuava, havia exploração e exportação da madeira e erva-mate, mobilizando a colonização na região. Nos anos de 1970, houve um forte êxodo rural, o que impulsionou a criação de pastorais sociais nas dioceses, em vários segmentos. Assim, devido a esses motivos sociais, criou-se a Pastoral da Terra, ou seja, a Pastoral Rural. (VANDRESEN, 2009).

No Boletim Diocesano de maio de 1986, ainda sob a responsabilidade de D. Frederico, 1º bispo, localizamos uma nota referente à Pastoral Rural. De acordo com o Boletim, a proposta dessa pastoral não era ser nem um sindicato e nem associação, mas sim levar a leitura da Bíblia para as pessoas que viviam no campo. Os objetivos dessa pastoral eram os seguintes:

1º Visitar as paróquias com o objetivo de conhecer melhor todos os padres e a realidade da paróquia. 2º Incentivar a criação de Círculos Bíblicos como forma de levar a comunidade, reunida como grãos de fermento, a refletir sobre os seus problemas e encontrar soluções do mesmo à luz do Evangelho. 3º Apoiar as organizações autênticas dos lavradores [...] assim a Pastoral Rural não quer apenas levar o homem do campo a refletir sobre seus problemas, mas, contribuir para a superação dos mesmos. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1986, p. 3).

Naquele momento, em 1986, trabalhavam duas pessoas na Pastoral Rural e os pontos norteadores não estavam bem definidos. Na mesma nota, Ademir Daiprai, um dos coordenadores da Pastoral Rural, solicitou auxílio a formação de seu trabalho: “como é um trabalho que está iniciando, muitos pontos não estão bem definidos no que diz respeito ao trabalho que a Pastoral Rural vai desenvolver. Por causa disso, pedimos que nos enviem sugestões, propostas para tornar nosso trabalho mais eficiente”. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1986).

⁵¹ Localizamos tais dados no histórico do CEMPO. Esse documento é digital, escrito por Dionísio Vandresen (2009). Além desse histórico, não encontramos nenhum documento de criação, ata ou algo do gênero.

Em abril de 1986, o jornal *Esquema Oeste* informou que os políticos do Paraná iriam se reunir em Guarapuava, a fim de debater sobre a questão da Reforma Agrária, visando, sobretudo, não criar atritos com o Encontro da Terra, realizado em Guarapuava, no dia 11 de abril. Estiveram presentes os seguintes componentes do campo político: senadores Álvaro Dias, Afonso Camargo e Enéas Faria, deputados Trajano Bastos e Artagão de Mattos Leão. O representante do governador José Richa foi o chefe da Casa Civil Walter Pecoits. Ambos os políticos falaram sobre a Reforma Agrária. (ESQUEMA OESTE, jul. 1986, p. 1).

Após dois meses, no dia 06 de junho de 1986, realizou-se a II Romaria da Terra, em Laranjeiras do Sul. O jornal *Esquema Oeste*, de junho de 1986, explicitou aos guarapuavanos como funcionaria o evento, ressaltando novamente o assunto da Reforma Agrária.

Estão sendo aguardadas cerca de 15 mil pessoas, que reunirá o movimento dos sem-terras do Estado, numa manifestação político-religiosa em favor da reforma agrária [...] sob o tema “E Deus acampou entre os pobres da terra”. O movimento inicia às 9 horas de domingo, com uma caminhada da entrada da cidade até o pátio da Matriz de Laranjeiras do Sul, num trecho de 3 quilômetros. No trajeto haverá três paradas para apresentações artísticas, que mostrarão a realidade nos acampamentos e assentamentos dos trabalhadores rurais e a posição da Igreja sobre a Reforma Agrária. Na parte da tarde os romeiros terão um ato público, aberto a denúncias e exposições referentes ao tema e, às 16 horas, uma celebração ecumênica, com bispos, padres e pastores. A realização desse evento acontece num momento em que se registra o recrudescimento de posições em torno da Reforma Agrária. Demonstra isso, em especial, o atentado cometido na última quinta-feira, dia 3, contra o lavrador Miguel Isloar Sávio, de São Miguel do Iguaçu e um dos líderes do Mastro – movimento que congrega todos os sem-terras do Estado. (ESQUEMA OESTE, jul. 1986, p. 1).

Destacamos que o tema da Campanha da Fraternidade de 1986 foi *Terra de Deus, Terra de irmãos*, tema bem sugestivo à Reforma Agrária. A CNBB discutiu sobre o assunto, dispondo tempo e “energia”, iniciando com o tema da Campanha da Fraternidade. O objetivo da CNBB era tornar o tema da campanha bem atuante entre os católicos, não ficando apenas no plano retórico. Padre Cristóvan Lubel, um dos responsáveis pela redação do Boletim Diocesano, no texto intitulado *Terra para todos*, reiterou que:

A CNBB – motivada pelos valores cristãos está apresentando sugestões para que a CF/86 não fique só no “papel”. Por exemplo, sugere que todos se comprometam com o processo de organização da Assembléia da Constituinte, pois a maioria dos problemas de Terra [...] poderiam ser solucionados. E ainda, convida a todos para também se comprometerem com os esforços feitos em torno da concretização da Reforma Agrária e de uma adequada Política Agrária. (BOLETIM DIOCESANO, mar. 1986, p. 2).

E esse também foi o apelo de D. Frederico, expresso na Carta Pastoral de abril de 1986, na qual enfatizou que a situação política daquele momento não estava dando respaldo aos acampados, nem apresentava relevante de solução:

Como pastor dessa Igreja de Guarapuava, sinto-me no dever de dirigir a todos uma palavra que os ajude a refletir e a viver nossa fé numa maneira concreta e madura. A campanha da Fraternidade desse ano [...] focaliza um dos problemas mais angustiantes de muitos de nossos irmãos. Em fidelidade a palavra de Deus e ao ensino da Igreja queremos fazer um apelo convidando todos a assumir adequadamente sua responsabilidade no intuito de proporcionar aos nossos irmãos sofredores uma solução para seus problemas [...] apelamos portanto: às autoridades competentes que tomem consciência desses problemas, procurando viabilizar soluções justas. Uma das grandes esperanças da Nova República, é a Reforma Agrária! Todos almejávamos que, respeitando os direitos de cada cidadão, pudesse ser encontrada uma solução para milhões de trabalhadores do campo. Infelizmente, essas esperanças estão se esvanecendo. (BOLETIM DIOCESANO, abr. 1986, p. 2, grifos nossos).

Já no final de seu bispado, D. Frederico alertou a população sobre o sofrimento dos acampados e de suas condições de vida. Frisou que o regime político da Nova República deveria solucionar esses problemas, porém, ações concretas políticas, como realização da Reforma Agrária não estavam sendo elaboradas. E por acreditar no seu discurso de igualdade entre todos os irmãos, com visão de fé, no final, D. Frederico expressa angústia diante da situação.

Posteriormente, D. Albano Cavallin continuou enfatizando a situação de desigualdade social na diocese, porém de modo reservado, sabendo dosar sua escrita e seus posicionamentos. Como o próprio bispo afirmou, ora toma atitudes conservadoras e, em outras situações, decisões progressistas. Em outra carta, escrita em junho de 1990, afirmou ser admirador do Papa João Paulo II. Na carta intitulada *Admiro muito o Papa João Paulo II*, D. Albano fez menções aos seus escritos e explicou por que o título das missivas deve ser chamativo.

Quando escrevo as cartas do Irmão Bispo, uma das coisas difíceis é arranjar o título para cada carta. É preciso que o título diga logo o que se quer dizer. Recordo-me, por exemplo, de alguns títulos que queriam levar mensagens bem fortes, um deles foi esse: “Não quero vossas vacas, quero vossas almas”. Era um recado bem direto para as pessoas que pensavam que a gente ia atrás de fazendeiros, só por interesse de arranjar vacas para as festas [...] a carta de hoje quer ser também uma mensagem bem dirigida. Para quem não sabe, no mundo inteiro, um grupo de católicos inconformados anda atacando o Papa João Paulo II [...] junto com a maioria do povo brasileiro, fique bem claro, o Irmão Bispo de Guarapuava, [...] reafirma a sua admiração, o seu amor e a sua promessa de obediência da vossa Igreja. (BOLETIM DIOCESANO, jun. 1990, p. 3).

Novamente, seu discurso visou informar os católicos que sua postura era condizente ao posicionamento do Papa, porém isso não o caracteriza como bispo conservador. Acreditamos que o bispo utilizou essa conduta objetivando responder aos questionamentos realizados pelos católicos, e ainda, evidenciando o sentimento de pertença a uma comunidade. Foi uma maneira encontrada para assegurar sua legitimidade como bispo. Essa maneira de comunicação com seus diocesanos foi uma forma de articular o projeto da Igreja aos diferentes grupos sociais da DG e defender uma certa autonomia do campo religioso em relação aos outros espaços do mundo social.

Finalizando nossa discussão sobre a postura do bispo, analisamos mais uma carta, essa escrita em outubro de 1991, na qual faz menção ao ditado popular *cutucar a onça com vara curta*. Segundo D. Albano, em uma de suas visitas no interior, frequentando a casa de um seminarista, perguntou aos pais desse seminarista se as cartas eram lidas pelo pároco da Igreja, e o senhor respondeu que sim. O mesmo perguntou se existia um assunto especial que a população desejaria que fosse tema de suas missivas.

[...] nas cartas tocasse um assunto que fosse do interesse daquela gente tão boa, mas tão sofrida no trabalho. Foi então que o bom homem, chefe da casa, disse assim: Bispo, de vez em quando o senhor precisa “cutucar a onça com vara curta”. Mas o que o senhor quer dizer com isso? Quero dizer que algumas autoridades municipais e alguns prefeitos não estão dando atenção ao homem do campo. Eu não vejo essa gente aparecer por aqui, como fazem os padres que o ano inteiro estão ao nosso lado. Não quero usar a expressão do bem colono, mas quero levar a sério seu pedido. Padres que vivem ao lado dos colonos, façam de tudo para que através de campanhas, abaixo assinados, as autoridades do lugar, prefeitos, vereadores, médicos e prefeituras atendam as justas reclamações das pessoas do campo a quem todo o Brasil tem deveres pelo pão que deles recebem. Este é o pedido e apoio do Irmão Bispo Albano aos irmãos do campo. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1991, p. 5, grifos nossos).

Após esse dado, encerramos nossa discussão, enfatizando que, no cenário tradicional da cidade de Guarapuava, D. Albano não conseguiu escrever e organizar a diocese sem passar por questionamentos sobre sua conduta. Assim, após cinco anos e três meses na diocese, foi nomeado Arcebispo de Londrina, no dia 11 de março de 1992, tomando posse de seu novo cargo, em 09 de maio de 1992. Comparando o tempo de permanência entre o 1º e 2º bispo, seu bispado foi curto. As razões podem estar associadas a sua posição firme em relação aos problemas

sociais, particularmente à Reforma Agrária, assim como pelo fato de assumir a função de arcebispo, o que denotava uma ascensão na hierarquia eclesial.

Na sua última carta, despediu-se de seus fiéis:

Durante 5 anos, através do Boletim Diocesano, escrevi mais de 200 cartas aos Irmãos da Diocese de Guarapuava. No dia 14 de dezembro de 1986, não imaginava que para o dia 9 de maio de 1992 haveria de escrever esta carta de adeus [...] de minha parte, posso dizer que procurei cumprir minha missão de Pastor da Diocese [...] continuarei, sempre, rezando por vocês, pois como diz o poeta “és inteiramente responsável por aqueles que cativastes”. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1992, p. 1).

Na Arquidiocese de Londrina, D. Albano ficou de 1992 a 2006, pois, quando completou 75 anos de vida, apresentou sua carta de renúncia ao papa Bento XVI e, de acordo com Cânon 401.1, do Código de Direito Canônico, o pontífice aceitou seu pedido de renúncia, nomeando outro Arcebispo para Londrina. (ARQUIDIOCESE DE LONDRINA, 2011).

2.4 AÇÕES FORMATIVAS DA DIOCESE DE GUARAPUAVA

A fim de manter o catolicismo difuso entre os católicos da recém diocese, D. Frederico elaborou maneiras diferentes de atingir seus fiéis, porém, com objetivo comum, de expandir o catolicismo. Suas ações objetivaram munir os católicos com as verdades do catolicismo, reforçando os preceitos que legitimam a doutrina, bem como propagá-los em todo o território da cobertura pastoral da DG.

Para que tais objetivos fossem abrangidos, o plano de ação do 1º bispo contemplou ações como a elaboração de um boletim informativo da diocese, a discussão em torno da implantação do Ensino Religioso nas escolas, inserção dos leigos na Igreja, o aprimoramento da catequese, com outros métodos de ensino, além de buscar a solução do problema das vocações.

Seu bispado foi precursor na proposta de consolidar um “terreno” apto na formação dos católicos. Posteriormente, com o 2º bispo, o desafio encontrou-se em manter o que já fora desenvolvido na defesa da doutrina, contudo, complementar com novos direcionamentos, de acordo com a visão de D. Albano, sobretudo, atribuindo sua maneira de organizacional nas atividades.

Desse modo, organizamos essa discussão a partir das ações do 1º bispado, entrelaçando na análise as ações do 2º bispo, enfatizando a continuidade e as modificações das ações educativas.

2.4.1 Boletim Diocesano: porta- voz da vida cristã na Diocese de Guarapuava

O Boletim Diocesano - BD foi um veículo importante na formação dos católicos, além de um excelente difusor da doutrina. Logo que foi organizado, os católicos podiam ter acesso aos ideais da Igreja, como por exemplo, ter conhecimento das principais discussões realizadas pelo bispo na cidade de Guarapuava, como o próprio pensamento do Papa, sobre a religião e seus ensinamentos. Isso se tornou possível apenas com a leitura, não precisando de um sacerdote para expor as ideias. No interior, os fiéis foram privilegiados com a criação do mensageiro da diocese.

O boletim foi organizado, inicialmente, contendo quatro páginas: a primeira foi reservada para a *Palavra do Bispo*, coluna dedicada aos artigos do prelado, que visava fornecer reflexão sobre temas importantes da Igreja; a segunda foi destinada aos movimentos dos leigos; a terceira página, intitulada *A Igreja em marcha*, espaço reservado para os documentos da Igreja, movimentos da catequese, entre outros. A última página foi destinada às informações gerais da diocese, notícias, relatos, avisos, recebendo como título - *Pelas paróquias da diocese*.

O BD teve início em julho de 1978. Nessa época, a catedral não tinha organizado seu arquivo histórico. Nesse período, o padre José de Paulo Bessa, então seminarista em Ponta Grossa, começou a guardar os exemplares do boletim, por isso muitos se encontram com seu carimbo. Quando o padre assumiu a Catedral Nossa Senhora de Belém, começou a organizar os documentos, encadernando-os. Porém, a coleção não está completa, tendo em vista que alguns exemplares se perderam. Em alguns exemplares, não constam o número das páginas.

Na primeira edição, D. Helmel expõe sua realização como bispo diante da criação do mensageiro do catolicismo na diocese:

Com esse número sai, pela primeira vez, a criação mais nova de nossa diocese, o Boletim Diocesano. Sai da cidade de Guarapuava com o desejo de entrar em todas as paróquias, em todas as comunidades das capelas, nos próprios lares. É um novo jornal que está surgindo? Um noticiário local? Não é isto que o nosso Boletim pretende ser. [...] o Boletim Diocesano deseja ser antes de tudo um mensageiro da Diocese. A Diocese de Guarapuava abrange uma área tão grande, a maior de todas as dioceses do Paraná. São áreas diversas, que no entanto, tem algo em comum. Localizadas no Terceiro Planalto do Paraná, constituem o centro e o coração de nosso Estado. Os 12 municípios formam também uma unidade espiritual, uma Igreja particular com sede em Guarapuava. O Boletim pretende ser portanto um elo de união. As distâncias separam, a Igreja que nos une. Esta união necessita de instrumentos, de laços de união. Um

destes será o Boletim, que hoje inicia sua vida. O Boletim será um mensageiro de união. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 1).

O bispo projetou o boletim em função de manter sua unidade territorial com os valores do catolicismo. Explicitou ainda, o estilo do informativo, o qual deveria servir para anunciar informações correlatas à DG. Essas informações classificavam-se entre avisos diversos, como datas de cerimônias, a primeira eucaristia; construção de novas Igrejas; anúncios de captação de recursos financeiros do bispo, na Europa, para a realização de obras; inserção de novos religiosos (as) e padres na diocese, sobretudo, mensagens destinadas à reflexão da presença da Igreja Católica no Brasil, e assuntos relacionados à Igreja de um modo geral. Desse modo, nós consideramos o Boletim Diocesano, além de uma das fontes desta dissertação, uma estratégia de difusão da doutrina, isto é, “mensageiro de união” da própria Diocese.

Na primeira edição, a redação, organizada pelo padre Cristovam Lubel, dedicou uma nota com as seguintes observações sobre o funcionamento e o objetivo da página:

A redação deste Boletim Diocesano quer dirigir-se aos leitores do mesmo para esclarecer possíveis mal entendidos. Fomos convocados por D. Frederico, nosso Bispo, para dar esta colaboração. Nossa parte consiste em recolher informações junto aos movimentos de Leigos na Diocese, junto as paróquias e mais diretamente junto ao Sr. Bispo para então redigir este informativo que pretende ser um porta voz da vida cristã na Diocese aos católicos espalhados pelas mais diversas paróquias. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 2).

Para que esse informativo funcionasse de acordo com seu objetivo, as paróquias e comunidades também deveriam contribuir, enviando informações e eventos a serem realizados. Nesse sentido, a redação do boletim, já na primeira edição, explicou como funcionariam as colunas. O primeiro aspecto a ser esclarecido refere-se aos textos escritos e enviados ao boletim. Esses não poderiam ser transcritos literalmente, tendo que passar por uma revisão da redação, ou por questões de erro de grafia, até mesmo por equívocos de informações e posicionamentos, o que, de certa forma, ocasionou questionamentos por parte das paróquias, comunidades etc. Dessa forma, a redação do informativo, de início, alertou como funcionaria a aceitação de textos e mensagens para a publicação, o que indica que as publicações passavam pelo controle e censura da organização eclesial da DG.

Nos primeiros anos de atuação do informativo⁵² da DG, os artigos do bispo foram escritos visando expor acontecimentos relacionados à Igreja Católica. Isso ocorreu pelo fato da realização da Conferência de Medellín, em 1968, e a de Puebla, em 1979. Essas conferências tiveram relevância significativa na postura da Igreja. Desse modo, D. Frederico escreveu artigos com foco analítico dessas conferências, e assuntos relacionados a elas. Outro assunto presente no boletim estava relacionado às visitas do Papa ao Brasil e temas da Campanha da Fraternidade.

No Boletim Diocesano de Guarapuava, de junho-julho de 1980, D. Frederico escreveu a respeito da visita do Papa ao Brasil, momento pelo qual os bispos e fiéis devem renovar os laços espirituais do catolicismo:

A visita do Papa é para o Brasil uma grande honra e alegria. O nosso povo gosta muito do Papa. Multidões vibrarão e se deslocarão para vê-lo e ouvi-lo. Mas o nosso amor e entusiasmo pelo Papa não podem consistir apenas em concentração de massas, demonstrações de júbilo, aplausos, emoção, compra de lembranças. A visita do representante de Cristo na terra ao Brasil, é também um compromisso, a visita do Papa é uma visita “pastoral”, para renovar nossa vida espiritual e eclesial. Esta renovação exige obediência às palavras do Papa, e aos seus desejos. [...] o Papa é insubstituível na Igreja, como a cabeça é indispensável ao corpo. A missão principal do Papa é manter a Igreja unida, conservá-la na unidade, no governo, na fé, no amor e na esperança. [...] sabemos pelo Evangelho que o Papa, e também os Bispos unidos ao Papa são infalíveis, quando ensinam autenticamente (ex-cathedra) sobre assuntos de fé e moral, o que acontece nos Concílios gerais. (BOLETIM DIOCESANO, jun./jul. 1980, p. 1).

Trazemos novamente a discussão bourdieusiana sobre a competência do discurso. Nesse caso, o Papa é o pilar fundamental da doutrina católica no mundo social. Suas palavras são reconhecidas por católicos, como também por outras religiões como sendo o discurso católico oficial, mesmo que não concordem com os preceitos. Essa legitimidade que emana do discurso do Papa no Brasil, ou como o próprio D. Frederico comentou, exige obediência e resulta da legitimidade de sua posição hierárquica no campo religioso:

Podemos, assim, enunciar as características que um discurso legítimo deve preencher, os pressupostos tácitos de sua eficácia: ele é pronunciado por

⁵²A utilização de recurso impresso pela Igreja Católica no Brasil começou com a iniciativa dos Frades Franciscanos, que chegaram a Petrópolis, em 1896, oriundos da Alemanha, fundando a Editora Vozes. Assim, a Vozes é considerada a editora católica mais antiga em funcionamento ininterrupto no Brasil. Sua história tem início em Petrópolis – RJ, residência de verão de D. Pedro II, na qual havia uma máquina impressora da marca *Alouzet*, em péssimas condições, localizada em uma oficina para a impressão do jornal “O Estado”, o qual não chegou a ser publicado. A máquina foi consertada pelo Frei Inácio Hintze, da Ordem dos Franciscanos. Assim, em 1897, Frei Ciríaco Hielscher começou a utilizar a máquina para a publicação dos livros da Escola Gratuita São José, fundada em 1897. (ANDRADE, 2008, p. 87).

um locutor legítimo, isto é, pela pessoa que convém – por oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta etc.); ele é enunciado numa situação legítima, isto é, no mercado que convém (no oposto do discurso do louco, uma poesia surrealista lida na Bolsa de Valores) e dirigida à destinatários legítimos; ele está formulado nas formas fonológicas e sintáticas legítimas (o que os lingüistas chamam de gramaticalidade). (BOURDIEU, 1977, p. 8).

O BD, enquanto mensageiro da diocese, foi utilizado de acordo com os princípios de D. Frederico, esses guiados pela autoridade máxima da Igreja Católica. Por conter dados sobre o catolicismo, os exemplares do Boletim evidenciaram, por meio dos artigos do bispo, uma linguagem escrita aceita pelos agentes do campo religioso católico, não simplesmente por terem sido escritos pelo bispo, sobretudo, pelo lugar donde foram produzidos. Outro fator que possibilitou o reconhecimento do mensageiro foi o respaldo dado pelo Papa às atitudes desenvolvidas pelo bispo.

Agora, passamos a analisar as características do BD, a partir do bispado de D. Albano, pois continuou sendo uma estratégia de propagação da doutrina católica, porém, passou por algumas mudanças, como o aumento do número de páginas, de quatro para oito; os artigos do bispo passaram para a segunda página, junto com outros textos, como por exemplo, os textos do padre Cristovam, responsável pela redação, esporadicamente, continuaram na capa de abertura. Esses textos eram produzidos com temas relacionados à escrita do bispo; uma página destinada aos textos dos Grupos de Reflexão; cartas do bispo; catequese em ação, na qual o espaço era reservado às notícias e assuntos correlatos à catequese. Dentre essas colunas, o Boletim também abrangia informações sobre a agenda do bispo, entre outros assuntos e/ou notícias importantes.

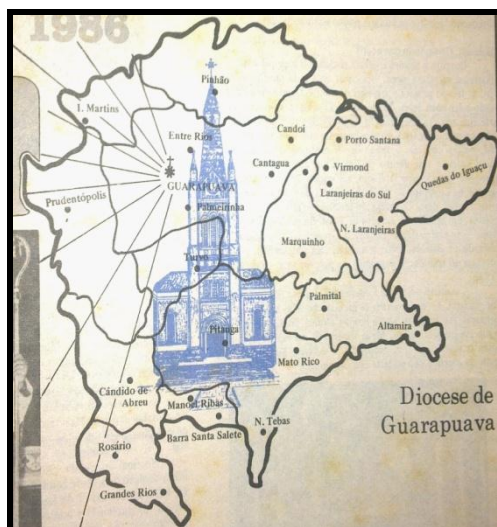
Em relação à coluna destinada aos artigos *Palavra do Pastor* e *Cartas do Nosso Bispo Albano*, o teor das mensagens passaram a agregar com mais assiduidade a leitura da bíblia e mensagens destinadas aos diversos “públicos” de fiéis, como por exemplo, aos casais separados, donas de casa, aos radialistas, etc. No final de suas cartas (quase a maioria), o desfecho era realizado com perguntas práticas, reflexões, propósitos sobre o texto, que podem ser caracterizados como mensagem de caráter educativo e moral.

Além de cartas, o prelado escreveu textos sobre a importância do catolicismo como doutrina e contra os ataques dos inimigos desferidos à Igreja. Outra inovação foi a disposição dos roteiros dos Círculos Bíblicos, em todas as edições, pois com o 1º bispo, o Boletim começou com essa proposta, porém não

com assiduidade. Destacamos que a nova disposição gráfica, entre desenhos e outros estilos de escritas, contemplou o Boletim, dando um caráter lúdico e “mais fácil” de leitura.

Nessa questão de organização gráfica do Boletim, trazemos um quadro comparando o mapa da diocese, como também a mensagem implícita em cada um.

Figura 12 – Mapa da diocese de Guarapuava



D. Frederico Helmel



D. Albano Cavallin

Fonte: Boletim Diocesano (jan. 1991).

No primeiro bispado, a mensagem caracteriza a Igreja no centro das ações educativas, expressando a herança do projeto de romanização, no qual o clero controlava a direção da instituição. Já na segunda, os fiéis conduzem a diocese, o que caracteriza uma mudança na direção das novas orientações advindas do Vaticano II. O BD serviu para manter contato entre os católicos, principalmente a troca de informações entre as catequistas. De fato, isso possibilitou a orientação dos catequizandos e fiéis que não frequentavam o templo sagrado, não participavam em comunidade dos rituais católicos, o que denota a ineficiência pastoral da religião católica ao longo da história brasileira.

Sobre a ineficiência da formação católica, ressaltamos a relevância das cartas escritas por D. Albano na orientação de seus fiéis, publicadas no BD. Nesse aspecto, as cartas caracterizaram-se como elementos de formação, somadas a estratégia de difusão da doutrina por meio da ação educativa do Boletim.

2.4.2 Cartas do Nosso Irmão Bispo Albano

Por meio dessas missivas, D. Albano transmitiu aos fiéis os ensinamentos e as orientações da doutrina católica, principalmente, aos fiéis mais afastados da Igreja, ou pela dificuldade de acesso, como no caso de moradores rurais, ou daqueles que se afastaram por motivos de pouca credibilidade na instituição.

Logo que assumiu a diocese, D. Albano e D. Frederico percorreram, durante alguns dias, o território eclesiástico da DG, verificando e conhecendo o “campo” no qual iria atuar. Antes de analisarmos suas cartas, vejamos um trecho de seu artigo *Vi e agradeço a Deus* que se remete a essa situação e de suas impressões:

Nestes dois meses de estadia nesta nova Diocese de Guarapuava vi tantas coisas belas que desejo agradecer a Deus por tantas graças, através deste Boletim Diocesano. Tudo começou depois da posse no dia 14 de Dezembro. D. Frederico, nosso bispo emérito, com grande delicadeza levou-me a visitar todas as sedes da paróquia dessa imensa diocese. Foram 2.000 quilômetros rodados com reflexões e orações durante as longas viagens. Foi uma visão panorâmica, dos campos gerais, das fazendas, das imensas culturas de milho, trigo, feijão, soja etc [...] as igrejas bem construídas, amplas e com os importantes salões paroquiais, sobressaindo-se as bem montadas salas de catequese, uma das jóias de nossa diocese [...] de tantas viagens e encontros começo a guardar muitas conclusões. A Diocese de Guarapuava é ainda muito melhor do que eu pensava. Muito se trabalhou nestes 20 anos [...] saliento, entre outras pastorais, a Pastoral Catequética com seus 5.000 catequistas. (BOLETIM DIOCESANO, mar. 1987, p. 2).

Munido de informações sobre a atuação da doutrina católica na diocese, o 2º bispo ficou surpreso com a atuação da catequese e dos espaços físicos das paróquias, diante de uma região eclesial extensa em território, com características marcantes na agricultura. Por ser a maior diocese no território paranaense⁵³ e por suas atividades no âmbito da agricultura, esperava encontrar uma diocese afastada do catolicismo. Na sua visita panorâmica, pode idealizar e planejar suas ações de acordo com a realidade de seus diocesanos.

Como estratégia, escreveu cartas objetivando a formação dos católicos. Cabe destacar que a valorização da família já foi problematizado pela Igreja Católica na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sendo fruto do Concílio Vaticano II. Conforme o documento, a família foi afetada pelo “mal” da modernidade, no seio da família originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes

⁵³ A DG possui 27.360,2 km. (DIOCESE DE GUARAPUAVA, 2011).

gerações, quer pelo novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres (CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, 1970). O tema do matrimônio e a família foram abordados pela cúpula da Igreja, objetivando a discussão da dignidade da família pelo viés da doutrina católica. Uma das questões levantadas foi a situação da família no mundo contemporâneo, como por exemplo, a poligamia, o divórcio, além do egoísmo existente no seio de cada organização familiar, pelo hedonismo, e pelas práticas ilícitas contra a geração, como o aborto. (CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, 1970, p. 57)⁵⁴.

Tais levantamentos acerca da condição das famílias no mundo social fizeram parte do documento final, resultado desse que visou dar assistência aos bispos no quesito valorização da família católica diante dos acontecimentos profanos do mundo. Outras reflexões como, a santidade do matrimônio, o amor conjugal, a promoção da família e do matrimônio como um dever de todos, foram sublinhadas como tópicos importantes na promoção da família católica. Em especial, a família apresenta-se como instituição de suma importância na função de divulgação da imagem de família íntegra: “a família é em certo sentido uma escola de enriquecimento humano [...] decisão comum [...] dos pais na educação dos filhos” (CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, 1970, p. 64). Nessa ótica, para que a família fosse um centro de formação dos filhos, seria fundamental que os preceitos fossem assimilados pelos fiéis da DG, principalmente da região interiorana. Sua primeira carta foi escrita em caráter de solicitação e explicação de comportamentos importantes no cultivo do catolicismo, principalmente nas paróquias mais afastadas da sede. Observemos seus pedidos aos fiéis:

Quem escreve essa carta a vocês, é o novo bispo de Guarapuava, D. Albano Cavallin. Espero um dia visitar vocês em pessoa. Como não venço visitar logo todas as capelas e comunidades, vou mandando antes essas cartas durante todo o ano, quatro cartas por mês, sendo para ser lida uma por semana [...] esta carta é a conversa amiga e religiosa do Irmão bispo com seus Irmãos das capelas e comunidades. [...] faço voto que todas as famílias freqüentem o culto, mesmo que o padre não possa estar, pois o domingo é o dia do Senhor, dia do culto, dia da comunidade, dia da Bíblia, dia de fazer o bem e dia do descanso e da diversão alegre e boa, [...] quero, desde já, agradecer os dirigentes de culto que vão ler essas cartas aos irmãos e comentar a palavra do bispo. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1987, p. 4, grifos nossos).

⁵⁴ Utilizamos a nona edição da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

Sua primeira mensagem foi incentivar o culto católico, a frequentar o espaço sagrado a fim de tornar um hábito presente nas famílias, o que gera o ensinamento religioso católico. Em localidades distantes, mesmo com a ausência do padre, o ensinamento bíblico aconteceria, pois as cartas abordavam leituras do evangelho, as quais seriam discutidas por meio de perguntas e reflexões do Evangelho, aproximando-as da realidade do fiel. Abaixo, temos a continuação dos pedidos do bispo na carta:

Em primeiro lugar peço que vocês leiam e escutem a leitura do evangelho de domingo, que é a grande carta de Jesus a todos nós. No cabeçalho da carta está escrito em que parte da bíblia foi retirado o Evangelho. Depois leiam a carta do bispo que quer ser um esclarecimento da página da Bíblia que foi lida. Depois seguem comentários, bons propósitos e aplicações do Evangelho para nossas vidas. Por último seguem algumas perguntas, para ver como estamos vivendo aquela página do Evangelho. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1987, p. 4).

Suas cartas foram um meio de proporcionar a reflexão religiosa católica, reflexão essa que deve estar constantemente na prática cotidiana dos adeptos, pois a pretensão da intervenção do bispo é constituir uma disposição religiosa entre os fiéis, isto é, o *habitus* religioso, criando representações e práticas sociais.

De acordo com a Igreja Católica, a Bíblia é o fundamento de toda ação católica. Com essa premissa, D. Albano incentivou a leitura da Bíblia, como meio de atingir conhecimento sobre o catolicismo, inclusive sobre a importância da prática da oração, um comportamento católico que visa à legitimação da doutrina.

Aconselho que durante este mês (setembro-bíblia) nas Santas Missas, no Culto Dominical, nos terços ou nos Círculos Bíblicos, o livro da Bíblia seja homenageado com uma entrada solene e, se possível, passe de mão em mão, para mostrar o respeito para com a Palavra de Deus, e que a Bíblia deve ser um livro de todos. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1987, p. 3, grifo nosso).

A reflexão, estudo da leitura do Evangelho, foi realizada com duas perguntas⁵⁵: *Você está convencido que Deus só quer o perdão verdadeiro? Você reza o Pai-Nosso pra valer, então as suas inimizades terão que acabar na hora da Missa e do Culto?* Com essas indagações, o objetivo do bispo foi cruzar a mensagem do Evangelho, referente ao perdão, com a atitude do fiel que possui inimizades, reforçando o papel de ser católico, que por meio da atitude da oração, pratica o ensinamento moral da Igreja. A indagação sobre a oração do Pai-Nosso foi

⁵⁵ Evangelho de São Mateus, cap. 18, versículo 21 a 35.

um modo pelo qual o prelado reafirmou seus ideais, principalmente a importância do ritual na difusão da moral católica. O ritual da oração, também era visto pelo bispo como “um costume antigo na Igreja que recomendo a todas as comunidades de que façam preces incessantes, pedindo a conversão dos pecadores e dos afastados da religião e dos sacramentos” (BOLETIM DIOCESANO, set. 1987, p. 3). Com base nessa afirmação, sustentamos nossa hipótese que a DG visou a propagação do catolicismo, buscando aproximar a Igreja Católica de seus fiéis. Esse anseio visou, sobretudo, aproximar os rituais da Igreja às práticas religiosas dos católicos, fortalecendo as bases do catolicismo e mantendo uma relação compatível da família católica com os ensinamentos de seu bispo.

A falta de assiduidade do fiel na prática da oração foi uma de suas preocupações, visto que entre as famílias havia comportamentos mais religiosos e de orações de forma esporádicas. A falta da oração, como por exemplo, do terço nas famílias, expressa um *habitus* religioso não conformado entre as representações e práticas dos fiéis.

De acordo com esse pensamento, no Boletim de fevereiro de 1988, um texto⁵⁶ foi publicado com o seguinte título: *E o terço foi para o prego...*, acompanhado de uma imagem de uma família assistindo televisão. A mensagem foi destinada às famílias que abandonaram, parcial ou totalmente, a oração, substituindo-a pela apreciação das visões de mundo expostas na programação televisiva, como por exemplo, as novelas. Segundo o texto, “Como diz nosso Bispo D. Albano, o terço foi para o prego e um dos principais motivos é a presença da televisão num número cada vez maior de famílias. A novela torna-se o centro dos interesses e atenções” (BOLETIM DIOCESANO, fev. 1988, p. 2).

O prelado reafirmou a importância do primeiro mandamento como o mais importante. Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo é a base de toda a conduta ética da Igreja. Além de retratar o aspecto moral, ligado ao mandamento, explorou a ideia de que a religião pode ser praticada por todas as pessoas. Eis a importância do primeiro mandamento de Deus, o amor, na vivência religiosa católica:

⁵⁶ Texto sem assinatura do autor.

O mandamento do amor é o mais importante que Cristo nos deu. O amor é o começo, o centro e o fim de nossa vida cristã. Há gente que pensa que a religião é complicada. Não, ela é muito simples. Não pensem que só quem leu toda a Bíblia que é um bom católico. A religião não é coisa só de gente estudada, mas de gente que cumpre o que é mais importante na Bíblia, o mais importante é o preceito de Amar a Deus e o próximo. (BOLETIM DIOCESANO, abr. 1988, p. 3).

Suas cartas também visavam dar sustentação às verdades religiosas do catolicismo, como os dogmas. Na carta *Jesus Tinha outros Irmãos?* o prelado buscou sanar algumas dúvidas em relação ao dogma da Virgem Imaculada da Igreja Católica. A passagem do Evangelho⁵⁷ que narra quando a multidão dirigiu-se a Jesus dizendo “Tua mãe e teus irmãos estão aí fora e te procuram”, foi explicada. Iniciando sua carta, expõe que ela serve como uma aula de catequese, e tem o objetivo de proporcionar aos críticos esclarecimentos sobre a dúvida em relação à virgindade de Maria:

Na carta de hoje eu gostaria de fazer uma verdadeira aula de catequese sobre o tema tão discutido dos possíveis Irmãos de Jesus. É uma objeção várias vezes apresentadas por nossos irmãos protestantes ou evangélicos [...] entre os judeus era costume chamar “irmãos” os primeiros parentes próximos [...] que pena! Só para atacar a religião tem gente que inventa tanta bobagem. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1988, p. 3).

Após elencar respostas em apologia ao dogma, pautadas em passagens bíblicas, o bispo encerrou a carta com a expressão *Só para atacar a religião tem gente que inventa tanta bobagem*, argumento esse em resposta à crítica das outras religiões, que na ótica católica, não tem nenhum fundamento histórico e teológico. Reforçou que a crítica é um modo, pelo qual, os adversários do catolicismo atacam os seus dogmas.

Para a Igreja Católica, as críticas sobre os dogmas, sobretudo, se Deus é tão bom, por que existe o mal entre os seus semelhantes, são ameaças constantes no processo de transmissão das verdades católicas. A crítica questiona uma visão de mundo adotada por muitos fiéis que danifica as bases de seus posicionamentos ideológicos. Em resolução a esse problema, do desânimo do fiel perante a Igreja, escreveu mais uma missiva intitulada *A tempestade no lago* em favor das verdades católicas e dos adeptos que abandonam a Igreja por motivos indubitáveis.

⁵⁷ Evangelho de São Marcos, capítulo 3, versículo de 20 a 35.

Os estudiosos da Bíblia costumam comparar a barca dos apóstolos com a barca da Igreja. Às vezes, muita gente pensa também que Deus está dormindo diante dos sofrimentos da Igreja no mundo. É o silêncio de Deus que não aparece e não fala. Por exemplo, muita gente pergunta onde está Deus diante das perseguições do comunismo na Rússia ou em outros países? Por que Deus permite que tantas seitas americanas levem tantos católicos a apostarem de sua fé, abandonando a Igreja Católica e seus sacramentos? Muitas vezes, o silêncio de Deus é um aviso. Um castigo das infidelidades dos católicos brasileiros e é uma ocasião de provar a nossa fé. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1988, p. 4).

O bispo também escreveu alertando aos católicos descrentes, os motivos que levam a esse fenômeno. O prelado teve que combater a secularização, pois a falta de crença na religião também ocasiona o fracasso da Igreja. Por isso, a necessidade de alertar em suas cartas o que ocasiona a descrença, para aqueles que estão a caminho da descrença não deem prosseguimento. Objetivando combater os descrentes, escreveu uma carta que afirmava:

No Brasil, em geral, o povo é bastante religioso. Na Europa a coisa é diferente. Lá há gente cujo os pais e avós sempre foram afastados da religião e se proclamam descrentes ou mesmo ateus. No Brasil, em cada cidade sempre há pessoas ou famílias afastadas da religião. Que pensar dos descrentes? São muitos tipos de descrentes ou afastados. [...] uns são afastados por motivos de brigas com os sacerdotes ou diretorias das capelas. Outros por culpa própria, pois agiram mal na Igreja e seus roubos foram descobertos [...] há também alguns que os pais, que por motivo de apego aos bens materiais foram deixando as coisas da religião. Há também a classe dos que levam uma triste vida moral em vez de dizer que são ateus, preferem chamar-se de ateus. Algumas pessoas só tiveram o primeiro catecismo apressado e decorado três meses antes da primeira comunhão [...] Há também descrentes por motivos psicológicos, tais como, insegurança, raiva contra os pais [...] muitos porém é por falta de continuar sua educação religiosa. Há muito tempo que não lêem um livro religioso ou a Bíblia [...] (BOLETIM DIOCESANO, mar. 1990, p. 4, grifos nossos).

Seu pensamento fez menção sobre a falta de religiosidade no mundo social, ressaltando a situação da Europa e do Brasil. Diante desse processo de secularização, a Igreja viu-se numa realidade com preceitos totalmente desvinculados ao prestígio da religião. A condição do indivíduo ateu é retratada pelo prelado como uma conduta moral triste. A rigor, quis demonstrar a situação inútil e sem importância dos indivíduos caracterizados pela expressão ateus. Aí a necessidade, por parte da Igreja, de combater seus inimigos, como o ateísmo, pelo emprego da doutrina.

A organização católica estava articulada entre a hierarquia eclesiástica. Com o objetivo de compreensão sobre a hierarquia da Igreja, apresentamos o organograma 1 com a escala de graduação de poder.

Organograma 1 – Escala hierárquica da Igreja Católica



Fonte: Adaptado de Pereira (2008).

Com os ideais de assegurar à doutrina católica um caráter de prestígio entre os fiéis de sua diocese, D. Albano visou manter a estrutura da família, no modelo nuclear, com pai, mãe e filhos. Apostar na família, na união dos laços fraternos que unem o lar, a casa em consonância com os mandamentos da Igreja, seria uma forma de evitar o fracasso da instituição familiar, que para a educação católica, é muito importante, pois é nesse espaço de formação primária que pai e mãe católicos educam seus filhos para a vida individual, social e religiosa, ou seja, preservar a família é o mesmo que manter uma articulação com a Igreja, na qual os filhos continuam recebendo a formação católica com o respaldo dos pais.

Bárbara de Amorin Gen (2006), ao tratar da situação educacional no Brasil, em 1950 e 1960, enfatiza a presença da Associação de Educação Católica – AEC, criada em 1945, a fim de compreender a presença dos educadores católicos. No Brasil, a AEC foi assumida pela arquidiocese do Rio de Janeiro, chamando-se AEC do Brasil, agregando um número maior de escolas católicas. Essa instituição criou um impresso nacional, o *Boletim Servir*, no qual o foco das reflexões era a família. Esse boletim circulou de 1948 até 1963, e entre seus temas abordou o direito primordial da família na educação. A função desse boletim, liderado pela AEC, foi de criar um vínculo com a família cristã, a fim de evidenciar a unicidade da doutrina católica na família. Conforme o *Boletim Servir* (ano I, n. 3, nov. 1948, p. 8 apud GEN,

2006, p. 5), a família é responsável pela educação dos filhos e pela educação dos jovens.

Por meio da educação dos jovens, chega-se também às respectivas famílias. Chegue a todos a palavra de Deus nos momentos de alegria ou de dor. Agrupem-se os pais de família, em associações adequadas às quais, com todos os meios possíveis infundam a plena consciência de seus deveres para com Deus e os deveres que deles se derivam perante o Estado. (GEN, 2006, p. 5).

Amorim Gen (2006) afirma que, nos espaços escolares, o sentido de família foi preservado e divulgado entre os pais, com o intuito de manter o uso dos valores éticos católicos na situação educacional, distanciando das famílias o pensamento profano.

O divórcio é considerado um “vilão” para a Igreja Católica. Com o objetivo de sanar o número de divórcios, pois esse é o papel do padre e bispo, D. Albano escreveu uma missiva importante sobre esse assunto. Não obstante, a mensagem de preservação à família católica esteve vinculada na proposta de manter o máximo de casamentos religiosos. De acordo com esse pensamento, na carta com o título *Aos casais separados*, retratou a situação do divórcio:

Na carta de hoje quero falar de um assunto muito triste. Os divórcios e os casais separados. É uma tristeza quando isso acontece. Todo o mundo fica sofrendo. Sofre o casal, sofrem os filhos, sofrem os amigos. Mas quais são os motivos das separações? São muitos. Para alguns casais é a falta de preparação. Para outros é esta...dos casamentos apressados...há também o caso das infidelidades de um lado ou de outro. A realidade é que muita gente não vive no casamento, segundo o modelo que Jesus pensou. Será que quando Jesus pensou no primeiro casamento e disse “Por isso deixará o homem pai e mãe para unir-se a sua mulher e os dois serão uma só carne. Portanto, o homem não pode separar o que Deus uniu”, será, repito, que quando Jesus falava essas palavras, Ele gostaria de ver tantos casais separados, às vezes, por gente teimosa, briguenta, rancorosa e que não sabe pedir desculpas ou perdoar? É claro que não. Os divórcios e as separações entraram no mundo pela decadência da vida familiar. Para evitar mais divórcio e separação é preciso que se viva a compreensão, a humildade, a caridade e o amor que leva tudo a perdoar e fazer do lar uma verdadeira comunidade. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1988, p. 3).

Como pudemos observar na citação acima, o bispo chamou a atenção para o índice de divórcios entre os casais, condição essa não aceita pela Igreja, principalmente, quando existe a união pelo casamento religioso. Esse foi um dos apontamentos do bispo na valorização da família, tendo como modelo a Família de Nazaré, pai mãe e filhos, envoltos no carisma católico.

Atrair os fiéis para um comportamento católico, não somente os casais separados, mas toda a comunidade foi uma prática adotada pelo bispo, alertando-os para a importância da doutrina nas famílias e nos outros ambientes, como no trabalho. Assim destinou uma mensagem às donas de casa e aos radialistas, visando o caráter educativo religioso que cada uma dessas categorias possui na tarefa da divulgação da doutrina.

A respeito dos radialistas, escreveu a seguinte mensagem:

Radialista é uma classe que admiro muito. Dia e noite, lá estão, informando, educando, acompanhando as alegrias e tristezas do povo. Todos os dias vendendo alegrias aos seus irmãos desconhecidos [...] agradeço a acolhida que vocês dão aos nossos programas religiosos [...] gosto de ver vocês nas campanhas de saúde, vacinação e tantas campanhas de cunho moral, cívico e religioso. Vocês são educadores da consciência do povo brasileiro. Ponham os microfones de vocês a serviço da verdade, do bem, da paz, da ajuda mútua, do patriotismo da religião e assim a Pátria e a Igreja terão em vocês os seus grandes companheiros e benfeitores. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1990, p. 4).

O prelado dá importância à função social do radialista, ou seja, não basta ter uma emissora católica na cidade, é preciso que o radialista exerça influência na apreciação religiosa. É para esse serviço que o bispo visou tantos elogios aos radialistas, objetivando encontrar no locutor de rádio o compromisso com a religião católica. Se lançado um programa católico, sem as “chamadas” no ar pelo locutor, talvez o programa não atinja tantos ouvintes, como pela constante ação interventiva do locutor ao executar o programa religioso, até mesmo do próprio testemunho do locutor em favor da religião católica.

Na mesma ótica, escreveu para as donas de casa, na qual sua mensagem ressalta a necessidade da mulher na proposta de aproximação da Igreja e católicos, bem como de seu papel de educadora dos seus filhos:

[...] gostaria de entrar nas casas ricas e pobres, onde moram meus irmãos de Fé e no amor a Cristo e no seu Evangelho. Hoje desejo escrever uma carta as bondosas Donas de casa. Em pensamento, vou até cada casa onde moram tantas cristãs que exercem a nobre e utilíssima missão de Donas de casa [...] a Dona de casa quase que seu horário é de 24 horas por dia e ainda sem descanso semanal. Parece que estou vendo cuidando de tudo: do jardim, da horta, dos terrenos, limpando a casa, cuidando da cozinha e sendo as grandes professoras dos filhos. Donas de casa, cuidem bem da casa de vocês, para que ali haja, fé, paz, amor, trabalho, honestidade e união [...]. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1990, p. 6).

A família é a primeira instituição responsável pela educação dos filhos. Nesse sentido, trazemos novamente o documento pastoral *Gaudium et Spes* (1970,

p. 64), “[...] sem desprezar a legítima promoção social da mulher, deve-se pôr a salvo o cuidado da mãe em casa, do qual necessitam principalmente os filhos”. Direcionar uma mensagem para as mães foi fundamental na proposta de prescrever às famílias os preceitos católicos, distanciando qualquer ameaça profana. A Igreja procurava orientar a família, principalmente sua função educativa, contrapondo-se a outros grupos sociais que defendiam o divórcio, o controle de natalidade por meio de métodos científico e o aborto.

Em síntese, suas cartas, pautadas na leitura do Evangelho, unem o valor da leitura bíblica como ensino católico, além do caráter peculiar voltado aos seus receptores. Se o bispo utilizou-se desse método, objetivando ampliar a cobertura do catolicismo, foi para assegurar a conformação do *habitus* religioso tal qual preconizava a doutrina da Igreja Católica.

Se o 1º bispo de Guarapuava obteve mérito por fundar o informativo da diocese, dando-lhe o caráter de prestígio por sua fundação, organização das colunas e dinamismo na aceitação do veículo de informação, o 2º bispo mostrou-se audacioso em complementá-lo com a mensagem de suas cartas. Cada um, ao seu modo, enfatizou direcionamentos aos católicos de acordo com seus ideais e juízos de valores sobre a presença e função da Igreja.

2.4.3 Expansão Institucional: luta pelo território sagrado

Segundo Sylvio Fausto Gil Filho, a base de sustentação territorial da diocese é a paróquia, sendo nela que a Igreja estabelece relação entre fiéis e clero: “é nesta dialética de atuação entre fiéis e clero que se configura a dinâmica social da territorialidade católica local”. (GIL FILHO, 2002, p. 186).

Desse modo, essa seção pretende elucidar os aspectos da expansão institucional nos bispados de D. Frederico e D. Cavallin, tendo em vista que essa estratégia visou agrupar valores católicos para a DG, bem como, garantir aos fiéis espaços sagrados dispostos a informar/formar conforme os preceitos da doutrina. Nesse aspecto, vamos discutir ações que compreendem o avanço religioso para as unidades territoriais da diocese, no interior e na sede.

Gil Filho (2002), quando afirma que a paróquia é a expressão da Igreja Católica no mundo social, indica ainda que as estruturas físicas da Igreja, os templos, são os espaços, nos quais os rituais são aplicados a fim de garantir a

manutenção da religião. O templo é o espaço concreto que permite a materialidade do sagrado com o poder eclesiástico. As matrizes, igrejas presentes nos bairros e cidades, representam “[...] uma rede de poder simbólico da religião” (GIL FILHO, 2002, p. 188).

Com base nas ideias de Gil filho, trazemos alguns dados da história da DG que fazem alusão aos setores e/ou cidades que compreendem as unidades territoriais.

Com a criação da DG, desmembraram-se da Diocese de Toledo dois municípios (Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu); de Campo Mourão os três municípios (Palmital, Pitanga e Manoel Ribas); e da Diocese de Ponta Grossa seis municípios (Cândido de Abreu, Prudentópolis, Inácio Martins, Cruz Machado, Pinhão e Guarapuava). Assim sendo, a nova Diocese foi composta por 11 municípios, cada qual formando uma paróquia, porém, Manoel Ribas já possuía uma segunda paróquia (Barra S. Salete) e Laranjeiras do Sul (Virmond). Assim, a DG possuía no total 13 paróquias ou unidades territoriais. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1986, p. 4). A paróquia representa em cada lugar a presença católica e sua recorrente posição como religião. Dessa forma, ampliar os espaços sagrados (capelas, paróquias, construção de novas Igrejas) foi fundamental. Além de reformas de igrejas, a diocese não possuía templos suficientes, daí a necessidade de ampliar a rede de domínio simbólico e não simbólico do catolicismo, construindo novas Igrejas.

No decorrer dos anos, as unidades territoriais da diocese cresceram. Com o aumento populacional e o crescimento econômico, político e cultural dos municípios, o número de paróquias e capelas aumentou. Isso ocorreu na localidade de Grandes Rios, a qual se tornou município e agregou duas paróquias (Grandes Rios e Rosário). No caso da localidade de Altamira, esta separou-se como município e paróquia de Palmital, tornando-se independente. Na região de Pitanga, duas novas paróquias foram criadas (Nova Tebas e Mato Rico). O mesmo ocorreu no município de Laranjeiras do Sul, agregando as paróquias de Porto Santana e Nova Laranjeiras. No município de Guarapuava, houve a criação de três paróquias, sendo Nossa Senhora Santana, Nossa Senhora Aparecida e São João Bosco. Estas três últimas compreendem a região urbana. No interior do município, Palmeirinha separou-se de Santa Terezinha; igualmente Turvo tornou-se independente, emancipando-se de Guarapuava. Posteriormente, criou-se o município de

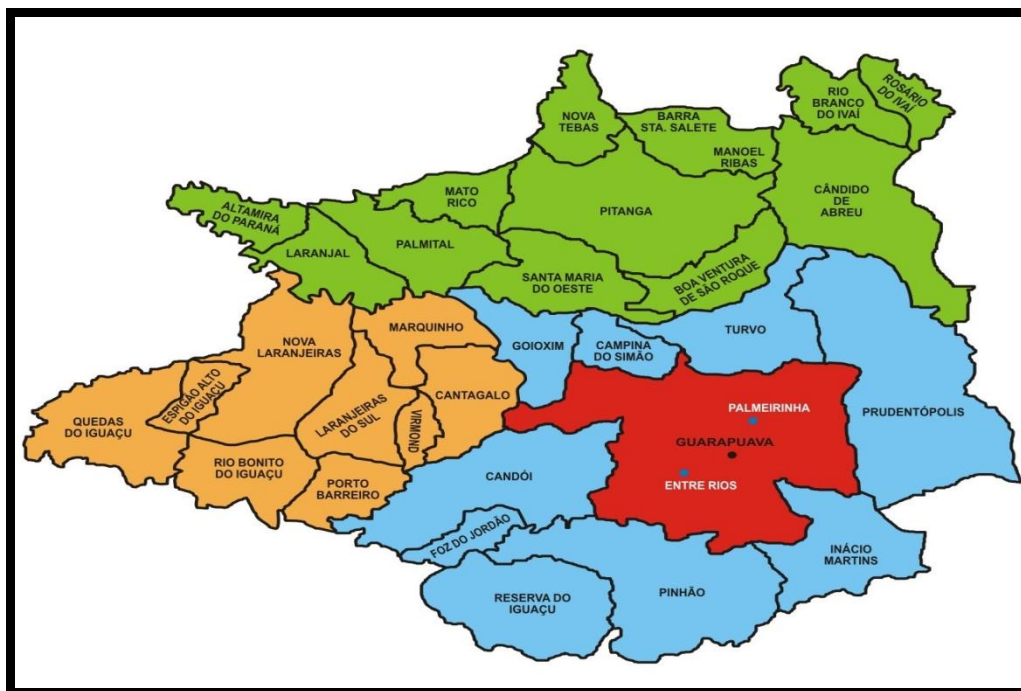
Cantagalo, que, em seguida, tornou-se paróquia, agregando a antiga paróquia Marquinho.

Para implantar o trabalho pastoral/educativo, D. Frederico organizou a diocese em quatro setores:

- i. Setor Pitanga;
- ii. Setor Laranjeiras do Sul;
- iii. Guarapuava I (cidade);
- iv. Guarapuava II (regiões próximas).

No mapa abaixo, podemos observar os dados atuais da Diocese. Nele é possível perceber a divisão em setores. Cada cor indica um setor.

Figura 13 – Mapa da Diocese de Guarapuava – setores



Fonte: Agenda da Catedral Nossa Senhora de Belém (2011).

Nota: Vermelho: setor Guarapuava I; Azul: setor Guarapuava II; Laranja: setor Laranjeiras do Sul; Verde: setor Pitanga.

No quadro 3, indicamos a expansão institucional, compreendendo as paróquias que foram criadas com o 1º bispo.

Quadro 3 – Relação de Paróquias criadas no bispado de D.Helmel (1966-1986)

Município	Paróquia	Fundação	Setor
Guarapuava	Sant'Ana	10/03/68	Guarapuava
Guarapuava	Comunidade Autônoma N ^a . S ^a . Perpétuo Socorro	10/03/68	Guarapuava
Guarapuava	N ^a . S ^a . Aparecida	14/12/65	Guarapuava
Guarapuava	São João Bosco	04/09/67	Guarapuava
Guarapuava	N ^a . S ^a . de Fátima	13/05/89	Guarapuava
Inácio Martins	N ^a . S ^a . Aparecida	09/03/75	Pinhão
Palmeirinha	Imaculada Conceição de Maria	16/12/78	Pinhão
Turvo	N ^a . S ^a . Aparecida	30/08/78	Pinhão
Rosário do Ivaí	N ^a . S ^a . do Rosário	15/04/74	Pitanga
Nova Tebas	São Pedro Apóstolo	06/07/75	Pitanga
Altamira Paraná	N ^a . S ^a . Aparecida	09/08/75	Pitanga
Mato Rico	Santo Antônio	29/06/79	Pitanga
Porto Barreiro	Imaculada Auxiliadora	30/09/73	Laranjeiras do Sul
Nova Laranjeiras	São João Batista	09/11/74	Laranjeiras do Sul
Cantagalo	Imaculada Conceição	12/02/84	Laranjeiras do Sul

Fonte: Agenda da Catedral Nossa Senhora de Belém (2011).

Pelas Paróquias da Diocese foi o nome dado à página do Boletim Diocesano que contemplou conteúdos sobre o desenvolvimento das Paróquias. Com a participação dos leigos, informações eram divulgadas a fim de difundir os projetos realizados em cada paróquia, bem como acontecimentos importantes.

A Igreja também esteve presente no bairro. Em 1975, foram dados os primeiros passos para a construção da nova Igreja de Bom Jesus. Essa Igreja foi planejada a fim de fornecer aos novos moradores um templo católico, que transmitisse ao novo bairro a presença da religião. Em 14 de setembro do mesmo ano, foi celebrada uma missa no Centro de Tradições Gaúchas - CTG, com os seguintes objetivos “[...] 1º despertar o sentido de comunidade [...] 2º despertar o interesse de construir uma Igreja-capela, 3º eleger uma diretoria para capela” (LIVRO TOMBO, 1975, p. 33). O terreno para essa obra foi adquirido no núcleo habitacional Pérola do Oeste, onde a Igreja foi construída.

Proporcionar aos moradores católicos do novo bairro, um templo sagrado, mais próximo de suas moradias, foi uma tarefa pautada pelos pontífices. A Exortação Apostólica de João Paulo II *Cristifidelis Laici* enfatizou a presença da Paróquia nos bairros e cidades:

É necessário que todos redescubramos, na fé, a verdadeira face da paróquia, ou seja, o próprio ‘mistério’ da Igreja presente e operante nela: embora , por vezes, pobre em pessoas e em meios, e outras vezes

dispersa em territórios vastíssimos ou quase desaparecida no meio de bairros modernos populosos e caóticos, a paróquia não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo 'a família de Deus, como uma fraternidade animada pelo espírito de unidade, é uma casa de família, fraterna e acolhedora, é a comunidade de fiéis. (EXORTAÇÃO APOSTÓLICA DE JOÃO PAULO II CHRISTIFIDELIS LAICI, 1989, p. 67).

Uma capela pode ser elevada à paróquia. No caso da Paróquia de Palmeirinha, deu-se devido à criação de capelas e igrejas ao redor, ou seja, o crescimento de pequenos espaços sagrados, o que denota aumento do número de fiéis, inclusive nas comunidades rurais pertencentes ao Distrito. De certo modo, o Boletim já vinha anunciando a elevação da Igreja em Palmeirinha para Paróquia. Assim, no dia 17 de dezembro de 1979, D. Helmel assinou a Ata de fundação da Paróquia de Nossa Senhora Imaculada Conceição.

Foz do Areia foi o nome dado à Usina Hidrelétrica construída pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no Rio Iguaçu, na divisa dos municípios Pinhão e Bituruna. A pedido do 1º Bispo, as Irmãs Carlistas e os padres assumiram o trabalho de evangelização dos moradores da região da barragem, bem como dos moradores da vila residencial. Desse modo, em novembro de 1976 e março de 1977, as Irmãs e os padres começaram a visitar as famílias da região, escolas e hospital. Assim, o trabalho pastoral ganhou forma, por meio de celebrações, catequese, grupo de jovens. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 3).

Passamos a discutir o 2º bispado. D. Albano também se dedicou aos espaços sagrados, porém em ritmo menos intenso, devido à ação pastoral do 1º bispo. Até a data de transferência de D. Albano para a Arquidiocese de Londrina, a DG possuía um total de 32 paróquias com 840 comunidades. O total de padres em toda a diocese era de 21 no setor Guarapuava I, 16 no setor Guarapuava II, 11 no Setor Laranjeiras e 14 no setor Pitanga. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1991, p. 2). Conforme registro de 20 de agosto de 1987, a DG não tinha um número suficiente de padres e religiosos, o que certamente dificultou o processo de difusão da doutrina na região, sendo esse um assunto na pauta da Assembleia Paroquial de 1987. (LIVRO TOMBO, 1987, s. n. p).

Podemos inferir que a falta de sacerdotes é um discurso recorrente nos espaços sagrados e preocupou os bispos da DG, o que impulsionou a criação de seminários na região, a fim de minimizar essa lacuna. No bispado de D. Albano, a falta de sacerdotes continuou existindo, além de alguns padres da Diocese que se

encontravam fora da região, ora estudando em Roma, ora servindo em outras dioceses. Tal situação de afastamento de sacerdotes ocorreu, por exemplo, em 1991, com o padre José de Paulo Bessa⁵⁸ que estava em Roma, padre Roque em Curitiba, padre Cassemiro Olizeski em Ponta Grossa e padre Afonso Maria das Chagas em Rondônia. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1990, p. 11).

Em 1992, a DG possuía 05 seminários: Seminário Nossa Senhora de Belém (padres diocesanos, Guarapuava); Noviciado dos Mínimos (Santana, Guarapuava); Seminário Mariano (Laranjeiras do Sul); Seminário Mariano (Manoel Ribas) e Seminário Ucraniano (Prudentópolis).

Dom Albano fez ampliação de igrejas, ao criar duas paróquias, a do Divino Espírito Santo, em 19 de maio de 1991 em Guarapuava e a de Santa Maria Imaculada Conceição, em 25 de março de 1991, em Santa Maria do Oeste. Fundou ainda o Santuário de Schoenstatt, em 18 de novembro de 1990, em Guarapuava.

No interior, D. Albano contou ainda com o auxílio do Prefeito do município de Altamira, do setor Pitanga, o qual ajudou com recursos financeiros na construção do salão paroquial de catequese, pois, esta paróquia não tinha um espaço exclusivo para a realização dessa atividade, sendo que as equipes de catequese estavam recém criadas, não podendo formar os catequizandos em local específico. Dessa forma, a fim de coordenar melhor os trabalhos da Igreja, o Prefeito de Altamira do Paraná, Evaldo Rak manifestou o desejo de assumir a coordenação da nova diretoria da Matriz. Com essa ação do prefeito, a Igreja (bispo) manifestou, no Boletim Diocesano, agradecimentos “[...] a ele [prefeito] que recebeu a gratidão de todos os Altamirenses vai também a nossa simpatia e agradecimento. Obrigado Sr. Evaldo Rak [prefeito]”. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1988, p. 8).

Sobre este último dado, a presença e colaboração do prefeito na comunidade religiosa, podemos analisar esse momento articulando os conceitos de campo político e campo religioso. José Otacílio da Silva (2011), ao analisar as contribuições de Pierre Bourdieu na compreensão do discurso político, enfatiza as disputas pelo domínio simbólico nesse campo. Nas lutas simbólicas que se desenrolam no campo político, os agentes buscam atender os integrantes do seu campo como também os grupos de outros campos sociais.

⁵⁸ Esse padre foi o responsável em recolher os exemplares do Boletim Diocesano na comunidade, bem como de organizar os documentos do arquivo histórico.

Referente ao caso do Prefeito de Altamira, o agente do campo político circula no campo da religião dominante (católica), já caracterizada na sociedade como grupo legitimado pela sua competência no campo religioso. Uma das possibilidades é pensar que o objetivo do líder político é ser bem visto no mundo social pelos fiéis católicos. Assim, guiados nessa via de análise, o prefeito participa na comunidade, visando uma reputação de um líder político que contribui com a propagação da religião em seu município, ajudando com recursos financeiros a instituição religiosa, o que de certo modo implica no reconhecimento de discurso político nessa comunidade religiosa.

José Carlos Pereira (2008) trata do conceito comunidade com o sentido diferente de sociedade, pois explora a ideia de comunidade como um espaço no qual cada um dos agentes sociais que frequentam a comunidade religiosa criam seu sistema de representação da religião, “permitindo, assim, não apenas o gerenciamento de sua prática religiosa como também se proteger de situações que possam representar ameaça, visto que a comunidade promete cumprir essa função” (PEREIRA, 2008, p. 73). Quando traz a ideia de comunidade religiosa, Pereira enfatiza que esse espaço está envolto de utopias, principalmente da ideia de lugar que redime a maldade dos homens através da reorganização de comportamentos. Essa visão de comunidade é empregada pela Igreja, no seu discurso teológico, que propõe uma maneira de conduta de vida pautada na solidariedade, e que a cura de qualquer mal pode ser rebatida, superada com a prática dos princípios religiosos, como os mandamentos. (PEREIRA, 2008).

Na comunidade católica, as relações sociais são pautadas na ética da Igreja, de uma ação solidária que visa o emprego dos mandamentos de Deus. Assim, fornecer recursos financeiros para a construção de um salão paroquial na comunidade católica, sobretudo, num município pequeno, demonstraria a essa comunidade o sentimento de solidariedade do prefeito, uma “qualidade” do bom fiel católico. Desse modo, seria visto como um político solidário, que respeita a ética católica.

Além disso, D. Albano fundou o Santuário da Mãe Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt, em 18 de novembro de 1990 e o Santuário Eucarístico Diocesano - SED (Centro Diocesano de Adoração Eucarística), na sede do Bispado (capela na casa do bispo), no início do ano de 1992.

Schoenstatt⁵⁹ iria garantir um ambiente de oração, ou seja, um espaço reservado para a prática de um ritual, e de certa forma, assimilação dos valores do catolicismo. Sobre o Santuário de Schoenstatt, seria em especial um lugar de romarias e de oração, local sagrado, no qual os fiéis de outras localidades poderiam reafirmar a sua crença nas afirmações doutrinárias do catolicismo.

Figura 14 – Santuário da Mãe Rainha Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt, Guarapuava-Pr



Fonte: A autora.

Antes de ser construído o Santuário, o local era conhecido como *Bosque de Maria*, no qual devotos praticavam o hábito da oração. Em 13 de março de 1988, foi

⁵⁹ O Santuário da Mãe, Rainha e Vencedora Três Vezes Admirável de Schoenstatt em Vallendar junto ao Reno é o centro e ponto de partida da Obra de Schoenstatt. Trata-se de uma pequena capela implantada em apenas alguns metros quadrados. Já no início do séc. XIV se fazia menção desta capela. Dedicada a São Miguel, ela foi ao princípio a capela do cemitério do antigo convento de Schoenstatt. Destruída por duas vezes, em 1633 e 1812, foi outras tantas reconstruída. Em Julho de 1914 a capela foi entregue ao cuidado da Consagração Mariana do Estudantado de Schoenstatt. Diferentemente dos restantes Santuários de Schoenstatt espalhados pelo mundo, este Santuário em Schoenstatt é apelidado de “Santuário Original” pela Família de Schoenstatt. O fundador do Movimento de Schoenstatt foi o padre José Kentenich (1885-1968). Possui como característica o Movimento Popular de Peregrinos. Disponível em: <<http://schoenstatt.weebly.com/index.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

afixada uma imagem da Ermida, nome da santa, com o objetivo de informar às pessoas que passeavam no bosque, que o local era sagrado e representava a Igreja Católica.

A expansão dos espaços sagrados continuou sendo uma proposta da DG, divulgando seus ensinamentos como uma forma correta de religião. Essa institucionalização deu-se de forma variada - implantando uma Igreja no bairro novo, elevando uma capela a paróquia, levando os missionários e padres mais próximos dos trabalhadores da construção da usina hidrelétrica e espaços destinados a romarias. Tais ações foram estratégias para difundir a doutrina católica.

Karina Vianna Cardoso (2007) afirma que a expansão do catolicismo no Estado de Santa Catarina foi decorrente da criação da Diocese de Santa Catarina, desmembrada da Diocese de Curitiba, de forma que novos territórios foram cedendo à instalação de dioceses. Isso foi possível devido ao crescimento populacional do Estado pela colonização do território. Em sua análise, a autora utiliza como hipótese a difusão do catolicismo por meio da institucionalização da Igreja Católica.

Nota-se que a institucionalização da Igreja Católica ocorreu em espaços diferentes e com o mesmo intuito. A organização da Igreja nas cidades permite agregar um número maior de católicos, principalmente dos católicos que gostam de frequentar o espaço sagrado. Isso possibilita o engajamento dos fiéis e um sentimento de pertença no catolicismo. Na DG, a lógica foi semelhante, pois quanto mais espaços sagrados compreendem a unidade territorial, maiores possibilidades têm a Igreja de atingir seu objetivo.

2.4.4 Apostolado Vocacional: criação do seminário

Em 1978, a Pastoral Vocacional foi criada por D. Frederico a fim de coordenar os jovens que pretendiam seguir a carreira religiosa. De certo modo, essa pastoral é relevante na organização da Diocese, pois tem a finalidade de buscar jovens que continuem levando a Igreja em frente, ou seja, a busca de solução da carência de sacerdotes e irmãs religiosas estava presente no bispado.

Uma de suas estratégias foi informar a comunidade sobre a Pastoral Vocacional, tendo em vista agregar um número razoável de sacerdotes para suprir a demanda da diocese. Desde que o bispo assumiu a DG, colocou a pastoral sob a responsabilidade de um padre, além de aparatos necessários para a divulgação da

pastoral, como aparelho retroprojektor, veículo automotivo, material impresso, etc. (MARCONDES, 1987).

A partir do momento que a pastoral percebia a vocação dos jovens, estes participavam de um estágio para verificar se realmente estavam dispostos ao chamado de servir à Igreja. Conforme o relatório de 1985, D. Frederico explicitou como funcionava esse estágio vocacional:

Procura-se não criar ressentimentos quanto à escolha, desta ou daquela Congregação, ou mesmo pelo 'não' daqueles que se apresentam como vocacionados. Os candidatos ao clero secular, são convidados para um estágio mais prolongado, no final do ano, a fim de que se possa testar a seriedade do seu propósito, as causas mais profundas de seu desejo vocacional, como também o seu temperamento pessoal e a situação da família. (HELMEL, 1985 apud MARCONDES, 1987, p. 67-68).

Em agosto de 1981, escreveu um artigo intitulado *Vocações*, no qual a mensagem consistia em reafirmar as necessidades das vocações religiosas na Igreja. Para isso, utilizou como base os apontamentos do Papa João Paulo II. A forma de escrita de D. Frederico apresenta-se, primeiramente, contextualizando o tema das vocações na Igreja, e para isso utiliza os argumentos papais. Posteriormente, enfatizou que as vocações foi um dos temas discutidos na CNBB, na qual estava inserido. Vejamos seu artigo:

O mês de agosto é o mês das vocações. Por “vocação” entendemos aqui o chamado específico para o sacerdócio ou a vida religiosa. Abordamos com essas palavras um problema doloroso e urgente em nosso país. Em toda a parte sentimos a falta de sacerdotes. Dos padres que trabalham no Brasil, a maior parte vem do estrangeiro. Estes abandonaram sua pátria e sua família para viver em nosso meio e nos servir. E as vocações brasileiras? Será que não existe mesmo, ou falta o nosso interesse, a nossa colaboração [...] no ano passado, estive conosco o santo padre, João Paulo II [...] de volta à Roma, escreveu uma carta aos Bispos do Brasil, pedindo a eles que procurassem as vocações na própria pátria, se dirigissem aos jovens de sua terra, para chamá-los ao sacerdócio. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1981, p. 1)

Conforme já discutimos anteriormente, no capítulo 1, na DG sacerdotes e religiosos (as) vieram da Europa para trabalhar com as atividades educativas, pois existiam poucos seminários e colaboradores. Isso evidenciou a fragilidade das vocações, um problema recorrente em todo o Brasil, ideia essa presente nas palavras do Papa. O questionamento do bispo sobre as vocações enfatizou o trabalho das pastorais vocacionais. Na diocese, a criação de uma pastoral vocacional, objetivou angariar vocações. Por isso, é determinante a criação de

seminários nas dioceses, pois o problema da vocação sacerdotal deveria ser uma preocupação de todos os prelados da Igreja.

No mês de agosto de 1983, atividades escritas foram anexadas ao boletim, numa espécie de maratona vocacional. Foi escrito um texto pela equipe vocacional, tratando das vocações. O texto abordou o trabalho da Santa Maria Madalena Postel. Em seguida, perguntas foram lançadas aos adolescentes e jovens, com o intuito de refletir sobre as vocações. Novamente, o Papa foi citado, dando respaldo à Igreja. (BOLETIM DIOCESANO, jul./ago. 1983, p. 4).

Se os textos não chamavam atenção dos jovens, um concurso vocacional foi realizado, com premiação de brindes, como livros, discos e fitas: “Prezados catequistas e responsáveis de grupos de perseverança e dos jovens, incentivem a participação em nosso concurso, pois os livros, discos, fitas e bíblias que oferecemos serão muito úteis para reflexões em comunidade”. (BOLETIM DIOCESANO, jul./ago. 1983, p. 7).

O Padre Cassemiro Oliszeski (2011) afirmou que, quando D. Frederico assumiu a diocese, havia apenas três seminaristas, os padres Armando, Bernardo e Cassemiro Oliszeski, que, na época, estava iniciando seus estudos. (BOLETIM DIOCESANO, abr./maio 2011, p. 13).

Devido à carência de seminaristas, D. Frederico planejou a construção de um seminário. Para isso, buscou recursos financeiros na Europa. No ano de 1978, padre Cassemiro estava por finalizar seus estudos, sendo convidado por D. Helmel a assumir a direção do Seminário. (BOLETIM DIOCESANO, abr./maio 2011).

O Seminário foi inaugurado em 28 de janeiro de 1979 e está localizado na Vila Sant’Ana, ao lado da Casa de Líderes. Teve como primeiro diretor Pe. Cassemiro, auxiliado por duas Irmãs religiosas, da Congregação Santa Maria Madalena de Postel. (BOLETIM DIOCESANO, dez. 1978, p. 2). No seminário, os alunos concluíam os estudos de 5ª a 8ª série e o 2º grau.

Figura 15 – D. Helmelt e Pe. Cassemiro na benção inaugural do seminário



Fonte: Boletim Diocesano (abr./maio 2011, p. 14).

A presença do Seminário em Guarapuava representou a insistência da Igreja na formação vocacional. Por mais que o jovem não quisesse seguir a opção religiosa, o vocacionado poderia optar por outras formações, pois o seminário adotou o currículo escolar de acordo com a legislação vigente.

Outra questão pertinente refere-se na existência do seminário como um projeto de educação distinto da prática educativa social, realizada por meio do discurso do bispo, ou seja, com a criação do espaço físico do seminário, a DG investe na prática educativa de formação de líderes católicos. Nesse aspecto, o seminário representa mais uma ferramenta da Igreja no sentido de formar novos padres, futuros condutores da educação católica nas comunidades.

Cabe destacarmos, que essa proposta difere das orientações educativas contidas nos discursos impressos e orais do bispo, pois se trata de situações distintas. A primeira, expressa nos discursos do bispo, destina-se a formação educativa de toda a comunidade de fiéis, a segunda, destina-se a formação do clero. Podemos dizer, que a DG empregou um duplo projeto formativo.

Ressaltamos que a ideia de criar um seminário já estava enraizada com Paulo VI, que ao criar a diocese ordenou na Bula *Christi Vices* “[...] sob grave responsabilidade de consciência, que o sacro Prelado de Guarapuava, quanto antes, construa o seu Seminário [...] chamados por Deus ao sacerdócio” (PAULO VI, 1965 apud MARCONDES, 1987, p. 69).

Com o funcionamento do Seminário Menor, os rapazes poderiam dar sequência aos estudos de Teologia e Filosofia no Seminário Maior de Ponta Grossa, o que facilitou o processo da formação sacerdotal.

O conceito de poder simbólico permite discutir o poder da diocese representado no Seminário Nossa Senhora de Belém, pois, sendo o poder simbólico uma espécie de poder que impulsiona uma forma peculiar de ordem das coisas, o seminário permitiu a construção da realidade católica, objetivando na formação de agentes (padres) que constroem no mundo social o poder simbólico.

No estágio vocacional o número de jovens era significativo, processo este que identificava os possíveis seminaristas. As estratégias preconizadas pela Diocese na busca por novos seminaristas foram articuladas, partindo da insistência do prelado, em prol de adquirir um número suficiente de sacerdotes, no final do cumprimento do curso.

Enquanto os seminaristas participam da formação específica para tornarem-se sacerdotes, atuam no campo religioso como agentes pertencentes ao campo. Posteriormente, após sua formação, participam do campo religioso com uma postura diferente, ou seja, após o ritual de passagem de sua ordenação, tornam-se oficialmente membros do campo com seu poder eclesial reconhecido. Isso é possível devido à incorporação do *habitus* e do uso do seu capital cultural, que dá sustentação para executar o poder simbólico, quando estiverem atuando no campo, nas igrejas, capelas, institutos catequéticos, seminários, ordens religiosas ou dioceses.

A partir do momento em que os seminaristas tornam-se padres, a expressão do seu papel como membro da hierarquia é exposta de acordo com a sua posição na escala hierárquica. Quando os padres assumem papéis expressivos na diocese, como párocos (que cuidam da administração da Igreja), vigários (auxiliar do pároco), seu compromisso com o campo religioso será equivalente a sua posição dentro dele.

A Igreja Católica visou, com a criação dos seminários, espaços destinados à valorização moral do sacerdote, afastando-os do mundo externo. Serbin (2008, p. 291) fez referência a essa posição da Igreja:

O seminário, [...] a Igreja finalmente conseguiu organizar um sistema de formação sacerdotal. Isolar os clérigos do mundo produziu uma nova imagem do padre brasileiro. Os bispos combateram o padre político, o “tio padre”, o padre fazendeiro e o padre com família. Pureza e santidade tornaram-se os principais critérios para o sacerdócio, e tanto os bispos

como os políticos poderosos apontaram o padre como modelo de probidade para o povo. As bases dos seminários e das mensagens transmitidas foram: a disciplina individual, o respeito pela autoridade e o acatamento da ortodoxia.

Mabel Salgado Pereira (2002) sustenta que, a partir da década de 1840, a Igreja Católica preocupou-se com a valorização da hierarquia e da valorização moral do clero como dos leigos. Esse período da história da Igreja foi denominado por reforma católica ultramontana. Essa postura visava, no Brasil, manter a ortodoxia católica no campo doutrinário. Na Diocese de Mariana, expõe a autora que D. Viçoso convidou os padres lazaristas para reorganizarem o seminário diocesano, pois desejava a “[...] formação de um clero santo, dedicado exclusivamente a missão religiosa e exigia o não envolvimento deste em questões políticas” (PEREIRA, 2002, p. 75).

Na Diocese de Dourados, também havia a falta de sacerdotes. A fim de sanar essa dificuldade, em Mato Grosso do Sul, entre 1943 a 1971, D. Carlos Schmitt iniciou, em dezembro de 1963, a construção do seminário diocesano. (AMARAL, 2005).

Vasconcelos Júnior (2006) enfatiza que D. Aureliano Matos, bispo da Diocese de Limoeiro do Norte, construiu também um seminário para angariar novos padres. O autor afirma que a falta de sacerdotes era comum no Brasil, principalmente no nordeste. Assim, criou-se o Seminário de Limoeiro do Oeste, em 1947. Porém, após a finalização da obra, o seminário não tinha recursos financeiros para a sobrevivência dos padres e seminaristas.

Nilceu J. Deitos (2004) indica que D. Armando Círio queria a estruturação do clero local e implantou um seminário na região da Diocese de Cascavel, porém, o autor não explicita como aconteceu a instalação desse seminário.

No bispado de D. Albano, o problema com as vocações continuou presente. Nesse sentido, as intervenções desse prelado destacam a necessidade de novas vocações sacerdotais que expõem falta de sacerdotes e a cobrança para que os leigos incentivassem a Pastoral Vocacional.

Em agosto de 1987, escreveu um artigo intitulado *Precisam-se de alfaiates corajosos em Guarapuava*, reafirmando a necessidade de vocações religiosas. Por meio da palavra alfaiate, o bispo chamou a atenção dos seus leitores, pois, apenas pelo título do texto, o leitor sentiria o interesse em ler o texto pensando algo

relacionado à profissão, busca de trabalho. Na realidade, o título e a mensagem do texto fizeram alusão as vocações religiosas, padres e irmãs. Para o prelado:

Estamos no mês de agosto – mês das vocações. Eu penso em tantos jovens e moças dedicados que existem em nossa diocese [...] que o senhor nos ensine quais moços e moças devem ser convocados para a vocação sacerdotal e religiosa, moços e moças da diocese de Guarapuava, aí vai o convite: você que me lê, você não tem jeito de padre ou irmã? Já pensou nisso? A resposta deve ser dada primeiro a Deus depois conte também para nós e para a Equipe Vocacional que o ajudaremos nos passos seguintes, para que se realize o chamado de Deus. Mas o senhor não permitais que uma só vocação se perca, por falta de “alfaiates” corajosos, em Guarapuava. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1987, p. 2).

Em julho de 1989, escreveu o artigo *Precisa-se*, reforçando a ideia das vocações religiosas. Nesse texto, fez referência ao papel da imprensa, particularmente a página classificados. Do mesmo modo, o jornal deveria convocar os jovens a assumirem a missão sacerdotal:

Era uma noite de domingo, o jornal na sala de visitas estava com folhas incompletas. Lá havia a parte dos classificados. Havia perto de 20 páginas cheias de: precisam-se... ofertam-se... procuram-se... Eram pedidos e ofertas de empregos, as dezenas e as centenas. E todos os domingos repetem-se novas procuras e novas ofertas. Fechei o jornal e fiquei pensando... No Brasil, os jornais deveriam todos os domingos trazer também anúncios dizendo: precisam-se novos sacerdotes e novos irmãos para ajudarem a construir uma pátria verdadeiramente cristã. Precisam-se de vocações missionárias para acompanharem os migrantes que vão para Rondônia. Precisam-se de famílias cristãs que sejam dignas de ter entre seus filhos e filhas vocações consagradas. Não sei onde esse artigo vai parar. Numa capela do interior? Numa escola? Numa casa de família? Num quarto de um jovem ou uma jovem? Seja onde for, queira Deus que caia nas mãos de alguém que leve a sério este anúncio. Na Igreja de Guarapuava, precisam-se de muitas vocações de sacerdotes, irmãs, missionários e leigos apostólicos para o serviço de Deus. No banco do céu há uma nota promissória já assinada que pagará o cêntuplo e a vida eterna para quem aceitar o cargo. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1989, p. 1).

A citação acima contempla todo o texto no original. Nota-se o caráter de urgência nas palavras do bispo sobre a falta de vocações na DG, o que evidencia um problema desde a sua fundação. Levando em consideração que o clero não conseguia fazer-se presente em todos os espaços sagrados da Igreja Católica, uma das estratégias utilizadas para estimular novas vocações foi a sua escrita, o uso de seu discurso, buscando conformar os leigos para auxiliarem na missão de descobrir potenciais sacerdotes.

É interessante destacar a reflexão do bispo que revela angústia diante da falta de vocações. Quando faz referência “não sei onde esse artigo vai parar”, na

verdade faz o convite para moços e moças do interior, indicando o valor daquele que aceita a vocação religiosa, demonstrando esperança diante da situação de falta de sacerdotes.

Para discutir a influência do discurso de D. Albano nas comunidades, trazemos a carta de maio de 1990, na qual chama a atenção das comunidades que não investem na pastoral vocacional. Sob o título *A carta séria ou “braba”*, mostrou sua autoridade diante de todas as paróquias e sua angústia sobre o cenário trágico das vocações na DG. Utilizamos a expressão trágica para contextualizar a situação da Igreja, pois, sem sacerdotes não há Igreja e nem difusão da doutrina. O texto de sua carta traz à tona esse problema da diocese.

Já escrevi mais de 150 cartas para agradecimentos – cumprimentos – apoio – presença – convites. A carta de hoje vai ter o nome de carta seria ou “braba”; como dizem alguns, ainda que a palavra certa é brava. A razão dessa carta é que ela quer repetir e insistir sobre um pedido de Jesus que os brasileiros não estão levando a sério. O pedido de Jesus é sobre as vocações padres, irmãs e apóstolos leigos. O pedido de Jesus está nesta comparação do Evangelho: a colheita é grande; mas os trabalhadores são poucos. Peçam ao dono do campo que mande operários para a colheita [...] o mesmo acontece na Igreja. Por falta de padres – irmãs e pessoas dedicadas à Igreja, as comunidades vão se estragando. Falta gente para a catequese, para dirigir a santa missa e o culto – a Igreja vai se estragando, o mato vai crescendo em volta da Igreja, a oração vai diminuindo nas famílias e até falta gente para enterrar dignamente os mortos. Por isso essa carta quer falar as coisas claras e sérias. Há muito tempo que venho falando das vocações – do trabalho vocacional – da pastoral vocacional – do recrutamento de jovens para o Seminário ou Convento e da importância de rezar e ajudar o Seminário e do desejo que cada Paróquia e cada capela tenha uma equipe vocacional paroquial ou uma família encarregada de rezar pelas vocações – de informar o vigário sobre algum vocacionado, de defender os padres quando são injustamente acusados de comemorar o dia das vocações. Há gente que não está levando a sério tudo isso e tem tudo na Paróquia e na capela e não está dando importância à Pastoral Vocacional e a criação da Equipe Vocacional Paroquial. Estão felizes com os padres que a Igreja traz da Europa, ou que a diocese consegue em outras paróquias. A essas comunidades eu queria dar o apelido de comunidades “Chopin”, aquele passarinho que vive as custas do ninho do Tico-Tico. Com toda a sinceridade, eu gostaria de avisar a essas comunidades descuidadas que se, amanhã vierem fazer pedido de visitas – para crismar, inaugurar Igreja nova, Salão novo, Torre nova, eu vou perguntar e o seminarista novo – e a irmã nova – e o Padre novo vocês também estão ajudando a construir? De que adianta – Torre Nova – Igreja Nova – Salão Novo, se não tivermos novos sacerdotes, novos irmãos, novos apóstolos leigos formados a longo prazo para darem vida a tudo isso. As comunidades que não tratam bem os padres, não tratam bem o problema das vocações não estão atendendo o pedido de Jesus – “rogai ao Senhor que mande operário para sua messe”. O irmão Bispo Albano também não pode estar contente com quem não leva a sério os pedidos de Jesus. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1990, p. 4, grifos nossos).

No texto, temos elementos suficientes para afirmar a carência no setor vocacional. Não obstante, D. Albano também afirmou a necessidade de leigos para ajudarem no trabalho pastoral/educativo da Igreja. A passagem indica também os limites do poder discursivo do bispo, pois sua entonação mais agressiva pode ser interpretada como evidência de que as estratégias da Igreja Católica sofriam resistência entre os católicos, isto é, entre as pretensões institucionais e o *habitus* dos fiéis havia vazios, interdições, incongruências, distância entre o ideal dos discursos e a prática das comunidades.

A característica primeira da Igreja é dar orientações aos indivíduos, os quais, juntamente com os líderes, os bispos, fazem dos valores, das essências do catolicismo, uma forma de compreender a realidade na qual estão inseridos.

Quando o bispo fez referência aos padres da Europa que estavam atuando na diocese, além dessa ser uma estratégia em benefício da propagação dos valores do catolicismo, ora bem utilizado por D. Frederico, D. Albano faz uma espécie de desabafo, ao qualificar algumas paróquias de “Comunidades Chopin”⁶⁰. O bispo, por meio da autoridade e de seu discurso legitimado, faz um alerta sobre a situação da religião católica, comparando tal realidade com a leitura do Evangelho de São Mateus, capítulo 9, versículo 36, ou seja, seu discurso tem tom de cobrança da responsabilidade de cada comunidade católica.

Essa carta demonstrou o poder proferido no seu discurso. Sobre as relações de poder, especificamente o poder simbólico, Bourdieu (1989) define que esse poder não reside nos sistemas simbólicos em forma de uma força de um lugar⁶¹, mas que o poder simbólico define-se “[...] numa relação determinada - e por meio desta - entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*” (BOURDIEU, 1989, p. 14-15, grifo do autor). O discurso do bispo foi proferido para determinar uma ordem a ser cumprida pelos seus subordinados na escala hierárquica. Isso implica uma relação entre o que exerce o poder e outros que estão subordinados a ele, pois a mensagem da carta do bispo foi produzida no campo religioso, o qual tende a ser reconhecido e aceito, porém, nem sempre é. Entretanto, a ordem indica que as solicitações anteriores tinham uma reverberação limitada entre os católicos. Nessa

⁶⁰ D. Albano utilizou essa expressão para denominar as comunidades, capelas que não contribuíam para o desenvolvimento das vocações religiosas. A título de informação, o pássaro Chopin ou Chupim sobrevive em bandos, atacando as plantações.

⁶¹ Bourdieu usa o termo *Illocutionary force*.

carta o bispo procura manter a ordem no cumprimento de atividades prioritárias, como o recrutamento de jovens para o sacerdócio. Outro fator importante é analisar essa carta aceitando *a priori* a ideia de disputa de poder nos espaços sociais. Entre as possibilidades, o problema não foi como o discurso dessa carta foi recepcionado pelos católicos e apreendido, mas uma série de elementos que se encadeiam entre si, como a questão da conjuntura histórica, a justa posição de disputa pelo poder e o convencimento do discurso atrelado a esses elementos.

No campo religioso católico, suas palavras denotam o poder da hierarquia, principalmente porque os sujeitos tendem a acreditar. Vejamos a ideia de Bourdieu (1989, p. 15) sobre a legitimidade do discurso:

o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Os escritos de D. Albano evidenciam as dificuldades de inserção de novos padres, agentes do campo religioso que produzem discursos a favor da aceitação do catolicismo no mundo social. Ambos, bispo e padres, participam do campo religioso católico, ungidos da função de manter os valores da religião católica entre os fiéis, mas em grau hierárquico diferente, porém com a mesma finalidade: manter a religião católica difusa entre os católicos, agregando o maior espaço de cobertura dessa religião. Entretanto, a reverberação do discurso dos representantes do clero, embora tenda a ser reconhecido pela comunidade católica, passam por uma ressignificação, pois os fiéis partilham de múltiplas experiências religiosas, isto é, de outros *habitus* religiosos, nem sempre condizentes com a doutrina oficial preconizada pelo prelado.

Em síntese, conforme já indicamos na análise sobre o Seminário de Guarapuava, o 1º bispo, D. Frederico, investiu nas vocações religiosas, problema que esteve difuso nas outras dioceses do Brasil. A ação de D. Albano preocupou-se em incentivar as paróquias na captação de vocacionados, sobretudo, enfatizou os problemas existentes nas comunidades. Seu posicionamento sobre as vocações teve um caráter de cobrança da comunidade católica. Nesse momento, seu discurso foi a principal ferramenta de orientação aos católicos.

2.4.5 Jovens católicos, agentes de Deus e da Igreja

Na observação das fontes, no bispado de D. Albano, o que nos chamou atenção foi a forma lúdica das atividades dirigidas aos jovens. Nesse sentido, para atrair a atenção dessa faixa etária, algo de inovador e agradável deveria abranger as atividades. Nesse aspecto, a forma de divulgar as atividades foi mais chamativa, contendo novos modelos de letras, coisa típica da idade, formas de comunicação diferentes da habitual, como a escrita com letras cheias e redondas, distinta da tradicional.

Em vista de manter contato mais próximo com a comunidade, bem como com os jovens, a Diocese criou a Pastoral da Juventude, no setor Guarapuava, em 1987. Essa pastoral foi desenvolvida com o objetivo de aproximar a juventude do catolicismo. Uma forma já utilizada pela DG foi a organização de grupos de jovens em cada paróquia. Esses grupos também formariam novas lideranças leigas na Igreja, depositando uma carga de contribuição na formação e influência de novos jovens católicos. Dizendo de outro modo, o próprio jovem condizente com a ética católica seria o “educador” de outros jovens, utilizando para esse fim a mesma linguagem e percepções de mundo semelhantes.

A Pastoral da Juventude veio a contribuir na articulação desses grupos, respaldando aqueles já existentes com a ação educativa de D. Frederico. Essa pastoral reunia-se quinzenalmente, no espaço físico do edifício Nossa Senhora de Belém, prédio esse pertencente à diocese, com a realização das seguintes atividades:

Relatar as atividades periódicas de cada grupo de jovens; troca de experiências para um melhor encaminhamento dos grupos; sugestões de programas e atividades; extinção do individualismo dos grupos; organizar e dar objetivos claros aos grupos; encontros e formação de novos líderes; fazer uso dos meios de comunicação social (rádio, jornal, revista, TV). Enfim, o objetivo primordial da Pastoral de Juventude, setor Guarapuava, tem sido de integrar e consagrar todos os grupos de jovens de nossa cidade, para que haja aquela meta dentro da sociedade, a união e igualdade, seja ela na família, Igreja, trabalho e estudo. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1987, p. 7).

Os grupos que faziam parte da Pastoral da Juventude eram: JUCA; JUEC; JUPS; JUDB; MOVIJUG; JUVI; JUSC; JUSLI e JUS. (BOLETIM DIOCESANO, ago.

1987, p. 7).⁶² Na citação acima, verificamos que um dos interesses da pastoral foi o de transmitir ensinamentos aos jovens da DG. Em caráter de informação, no Boletim Diocesano de julho de 1987, a Pastoral da Juventude publicou uma nota sobre as condições do lazer e esporte entre os jovens, alertando-os sobre a prática correta do esporte, dos prejuízos causados pela ingestão de bebidas alcoólicas, etc.

[...] vemos cada vez mais crescente o número de brinquedos eletrônicos das multinacionais, invadindo o mundo dos adolescentes e jovens. Esses jogos eletrônicos são um grande convite à perda de tempo, dinheiro, estudo e trabalho. Nem sempre o esporte e o lazer são sadios aos adolescentes e jovens. Muitos estragam a saúde com exageros, com tóxicos, bebidas, música estridente, passando noites sem dormir. (BOLETIM DIOCESANO, ago. 1987, p. 6).

A pastoral da Juventude e D. Albano estavam preocupados com os comportamentos dos jovens relacionados ao lazer e ao esporte. Com o texto, ambos visavam informar o público jovem dos possíveis riscos da prática desregulada e sem alicerces religiosos. A atitude da pastoral, ao escrever sobre orientações católicas “corretas”, foi uma estratégia da Igreja em aproximar o jovem do mundo católico, bem como distanciando-o dos hábitos profanos, como o exagero da bebida alcoólica e uso de drogas, condições essas que afastam o indivíduo da moralidade católica.

Na carta destinada aos jovens, de setembro de 1990, a mensagem foi extraída do evangelho de Mateus 21,33-43. Esse evangelho narra o diálogo de Jesus com um Jovem. Diz o evangelho que Jesus olhou para ele e o amou. Pautado nessa parábola, escreveu sua carta fazendo uma analogia do evangelho com a situação dos jovens da Diocese. Vejamos um trecho da carta:

Tenho visitado tantos grupos de jovens na comunidade e, às vezes, dói o coração quando dos lábios da juventude sai este grito angustioso: Bispo, o senhor acredita em nós? A resposta sempre deveria ser um solene SIM, pois Jesus também acreditou e amou os jovens. Com os jovens tenho tido uma atitude transparente: nem elogios baratos, nem condenações, mas ver neles, jovens com uma missão bem definida na Igreja e no mundo [...] o mundo precisa da sabedoria do velho e da garra e esperança dos jovens. Se não existissem os jovens não haveria mudança [...] jovens, como Jesus, e a Igreja toda, o irmão Bispo admira e ama vocês. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1990, p. 5).

Segundo seu comentário, a juventude não reconhecia a ética católica, pois a expressão acima “nem elogios baratos, nem condenações” evidencia que os jovens não estavam aderindo totalmente aos valores católicos como fundamentação moral.

⁶² Não localizamos o significado de cada abreviatura.

Daí a necessidade de estar praticando ações educativas de inserção do jovem no mundo da Igreja.

Assim, justifica-se a organização dos jovens em grupos, os denominados Grupos de Jovens das paróquias. Nessa organização, os mesmos articulariam ideias, ações, troca de experiências, tornando o jovem o próprio orientador do jovem de acordo com o compromisso católico. Nesse sentido, o jovem se tornaria o apóstolo do jovem, por meio do relacionamento estabelecido nos grupo e dos laços de amizade.

Nesse anseio, ocorreram congressos da juventude que visavam essa relação mais próxima e afetiva entre os jovens, deixando de ser católicos indiferentes, passando a agentes atuantes e comprometidos com a ética católica. Referente aos grupos, a Paróquia Dom Bosco, inserida na Pastoral da Juventude (PJ), em 1989, reuniu seis grupos de Jovens, os quais atuavam nas comunidades⁶³. Com esses grupos, foram organizadas reuniões, denominadas Integração Jovem, que tinham por objetivo aprofundar aspectos da PJ, como a organização de um Grupo de Jovem, a atuação na comunidade e a continuidade desse trabalho. (BOLETIM DIOCESANO, dez. 1989, p. 8). A finalidade da PJ também foi inserir os grupos do interior nesses encontros.

Na página do Boletim que divulgava os acontecimentos da diocese, denominada *Breves, breves*, elencavam-se alguns eventos realizados com os jovens dos setores. Em abril de 1989, no Candói (Setor Laranjeiras), ocorreu um encontro de preparação para os coordenadores dos grupos de jovens. Em Palmital, no dia 22 de outubro, foi registrado o encontro de jovens urbanos na comunidade de Parque Junior. Em Cantagalo, no dia 23 de fevereiro de 1989, aconteceu um encontro com 200 jovens, o qual contou com a coordenação do padre Edson e da Pastoral da Juventude, abordando o tema da espiritualidade e do engajamento na comunidade.

Podemos inferir que a Pastoral da Juventude articulou os grupos de jovens das paróquias, objetivando despertar nessa parcela de fiéis o gosto pela participação na vida da Igreja que, de certa forma, esteve refletida nos bairros, distritos, municípios circunscritos a DG. Desse modo, levando em consideração que esse trabalho educativo surtiu efeito, a DG também recepcionou encontros regionais voltados a essa ação, pois em 07 de outubro de 1990, ocorreu o 1º Congresso da

⁶³ A expressão comunidades corresponde às capelas que estão inseridas na jurisdição da paróquia mãe, ou seja, compreendem as pequenas Igrejas ao redor da paróquia.

Juventude do Paraná. Esse evento fez parte do trabalho coletivo da Igreja Católica no Paraná, dinamizando momentos de reflexão e participação dos jovens. Incentivar a juventude compreendeu uma estratégia de difusão do catolicismo, momento importante para articular as pessoas responsáveis pelo presente e o futuro da Igreja no mundo social.

Flávio Munhoz Sofiati (2008) analisou o processo de formação da Pastoral da Juventude, entre os anos de 1980 a 1990, incluindo o método pedagógico. De acordo com o autor, a Pastoral da Juventude Brasileira - PJB passou por dois momentos importantes: o primeiro, nos anos 1980, enfatizava a dimensão política em suas ações, inclusive a participação nos movimentos sociais visando a redemocratização do Brasil. Porém, nos anos 1990, ocorreu uma mudança de posicionamentos da PJB, inclusive de seu método, pois nessa conjuntura houve a participação para as dimensões pessoal e teológica, com a prática voltada para o interior da Igreja Católica (reconservadorização). Conforme Sofiati (2008), o surgimento dessa pastoral deu-se por meio do Setor Juventude da CNBB, tendo como ideia gestora que os jovens deveriam ser organizados pelos próprios jovens. Nos documentos produzidos pela Igreja Católica, o “objetivo geral da PJB é de promover um encontro pessoal e comunitário com Cristo, para que o jovem se comprometa com a libertação do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação”. (SOFIATI, 2008, p. 74). Em outras palavras, a Pastoral da Juventude é uma das áreas de ação da Igreja Católica e tem por objetivo organizar os jovens para assumirem o papel de defesa do catolicismo na sociedade brasileira.

O documento nº 44 da CNBB, denominado *Pastoral da Juventude no Brasil*, escrito em 1983, visou respaldar o trabalho dessa atividade, principalmente, no sentido de que o Jovem deveria evangelizar o seu meio social, de acordo com os valores católicos. Já em 1990, o documento de nº 76 da CNBB, intitulado *Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil*, norteou o trabalho da PJB de formação dos Grupos de Jovens, ou o Grupo Base. Essa disposição, a organização dos Grupos de Jovens, objetivou “a formação de pequenos grupos, de idade homogênea, com nível de participação estável e com ritmo periódico de reuniões” (CNBB, 1998, p. 147 apud SOFIATI, 2008, p. 78).

A estratégia utilizada pela Igreja na formação da juventude foi uma ação desenvolvida a fim de manter a juventude unida nos preceitos do catolicismo,

levando em consideração, de acordo com a sociologia, que a juventude caracteriza-se como um problema social. Nesse sentido, levando em conta tal conceito, existem alguns fatores que permeiam a realidade em sociedade desse grupo em questão, como por exemplo, os problemas de inserção profissional, droga, delinquência, problemas na escola, com a família. (PAIS, 1990). Na conceituação do termo Juventude, podemos denominá-la, segundo José Machado Pais (1990, p. 140), pertencente a uma cultura juvenil, posta em duas vertentes: a primeira conceitua a juventude “como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida”. A outra definição considera que

juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. (PAIS, 1990, p. 140).

Diante dessas considerações acerca da sociologia da juventude, não cabe a nós adotar uma definição a priori sobre a juventude. O que nos interessa, é compreender a juventude como uma oscilação entre as duas definições, tendo como pano de fundo a estratégia educativa da Igreja Católica para disponibilizar *habitus* religioso entre os membros desse grupo social, objetivando criar indivíduos atrelados aos preceitos de sua doutrina. As definições sobre a juventude orientam-nos no sentido de uma possibilidade de compreensão sobre a condição dos jovens no meio social, ambos pertencentes a uma faixa etária de vida, e que também está inserida numa realidade social com diferentes nuances, como a condição econômica, de interesses e de poder, inclusive, considerando-a como pertencente ao meio religioso.

Marília Pontes Sposito (1997) realizou um trabalho sobre o tema da Juventude, no qual os dados foram retirados dos resumos das teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Educação, entre 1980 e 1995. Em relação a uma definição exata sobre a juventude, a autora sublinha a discussão realizada sobre as definições de Juventude no campo da Sociologia, afirmando que, histórica e socialmente, a juventude tem sido vista como fase de vida marcada pelos problemas sociais, e que o modo de apreensão desses problemas sociais também

muda. Utilizando-se das análises de Pais (1990), Marilia Sposito (1997, p. 38) afirma que a juventude na década de 1960 era considerada um problema, na medida em que podia ser definida como uma categoria protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações localizados no campo cultural e ético. Já nos anos de 1970, o foco dos “problemas” da juventude foi a inserção no mercado de trabalho, o que ganhou um percentual maior nos estudos sobre a juventude. A partir de 1980, o jovem passa a estar associado ao mundo das drogas e violência.

Por meio dessa análise, a autora conclui que os estudos sobre a temática da Juventude são quase inexistentes, devido ao desenvolvimento de Estudos Sociais e ao crescimento de seu campo de estudo. A autora exprime a ideia de que “não se configura nem uma sólida tradição investigativa no campo iniciado por Foracchi e, muito menos, a disseminação de equipes constituídas em torno do tema.” (SPOSITO, 1997, p. 50).

Retornando a questão da Juventude e a Pastoral da Juventude no Brasil, a Igreja Católica dinamizou essa atividade dos jovens, aliando os preceitos da liturgia e a leitura dos Evangelhos com a realidade social do jovem, a fim de defender no mundo social o catolicismo como religião dominante entre a juventude. Do mesmo modo, D. Cavallin organizou ações a fim de agrupar a juventude com o ideal católico. Os Grupos de Jovens foram resultados de uma ação primeira, sendo definidas pela CNBB e seus documentos, posteriormente sendo divulgados entre as paróquias e comunidades, pela ação de seus bispos e padres. Assim, a existência de Grupo de Jovens, como por exemplo, Jovens Unidos Dom Bosco da DG (JUDB), foi resultado de uma ação pastoral/educativa idealizada pela direção da CNBB, sendo apropriado e coordenado por D. Cavallin em Guarapuava.

Em cada reunião desses grupos, a orientação fundamental aplicada pela PJ foi que deveriam ser mantidos os ideais comuns aos jovens, como a ética católica. A carta destinada aos Jovens visou aliar a leitura da Bíblia com a realidade da juventude em Guarapuava.

O 2º Bispo de Guarapuava manteve a articulação entre os jovens de acordo com as orientações da CNBB. Com tal ação a Igreja Católica buscava conformar o *habitus* religioso entre um grupo social que se apresentava como problema social, mas também como protagonista no mundo social ao assumir atividades de liderança da própria juventude. Suas ações se sobressaíram ao 1º Bispo devido à produção

de material informativo da CNBB que, de certa forma, contribui na organização de evangelização da juventude.

2.5 CÍRCULOS BÍBLICOS E A COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE

Nessa seção, queremos indicar o caráter educativo do Círculo Bíblico (CB), pois tal ação era direcionada aos adultos depois do crisma. Essa modalidade de reflexão sobre a educação católica foi uma estratégia aplicada pela Igreja a fim de dar continuidade à formação dos católicos, ou seja, não é porque o fiel atuante terminou o crisma que não precisaria mais receber os ensinamentos dos preceitos católicos. Ao contrário, seria necessário continuar munindo o fiel das verdades do catolicismo, isto é, manter o comportamento católico entre eles. Nessa ótica, a Igreja Católica reinventou uma forma de continuar com a catequese para esse público (adultos já crismados), pois os Círculos Bíblicos não deixam de ser uma espécie de formação catequética.

Primeiramente, é preciso definir o que vem a ser essa comunidade eclesial de base, ou seja, como surgiu esse termo e qual a relevância de torná-la parte da Igreja. Para isso, vamos priorizar a visão de D. Frederico Helmel, por ser o primeiro da Diocese a dar explicações referentes a essa proposta da Igreja. Posteriormente, abordaremos a visão de D. Albano Cavallin sobre os Círculos Bíblicos.

D. Frederico assumiu a diocese no momento histórico em que as indagações sobre as CEB's permeavam o cenário da Igreja na América Latina. A discussão acerca da abertura da Igreja para o trabalho com os mais pobres foi elemento fundante nos encontros do Episcopado Latino Americano, inclusive na terceira Conferência geral do Episcopado Latino Americano, realizada em janeiro de 1979, em Puebla (México). A discussão pautou-se no caminho que a Igreja deveria seguir no futuro, diante da nova realidade que surgia na América latina.

Jeferson Farias da Silva (2007) apresentou discussões sobre as CEB's, no período entre 1972-1974, dando ênfase à leitura de *O Jornal Batista* e à ação das comunidades. Sobre o advento dessas comunidades, o autor indica que não existe uma data específica que caracterize o marco inicial da atuação das CEB's no Brasil. Assim, afirmações sobre as CEB's estão pautadas nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Sobre a gênese desse movimento no Brasil, o autor evidencia que, na Diocese de Natal, a partir de 1948, a Igreja realizou algumas iniciativas no trabalho

social e religioso. (SILVA, 2007). Nesse movimento em Natal, algumas estratégias foram desenvolvidas a fim de diminuir os problemas causados com o subdesenvolvimento do Nordeste, dentre eles a educação de base, transformação das estruturas políticas e educação religiosa para a população menos favorecida. Uma proposta realizada na diocese foi a educação radiofônica, iniciada em 1958, sendo considerada a primeira proposta de escola via rádio, no Brasil. (SILVA, 2007, p. 78).

Mas afinal, qual é a definição de CEB's? Conforme Paulo Célio Soares (2001), as Comunidades Eclesiais de Base são uma forma de vivenciar a fé dos fiéis católicos numa certa organização concreta, sobretudo, essas comunidades representam uma das mais expressivas propostas de organização popular do país. As CEB's são denominadas como um movimento que visa a formação de lideranças para a sociedade civil. Em relação à formação de lideranças, o autor elenca algumas, como Vicentinho, João Pedro Stédile, Luiza Erundina, José Rainha, Marina da Silva e Chico Mendes, entre outros que propuseram ideais democráticos. (SOARES, 2001, p. 38). Sobre o período da ditadura militar, Soares elucida que essas comunidades contribuíram por ser caráter de movimento social, pautadas na contestação dos fatos do mundo social. (SOARES, 2001).

Frei Betto (1981) em seu livro *O que é Comunidade Eclesial de Base* definiu-a como pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), organização essa realizada por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras CEB's surgiram na Arquidiocese de Natal, em Nísia Floresta, por volta de 1960, ou em Volta Redonda. Esse dado diverge, segundo a historiografia. Essa organização se dá alicerçada em duas características: religiosa e pastoral, podendo agregar dez, vinte ou cinquenta membros. Em relação ao termo comunidade, Frei Betto afirma que esses grupos receberam essa nomenclatura porque reúnem pessoas que partilham da mesma crença, participam da mesma Igreja e residem na mesma região. Os membros das CEB's são, no geral, pessoas com remuneração salarial baixa, moram em casebres nas favelas e periferia urbana. Na zona rural, habitam pequenos sítios e fornecem mão-de-obra para o trabalho agrícola. São pessoas semi-analfabetizadas. (FREI BETTO, 1981, p. 7).

A organização das CEB's visava uma mudança de posicionamentos da Igreja, como a autoridade e a hierarquia, que diminuíam a participação popular e impunham decisões e normas de cima para baixo. Incentivadas pelas resoluções do

Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela Conferência de Medellín (1968), as CEB's “[...] apontaram para o deslocamento das bases sociais da Igreja, estas comunidades vislumbraram uma maior participação dos leigos e um processo mais participativo na tomada de decisões” (SOARES, 2001, p. 40).

Devido a esse cenário, posterior ao Concílio Vaticano II, a Igreja Católica repensou a sua prática pastoral, gerando, assim, a movimentação de posicionamentos contrários e favoráveis com a nova proposta da Igreja, ou seja, dar subsídios religiosos e sociais para a parcela da comunidade menos favorecida: os pobres. Na Diocese de Guarapuava, D. Frederico publicou artigos no Boletim Diocesano, no ano de 1979, levantando discussões sobre as conclusões da Conferência de Puebla⁶⁴. Nesse aspecto, exerceu seu papel de liderança. Por Comunidade de Base, no artigo *Palavra do Bispo*, publicado em março de 1979, D. Frederico definiu como:

Um pequeno grupo de cristãos que se reúnem cada semana para falar de sua fé, de sua religião. O número de pessoas pode variar bastante. Às vezes são de 06 a 08 casais, às vezes são muito mais. Em geral se reúnem na casa de um amigo, ou na própria capela. Além de falar da sua vivência religiosa, procuram também ajudar-se mutuamente, enfim viver juntos a sua vida de cristão. Todos eles sentem como faz bem, ter um amigo ao lado, que compreende a gente, sabe dar um conselho certo e ajudar na hora de necessidade. Muitas vezes, a Bíblia é lida no grupo para depois ser aplicada na própria vida. Também em nossas capelas estão se formando verdadeiras comunidades. Nelas, algumas pessoas ajudam no culto, outras no catecismo e mais outras na promoção humana. O que importa mesmo é que todo mundo procure ajudar, que cada um dê a sua contribuição. O grupo de uma capela é maior, sem dúvida. Mas, quando todos colaboram, forma-se uma verdadeira comunidade. Felizmente já existem muitas dessas comunidades em nossa diocese. (BOLETIM DIOCESANO, fev. 1979, p. 1).

Sobre as conclusões da Conferência de Puebla, realizada em Puebla de Los Angeles, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, trazemos o objetivo geral do documento:

Este documento, fruto de assídua oração, de reflexão profunda e de intenso zelo apostólico, oferece- assim vo-lo propusestes – um denso conjunto de orientações pastorais e doutrinárias sobre questões de suma importância. Há de servir, com seus válidos critérios, de luz e estímulo permanente para a evangelização no presente e no futuro da América Latina [...] a Igreja na América Latina foi fortalecida em sua vigorosa unidade, em sua identidade própria, na vontade de oferecer uma resposta às necessidades e aos

⁶⁴ Não abordamos as Comunidades de Base no capítulo II, principalmente, os artigos de D. Helmel, por considerarmos importante tratar do assunto CEB's juntamente com a ação dos Círculos Bíblicos, facilitando assim a compreensão do leitor, apontando o lado explicativo dos artigos do bispo no momento histórico que foram escritos, para posteriormente, entendermos a prioridade pelos Círculos Bíblicos no Bispado de D. Cavallin.

desafios atentamente considerados durante nossa assembleia. Representa, na verdade, um grande passo avante na missão essencial da Igreja, na missão de evangelizar. (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 11).

A estrutura do documento foi organizada do seguinte modo: na primeira parte, as discussões centraram-se na visão pastoral da realidade Latino-Americana; na segunda, o desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; na terceira, sobre a evangelização na América Latina; na quarta, sobre a Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina e, na quinta, a respeito do dinamismo do Espírito Santo e as opções de pastorais.

Acerca das CEB's, o documento traz a seguinte definição:

A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos, realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. Os cristãos unidos em comunidade eclesial de base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade [...] as comunidades eclesiais de base são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo. (CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA, 1984, p. 251-252).

Posteriormente, em maio do mesmo ano, o bispo abordou novamente o tema, ao fazer referência ao Documento de Puebla, afirmando que nessas comunidades, as CEB's a aceitação da palavra de Deus é maior. Citou ainda o último Plano Pastoral do Paraná, que mencionou a Comunidade de Base como um dos elementos privilegiados para formar a Igreja na base.

Em nossa Diocese, chamamos as comunidades existentes de 'Comunidades Rurais'. Elas se constituem principalmente em torno das capelas. Correspondem elas as tais decantadas 'Comunidades Eclesiais de Base' tão elogiadas e eficientes? Deve ser difícil organizar comunidades como aquelas! Creio que não é difícil, não! Se fosse difícil, não haveria comunidades. Nem são 'organizadas'. Uma comunidade vive-se. Vive-se em comum. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1979, p. 1).

D. Frederico definiu que as capelas e/ou as pequenas igrejas são organizadas visando fomentar a Igreja na base, pois possuem diretoria e secretários

que administram o templo católico. O culto também é realizado, inclusive a catequese, o que identifica a comunidade e a aceitação dos preceitos doutrinários. Porém, alguns elementos são necessários para torná-la melhor, como o amor e a amizade, e isso transformará as capelas em verdadeiras CEB's.

Podemos dizer que o documento de Puebla foi para a Igreja Católica, na América Latina, o fato mais importante na escala hierárquica, devido ao conteúdo político-pastoral que contempla. No período de sua recepção na DG, o documento de Puebla foi debatido constantemente pelo bispo.

Uma das palavras mais ouvidas ultimamente é o nome da cidade de "Puebla". Temos cursos sobre "Puebla", estudamos o documento de "Puebla" e discutimos as ideias de "Puebla". Nisso Puebla é diferente de Medellín. Medellín não se estudava, citava-se de vez em quando. Puebla é estudado, embora nem sempre aprovado, em todo o caso entra na vida da Igreja. Para alguns, Puebla constitui uma reviravolta, algo de novo e original, um Vaticano II da América Latina. Para outros não passa de uma aplicação prática e adaptada às condições de nosso continente daquilo que o Vaticano II divulgou para a Igreja Universal. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1979, p. 1).

Para encerrar o ano de 1979, escreveu um último artigo com o título *Puebla: opções pelos pobres*, objetivando explicar a preferência da Igreja pelos menos favorecidos:

Nesse documento o tema social é tratado dentro do contexto de evangelização. Fala-se dele a partir da fé. Que quer dizer opção pelos pobres? Por que é que a Igreja se interessa tanto pelos pobres? O próprio documento de Puebla reconhece que houve, nos últimos anos, um desenvolvimento econômico significativo – o que prova que há possibilidades de melhorar a vida do povo. Na realidade observamos o seguinte: a distância entre ricos e pobres torna-se sempre maior. Os ricos ficam mais ricos, e os pobres sempre mais pobres. Isso não acontece por acaso. É resultado das estruturas econômicas vigentes. Há necessidade, pois, de mudança das estruturas – e das mentalidades. Não há estruturas novas sem mentalidades novas! A Igreja fez a opção pelos pobres. Ela está convencida de que os pobres precisam e merecem seus cuidados especiais. É enorme o número daqueles que não tem o suficiente para uma vida digna [...] a Igreja não se opõe a propriedade particular. Até defende. Deseja que todos tenham alguma coisa [...] o que temos, deve servir também a comunidade. É a 'dimensão social' da propriedade, a 'hipoteca social', como o Papa o chama. Daí compreendemos o seguinte: quanto mais alguém possui, quanto mais rico ele é, tanto mais obrigações tem para com seus irmãos. A Igreja não idealiza a pobreza. Não acha que só os pobres são bons. Nem considera a riqueza garantia de felicidade! O que ela pretende é criar uma situação de justiça social onde todos tenham suficiente para viver e desenvolver suas faculdades humanas [...]. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1979, p. 1).

De forma explicativa, D. Frederico indicou a situação da realidade social da América Latina, especificamente da questão econômica do continente. De acordo com D. Frederico, as estruturas econômicas deveriam ser alteradas por novos ideais, ou melhor, por novas mentalidades que promovessem condições sociais favoráveis para a subsistência da população. Outro argumento referiu-se à condição econômica da classe dominante, a qual, sob a ótica católica, deveria ajudar os seus “irmãos”, criando uma situação de justiça social.

Conforme já indicamos na seção sobre a liderança de D. Frederico Helmel na CNBB, Lucelmo Lacerda Brito (2010) afirma que, nas Conferências de Medellín e de Puebla, conservadores e progressistas travaram uma disputa ideológica, cada qual defendendo seu modo de compreensão sobre a finalidade da Igreja. Em Medellín, os progressistas contaram com o auxílio de intelectuais com um significativo número de pesquisas na área, estas financiadas por órgãos Europeus, como *Adveniat* e o *Miseror*. A primeira visita de João Paulo II foi para o México, na Conferência de Puebla, pois o pontífice combateu o comunismo, a Teologia Liberal europeia e a Teologia da Libertação. (BRITO, 2010, p. 84-85).

A ação do Papa indicou o posicionamento do Vaticano sobre as questões de Medellín e Puebla, uma postura conservadora que defendia a presença da Igreja Católica, pautada na hierarquia e tradição na resolução dos problemas dos grupos sociais. Mesmo não impedindo a realização da Conferência de Puebla, o Papa fortaleceu o lado conservador da Igreja.

D. Frederico discutiu sobre as CEB's, associada a sua postura conservadora. Ou seja, quando afirmou que na DG as Comunidades Eclesiais de Base são as comunidades rurais, e estas se reuniam para discutir a mensagem bíblica, nos lares ou nas comunidades, o bispo direciona uma discussão acerca das CEB's para os grupos de oração. Nesse aspecto, associou as CEB's ao caráter espiritual, destituindo o sentido sócio-político presente em Puebla. Na sua visão, essa disposição foi necessária para agregar nas famílias o espírito de solidariedade católica, que rezam unidos e se mantêm organizadas nos preceitos da doutrina.

No contexto histórico de criação das CEB's, a América Latina estava impregnada pelos regimes políticos com conduta autoritária. Assim, as CEB's estiveram inseridas na discussão de contestação desses regimes políticos, inspirando a organização democrática, contra o regime militar. Assim, a organização das CEB's foi de cunho marxista e humanista, visando à transformação social da

realidade. Essa transformação aconteceria no próprio bairro, pois os moradores se reuniam para solucionar os problemas da comunidade, procurando um estilo melhor de vida. (WESTPHAL, 2008, p. 102).

Frei Betto (1981, p. 8) indica que a exploração e expropriação da terra foram fatores que marcaram os membros das CEB's que buscavam na religião "[...] um sedativo para os sofrimentos, encontravam agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir a opressão".

Desse modo, os membros das CEB's articulavam-se por motivos correlatos à sua condição humana, inseridos numa realidade social, na qual, a desvalorização do homem acontecia, em termos econômicos e sociais, em um contexto de Ditadura Militar. Após essas definições sobre as CEB's, compete-nos discutir os Grupos de Reflexão, ou então, denominados Círculos Bíblicos, como estratégia educativa privilegiada para implantar a Igreja na base, na visão de D. Albano.

Os Grupos de Reflexão compreenderam um meio de promover a leitura da Bíblia nos grupos de fiéis, também vistos como uma prioridade na Diocese, conforme definição no Plano Pastoral. Assim, os temas dos Grupos de Reflexão eram inseridos no Boletim Diocesano, de forma a facilitar a formação dos grupos. A DG organizava os temas, como por exemplo, o de agosto de 1991: *Um católico pode ser espírita?*. A estratégia dos grupos de reflexão foi uma maneira de transmitir a educação católica aos fiéis afastados da doutrina. Esse tema em particular, foi problematizado pelo bispo com o objetivo de responder a questionamentos⁶⁵ de fiéis em relação aos preceitos de cada doutrina.

Em Duque de Caxias-RJ, aconteceu o 7º Encontro Internacional de Comunidades Eclesiais de Base:

De 10 a 20 de julho (1989) teve lugar em Duque de Caxias-RJ, o 7º Encontro Internacional de CEBs [...] participaram cerca de duas mil pessoas representantes de 225 dioceses do Brasil, de 18 países Latino-Americanos, mais de 100 representantes de Igrejas protestantes, mais de 30 índios, 90 bispos, além de observadores da África, Europa e Estados Unidos. Foi marcante a presença dos negros e o papel das mulheres no desenrolar desse encontro. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1989, p. 2).

⁶⁵ Não localizamos nenhum documento que fizesse menção a dúvidas e/ou perguntas de fiéis sobre a doutrina espírita. Fazemos tal afirmação devido a situação de concorrência entre as doutrinas religiosas em Guarapuava, pautando-nos em fontes que evidenciam a vigilância da Igreja Católica com a situação religiosa da cidade, principalmente pela relevância do tema do grupo de reflexão sobre os espíritas e de outro artigo de D. Cavallin *Crentes ou anti-católicos*, de abril de 1989.

Esse encontro indica que havia preocupação em discutir as CEB's, contando com a presença de outros segmentos interessados e ligados às CEB's. A DG também participou nesse evento, sendo representada por uma Irmã. Posteriormente, durante os dias 09 e 10 de setembro de 1989, o encontro teve continuidade no Estado do Paraná, na cidade de Apucarana. (BOLETIM DIOCESANO, set. 1989).

No quadro 4, elencamos cinco argumentos a favor da prática dos grupos de reflexão, sob o título *Por que acredito nos Círculos Bíblicos*.

Quadro 4 – Cinco respostas de D. Cavallin sobre os Círculos Bíblicos – setembro de 1990

POR QUE ACREDITO NOS CÍRCULOS BÍBLICOS?
1. Porque toda a Igreja no Brasil já definiu que os Círculos Bíblicos são a semente para as futuras CEB's; 2. <u>Porque os Círculos Bíblicos são o novo tipo da catequese de adultos. É um modo educativo e inteligente de dar continuidade ao estudo e formação dos católicos adultos após o Crisma;</u> 3. Porque os Círculos Bíblicos multiplicaram as lideranças, pois dentro de um Círculo Bíblico tem um coordenador e aquele que está preocupado com a catequese dos filhos; 4. Porque os Círculos Bíblicos são um verdadeiro presente de Deus, verdadeiras fábricas de dirigentes, ministros e apóstolos para nossa comunidade; 5. Porque desperta a ideia de que a Igreja não é só feita de padres e irmãs, mas que todos os batizados são responsáveis pela sua Igreja.

Fonte: Boletim Diocesano (set. 1990, p. 5).

Nota: Grifo nosso.

Seus argumentos a favor dos grupos de reflexão foram expostos na carta do mês de setembro de 1990, na qual afirma que por meio dessa reunião entre católicos adultos, formado por um grupo pequeno de participantes, torna-se possível a formação das CEB's. Em relação à formação de lideranças católicas em Guarapuava, os círculos bíblicos seriam uma maneira de minar a sociedade com líderes católicos, o que, de certo modo, facilitaria a difusão doutrinal no mundo social, pautada no mandamento do amor, na justiça e solidariedade com o próximo.

As respostas do bispo retratam o papel do fiel no cumprimento da vivência católica. Destacamos a segunda resposta do quadro acima, por representar o caráter educativo envolvente da Igreja e as estratégias utilizadas nessa educação, visando manter os ensinamentos católicos.

Em nenhum momento encontramos uma atitude de transformação social, proposta pela organização das CEB's na Diocese de Guarapuava. A atribuição dos Círculos Bíblicos foi fomentar a leitura da Bíblia entre as famílias. Quanto às reuniões nas residências, essas foram propostas a fim de manter um relacionamento mais próximo entre os católicos, sem ideias de transformação social, questionamentos por parte da Igreja sobre o Regime Militar. Diga-se de passagem, que o 1º Bispo, D. Frederico, mantinha um relacionamento bem próximo do Exército, participava das festividades da 26ª Guarnição de Artilharia de Campanha - GAC.

Ezequiel Westphal (2008) discute a organização pastoral na Arquidiocese de Curitiba, durante os anos de 1980 e 1990. Seu objeto de estudo foi a Paróquia São Pedro Apóstolo, no qual problematizou as relações de poder e o declínio da influência da Teologia da Libertação nas orientações pastorais da Arquidiocese. Além das lutas sociais ocorridas nos movimentos populares, o pároco também incentivou outras atividades ligadas aos Grupos de Reflexão, como o Grupo de Reflexão do Bairro (GRB) e o Grupo de Reflexão da Comunidade (GRC). O autor afirma que em Curitiba, durante o período de 1981 a 1992, a Igreja Católica era caracterizada por uma postura hierárquica e burocrática, tendo como definições as decisões do Arcebispo. Contudo, a Arquidiocese manteve algumas organizações em CEB's, de maneira isolada, não sendo uma prática geral da Arquidiocese. (WESTPHAL, 2008, p. 103-104).

Sobre a Formação das Comunidades Eclesiais de Base, além da organização realizada por meio dos Círculos Bíblicos, existiam outros, como “comunidades que se reuniam para discutir o Evangelho ou participar das celebrações; outras formavam grupos rotativos de reflexão, nas casas de família, e seguiam os roteiros dos livros de novena”. (WESTPHAL, 2008, p. 135).

Na apreciação da Teologia da Libertação, em Curitiba, durante a realização do Sínodo da Arquidiocese de Curitiba (1987-1994), fica evidente a postura conservadora do Arcebispo, o qual enfatizou que a Igreja não pode adotar um posicionamento sócio-político em favor dos pobres, pois a Igreja é uma Igreja universal, de todos, não de uma classe social. Ressaltou que a libertação faz-se, sobretudo, na libertação do pecado. (WESTPHAL, 2008, p. 108).

Na Diocese de Guarapuava, os Círculos Bíblicos seguiam a mesma lógica da Paróquia São Pedro Apóstolo - Curitiba, pois os roteiros eram inseridos no Boletim Diocesano, a fim de propiciar uma formação adequada aos fiéis de acordo

com os ideais do Bispo. Esses grupos reuniam-se nas casas de família, com o dia e horário determinado pelo grupo. (BOLETIM DIOCESSANO, jan. 1991, p. 3).

Assim sendo, essa espécie de catequese continuada foi uma maneira permanente de formação dos católicos. Conforme observa Westphal (2008), essa catequese ocorria nas casas e eram norteadas por um instrumental didático. D. Albano vivenciou essa metodologia, pois residia em Curitiba e era bispo auxiliar da Arquidiocese. Na Diocese de Guarapuava, procurou estabelecer um caminho semelhante, pois os roteiros dispostos no Boletim serviam como instrumento pedagógico.

Por mais que D. Frederico escrevesse sobre as CEB's, Teologia da Libertação, opção pelos pobres, seu enfoque foi direcionado, de acordo com sua formação, para o papel da oração na resolução dos problemas sociais. Essa deveria ser a postura da Igreja, pautada no ministério da hierarquia, obedecendo aos ditames do Vaticano. Seu discurso sobre as CEB's foi cunhado a partir da reflexão de um conservador, que de forma alguma participa do envolvimento da Igreja com as críticas voltadas aos regimes políticos e lutas sociais. Na Arquidiocese de Curitiba, Westphal (2008) afirma que a postura do Arcebispo condenou a organização das CEB's, pois a imagem da paróquia é uma imagem de autoridade clerical. Na DG, não encontramos espaço de condenação às atividades das CEB's, porém as intervenções de D. Frederico conformaram um sentido espiritual a essa organização, o que caracteriza a ressignificação das ações das CEB's.

Desse modo, concluímos a problematização afirmando que os Círculos Bíblicos na DG foram semelhantes ao processo da Arquidiocese de Curitiba. Por mais que existisse o foco das CEB's, essas não ocorreram de forma sistematizada e foram suprimidas pela hierarquia e pela doutrina. Na DG, tanto o 1º e 2º bispos, dinamizaram os Círculos Bíblicos como meio de aplicar a doutrina aos católicos. Se as famílias se reuniam, isso não significou uma ação de transformação do mundo social, o que denota um caráter marcadamente espiritual dos círculos bíblicos da Igreja Católica em Guarapuava.

2.6 RÁDIO CULTURA E EDUCAÇÃO RADIOFÔNICA

Em função da distância entre as paróquias do interior e a sede, a Rádio Cultura visou sanar essa dificuldade, pois, as missas, pregações e outras notícias

católicas, seriam transmitidas pelo Bispo de forma imediata. A ideia ganhou forma quando alguns empresários concordaram em dividir a responsabilidade por meio de quotas. Contribuíram com o projeto de D. Helmél, Reinaldo Losso, Admar S. Teixeira e João Kotlinski. O Nome dado foi Rádio Cultura Nossa Senhora de Belém Ltda. (MARCONDES, 1987, p. 58-59).

A Rádio Cultura foi fundada em 17 de Outubro de 1967 e funcionou nas dependências do prédio construído pela Mitra Diocesana, sob a autorização da portaria nº 658, de 17 de outubro de 1967, do CONTEL, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro do mesmo ano, e assinada por Pedro Leon Bastide Scheider (Coronel Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações). (MARCONDES, 1987, p. 59).

Sua instalação na cidade de Guarapuava visou orientar os católicos com as programações. Vejamos a intenção de D. Frederico com a fundação da rádio:

Não apenas uma emissora que irradiasse as missas e pregações, mas que, na totalidade de suas atividades, orientasse para o espírito cristão e católico. Que não entrasse nas questões político-partidárias, mas que procurasse observar certa objetividade nas críticas a determinadas situações. (HELMEL, 1985 apud MARCONDES, 1987, p. 58, grifos nossos).

No ano de 1979, a Rádio Cultura muda sua frequência modulada, melhorando o raio de abrangência e a qualidade do som. Os municípios que são contemplados com a rádio são: Turvo; Cantagalo; Inácio Martins; Palmital; Pitanga; Prudentópolis; Laranjeiras do Sul; Cruz Machado; Pinhão; Bituruna; Mangueirinha, etc.

Um programa de relevância foi *A voz do Pastor*, programa semanal, realizado aos sábados, às onze horas e quarenta minutos, tendo como tema central a doutrina social da Igreja. (MARCONDES, 1987). Além desse programa, a Rádio dispunha de outros que levavam a mensagem cristã para as famílias.

O rádio foi um veículo no qual manifestações culturais aconteceram, sem falar da educação católica radiofônica. No Brasil, como em outros países latinos americanos, no cenário histórico da primeira metade do século XX, o surgimento do rádio, como uma nova tecnologia, tornou possível a emergência e a difusão de uma nova linguagem. (HAUSSEN, 2004).

De acordo com André Dionei Fonseca (2009), a primeira transmissão de rádio no Brasil aconteceu em 07 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, no alto do

Corcovado. O discurso do Presidente da época, Epitácio Pessoa, foi captado por 80 aparelhos de rádios. Um ano após a primeira experiência, o governo do Brasil montou uma estação de rádio em condições precárias, a qual transmitia ao público programas literários, musicais e informativos. Posteriormente, em 1923, fundou-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquette Pinto e Henrique Morize.

Com o funcionamento da Rádio Sociedade, outras emissoras foram criadas no Brasil, todas a partir da organização da Rádio Sociedade, uma característica comum das emissoras de rádios da época. Além da Rádio Sociedade, foram fundadas a Rádio Clube Paranaense, a Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Sociedade Rio-Grandense, a Rádio do Maranhão, a Rádio Sociedade Educadora Paulista e a Rádio Clube de Ribeirão Preto. Essas foram as mais importantes emissoras do Brasil. (FONSECA, 2009).

Dóris Fagundes Haussen (2004) evidencia que o rádio brasileiro, no seu primeiro momento, viveu sob influência do Presidente Getúlio Vargas, durante 1930-1945, o qual governou de acordo com um discurso de cunho nacionalista, que buscava a unificação nacional. Em 1º de maio de 1937, o Presidente destacou o valor do rádio no seu governo e incentivou a criação de novas emissoras por todo o Brasil. A coordenação do setor de comunicação ficou sob responsabilidade do Ministério da Educação. Afirma Haussen (2004, p. 52) que os anos de 1930 e 1940 foram momentos importantes da história do rádio brasileiro, e que o “projeto cultural e educativo, de uma maneira ampla, tinha uma visão nacionalista e buscava a mobilização e a participação cívicas, assim como as reformas educacionais”.

A Igreja Católica situa-se nesse contexto moderno, aliando a tecnologia em prol da difusão da doutrina, através dos meios de comunicação. Desse modo, a Igreja usufruiu do rádio para poder atender os fiéis no mundo social circunscrito pelas mídias, como o rádio e o cinema.

Nesse aspecto, Fábio Gleiser V. Silva (2010) analisa o processo pelo qual a Igreja percorreu e entrou em contato com o universo da comunicação, e a adaptação da Igreja nesse cenário da sociedade moderna midiaticizada. A Igreja publicou dois documentos importantes que abordavam os meios de comunicação: *Vigilanti Cura*, do papa Pio XI, com data de 29 de junho de 1936 e *Miranda Prorsus*, do papa Pio XII, de 08 de setembro de 1957, que tratou do rádio, do cinema e da televisão.

Aliada aos meios de comunicação, dentre eles o rádio, em 03 de dezembro de 1944, ocorreu a primeira transmissão radiofônica do pronunciamento de Pio XII.

Sua fala destacou que “a verdade, a dignidade humana, a moralidade cristã, a justiça e o amor, segundo Pio XII, devem ser metas dos radialistas como comunicadores e do rádio como meio de comunicação”. (SILVA, 2010, p. 58).

Vasconcelos Júnior (2006) evidencia que em Limoeiro do Norte, no Ceará, a Igreja Católica, sob a liderança de D. Aureliano Matos, utilizou a comunicação radiofônica para difundir a mensagem católica para as regiões mais distantes. A Rádio Educadora Jaguaribana foi fundada em 19 de março de 1962, na qual, programas do Movimento de Educação de Base - MEB foram desenvolvidos pela diocese, desde outubro de 1961, levando a alfabetização à área rural.

A programação da rádio em Guarapuava, com o acompanhamento do 2º bispo e de sua equipe, abordou temas da atualidade, articulando com a mensagem litúrgica.

Nesse aspecto, o quadro 5 indica a programação da Rádio Cultura em 1987⁶⁶:

Quadro 5 – Programação Rádio Cultura

PROGRAMA/horário	DESCRIÇÃO
Igreja Atual 08h30min	Programa dominical, com duração de 30'. Divulgação de músicas, entrevistas, notícias da Igreja no Brasil e no mundo. Destaque das notícias sobre as comunidades diocesanas.
Construindo a esperança 11h00min	Programa com duração de 30', aos sábados. Músicas, debates, reportagens, e testemunhos de vida, visando construir um mundo melhor.
Missa dominical 10h15min e 19h00min	Programa com transmissão diretamente da Catedral Nossa Senhora de Belém. Mensalmente, também transmitia a programação da Igreja Ucrâniana.
Um olhar sobre a cidade 19h55min	Programação com duração de 05', diariamente, com meditação sobre um fato cotidiano ou um pensamento
Bíblia hoje 11h00min	Programação diária, com duração de 05'. Mensagem bíblica
Ave Maria 18h00min	Programação diária, com duração de 15', seu conteúdo abordava a catequese mariana e a oração
Encontro matinal com Deus 06h30min	Programação diária, com duração de 10'. Momento de oração diária.
Assim falou Jesus 09h45min	Programação dominical, com duração de 15'. Apresentação de passagens do evangelho
Jesus vive e é o senhor	Programação semanal, com duração de 30'. Meditação e oração da Renovação Católica Carismática
Juventude em destaque 18h10min	Programação semanal, aos sábados, com duração de 20'. Divulgação dos acontecimentos relativos às atividades da Pastoral da Juventude da Diocese.
Show da paz	Programação anual, realizado em Curitiba.

Fonte: Marcondes (1987, p. 61-62).

⁶⁶ Utilizamos a programação de 1987, por estar incluso no trabalho da Professora Gracita Marcondes. Na Rádio Cultura, não constam documentos da programação mensal/anual.

A presença do sacerdote no comando da rádio visou proporcionar ao ambiente o estilo católico, alicerçado na estrutura católica, compreendendo um comportamento religioso.

Rádio cultura - continua procurando ser cada vez mais uma emissora à serviço da comunidade e do povo de Deus. Quantas entrevistas, reportagens, notícias e músicas que são sinais de esperança e anúncio da Boa Nova. Certo, há muito que se fazer, mas valorizemos o esforço da equipe [...] o registro da presença do padre Jorge Pierk – SVD que permanece [...] na rádio Cultura [...] ele veio dar sua contribuição para fortalecer a Emissora que sempre se renova para a família que sempre aumenta. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1987, p. 2).

Por meio da atividade musical⁶⁷, foi possível transmitir o gosto pela evangelização de forma atrativa, principalmente, aos católicos que não gostam de frequentar os espaços sagrados e não cumprem os rituais católicos. Assim, a música, enquanto uma maneira de transmissão de ensinamentos propiciou a difusão do gosto pela música católica, abarcando receptores que reconhecem e legitimam o estilo musical como maneira de evangelização. Isso também permitiu à Igreja, por meio da radiodifusão, ser legitimada pelo seu discurso católico. Se a Rádio conseguiu assegurar-se economicamente na cidade, podemos dizer que Guarapuava, nessa época, era habitada por um público católico, que reconheceu a importância dos programas. Isso é o poder da Igreja, a execução do seu poder simbólico, que está inserido na comunidade, ou seja, a partir do momento que os indivíduos ligam o rádio e sintonizam na Rádio Cultura Nossa Senhora de Belém, já aceitam esse poder, por mais despercebido que o pareça.

D. Cavallin também aproveitou o tema da Campanha da Fraternidade de 1989 para discutir a função social do profissional da área da comunicação. Em seu artigo, intitulado *Vagas para novos Radialistas e Jornalistas na Igreja de Guarapuava*, já discutido anteriormente, fez uma provocação aos fiéis católicos, levando-os a praticar uma ação comunicativa em seus ambientes, isto é, a pregar o evangelho. Esse trabalho individual, aliado a outros, produziu uma forma de chamar o leigo a participar mais da evangelização radiofônica. O discurso do bispo no artigo de março de 1989 assevera:

Realmente há muitas vagas na Diocese de Guarapuava para novos jornalistas e radialistas, pois a Campanha da Fraternidade de 89 convoca

⁶⁷ Sobre o tema, consultar Alicia Maria Almeida Loureiro (2001). A autora utiliza a ideia de H. J. Koellreutter, que caracteriza a música como um meio de comunicação.

todos os cristãos para serem comunicadores em seu ambiente. A origem e a raiz dessa convocação é a Bíblia que diz: “Ide e pregai o evangelho a toda a criatura”. Mesmo que você não tenha curso de jornalista e radialista, veja como você pode fazer muita coisa neste setor [...] Eis algumas sugestões: Pertencer a equipe de comunicação de sua comunidade. Difundir boa leitura como Revista Família Cristã e nosso Boletim Diocesano. Elogiar, com cartas e telefonemas, os radialistas que fazem bons programas. Participar das reuniões da Paróquia, em que se fazem estudos, críticas sobre novelas e noticiários. Escrever e telefonar para empresas patrocinadoras, discordando de programas que ofendem a intimidade dos lares. (por exemplo os católicos dos Estados Unidos acabaram com um patrocínio de um programa mau, enviando para a empresa um milhão de cartas). Enviar sugestões para as rádios sobre temas bons a serem discutidos e abordados. Seja nessa Campanha da Fraternidade, não um expectador culposo, mas um novo radialista e jornalista a serviço da Verdade, da Justiça e do Amor. (BOLETIM DIOCESANO, mar. 1989, p. 1).

Com base nesse artigo, concluímos que a DG estava preocupada em manter seu discurso como verdadeiro e legítimo na cidade, contudo, levando aos fiéis católicos formas de combate aos outros modos de vida, que não adotam a visão religiosa católica. Essa ideia no artigo está relacionada à solicitação de envio de cartas elogiosas aos programas da rádio e de manifestos contrários a programas ofensivos aos valores da doutrina católica, tal qual o exemplo dos católicos dos Estados Unidos, que, por meio de uma ação conjunta, acabaram com uma programação considerada ofensiva aos preceitos católicos; outra ação do bom católico na área da comunicação é aquela que critica as novelas e os noticiários. Com essa ação, combateu-se a presença de outras religiões, inseridas no campo religioso, que fomentam outras visões de mundo. Conforme o bispo menciona no final de seu artigo *A serviço da verdade, justiça e amor*, a função da Igreja foi combater formas de interpretação de mundo que não admitem esses preceitos, ou seja, o verdadeiro católico atuante é aquele que ajuda na missão da Igreja, não aceitando discursos acatólicos. Isso é ser um expectador não culposos.

No entanto, trazemos uma fonte que retrata o pensamento de D. Albano, sobre as suas atribuições no controle da rádio. Na carta escrita por ele, em 22 de novembro de 1990, endereçada ao padre Cassiano e membros da diretoria, o bispo escreve que no seu cargo eclesial existem tarefas fáceis e outras difíceis, “para mim, uma das coisas mais difíceis tem sido a Rádio Cultura, os motivos são diversos:” (CAVALLIN, 1990). Nesse primeiro argumento, percebemos que as atividades na rádio não estavam funcionando de forma harmônica. Os motivos que levaram D. Albano a escrever a missiva foram:

Os motivos são diversos: falta de harmonia na direção – reclamações dos funcionários – ameaças de desistência do emprego sucateamento das máquinas – insinuações veladas de que o Evangelho deve ser proclamado com exagerada prudência – angústia permanente dos problemas financeiros – as desconfianças daqui e dali. Tudo isso pesa-me muito na condução da Rádio. (CAVALLIN, 1990, p. 1).

Sua conduta foi lançar soluções, com o intuito de sanar os problemas da rádio. Primeiramente, solicitou que fosse realizada uma reunião extraordinária com a diretoria, pois o Bispo ficaria ausentado por doze dias em Itaici-SP, em reunião com a CNBB. No final da carta, escreveu sobre o motivo de suas preocupações e o que esperava da rádio: “[...] é buscar urgir datas – pistas e meios de solução para nossa Rádio, a fim de que a paz volte no coração de todos e a Rádio volte a ser um veículo cristão de evangelização, a serviço de todo o povo de Deus” (CAVALLIN, 1990, p. 3).

Por meio dessa carta é possível sustentar que a Rádio Cultura tinha como objetivo evangelizar os católicos e difundir a doutrina e seus valores. Conforme abordamos anteriormente, padre Cassiano foi encarregado de coordenar a rádio. Entretanto, as relações entre o clero e os leigos que trabalhavam na emissora foram marcadas pela colaboração e tensão.

2.7 CATEQUESE NUCLEAR E CATEQUESE ESCOLAR: FORMAÇÃO RELIGIOSA EM TODAS AS IDADES

Logo que assumiu a diocese, a primeira medida adotada por D. Frederico, 1º bispo, foi a elaboração de um Plano Pastoral, incluindo como atividade a linha de Ação Catequética, como atividade prioritária. Dentre os registros, localizamos um momento de reunião do clero diocesano. A reunião teve como objetivo fazer uma revisão das atividades catequéticas aplicadas nas paróquias da DG. (LIVRO TOMBO, 1967, p. 22). A atividade catequética já existia nas paróquias e dioceses, sendo essa uma ferramenta de evangelização que os padres e bispos adotam em benefício das práticas católicas. Essa atividade educativa não se dava de forma tão organizada e articulada, pois o ensino da catequese acontecia, porém, não existiam metas específicas para sua aplicabilidade.

Desse modo, a prática da catequese na DG existia como forma de transmitir os ensinamentos do catolicismo, sendo os leigos acompanhados pelos padres.

Figura 16 – Encontro de Catequistas no Colégio Nossa Senhora de Belém - 1965



Fonte: Foto nº 36 - Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém.

Nesta foto, podemos visualizar um Encontro de Catequistas, realizado no Colégio Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, no ano de 1965. Ao fundo, estão o Pe. Pedro, Pe. Francisco, Ir. Terezinha e demais catequistas. Esta foto indica que a atividade da catequese já acontecia na DG, antes de D. Helmelt assumi-la.

O trabalho com a catequese na DG teve como linha prioritária dois sistemas: Catequese Nuclear e Catequese Escolar. Na primeira, o objetivo era atingir os pequenos grupos de famílias, nos quais os próprios pais ou os catequistas ministravam semanalmente a doutrina para os seus filhos. Na segunda, também denominado ensino do catecismo nas escolas primárias, o objetivo foi atingir as crianças do interior da diocese, tendo em vista que as distâncias de deslocamento dos catequistas eram grandes. (MARCONDES, 1987, p. 42).

A forma adotada no preparo das catequistas e professoras do ensino primário deu-se por meio de uma equipe formadora, composta por seis membros, sob a liderança de um sacerdote. Cabia a essa equipe, mantida pela DG, dar suporte e formação para o desenvolvimento da catequese, propiciando a formação de cursos nas regiões. (MARCONDES, 1987, p. 43). Nesse sentido, houve a preocupação por parte do Bispo de munir as professoras e catequistas do interior

com os conhecimentos necessários para desenvolverem a prática da catequese, de acordo com a linha diretriz da Diocese.

Em Julho de 1968, a DG deu início ao trabalho com a catequese na modalidade Nuclear. (LIVRO TOMBO, 1968, p. 24). Nesse aspecto, a intenção do Bispo foi motivar o ensino da doutrina católica às crianças, acompanhadas pelos seus pais, no anseio de direcionar o pensamento católico nas famílias. Isso exigia do Bispo e de sua equipe uma reflexão sobre o trabalho até então executado em favor da catequese. Como de comum em seu bispado⁶⁸, logo que retornou da Europa, em julho de 1968, D. Helmél promoveu uma reunião geral do clero, tendo como tema *A revisão de trabalhos de catequese*. A reunião contou ainda com uma demonstração do método catequético, sob a responsabilidade do Pe. José Maria de Souza e da Irmã Edit, da Congregação de São Carlos Borromeu⁶⁹. (LIVRO TOMBO, 1968, p. 24).

Na ótica de D. Frederico, foi necessário trazer pessoas do exterior, relacionadas com o campo religioso católico, a fim de desenvolverem atividades educativas voltadas ao cumprimento da evangelização. Nesse sentido, a Srta. Verônica Linol, proveniente de Viena, veio residir na casa paroquial de Guarapuava em novembro de 1968, com o objetivo de desenvolver o trabalho catequético na diocese. (LIVRO TOMBO, 1968, p. 24). Importar o trabalho missionário do exterior foi uma medida adotada pelo Bispo, pois, isso proporcionava à Diocese um caráter de prestígio e de um trabalho competente no âmbito da evangelização, levando em consideração que não existiam pessoas suficientes e preparadas para executar tal tarefa. Posteriormente, a Srta. Verônica retornou à Europa⁷⁰, depois de quase três anos de dedicação com o trabalho catequético na DG. (LIVRO TOMBO, 1971, p. 26).

Não obstante, as Irmãs *Caritas Sociales* vieram da Áustria para trabalhar com a catequese, em janeiro de 1969. (LIVRO TOMBO, 1969, p. 25). Nossa hipótese é a de que a DG carecia do trabalho missionário, o que impulsionou a atitude do bispo de importar pessoas para desenvolverem um trabalho missionário e

⁶⁸ Por meio das análises acerca dos dados empíricos, observamos que D. Helmél proporcionou momentos de reflexão, discussão e planejamento das atividades educativas da Diocese. Em cada encerramento de atividade pastoral no ano, D. Helmél fazia uma reunião de planejamento para as atividades do ano seguinte.

⁶⁹ As irmãs da Congregação São Carlos Borromeu Scalabrinianas administram o Colégio particular católico N^a. S^a. de Belém de Guarapuava.

⁷⁰ Sua volta para Viena deu-se em junho de 1971.

educativo, em concordância com os preceitos do catolicismo, somando em avanços (prêmio) para a expansão da doutrina na região, além de munir os católicos com práticas de vida de um “bom católico”⁷¹.

Para ter uma noção da capacidade do trabalho catequético na diocese, em maio de 1969, os frutos desse empreendimento começavam a surgir, pois sete núcleos de catequese formavam 97 crianças para a Primeira Comunhão, uma espécie de monumento do trabalho pastoral, ou seja, a ação educativa de D. Helmelt, concretizada no trabalho catequético, começou a formar os católicos, agentes do campo religioso que legitimam o discurso católico no espaço social global.

Patrice Bonnewitz (2003) fez, em sua obra *Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu*, análises pertinentes sobre o contexto histórico e teórico que influenciaram o pensamento de Bourdieu. Em relação ao conceito de campo, este pode ser comparado com um mercado em que os agentes, ou seja, as pessoas que transitam nesse campo, se comportam como jogadores. (BONNEWITZ, 2003, p. 60). Para explicar o comportamento dos agentes sociais no interior desses campos, Bourdieu faz uma analogia com o jogo⁷². Conforme o comentário de Bonnewitz (2003), as estratégias dos jogadores dependerão do volume do seu capital e também da estrutura deste, sendo que o objetivo do jogo é conservar e aglomerar uma maior quantidade de capital, seguindo as diretrizes do jogo.

Com a concretização da Primeira Comunhão, a DG garante a manutenção de um ritual, que tem por finalidade reafirmar os valores católicos no espaço pertinente ao campo religioso, ou seja, esses iniciados são vistos como agentes pertencentes ao campo. De certo modo, a prática da Primeira Comunhão é repassada de geração a geração, aspectos educativos que são reconhecidos no seio de seu campo religioso, principalmente, por terem sido realizados e consagrados pelo poder do bispo.

⁷¹ Usamos a expressão para reforçar a ideia de que o Bispo lutava contra os preceitos contrários ao mundo católico, e em defesa da formação religiosa e moral dos católicos.

⁷² Para Bourdieu (1980, p. 113-114 apud MARTINS, 1990, p. 66), um campo se define, como em outras coisas, estabelecendo as disputas e os interesses específicos que estão em jogo, que são irredutíveis às disputas e aos interesses dos outros campos. Estas disputas não são percebidas a não ser por aqueles que foram produzidos para participar de um campo onde se realizem essas disputas. Cada categoria de investimentos implica uma certa indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, específicos de um outro campo. Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotado de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo.

Em 1978, o Boletim Diocesano anunciava aos fiéis da Diocese a vinda de dois religiosos da *Congregação Sagrado Coração de Jesus*, atendendo ao convite de D. Helmel para trabalharem na coordenação da catequese. Em cinco meses de atividade pastoral, os religiosos, Henrique Lussier (MG) e Omer Lortier (SP), promoveram encontros nas paróquias e capelas do interior com as catequistas, pais e professores (Catequese Escolar). (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 2). Tais religiosos, pertencentes ao campo católico, desenvolveram diversos encontros com as catequistas; com os pais e padrinhos dos catequizandos; encontros com as professoras, como cursos para os crismandos, católicos que estão no final da formação catequética. Esses eventos foram realizados nas regiões interioranas: Altamira; Candói; Palmeirinha; Pinhão; Quedas do Iguaçu; Rosário; Sant' Ana; Santa Terezinha e Virmond. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 2). Além de encontros, os religiosos produziram materiais teóricos para a preparação das catequistas. Na DG, fizeram uma apostila com cinco lições para a preparação ao crisma e outras para a formação das catequistas. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1978, p. 2).

Com o objetivo de aplicar a catequese na comunidade e de torná-la unida e conhecedora das verdades da Bíblia, a Coordenação da Catequese promoveu em 1980 um encontro para as catequistas em Cândido de Abreu (unidade territorial da DG). Utilizou-se como metodologia, no encontro, o trabalho com a Bíblia e uma atenção especial para a vida em comunidade, principalmente, sobre a cooperação e valorização de todos na comunidade, regados pelo amor de Cristo. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1980, p. 4).

No artigo intitulado *Palavra do Pastor*, de novembro de 1980, D. Frederico apresenta aos católicos a relevância da catequese na diocese e da formação religiosa, levando em consideração os cursos de cultura religiosa e o trabalho dos religiosos nessa área:

Três dias ficamos enclausurados na Casa de Líderes para realizar o nosso planejamento pastoral. Diversos assuntos estavam em pauta. O principal de todos era a introdução de um método mais atualizado de catequese. Entendemos por catequese a formação religiosa do homem em todas as idades, não apenas da criança. Ela responde a um problema de hoje, o problema da formação: da formação profissional, formação cívica e da formação religiosa. Em sua visita ao Brasil, o Papa deixou claro seu interesse pela catequese. Na homilia em Porto Alegre usa as seguintes palavras: “*impõem-se um esforço sério e sistemático de catequese, eis o problema que hoje se põe em toda a gravidade e urgência. A catequese merece os melhores recursos e de pessoal e energia, sem poupar esforços, trabalhos e meios materiais*”. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1980, p. 1, grifos nossos e do autor).

De acordo com a visão da Igreja Católica, o homem precisa de uma formação integral que garanta um bom desempenho no âmbito do trabalho, na sociedade e na prática espiritual. A catequese viria a solucionar esses problemas, no contexto do século XX. Embasando seus argumentos, D. Helmel cita o posicionamento do Papa em favor da catequese, uma formação sistemática que visou orientar os fiéis para uma postura religiosa diante do mundo social.

O método utilizado na formação religiosa foi a catequese permanente e integral. Esse método foi adquirido para obter resultados eficazes com a formação catequética, além de promover respostas para os problemas do mundo social.

Por que permanente? Porque não quer favorecer unicamente à catequese infantil, à instrução das crianças. É evidente que deve começar na idade infantil. A criança é a primeira pessoa a ser atingida pela catequese, mas não pode ser a única. [...] a primeira catequese não pode ser compreendida como mera preparação para um determinado sacramento [...] para nós, a catequese tem um objetivo maior, que é o de integrar, pouco a pouco, a criança, o jovem e o adulto na comunidade cristã. A primeira comunhão e a crisma são momentos fortes nessa caminhada, que não visa apenas a integração de membros novos, mas a vitalização da própria comunidade. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1980, p. 1).

Com a formação religiosa permanente e integral, a manutenção do campo religioso tinha maior condição de ser garantida, ou melhor, com os novos integrantes da comunidade católica, os valores do catolicismo estariam presentes na comunidade e nas famílias, o que gera o emprego da ética católica na orientação do estilo de vida. Para que esse método funcionasse, dois agentes do campo religioso seriam importantes no processo de formação: os pais e os catequistas. Os pais seriam os primeiros responsáveis na educação religiosa dos filhos, competindo a eles o cuidado de acompanhar a formação religiosa dos filhos, como seus primeiros catequistas. Os catequistas, por sua vez, seriam responsáveis pela formação de seus irmãos de doutrina, ou seja, ocupariam um lugar especial no processo da catequese permanente, sendo “[...] acompanhados e apoiados [...] pelo sacerdote” (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1980, p. 1).

Aguiar (1996), ao estudar a Diocese de Lins, enfatiza que a catequese foi uma preocupação recorrente por parte da Igreja Católica. Evidencia que, no século XVI, a catequese passou a adotar o método de catecismo pautado em perguntas e respostas, induzindo a instrução dos valores essenciais da doutrina. Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, houve a renovação da prática catequética, passando a acompanhar o momento litúrgico e o bíblico. Nesse período, predominou o cultivo da fé acompanhado da vivência em comunidade. Ao falar da catequese, o autor indica que o papel dos catequistas surgiu com o envolvimento dos leigos na Igreja, pois quem trabalhava com os ensinamentos da doutrina eram os padres e religiosas. Assim, os leigos ligados à catequese, na

Diocese de Lins, foram na maioria mulheres. A partir da década de 1960, as professoras da 1ª e 4ª séries do 1º grau, atualmente denominada Educação Básica, foram inseridas na prática catequética.

Como essa prática foi eficiente na Diocese de Guarapuava, em 1984 começou a funcionar o Instituto Catequético. Esse instituto abordava a Catequese Especializada, por meio de cursos, realizados em quatro fases. Esses cursos eram destinados aos catequistas que já possuíam experiência e aos coordenadores de catequese. Seu objetivo era promover uma formação mais elaborada e aprimorada. Funcionava no regime de internato, tendo duração de dois anos. Os alunos eram escolhidos conforme a capacidade cultural, e de acordo com o tamanho físico da paróquia. (MARCONDES, 1987, p. 46-47).

Na fotografia abaixo, podemos observar a integração dos catequistas das diversas paróquias da diocese. Além de garantir a reflexão sobre a catequese permanente, no instituto, os catequistas e alunos poderiam trocar experiências, positivas e negativas do método catequético.

Figura 17 – Instituto Catequético e alunos



Fonte: Boletim Diocesano (fev. 1984, p. 8).

A partir do momento que a DG criou um espaço para a formação dos catequistas no Instituto Catequético, através do estudo, a religião contribuiu para a imposição de princípios de visão de mundo. Bourdieu (1998) discute a estrutura e gênese do campo religioso, analisando as teorias de Marx, Weber e Durkheim.

Assim, a religião tem o caráter impositivo de inculcar nos agentes sociais práticas de vida, um sistema de representação e assimilação de uma determinada forma de agir e pensar no mundo social. (BOURDIEU, 1998, p. 33-34). A atividade educativa realizada pela diocese, nesse espaço (instituto), foi de contribuir na formação e reconhecimento dos rituais católicos.

O Instituto Catequético, na linguagem bourdieusiana, pode ser analisado como “[...] aparelho religioso, isto é, das instâncias objetivamente incumbidas de assegurar a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 40).

Conforme abordamos anteriormente, uma das preocupações de D. Frederico foi escolher um método eficiente na formação integral dos católicos. Em março de 1981, a DG adotou como instrumento de formação a coleção “Crescer em Comunhão”.

No artigo intitulado *Catequese – prioridade do ano*, de março de 1981, D. Helmel anunciou que o método de catequese permanente e integral, visava, sobretudo, uma mistura de fé com a vida, uma catequese de vivência na realidade social do católico. Indicou ainda a aquisição de novos livros na formação permanente e integral, a coleção Crescer em Comunhão:

Queremos tranquilizar o caro leitor, que não se trata apenas de mais um volume ou mais uma coleção. Tendo em vista a necessidade de uma catequese séria e sistemática, vamos adotar esses novos livros como meio para oferecer uma grande ajuda para a catequese permanente e integral. Porém, queremos alertar que só os novos livros não bastam. É preciso um esforço de todos, a iniciar na comunidade onde os pais possam cumprir seu papel de primeiros catequistas dos filhos. “Crescer em Comunhão” é o nome da coleção, constando de 5 volumes. (BOLETIM DIOCESANO, mar. 1981, p. 1).

A elaboração dessa coleção pela Arquidiocese de Curitiba e Diocese de Palmas, indica que a Igreja Católica no Paraná, esteve articulada em ações que favorecessem a catequese permanente e integral. A coleção, da editora Vozes, foi composta por cinco “livrinhos”. O 1º, 2º e 3º volumes corresponderam à formação da Primeira Comunhão; o 4º e 5º volumes para a formação ao Crisma.

Figura 18 – Coleção Crescer em Comunhão



Fonte: Arquivo da Catedral Nossa Senhora de Belém – Biblioteca Diocesana.

Nota: Na foto não consta o IV volume.

A primeira premissa adotada na formação religiosa indica a responsabilidade dos pais na educação dos filhos. A respeito dessa premissa, D. Frederico, escreveu o artigo *Os pais primeiros educadores da fé*, na edição de julho de 1984, no qual, refere-se à família, como o primeiro ambiente que deve preparar os filhos para a educação religiosa. Em seus argumentos, indica que os filhos nascem no ambiente reconhecido por Deus, que garante a formação nos valores da doutrina:

Existe um ambiente privilegiado em que os cônjuges, sem excluir outros lugares, são chamados a exprimir os dons do seu matrimônio: a própria família. [...] os cônjuges celebram o seu amor na comunidade cristã. A família, a partir do dia do matrimônio, torna-se não simplesmente o lugar natural da educação para a fé, mas o espaço sacramental, para que Deus tome a iniciativa de estar presente nas relações conjugais e paternas, e de agir nos acontecimentos diários da vida familiar [...] a família não é somente lugar de deveres, de fadiga e de empenhos, mas sobretudo do dom de educar os filhos e de educar-se com eles através de profunda e enriquecida forma de co-educação. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1984, p. 3).

O que garante essa educação dos pais perante os filhos emana do próprio Deus, que concede esse direito aos pais, ou seja, no ambiente familiar, os pais vivenciam as práticas dos dez mandamentos, como por exemplo, respeitar pai e mãe. Ao fazerem isso, os filhos percebem a postura dos pais com seus avôs, o que resulta na formação religiosa dos filhos, adquirida por meio do exemplo. Nessa linha

de raciocínio, D. Frederico continua sua escrita enfatizando o direito dos pais na formação dos filhos:

A família, na educação dos filhos para a fé, goza de uma prioridade que a ninguém é concedida, porque lhe é generosamente dada pelo próprio Deus. Nenhum outro ambiente na comunidade cristã, com efeito, traz em si mesma uma sacramentalidade tão profunda, desenvolvida, difundida e permanente. Neste sentido, o serviço do pai e da mãe, além de ser educativo, é uma contribuição que favorece a santificação dos filhos. O pai e mãe devem ser consciente desta vocação à educação dos filhos. Sem esta convicção eles perdem da sua identidade de educadores natos da fé dos filhos. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1984, p. 3).

Campos (2010) enfatiza as discussões em torno do direito da família na educação dos filhos, de acordo com a ótica da Igreja Católica. Essa discussão embasa sua reflexão em torno do projeto formativo do laicato católico no Paraná. Sobre a responsabilidade da família na educação dos filhos, evidencia que o pensamento de Pio XI (1929, p. 540 apud CAMPOS, 2010, p. 99) “[...] la misión educativa de la familia concuerda admirablemente con la misión educativa de la iglesia, ya que ambas proceden de Dios de um modo muy semejante”, ou seja, cabe a família propiciar a formação educativa dos filhos, pois esse direito foi dado pelo próprio Deus. Nesse aspecto, os pais possuem o papel de primeiros educadores dos filhos na formação religiosa.

Kluck, Nascimento e Junqueira (2011) discutem o posicionamento da CNBB na elaboração de documentos norteadores da prática do Ensino Religioso, bem como a contribuição das discussões promovidas pela CNBB na atual configuração do ER no Brasil. A Igreja Católica Apostólica Romana, ao longo da história, foi detentora de posicionamentos ideológicos no campo da educação, no qual seus ideais refletiam a favor da educação religiosa. A evolução do método de trabalhar com educação religiosa teve início na catequese de conversão, desembocando na atual configuração do ER. A partir da organização da CNBB, a visão de educação católica pautava-se na “[...] presença do Departamento de Educação, que indica a discussão a respeito do Ensino Religioso como sendo anterior à criação da conferência. Este departamento articulava forças, em âmbito nacional, dirigindo esforço de apostolado para uma formação cristã de catequese” (KLUCK; NASCIMENTO; JUNQUEIRA, 2011, p. 109).

Com o documento *Catequese Renovada*, de 1983, a CNBB distingue o posicionamento da Igreja Católica sobre a catequese e o ER. De acordo com Kluck,

Nascimento e Junqueira (2011) a catequese fica destinada ao espaço da comunidade, da Igreja, e o ER ganha caráter de disciplina pertencente à escola.

Trazemos essa discussão para evidenciar que na DG a educação católica estava direcionada ao ambiente da Igreja como na escola. A realização das reuniões entre as professoras do interior, bem como com os padrinhos dos catequizandos, evidencia que a catequese esteve presente na diocese, no modelo Escolar, como também no Nuclear. A distinção entre a formação catequética e ER existiu devido a discussões realizadas pela CNBB, bem como na produção de documentos norteadores das respectivas práticas. Contudo, assinalamos que a catequese foi considerada na DG no espaço escolar, e que, paulatinamente, as discussões entre a distinção entre o ER e formação catequética estiveram presente na diocese.

A catequese foi prioridade na ação educativa de D. Albano. No texto *Catequese em destaque*, escrito pelo padre Cristovam Lubel, em outubro de 1988, foi divulgado o Plano Pastoral de 1988, voltado às especificidades da catequese.

Divulgar entre os catequistas o Boletim Diocesano e tornar acessível o material articulado e de linguagem apropriadas sobre a formação dos catequistas [...] motivar os pais dos catequizandos não para que só acompanhem os seus filhos na catequese, mas façam da catequese dos filhos uma reevangelização da família [...] cultivar o contato com a Equipe Diocesana com o objetivo de se fazer uma caminhada em comum e na unidade. (BOLETIM DIOCESANO, out. 1988, p. 2).

O tema família também foi discutido por D. Albano. Nesse sentido, as formações das catequistas do interior também deveriam contemplar um elo maior e articulado com a coordenação catequética da DG. Como as reuniões formativas eram realizadas na cidade de Guarapuava, a participação das catequistas do interior não era constante, o que implicou na desarticulação do grupo. Uma das inovações nessa área foram as reuniões de formação lideradas pelas próprias catequistas do interior. Divididas em setores, lembramos que a DG foi organizada em quatro setores, Guarapuava I; Guarapuava II; Laranjeiras do Sul e Pitanga, elas desenvolveram suas próprias formações, ou seja, cada setor se reuniu e organizou estratégias de criação de um grupo líder responsável pela articulação das catequistas, facilitando, assim, o engajamento das mesmas em suas atividades na região. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1989, p. 7).

Israel José Nery (2005) faz um balanço panorâmico da catequese no século XX, especialmente nos quarenta anos decorrente do Concílio Vaticano II. Sobre os

documentos da Igreja, o autor afirma que estes foram dissipadores na valorização da catequese, contendo também algumas orientações sobre a mesma. Sobre a ação dos papas, destacou que, no início do século XX, o papa Pio X enfatizou a catequese infantil e o ritual da primeira comunhão. Posteriormente, com Pio XI, a catequese foi voltada aos adolescentes e aos jovens, por meio da Ação Católica que, no Brasil exerceu liderança entre os leigos. (NERY, 2005, p. 382-383).

Prossegue o autor enfatizando que, além dos documentos da Igreja, outros movimentos contribuíram na mobilização da catequese e os rumos adotados nesse século, como a Pedagogia catequética, que ocorreu na Alemanha, com o Congresso de Munique, em 1928; o caráter mais evangelizador da catequese, proposto por Josef Jungmann, em 1940 a 1950 e as realizações das Semanas Internacionais de Catequese, realizadas na Europa, nas décadas de 1950 e 1960, além da contribuição dos Institutos Catequéticos, como o Instituto Superior de Catequética (ISPC) de Paris, o Instituto Lumen Vitae, de Bruxelas e o Instituto São Pio X de Salamanca (depois transferido para Madri). (NERY, 2005, p. 383).

A partir do debate acerca das ações da Igreja em defesa da catequese e das intervenções DG, concluímos que a conduta dos bispos foi condizente as normativas da Igreja Católica, especialmente, por sua participação nas elucubrações da CNBB, na linha catequética.

Como verificamos anteriormente, o bispo enfatizou constantemente a leitura da Bíblia na catequese. Essa normativa veio com o documento da CNBB Catequese Renovada (1983). A partir dessa data, a catequese no Brasil foi situada com pilares de renovação. (NERY, 2005). Esses pilares foram: a) a Bíblia como texto principal de referência para o conteúdo e o espírito da catequese; b) os momentos celebrativos, como fundamentais para a eficácia da catequese; c) o princípio metodológico de interação fé e vida, governando a pedagogia catequética; d) o valor e importância da comunidade de fé como ambiente e conteúdo de educação da fé. (NERY, 2005, p. 390). No Paraná, com a Criação da Escola catequética “Emaús”⁷³, o elo entre as dioceses tornou-se mais organizado. Essa ação educativa foi orientada pelo 2º bispo de Guarapuava.

A catequese foi um ponto fortíssimo na prática educativa da DG, bem como em todo o Estado do Paraná. Isso pode ser evidenciado por meio da 1ª Semana

⁷³ Emaús é o nome de uma cidade antiga ou aldeia distante de Jerusalém. Nessa aldeia, Jesus apareceu para dois discípulos (evangelho de São Lucas, capítulo XXXIII).

Paranaense de Catequese, realizada em outubro de 1988. Nesse evento, os catequistas chegaram à conclusão de que seria necessário criar uma escola de formação de coordenadores de catequese para atuar especificamente junto às dioceses e comunidades (capelas). Nesse anseio, surgiu a *Escola Catequética*. Tinha por objetivo dar fundamentos à coordenação de catequese em nível regional, diocesano e paroquial, dinamizando a ação de coordenadores conforme as orientações da catequese renovada. Em janeiro de 1990, ocorreu a 1ª etapa de formação com os temas⁷⁴: realidade e metodologia catequética; introdução bíblica e liturgia. (BOLETIM DIOCESANO, jul. 1990, p. 7). Em julho do mesmo ano, ocorreu a etapa de inverno. Posteriormente, outra etapa de formação aconteceu de 10 a 19 de janeiro de 1991. Nessa etapa, da DG participaram a Irmã Alzira (Manoel Ribas), Irmã Maria de Lourdes (Pitanga), Marlene Knaut, Maria Boraczuk, Carlos Nascimento, padre Francisco e Irmão Hody (Guarapuava). A quarta etapa de formação compreendeu a última fase, realizando-se no dia 20 de julho de 1991, concluindo a primeira turma da escola catequética. O período de cada etapa durava 10 dias, sendo realizada no período de férias, facilitando a participação dos catequistas.

A realização desse projeto em especial, organizado após a realização da 1ª Semana Paranaense de Catequese, tendo como resultado a criação da *Escola Catequética Emaús*, exprime a ação da Igreja Católica, principalmente, das normativas expressas nos documentos da Igreja e o papel da DG, respaldando nossa hipótese de trabalho de que as ações da DG foram desenvolvidas visando a expansão da doutrina, bem como uma articulação maior das dioceses paranaenses. Sendo a catequese uma diretriz emanada de Roma, a DG cumpriu seu papel formador.

Outro fato interessante sobre a catequese foi à introdução desses ensinamentos para as crianças com dificuldades de aprendizagem que frequentavam a Escola Anne Sullivan – mantida pela APAE Guarapuava, em agosto de 1991. A inserção desses alunos na visão de mundo católica, na preparação para os sacramentos da primeira comunhão e o crisma, contou com o trabalho de 05 leigas, que com a transposição didática, buscavam transmitir os valores católicos na realidade do catequizando.

⁷⁴ Localizamos somente os temas da 1ª etapa.

Após essa ação dos leigos na Diocese, podemos concluir que a prática educativa da catequese, caracterizou uma forma perspicaz no convencimento da doutrina como forma adequada de posicionamento do indivíduo no mundo social. Atingiu públicos específicos, com linguagens diferentes, porém com um mesmo objetivo: formar bons católicos atuantes na comunidade, adotando a ética católica, pautada nos cumprimentos dos mandamentos, bem como caracterizando e identificando-os no campo religioso.

Além do bispo estar ciente da atividade educativa pastoral em sua diocese, o Papa também deve estar, ou seja, o bispo tem que informar ao papa sobre a realidade do catolicismo na diocese, inclusive das ações internas, como a catequese.

Na edição de janeiro de 1990 do boletim, ganhou um destaque especial, na primeira página, a foto do Papa João Paulo II e de D. Albano. Qual seria o motivo tão ilustre do encontro entre o Papa João Paulo II e o bispo? O motivo do encontro entre eles foi a prestação de contas do serviço pastoral exercido pela Diocese. Essa visita⁷⁵ é realizada a cada 05 anos, e é organizada por meio de uma audiência pessoal do bispo com o papa, rezam a missa e almoçam juntos. (BOLETIM DIOCESANO, jan./fev. 1990, p. 1). Segundo D. Cavallin, os assuntos discutidos nessa audiência são: ensino da religião; santificação do povo; as orações; sacramentos; missas; crescimento da religião na região; se a religião ajuda o povo ser melhor espiritualmente e materialmente; catequese; Igrejas; padres; irmãs; leigos; crianças; situação econômica; seminários; missões; outras religiões; problemas de família; divórcio; etc. (BOLETIM DIOCESANO, jan./fev. 1990).

⁷⁵ Chama-se *Ad Limina*. Essa visita existe desde o tempo dos apóstolos e a Bíblia fala que São Paulo escreveu em suas cartas que foi até a casa de São Pedro para fazer-lhe uma visita e ver se estava fazendo tudo direito, pois São Pedro foi colocado por Jesus como chefe da Igreja universal, encarregado de sustentar a fé, a união e a amizade entre todas as Igrejas do mundo.

Figura 19 – D. Albano Cavallin e o Papa João Paulo II – Fevereiro de 1990



Fonte: Boletim Diocesano (jan./fev. 1990, p. 1).

A atuação de D. Albano com a catequese foi a prática educativa que mais se destacou em seu bispado, devido seu envolvimento na CNBB. Seus ideais puderam ser acompanhados pelo Papa João Paulo II, que também defendia a catequese.

No Vaticano, ou no Brasil, os bispos de Guarapuava mantiveram contato com a escala hierárquica, ora prestando contas para o Papa, ora nas reuniões dos bispos no Brasil. De acordo com a foto abaixo, podemos visualizar os bispos do Paraná, reunidos em Guarapuava, devido à comemoração dos 60 anos de sacerdócio de D. Frederico. Tal comemoração ocorreu depois da reunião⁷⁶ da CNBB, realizado no Colégio Itaici, próximo a cidade de Campinas - SP.

⁷⁶ A reunião, entre os bispos brasileiros, dura dez dias, e chama-se Assembleia dos Bispos do Brasil.

Figura 20 – Festa em comemoração aos 60 anos de sacerdócio de D. Helmél



Fonte: Boletim Diocesano (abr./maio 2011).

Nota: Na foto acima, da esquerda para a direita estão: D. Frederico Helmél, D. Geraldo, D. Pedro, D. José e D. Walter.

Como integrantes da CNBB, D. Frederico e D. Albano implantaram a catequese com métodos precisos na sua especificidade, ou seja, nas práticas religiosas vivenciadas pelos fiéis, agentes sociais inseridos no espaço social global no qual ocorre a disputa pela legitimação de visões de mundo. Assim, a Catequese Nuclear como a Catequese Escolar, foram meios para garantir a formação integral, bem como a criação da Escola Catequética Emaús. Observamos que as práticas na diocese, paróquias e capelas, foram cuidadosamente elaboradas conforme o seu público, como no caso da criação de institutos, realização de eventos, curso e reuniões.

2.8 ENSINO RELIGIOSO NAS ESCOLAS: DISCUSSÃO DE UM PROBLEMA CENTENÁRIO NO BRASIL

Quando D. Frederico assumiu a DG, já havia escolas católicas que cuidavam do ensino religioso, bem como da educação formal. O colégio católico mais antigo é o *Colégio Nossa Senhora de Belém*, fundado em 1907 pelas Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Esse colégio começou como internato e

externato para as filhas de colonos da região⁷⁷. Posteriormente, em 1930, os padres da Congregação do Verbo Divino fundam o “Colégio São José”. Esse colégio teve por finalidade ministrar à juventude uma educação sólida, de acordo com os princípios católicos. Teve como primeiro diretor o Pe. José Symallo. Funcionaram nesse colégio dois cursos, sendo o quarto ano preliminar e o curso de adaptação que preparava os alunos para o exame de admissão ao primeiro ano ginasial e o curso comercial. (BENS CULTURAIS, 2003, p. 127).

Sérgio Junqueira (2011) evidencia que o Ensino Religioso - ER na história da Educação na Europa possui papel importante no contexto escolar, ou seja, a Igreja Católica como instituição social influenciou no processo de formação cultural desses países, desde as organizações monacais até as universidades. No Brasil, a educação, entre os séculos XVI e XIX, ficou sob os cuidados dos jesuítas, e tinha por finalidade a cristianização. Nesse aspecto, a característica da educação nesse período foi “[...] uma educação humanística, que se caracteriza por ser individualista, centrada nos valores propostos pelo Renascimento [...] o ensino da Religião é questão de cumprimento de acordos entre a Igreja Católica e o monarca de Portugal”. (JUNQUEIRA, 2011, p. 37). A concepção de ER é garantir a transmissão do catolicismo.

Posteriormente, em 1759, os jesuítas foram expulsos, ficando a educação sob os cuidados do Estado. A elite continuou com a formação intelectual nos colégios da Coroa, e o ensino da religião passou a ser transmitido aos indígenas, escravos e ao povo comum. (JUNQUEIRA, 2011). Com o avanço do sistema educacional, com a criação de cursos de Ensino Superior, a Academia Real Militar, a Academia da Marinha, a Academia de Belas Artes, a elite podia dispor de bibliotecas e de espaços artísticos. Nessa conjuntura, o ER passou para um caráter mais privativo e doméstico, devido às confrarias religiosas. (JUNQUEIRA, 2011).

A relação entre Igreja e Estado, ambas defendendo seus posicionamentos para educação, disputavam no campo educacional o melhor discurso para legitimar seus ideais. Na constituição de 1891, o documento apresentou, no artigo 34, que o Congresso Nacional deveria ficar responsável pela educação. Sobre tudo, o caráter desse ensino deveria ser leigo. (CNBB, 1987, p. 52).

⁷⁷ Os dados desse colégio já foram elucidados anteriormente, no capítulo I.

Anísia de Paula Figueiredo (1994) afirma que a questão da liberdade religiosa no Regime Republicano perpassou por inúmeros debates, principalmente no cenário jurídico, o qual tentava compreender o papel do ER e a razão de sua inclusão ou não nas escolas brasileiras. Nesse aspecto, travou-se uma concorrência entre as escolas oficiais públicas com as escolas católicas que defendiam o ER:

Em tal contexto, leis menores conseqüentes da Constituição da Republica no Brasil proíbem a inclusão do Ensino Religioso nos horários normais das escolas da rede estatal. Em contrapartida, a Igreja Católica toma posição e incentiva a proliferação de escolas paroquiais, escolas primárias e colégios católicos, onde o Ensino Religioso é trabalhado de forma a desafiar a nova situação. O Ensino Religioso nas Escolas Católicas passa a ser utilizado até como instrumento de competição diante da catequese paroquial ministrada fora do ambiente escolar. (FIGUEIREDO, 1994, p. 65).

Laércio Moura (2000) afirma que, na Primeira República, a instalação de congregações e institutos religiosos no Brasil aumentou para atender ao mercado das escolas e colégios católicos, que foram criados para concorrer com o Estado. Por meio da implantação das escolas e colégios, a Igreja Católica cuidou da educação da elite, classe média e alta. O autor traz dados estatísticos dos alunos matriculados nas escolas privadas católicas, “nos anos de 1930, cerca de 80% dos estudantes secundários do País se encontram em escolas particulares, sendo a maior parte deles pertencente à Igreja” (MOURA, 2000, p. 99).

O artigo 153 da Constituição de 1934 traz o ER como facultativo nas escolas oficiais. O documento 49 da CNBB, que trata do ER, contextualiza esse período, no qual, além do artigo 153 da Constituição, que favoreceu o ER nas escolas, as emendas dessa lei, apresentaram argumentações contrárias ao ER, sendo as emendas 166; 1004; 1798 e 1879. (CNBB, 1987, p. 52).

Essas emendas foram escritas devido à corrente histórica laicista. Sua concepção de ensino pautava-se no regime estatal laico, ou seja, essa concepção defendeu instituições de ensino leigas e públicas, alegando que a religião na escola, contraria o princípio da liberdade religiosa assegurado na Constituição (FIGUEIREDO, 1994). Sobre o texto Constitucional de 1934, sendo representado na Carta Magna de 1937, afirma que essa fase foi considerada “[...] como a conquista do que vinha sendo reivindicado pela liderança católica, durante as três primeiras décadas da República” (FIGUEIREDO, 1994, p. 68).

Citamos ainda a LDB 5. 692/71, a qual foi escrita durante a década de 1960, período marcado pela diferenciação de tendências metodológicas, em que o ER

começa a receber um olhar diferente da catequese, sendo considerado um elemento do mundo escolar:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei no 869, de 12 de setembro de 1969. Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus. (BRASIL, 1971).

A Lei 5.692/71 tornou o Ensino Religioso facultativo nas escolas de 1º e 2º graus. Porém, o ER ganhou característica de disciplina escolar, estando sob a competência do Conselho Federal de Educação. Esse Conselho atribui ao ER e à Moral e Cívica o mesmo tratamento na modalidade de disciplina, porém, com metodologia diferenciada. (FIGUEIREDO, 1994, p. 89).

A partir de 1970, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação são assessoradas por entidades religiosas interessadas pela formação religiosa, começando a publicar documentos que diferenciavam catequese e ER, como o padre Wolfgang Gruen, que publicou o fascículo *O Ensino Religioso na Escola Pública*, em 1976, pela Universidade Católica de MG. (FIGUEIREDO, 1994, p. 93).

É nesse período que se situa nossa discussão referente ao ER na DG. A diocese já tinha seus colégios estruturados com a disciplina do ER. Porém, D. Frederico procurou estabelecer relações com os diretores dos colégios públicos, a fim de conscientizá-los sobre a importância do ER na formação dos alunos. Desse modo, organizou reuniões com os professores e diretores do ensino de 1º e 2º graus, incentivando-os a trabalharem com a disciplina. Em fevereiro de 1976, ocorreu a primeira reunião com os diretores.

Na casa de formação de líderes realizou-se o 1º encontro diocesano dos diretores das escolas de 1º e 2º graus. O objetivo do encontro era conscientizar os srs. Diretores sobre a importância do ensino religioso e tornar a própria escola favorável ao ensino religioso. Como fruto deste encontro foi a formação de uma equipe da coordenação da Pastoral Educacional que se compõe de um padre e 4 professoras e de 1 representante de cada escola. A Coordenação da Pastoral Educacional terá por tarefa a conscientização dos professores sobre o seu papel de educadores cristãos. (LIVRO TOMBO, 1976, p. 39-40).

Com a finalidade de implantar o Ensino Religioso para os alunos das escolas públicas, a DG estimulou os professores a adotarem um pensamento favorável em relação à disciplina.

Com a formação organizada pela Coordenação da Pastoral Educacional, os trabalhos de ensino religioso ganharam um encaminhamento mais sistemático. Em 1982, o bispo acordou convênio com a Associação Inter-Religiosa de Educação - ASSINTEC, a fim de buscar alternativas para sanar a lacuna que impediam o cumprimento do Ensino Religioso. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1982, p. 4).

A ASSINTEC é uma entidade civil no Paraná, organizada em 1973, com o objetivo de auxiliar as Secretarias de Educação na elaboração de material pedagógico para o Ensino Religioso e na formação dos professores. (ASSINTEC, 2010). Antes de 1970, o ER era abordado nas escolas devido ao trabalho de voluntários que se dispunham a dar aulas de religião nas escolas da rede pública. No Paraná, a criação da ASSINTEC foi um marco fundamental no respaldo ao ER nas escolas. Valdir Cândido de Deus (2010, p. 45) afirma que a ASSINTEC organizou e sistematizou o ER no Paraná:

Um movimento ecumênico florescente, composto por um grupo de líderes de diversas denominações religiosas de Curitiba, juntamente com professores de rede pública de ensino, teve a ideia de organizar uma associação que promovesse a implantação da educação religiosa organizada e de maneira sistemática e ecumênica. Surgiu assim Associação interconfessional de Educação (ASSINTEC), que caminha junto com a Secretaria Municipal de Educação (SME). A ASSINTEC é uma entidade civil, constituída de forma legal por diferentes representações das tradições religiosas, cuja finalidade é a orientação e a organização do Ensino Religioso dentro da proposta curricular das escolas públicas.

Na primeira reunião entre a ASSINTEC e a diocese, estiveram presentes D. Frederico, Pe. Guilherme e as diretoras e coordenadoras de 1ª e 4ª séries de primeiro grau das escolas municipais e estaduais, sob a orientação da professora Íris Boff Serbena, coordenadora da Associação, além de ser psicóloga, pedagoga, escritora e colaboradora da revista *Família Cristã*. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1982, p. 4).

Durante a reunião, discutiu-se qual seria a vantagem de implantar o Ensino Religioso interconfessional por meio da ASSINTEC. A fala de D. Frederico foi a seguinte:

Aceitei esta ideia da ASSINTEC que atinge não só os católicos mas todos os nossos irmãos. Nós seríamos incapazes, não temos pessoal, não temos condições para atingir os milhares de jovens. Mas com a ASSINTEC e a sua implantação podemos tornar possível o ensino religioso. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1982, p. 4).

D. Frederico reconheceu as falhas existentes na implantação do ER nas escolas de Guarapuava. De acordo com seu ideal, os professores seriam escolhidos pela Igreja. Essa atitude seria fundamental na preparação dos professores.

Os professores serão indicados pelas autoridades da Igreja, por exemplo pelo Bispo. Serão os professores das próprias escolas, de maneira que o pessoal que já trabalha na escola também dará ensino religioso, correspondendo a mentalidade do aluno que ele (a) já conhece. Isto quer dizer, se os professores nos ajudarem, e sabemos que são muitos que querem ajudar enquanto recebem pagamento do governo – nos teremos muito mais facilidade e professores competentes para as aulas de ensino religioso. O governo se prontifica a formar estes professores. (BOLETIM DIOCESANO, nov. 1982, p. 4).

A visão do bispo, como de toda a Igreja Católica, foi garantir a escolha desses profissionais, de acordo com o conhecimento prévio da escola e da Igreja. O bispo indicaria professores católicos, que já estariam atuando nas escolas. Essa atitude facilitaria na aceitação do ER pelos alunos.

De acordo com a apostila 1- Introdução ao Ensino Religioso – Ênfase aos 1º e 2º anos, da ASSINTEC (2010), no período de 1970, o modelo aplicado ao ER foi o interconfessional. A ASSINTEC (2010, p. 5) define esse modelo:

A estruturação de um modelo de Ensino Religioso de caráter Interconfessional surge no Brasil juntamente com o movimento ecumênico na década de 70, entre algumas igrejas tradicionais cristãs. Nesse ensino, buscou-se enfatizar os aspectos convergentes das tradições cristãs e não os doutrinários. Principalmente, os pontos vinculados aos ensinamentos éticos e confrontados com textos bíblicos. É um modelo ainda bastante presente nas escolas, em diversas regiões do Brasil, apesar de a atual legislação preconizar uma diretriz diferenciada.

Com reconhecimento da realidade e das possibilidades da Diocese, D. Helmel continuou insistindo na aplicabilidade do Ensino Religioso interconfessional.

A Lei 4024/61, no seu artigo 97, enfatiza o caráter ecumênico dado ao ER:

Art. 97 – O ensino religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva. (CNBB, 1987, p. 76).

O ER, além de facultativo, deveria ser ministrado nos horários normais das escolas, respeitando a escolha religiosa do aluno, manifestada por ele ou pelo seu responsável.

Podemos concluir que, na DG, o debate sobre a implantação do ER nas escolas e colégios da rede estadual e municipal foi presente na espécie de tentativas. A organização de um sólido grupo de professores adeptos à disciplina facilitaria no processo de aceitação do ER nesses espaços. A relação entre a ASSINTEC e a DG evidencia uma ação conjunta entre os posicionamentos favoráveis ao ER.

Durante o mesmo período em que o 1º Bispo de Guarapuava estava discutindo sobre o ER, D. Albano Cavallin, em Curitiba, participava das reuniões da ASSINTEC, junto com os pastores evangélicos. Quando D. Albano assumiu a DG, encontrou uma realidade diferente da capital, inclusive sobre o ER. Em abril de 1987, D. Albano escreveu um artigo intitulado *Crentes ou anti-católicos*, visando informar a comunidade de católicos a sua experiência com o ER em Curitiba:

A minha experiência com outras religiões em Guarapuava está prejudicando uma outra experiência de Ecumenismo que fiz na Igreja de Curitiba. Explico-me. Durante muitos anos na cidade de Curitiba, vivi uma experiência muito rica de amizade e colaboração com os pastores evangélicos. Por causa do Ensino Religioso nas escolas oficiais, pastores e bispos trabalhavam juntos na Associação Interconfessional de Educação de Curitiba (ASSINTEC), cuja finalidade era dar uma educação integral aos alunos com a educação para a dimensão religiosa da Vida. Quantas reuniões fizemos juntos. Como era belo ver pastores, padres, irmãs e professores católicos ou evangélicos debruçados sobre a Bíblia para revelar aos alunos, o cumprimento, a largura e a profundidade do Ministério de Cristo. [...] de repente, em Guarapuava, nas visitas pastorais vejo que tudo mudou. Algumas seitas, com membros radicais acusando nas comunidades os católicos; enganando católicos através de círculos bíblicos; zombando da fé dos católicos que durante mais de 50 anos foram catequizados pelos missionários; acusações pesadas e já gastas contra Nossa Senhora, as imagens, os irmãos de Jesus, o Papa, os sacramentos, as festas católicas, etc.[...] para alguns irmãos crentes, aqui vai este recado: Nós católicos gostamos de todos os que nos ajudam a crescer na fé e no amor a Cristo, mas lamentamos todo aquele que, mais do que crentes, são anti-católicos. (BOLETIM DIOCESANO, abr. 1989, p. 1).

O intuito desse texto foi retratar a experiência ecumênica entre católicos e algumas religiões evangélicas em apologia ao ER. Em Curitiba, o bispo demonstrou ter adquirido uma aproximação proveitosa com alguns pastores evangélicos, ambos defendendo o ER como maneira plausível na formação do aluno – cidadão. Esse trabalho em conjunto deu-se por meio dos debates promovidos pela ASSINTEC, no qual pastores e bispos discutiam sobre a valorização da religião na formação do

aluno. Em Guarapuava, essa troca de experiências não foi bem sucedida. O discurso do bispo denota a provocação dos “crentes”⁷⁸, adeptos de outra doutrina, fazendo um discurso contra os católicos. Seu posicionamento final reforçou sua tese de que os bispos aliam-se aos fomentadores da religião, enquanto prática eficiente na formação dos fiéis.

No Paraná, a viabilização do ER foi possível com a fundação da ASSINTEC. Em Curitiba, o bispo mencionou que católicos e evangélicos buscavam um ideal em comum. Desse modo, em caráter ecumênico, juntamente com a ASSINTEC, essa união entre católicos e evangélicos resultou na criação do Programa Nacional de Tele Educação (Prontel), elaborado em 1972, que propôs a instituição do Ensino Religioso radiofonizado nas escolas municipais de Curitiba. A Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Prefeitura Municipal de Curitiba aceitaram o Prontel, com parecer favorável do Conselho Estadual de Educação. (PARANÁ, 2008).

Emerli Schlögl (2005) evidencia que, em 1972, os padres Franciscanos da Paróquia Senhor Bom Jesus, em Curitiba, organizam a difusão das aulas de religião, devido ao número insuficiente de professores. Receberam apoio da Arquidiocese de Curitiba, como também dos pastores da Igreja Luterana, Metodista, Presbiteriana, Congregacionais e Episcopais. Em 06 de dezembro, o projeto foi aprovado pelo decreto nº 897/1972, autorizando a implantação do ER radiofonizado nas unidades escolares municipais.

Viviane Cristina Cândido (2004), ao tratar do Ensino Religioso como área do conhecimento, evidencia a participação de D. Albano Cavallin na produção e análise nos documentos da CNBB, sobre o ER. A autora indica os documentos que tratam dessa temática, como o estudo Educação Religiosa nas Escolas (1976); Ensino Religioso (1981), este já elaborado em parceria com o Grupo de reflexão para o Ensino Religioso - GRERE⁷⁹. A autora enfatizou o posicionamento de D. Cavallin que fazia referência ao documento de 1987, no qual o bispo participou das discussões e escreveu o texto introdutório.

O livro foi escrito, pautando-se em três objetivos, os quais são apresentados por D. Albano:

⁷⁸ Não podemos identificar o que bispo quer dizer com “crentes”, a qual religião estava se referindo.

⁷⁹ Participaram do GREPE: D. Albano Cavallin (Guarapuava – PR); Irineu Brand (Coordenador: Porto Alegre – RS); Reneu Stefenello (Campo Grande – MS); Anísia de Paulo Figueiredo (Diamantina – MG); Lisete Viesser (Curitiba – PR); Lurdes Caron (Florianópolis – SC); Maria Helena d’Ângelo (Belo Horizonte – MG); Sônia Leite Nikitiuk (Rio de Janeiro – RJ) e Israel José Nery (Brasília – DF).

Recuperar a memória histórica das lutas jurídicas, pedagógicas e políticas em torno da questão do Ensino Religioso ao longo da História do Brasil. Situar o Ensino Religioso como direito fundamental da pessoa humana para uma educação integral. Ser manual nas mãos dos pastores, leigos cristãos, agentes de pastoral, professores de Ensino Religioso e dos que irão defender o direito à Educação Religiosa em nossa Carta Magna e nas leis consequentes. (CNBB, 1987, p. 7).

No mesmo período que esteve inserido ao GRERE, D. Albano discutia o ER em Guarapuava. De acordo com os objetivos acima, o ER é considerado pela Igreja, e na visão do GRERE, um direito, no qual os alunos, futuros cidadãos, podem garantir uma formação integral. Para os defensores do ER, a formação integral seria uma formação completa, meio esse que proporciona a formação do aluno para a sociedade, pautado em preceitos religiosos para a plena realização da pessoa humana.

Além das leis que orientam a aplicabilidade do ER nas escolas, a Igreja Católica garante a formação integral, pautando-se na educação religiosa, na qual o ER insere-se. No documento 137 da CNBB (apud CNBB, 1987, p. 116), a educação religiosa é entendida como:

É uma realidade mais ampla e mais rica que o ER, pois abrange a dimensão religiosa em todo o processo educacional da escola: as disciplinas, os relacionamentos entre as pessoas, os recreios, a disciplina escolar, e todas as demais atividades. Dentro dessa visão o ER (aula) adquire nova riqueza e apoio pelo todo da escola, especialmente dos demais professores que atuam com os mesmos alunos.

Atrelada à educação religiosa, o ER, na modalidade de aula, deve proporcionar um conteúdo apropriado e adequado que fomente a formação do aluno na dimensão religiosa. Assim, na escola, o ER deve ser ministrado respeitando a orientação religiosa dos pais e dos alunos. (DOCUMENTO 137 da CNBB apud CNBB, 1987, p. 116).

D. Albano também participou de eventos promovidos pela Associação de Escolas Católicas no Paraná - AEC. No dia 06 de abril de 1987, na cidade de Guarapuava, ocorreu um encontro entre as escolas católicas da diocese. Nesse encontro, realizado por intermédio da Irmã Arcélia Paese, Presidente da AEC, as diretoras e alguns professores das escolas dos municípios de Prudentópolis, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Pitanga, reuniram-se com D. Albano e fizeram um estudo de alguns pontos do documento 41 da CNBB, “Por uma Pastoral da Educação”, além da troca de experiências entre os profissionais das escolas

católicas. No mesmo dia desse encontro, D. Albano marcou uma nova reunião para aprofundar o estudo da Pastoral da Educação. O local escolhido para o encontro foi o Colégio Nossa Senhora de Belém, no dia 1 de junho de 1987. (BOLETIM DIOCESANO, maio 1987, p. 7).

Na carta de janeiro de 1992, o bispo escreveu um texto abordando o papel das professoras⁸⁰ das escolas rurais da diocese. Além de retratar o aspecto da educação católica, enfatizou principalmente a função das professoras que cuidavam da formação religiosa dos alunos:

As visitas pastorais muito me ensinam a valorizar as pessoas e as coisas. Uma das pessoas que cada vez admiro mais, são as professoras de nossas escolas rurais. Não sei bem como defini-las: heroínas, salvadoras da pátria, benfeitoras das comunidades, educadoras do Brasil, mártires dos municípios ou santas de nossa Igreja. É só vendo o seu trabalho que a gente dá valor a elas. Lá estão elas, identificadas com as populações do interior. Algumas escolas meio escoradas para não caírem. Outras, com uma super população de alunos. Tudo junto – 1º, 2º, 3º e 4º anos e frágil professora, como mãe atenta a todos. Tudo o que ela aprendeu, ela transmite [...] ensinam tudo: gramática, cantos, geografia, bons modos, catequese. Algumas horas são professoras; outras, médicas e enfermeiras; sem saber, fazem o papel de psiquiatras, de prefeitas, delegadas e tudo mais que for preciso. Quanto a Igreja deve a elas. Lá nas suas escolas, a maioria delas, dia por dia, vão ensinando as orações, o Evangelho, o respeito a Deus, aos santos, a bandeira do Brasil. Professoras dedicadas, em geral mal pagas, que Deus lhes pague o muito que fazem pela Igreja e pela Pátria. (BOLETIM DIOCESANO, jan. 1992, p. 6).

Fica evidente que a educação católica visa à formação integral do aluno e à posição do bispo diante dessa formação.

Com a LDB 5692/71, o ER “[...] de matrícula facultativa constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971, p. 3). Outras disciplinas também foram consideradas obrigatórias, como Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde. O currículo escolar contemplava matérias do Núcleo Comum e do Núcleo Específico, no qual estava inserido o ER.

As professoras trabalhavam com conteúdos científicos, como também com o aspecto religioso. Isso denota a aplicabilidade da educação religiosa, pois quando o bispo afirma que ora elas são delegadas, ora professoras, quer dizer que constantemente a professora usa de sua compreensão de mundo católica, para orientar os seus alunos. Mãe significa que a postura da professora, como a da mãe,

⁸⁰ Na carta, nossa fonte de estudo, o bispo faz menção ao papel das professoras, por isso utilizamos a expressão.

deseja que os filhos (alunos) aprendam os conteúdos e adquiram sucesso profissional na sociedade, e de certo modo, adquiram a felicidade. Essa é a lógica da educação religiosa, uma formação que abrange o respeito com os valores científicos, relacionados a prática dos preceitos católicos. Concomitantemente, a professora que se identifica com essa percepção de mundo católico, aplica em seu ambiente de trabalho os valores éticos do catolicismo.

Finalizamos as discussões desse capítulo indicando que ambos os bispos utilizaram mecanismos educativos. D. Albano dinamizou um enfoque maior na catequese, devido a sua vinculação na CNBB, além de outras medidas adotadas, como a utilização de suas cartas, problematizadas a fim de transmitir o sentido educativo de suas mensagens para os católicos. Essa prática foi eficiente, considerando que, na DG, outras ações que garantiram a expansão do catolicismo já tinham sido preconizadas por D. Frederico, como por exemplo, a criação de Igrejas e seminários. Desse modo, quando D. Albano assumiu o controle da DG, teve que inovar ações a favor da doutrina, como também manter o trabalho já executado.

Nesse sentido, com a utilização do Boletim Diocesano e, especificamente, a de suas cartas propiciou-se uma nova roupagem para o mensageiro da Diocese. No período que esteve na DG, os ideais de valorização da catequese, estavam em consonância com os debates produzidos pela CNBB. Em relação a formação do católico por meio do ER nas escolas, compreendemos que seus posicionamentos foram favoráveis na aplicabilidade do ER confessional, ou seja, valorização da doutrina, catequese para atingir a educação religiosa. As discussões desse capítulo evidenciam as estratégias estabelecidas pela Diocese de Guarapuava na tentativa de conformar um *habitus* entre os católicos condizente com a doutrina reafirmada no Vaticano II. Isso se deu de forma organizada, estando em sintonia com as ações das Dioceses no Paraná, principalmente com a Arquidiocese de Curitiba, por sua característica centralizadora da Igreja Católica no Paraná e pela circulação de D. Albano Cavallin na Arquidiocese.

Alguns pontos caracterizam os dois bispados em análise. O primeiro aspecto diz respeito à valorização da família como unidade de educação católica, pois foi tratada como prioridade pelos dois bispos. O segundo elemento refere-se à expansão institucional. O terceiro à utilização do Boletim Diocesano como meio

difusor da doutrina. Por fim, a adoção do Ensino Religioso, da catequese, rádio cultural e rituais doutrinários.

Podemos dizer que, nesses pontos, a postura dos dois prelados esteve em sintonia com a vertente que valorizava o compromisso espiritual da Igreja Católica. Nossa problematização sobre as CEB's evidencia bem essa postura, pois o ideal das CEB's, particularmente em Puebla, foi qualificar os fiéis católicos para a transformação da realidade social, na qual a Igreja está inserida, associando a postura religiosa aos movimentos sociais. Entretanto, na DG, falou-se muito sobre as CEB's, porém filtrado pelo ideal doutrinário que investe na organização em grupos de oração. Esse foi o propósito de discussão das CEB's pelos bispos, um discurso que foi ressignificado. Por outro lado, suas intervenções estiveram atravessadas pelas tensões sociais e políticas da sociedade brasileira, frente às quais manifestaram suas posições, particularmente ao pronunciarem-se a respeito dos assentamentos de sem-terra na região da DG. Nesse sentido, é possível afirmar que os prelados conviveram com as contradições internas da Igreja Católica preconizadas pelas normativas do Vaticano I e Vaticano II, assim como pelas mudanças que ocorriam na sociedade brasileira e paranaense, o que evidencia as razões de defenderem os preceitos tradicionais da Igreja, como a oração, obediência ao Papa, infalibilidade papal, condenação ao aborto e divórcio e posicionarem-se em prol dos excluídos ao promoverem a defesa dos direitos humanos e denunciarem as injustiças sociais.

Portanto, suas estratégias em prol da doutrina católica foram alicerçadas a partir de um plano pastoral, direcionado a complementar a cobertura católica dos fiéis, a fim de garantir a educação religiosa, a valorização dos rituais sagrados como meio acessível de estruturação e manutenção do catolicismo, bem como o envolvimento com os problemas sociais. Sobretudo, mesmo com os ranços do período de conflitos na Instituição Católica, os prelados almejavam suas ações tendendo às suas convicções, acreditando que em cada escolha, a ênfase em determinada ação seria o suficiente para expandir a doutrina católica e dialogar com os diferentes grupos do mundo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos para a concretização desta dissertação ocupou muitas páginas, porém não foi suficiente para esgotarmos o tema e nem era a nossa pretensão. Queríamos, sobretudo, expor por meio de uma argumentação congruente, fundamentada na História Intelectual, a atuação dos bispos D. Frederico Helmel e D. Albano B. Cavallin, assim como a dinâmica do campo religioso, sobretudo, ressaltando que, no mundo social, a Igreja Católica realiza disputas pela conquista e manutenção do poder, enfatizando sua visão de mundo religiosa e social como relevante e indispensável à organização societária. Essas ações preconizadas pelos bispos são pautadas por um conjunto de regras, doutrina, normas e orientações que almejam difundir o catolicismo entre os fiéis, na tentativa de aproximar Igreja e povo de Deus.

Nosso trabalho orientou-se por uma análise do conceito de campo. Tratamos, inicialmente, das definições desse conceito, articulando-o à noção de estratégia, levando em consideração que, em uma análise a partir de Bourdieu, é fundamental discutir a dinâmica do campo associada à categoria de estratégia. O campo foi discutido, nesta dissertação, como espaço do mundo social, uma estrutura que não é imutável, que pode proporcionar uma dinâmica de conservação ou de transformação. Por estarem inseridos no mundo social, os agentes que encontram-se no campo religioso travam disputas entre si e com outros campos, porque localizam-se em um ambiente de disputa de força, portanto, recortado pelo próprio poder.

Nesse sentido, a noção de estratégia insere-se para compreender como os agentes do campo religioso comportaram-se na disputa pelo poder, ou seja, organizando meios para poder atingir seus fiéis com os valores doutrinários do catolicismo. Dizendo de outro modo, as pessoas que estão nos campos articulam ações, adaptam-se e alteram as regras, pois essas são maleáveis, mudam conforme a necessidade. A rigor, a disposição dos agentes a participarem das disputas está associada ao *habitus* incorporado a partir das estruturas estruturadas do campo religioso que funcionam como estruturas estruturantes do senso prático, isto é, das estratégias de luta pelo domínio dos bens simbólicos da religião. Desse modo, a noção de campo religioso permitiu pensar as relações sociais cunhadas pelos bispos

dentro do próprio campo, como também a relação do campo religioso com os demais campos do mundo social.

A partir de nossas fontes, foi possível sustentar que a DG desenvolveu estratégias de luta no campo religioso, entre as quais destacamos suas ações político-pastorais, como catequese, círculos bíblicos, trabalho com os jovens, criação de Igrejas, seminários, institutos e defesa do ensino religioso nas escolas públicas. Essas, entre tantas outras, inferem que a instituição católica, alicerçada em seus ideais, direcionou meios para manter-se presente no mundo social, assim como para conformar um *habitus* religioso entre os fiéis. Entretanto, essas intervenções dos prelados sofreram resistência entre a comunidade dos católicos, pois é o que atesta a “Carta séria ou carta Brava” de D. Cavallin, na qual ele chama a atenção dos fiéis que pouca dedicação davam à atividade da Igreja Católica. Quando o bispo enfatizou que seus pedidos não eram obedecidos e ao intitular dessa forma a referida carta, há evidência de que, entre os católicos, o reconhecimento de seu discurso sofria resistência e/ou ganhava uma legitimidade atravessada por interdições.

As ações empreendidas pela DG são estratégias movidas pela lógica do campo religioso, isto é, pelo mercado dos bens religiosos. Ou seja, Boletim Diocesano, círculos bíblicos, catequese, grupo de jovens, construção de templos, defesa da família e ensino religioso indicam a forte preocupação em defender o ideário espiritual no processo de divulgação do catolicismo e de aproximação entre Igreja Católica e povo de Deus. Tais estratégias evidenciam que a ação pastoral da DG enfatizou a “cura” espiritual dos problemas sociais, ou melhor, privilegiou o cuidado com o Reino de Deus, pois conforme assertivas dos prelados “o Reino de Deus não é desse mundo”. No entanto, de forma menos enfática, a DG envolveu-se com as coisas do mundo dos homens, pois há elementos que indicam as tensões enfrentadas pelos prelados com relação aos problemas sociais que demandavam posições próprias do campo político.

Quando discutimos o envolvimento dos prelados no campo político, podemos verificar que, em diferentes momentos históricos, essa relação do campo político com o campo religioso seguiu de forma distinta. No bispado de D. Albano Cavallin, essa relação passou por conflitos devido ao problema da Reforma Agrária. Suas ações foram criticadas em razão de seu posicionamento favorável aos Direitos Humanos. Nessa linha de raciocínio, o caso da Pastoral da Terra ou Pastoral Rural

foi uma ação educativa da Igreja que iniciou em 1974, período da Ditadura Militar, porém, o Boletim Diocesano, principal instrumento de divulgação da DG, somente divulgou-a em 1986, no final do bispado de D. Frederico Helmél, e por sinal, também, após o término da Ditadura Militar. Em seguida, com a direção de D. Cavallin, os conflitos entre governo, acampados e Igreja instauraram-se com tamanha grandeza. Esse problema, no Brasil, gerou muitas discussões, inclusive por parte da Igreja Católica, na CNBB de 1986 a 1992, conjuntura que abarcou o crescimento dos acampamentos de sem-terra. Em 1986, o Boletim Diocesano começou a noticiar o funcionamento da Pastoral Rural, mesmo sem definição exata de suas ações, apenas com linhas mestras, no mesmo período da movimentação da Romaria da Terra que, naquele ano, ocorrera em Laranjeiras do Sul, região aglutinadora de acampamentos no Paraná.

As tensões acentuaram-se, envolvendo a instituição católica e D. Cavallin. Seu bispado esteve envolvido com essas tensões históricas e, logo, as suas atitudes de auxílio e ao grupo a ele ligado aos acampados denotaram que a Igreja, em Guarapuava, apoiava o movimento dos sem-terra. As críticas feitas ao seu bispado respaldavam-se ao fato do auxílio dado aos acampamentos, ao envolvimento de um sacerdote no campo político, especificamente com o Partido dos Trabalhadores e a defesa dos Direitos Humanos.

No que tange às semelhanças de posicionamentos, a partir da problematização acerca das CEB's, inferimos que o discurso da Teologia da Libertação ganhou uma nova conotação com o posicionamento dos bispos. A reverberação pautou-se em acomodar os princípios da leitura da Bíblia aos católicos da zona urbana, mas principalmente da zona rural, onde o número de capelas foi bem significativo. A postura eclesiológica dos prelados buscou trabalhar em grupos, priorizando as leituras dos Evangelhos, bem como, dispondo material *a priori* para os encontros dos círculos bíblicos. Essa estratégia iniciou-se no bispado de D. Frederico Helmél, ganhando maior respaldo no de D. Albano Cavallin. Em nenhum momento, as CEB's mostraram um valor de transformação social ou de caráter revolucionário e contra o poder político em Guarapuava. Nesse aspecto, a postura tradicional da Igreja, pautada nos valores da disciplina e autoridade, foi dominante na DG.

No decorrer da construção de *Intelectuais e Educação na Diocese de Guarapuava: Discursos de Dom Helmél e Dom Cavallin (1965-1992)* realizamos

nossa discussão pautada na hipótese de que a DG foi criada a partir da institucionalização da Igreja no Paraná, visando difundir a sua doutrina e assegurar um envolvimento mais efetivo e próximo entre a Igreja e os fiéis. Por meio de nossa análise, verificamos que nossa hipótese foi fecunda, principalmente, porque essa institucionalização deu-se em um ambiente de necessidade de a Igreja Católica difundir suas ideias, ampliando o leque de ações a favor dessa propagação doutrinária. Na romanização, a Igreja Católica enfatizou um catolicismo marcante, com ações planejadas a fim de manter a legitimidade da religião católica nas sociedades. Investiu-se nesse projeto estratégias como o trabalho pastoral das congregações religiosas, distribuídas no âmbito social; na educação das crianças, os futuros católicos atuantes no espaço social. Posterior à romanização, o campo religioso católico não abandonou a lógica da evangelização, mas relativizou-a. Isso significa dizer que os ideais que compunham essa característica da Igreja continuaram presentes nas ações do catolicismo, após a realização do Concílio Vaticano II, pois houve investimentos por parte da instituição na valorização dos seminários diocesanos, na formação integral dos fiéis, ampliação de igrejas, dispondo uma formação integral na catequese, práticas que podem garantir o cumprimento dos rituais católicos e a frequência dos mesmos à Igreja, embora sem um discurso ostensivo de combate a outras religiões e às práticas e religiosidades dos próprios católicos.

A guisa de conclusão, ressaltamos que os conceitos de campo e estratégia de Pierre Bourdieu possibilitaram-nos analisar a criação e ação da DG, como meio de garantia do catolicismo no mundo social, com um aparato de regras e mecanismos que configuram a visão de mundo dessa crença religiosa. Sobretudo, verificamos que tensões ocorreram, pois o *habitus* pode ser modificado e/ou mantido de acordo com as estruturas estruturadas e os posicionamentos de quem tem autoridade para dizer e agir no espaço religioso. A assertiva bourdieusiana de que o campo é um espaço de forças e que os agentes lutam pela dominação de seu campo mostrou-se uma possibilidade analítica fecunda, pois, em momento algum, houve a renúncia da luta pelo poder entre os agentes dos campos político e religioso, pois ambos integrantes do mundo social aproximaram-se em momentos adequados com o objetivo de corresponder aos seus objetivos, sobretudo aos interesses da DG.

Portanto, os bispados de D. Frederico e de D. Albano foram atravessados por essas tensões, pois cada qual administrou sua unidade eclesial enfatizando o apreço por uma conduta de Igreja conservadora, não de forma constante ou total, entendendo o sentido de conservadora presente na formação espiritual dos católicos, defendendo a instituição da família, essa sendo regada com os preceitos do amor ao próximo, responsabilidade pelos ritos sacramentais, oração contínua e formação continuada para todos por meio da catequese. Além disso, ambos os prelados mostraram obediência ao Papa, outro elemento de uma posição conservadora, conforme asserção de D. Cavallin. Nossa tarefa, também, consistiu em relativizar essa interpretação de uma postura conservadora dos bispos da DG, indicando em nossas discussões que, além de conservadores no plano espiritual, no campo social movimentaram ações e esforços em defesa das coisas do mundo dos homens, apontando uma postura progressista, embora com menor ênfase. Assim, esperamos ter contribuído para elucidar o funcionamento de alguns aspectos do campo religioso e as principais estratégias na difusão da doutrina católica na cidade de Guarapuava.

FONTES

Arquivo histórico da Catedral Nossa Senhora de Belém

AGENDA DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM. 2011.

ALBÚM DE FOTOGRAFIAS DA CATEDRAL NOSSA SENHORA DE BELÉM n. 1, foto nº 36, 40, 41, 44, 56, 70, 73.

BOLETIM DIOCESANO. Ano 1, n. 1, jul. 1978.

_____. Ano 1, n. 6, dez. 1978.

_____. Ano 2, n. 8, fev. 1979.

_____. Ano 2, n. 10, maio 1979.

_____. Ano 2, n. 11, set. 1979.

_____. Ano 2, n. 14, out. 1979.

_____. Ano 2, n. 15, nov. 1979.

_____. Ano 3, n. 20, jun./jul. 1980.

_____. Ano 3, n. 24, nov. 1980.

_____. Ano 4, n. 26, mar. 1981.

_____. Ano 4, n. 30, set. 1981.

_____. Ano 5, n. 41, out. 1982.

_____. Ano 6, n. 42, nov. 1982.

_____. Ano 6, n. 50-51, jul./ago. 1983.

_____. Ano 7, n. 57, fev. 1984.

_____. Ano 7, n. 62, jul. 1984.

_____. Ano X, n. 101, mar. 1986.

_____. Ano X, n. 102, abr. 1986.

_____. Ano X, n. 103, maio 1986.

_____. Ano X, n. 104, jun. 1986.

_____. Ano X, n. 105, jul. 1986.

- _____. Ano XI, n. 111, mar. 1987.
- _____. Ano XI, n. 113, maio 1987.
- _____. Ano XI, n. 115, jul. 1987.
- _____. Ano XI, n. 116, ago. 1987.
- _____. Ano XI, n. 117, set. 1987.
- _____. Ano XIII, n. 122, fev. 1988.
- _____. Ano XIII, n. 124, abr. 1988.
- _____. Ano XIII, n. 125, maio 1988.
- _____. Ano XIII, n. 128, ago. 1988.
- _____. Ano XIII, n. 129, set. 1988.
- _____. Ano XIII, n. 130, out. 1988.
- _____. Ano XIV, n. 134, mar. 1989.
- _____. Ano XIV, n. 135, abr. 1989.
- _____. Ano XIV, n. 137, jun. 1989.
- _____. Ano XIV, n. 138, jul. 1989.
- _____. Ano XIV, n. 140, set. 1989.
- _____. Ano XIV, n. 143, dez. 1989.
- _____. Ano XV, n. 144, jan./fev. 1990.
- _____. Ano XV, n. 145, mar. 1990.
- _____. Ano XV, n. 147, maio 1990,
- _____. Ano XV, n. 148, jun. 1990.
- _____. ANO XV, n. 149, jul. 1990.
- _____. Ano XV, n. 151, set. 1990.
- _____. Ano XV, n. 152, out. 1990.
- _____. Ano XVI, n. 155, jan. 1991.

_____. Ano XVI, n. 162, ago.1991.

_____. Ano XVI, n. 164, out. 1991.

_____. Ano XVII, n. 167, jan. 1992.

_____. Ano XVII, n. 170, maio 1992.

_____. Edição especial, abr./maio, 2011.

BENS CULTURAIS. 2003. Livro encadernado.

CAVALLIN, Albano. Carta, 22 nov. 1990.

LIVRO TOMBO. 1926, p. 109.

_____. 1930, p. 117-118-126.

_____. 1933, p.117-118-127.

_____. 1935, p. 134.

_____. 1938 (sem número de página).

_____. 1940, p. 147-148.

_____. 1966, p. 10-17

_____. 1968, p. 22-24.

_____. 1969, p. 25.

_____. 1972, p. 26.

_____. 1975, p. 33.

_____. 1976, p. 39-40-42.

_____. 1987 (sem número de página).

Jornais

ESQUEMA OESTE. Ano XVI, n. 796, 12/04, abr. 1986.

_____. Ano XVII, n. 808, 05/07, jul. 1986.

_____. Ano XX, n. 955, 03/09, jun. 1989.

_____. Ano XX, n. 989, fev. 1990.

FOLHA DO OESTE. Ano XXIX, n. 1333, 13/20, jun. 1966.

_____. Ano XXIX, n. 1334, 27/04, jun. 1966.

JORNAL DE GUARAPUAVA. Ano I, n. 20, mar. 1970.

REVISTA EDIÇÃO HISTÓRICA 1907- 2007. Colégio Nossa Senhora de Belém, p. 8. (Arquivo PDF).

VANDRESEN, Dionísio. Histórico do CEMPO. 2009. Centro Missionário de Apoio ao Campesinato. Guarapuava-Pr. (Arquivo PDF).

Documentos pontifícios

CARTA ENCÍCLICA E SUPREMI APOSTOLATUS. Disponível em: <<http://www.fsspx-brasil.com.br/page%2006-7-e-supremi-apostolatus.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CNBB. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ensino religioso nas constituições do Brasil nas legislações de ensino e nas orientações da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987. (Documento nº 49).

CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES: a igreja no mundo de hoje. Concílio Vaticano II. Petrópolis: Vozes, 1970.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE PUEBLA. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina** [Texto Oficial]. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. (Coleção Sal da Terra).

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA DE JOÃO PAULO II CHRISTIFIDELIS LAICI. **Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo**. 3 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

REFERÊNCIAS

A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO NO BRASIL 1895-1945. 50º aniversário da chegada dos primeiros missionários da Congregação do Verbo Divino ao Brasil. Juiz de Fora, Tipografia do Lar Católico, 1945.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **A Pedagogia de formação dos leigos católicos**. 1996. 404 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

AMARAL, Giana Lange do. **O gymnasio pelotense e a maçonaria**: uma face da história da educação em Pelotas. Pelotas: UFPel, 1999.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. **Entre rupturas e permanências**: a Igreja Católica na região de Dourados (1943-1971). 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.

ANDRADE, Solange R. A Religiosidade católica no Brasil a partir da Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 78-117, set. 2008.

ARQUIDIOCESE DE LONDRINA. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedelondrina.com.br/arcebispos.php>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

ASSINTEC. **Curso**: introdução ao ensino religioso – ênfase aos 1º e 2º anos. Curitiba, 2010.

AZEVEDO, Alexandre Ramos de. Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 293-307, jul./dez. 2010.

AZZI, Riolando. **Ascensão ou decadência da Igreja?** São Paulo: Edameris, 1962.

_____. O Concílio Vaticano II no contexto da igreja e do mundo: uma perspectiva histórica. In: MOREIRA, A. S. da.; RAMMINGER, M.; SOARES, A. M. L. **A primavera interrompida**: o Projeto Vaticano II num impasse. Bragança Paulista: Livros Digitais Koinonia, 2006. p. 9-26.

BALHANA, Carlos Alberto Freitas de. **Ideias em confronto**. 1980. 177 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1980.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade**. São Paulo: EDUSP, 1986.

BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Concílio Vaticano II**: participação e prosopografia - 1959-1965. 2001. 463 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II**: uma análise da concepção pastoral do padre Alberto Antoniazzi. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003

BOURDIEU, Pierre. L'économie des échanges linguistiques. **Langue Française**, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/53455175/BOURDIEU-Pierre-a-Economia-Das-Trocas-Linguistic-As>>. Acesso em: 4 out. 2011.

_____. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. Renato Ortiz (Org.) Tradução de Paula Montero e Alicia Auzroendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. Silveira et al. São Paulo: Brasiliense, 1990a. p. 149-180.

_____. A dissolução do religioso. In: _____. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. Silveira et al. São Paulo: Brasiliense, 1990b. p. 119-125

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Escritos de Educação**. Organizado por Maria Alice e Afrânio Catani. Tradução de Magali de Castro. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 71-79.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Espaço social e campo do poder. In: _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papius, 2008a. p. 48-52.

_____. Grandes Conferencias de Lyon. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jun. 2011.

BRANDÃO, Marcela Sá de. A maçonaria e os bispos ultramontanos na segunda metade do século XIX: breve análise a partir do jornal religioso "O Apostolo". **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Viçosa, v. 3, n. 5, p. 138-143, jul. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Estabelece Diretrizes e Bases para a educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRAZ, Fabio César. **História do Paraná:** das origens à atualidade. Arapongas: El Shaddai, 2000. v. I.

BRITO, Lucelmo Lacerda. **Uma análise em torno da polêmica do livro “Igreja: carisma e poder”, de Leonardo Boff, na Arquidiocese do Rio de Janeiro.** 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. **Revista espaço acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 11, p. 81-89, ago. 2010.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição:** a antimodernidade católica brasileira no concílio vaticano II. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais e igreja católica no Paraná:** 1926-1938. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

_____. Intelectuais e sistema de ensino livre no Paraná na década de 1910. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa. No prelo.

CÂNDIDO, Viviane Cristina. **O ensino religioso em suas fontes:** uma contribuição para a epistemologia do ER. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 2004.

CARDOSO, Karina Vianna. A Igreja Católica no estado de Santa Catarina e suas territorialidades. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 21. p. 18-30, jan. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. 15. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx?id=busca_rapida>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COSTA, Flamarion L. da. **“Demônios e Anjos”** - o embate entre espíritas e católicos na república brasileira até a década de 60 do século XX. 2001. 271 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

DEITOS, Nilceu Jacob. **A presença da igreja no oeste do Paraná:** a construção do imaginário católico (1930-1990). 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

DELGADO, Lucília Almeida Neves de; FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano:** o tempo da ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DEUS, Valdir Candido de. **Ensino religioso nas escolas municipais da zona norte de Curitiba**. 2010. 70 f. Trabalho Final (Mestrado Profissional em Teologia) – Escola Superior em Teologia, São Leopoldo, 2010.

DIAS, Romualdo. **“Cor unum et anima uma”**: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil. 1922-1935. 1993. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

DIOCESE DE GUARAPUAVA. Disponível em: <<http://www.diopuava.org.br/?system=news&eid=299>>. Acesso em: 01. set. 2011.

DIOCESE DE JACAREZINHO. Disponível em: <http://www.diocesedejacarezinho.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=81&Itemid=62>. Acesso em 18 jan. 2011.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. Disponível em: <<http://www.diocesepontagrossa.com.br/index.php?setor=HISTDIOCESE05>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 22, p. 195-208, jun. 2004.

FARIA, Enéas.; SEBASTIANI, Sylvio. **Governadores do Paraná**: a história por quem construiu a história. Curitiba: São Paulo Indústria Gráfica e Editora, 1997.

FIGUEIREDO, Anísia Paulo de. **Ensino religioso**: perspectivas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, André Dionei. É Lícito pregarmos o evangelho pelo rádio?: os debates sobre o radioevangelismo nas convenções gerais das assembleias de Deus no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2009. p. 2739-2749.

FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. 1981. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

FRESSATO, Soleni Terezinha B. **Pela catolicização da elite curitibana**: o projeto intelectual do círculo de estudos “bandeirantes” – CEB (1929-1945). 2003. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

GALERIA DOS PRESIDENTES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/gale.htm>. Acesso em: 20 out. 2011.

GARUTTI, Selson. **O poder do anel na diocese de Maringá**. 2006. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

GEN, Bárbara Amorin. Em defesa da família: um estudo sobre a propagação do ideário educacional da igreja católica no boletim servir (1950-1960). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiás. **Anais...** Goiás: UCG, 2006. p. 1-10.

GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Igreja católica romana: fronteiras do discurso e territorialidade do sagrado**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____. Estruturas da territorialidade católica no Brasil. Scripta Nova: **Revista electrónica de geografia y ciencias sociales**, Barcelona, v. 10, n. 205, ene. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-205.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2011.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. **O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885-1937)**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. Rádio brasileiro: uma história de cultura, política e integração. In: BARBOSA FILHO, André; PIOVESAN, Ângelo; BENETON, Rosana (Orgs.). **Rádio sintonia do futuro**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 51-62.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

JUNQUEIRA, Sérgio. A presença do ensino religioso na educação. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Orgs.) **O ensino religioso no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011. (Coleção Educação: religião, 5). p. 27-54.

KLUCK, Claudia; NASCIMENTO, Rivaél Jesus do; JUNQUEIRA, Sérgio. O ensino religioso e a contribuição da CNBB. In: JUNQUEIRA, Sérgio; WAGNER, Raul (Orgs.). **O ensino religioso no Brasil**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2011. (Coleção Educação: religião, 5). p. 105-126.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 535-549.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. **Ensino da música na escola fundamental: um estudo exploratório**. 2001. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MACHADO, Rosimara; COSTA, Flamarion L. da. A presença espírita na cidade de Palmital. **Revista eletrônica Lato Sensu-UNICENTRO**, Guarapuava, n. 6, p. 1-12, 2008.

MAINWARING, Scott. **A igreja católica e a política no Brasil. (1916-1985)**. Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAPA DIOCESES DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.santuarioastorga.com>>.

br/santuاريو/cakephp/app/webroot/imagens/cortadas/_mapa_parana.gif>. Acesso em: 4 ago. 2011.

MARCHETTE, Tatiana D. **Corvos nos galhos das acácias**: o movimento anticlerical em Curitiba (1896-1912). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

MARCONDES, Gracita G. **A igreja em Guarapuava**: antes e após a criação da diocese. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava. Guarapuava, 1987 [datilografia: Eliane Prezepiorski encadernação: Eduardo Gravon].

MARTINS, Carlos Benedito. A pluralidade dos mundos e das condutas sociais: a contribuição de Bourdieu para a sociologia da educação. **Em aberto**, Brasília, v. 9, n. 46, p. 57-73, abr./jun. 1990.

MEZZOMO, Frank A. Religião e Colonização: uma abordagem histórica. **EDUCERE – Revista da Educação**, Umuarama, v. 3, n. 1, p. 69 -80, jan./jun. 2003.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2000.

MOURA, Odilão. **Ideias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NERY, Israel José. Panorama da catequese, nos 40 anos do Concílio Vaticano II. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 37, n. 103, p. 381-397, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu & Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre os estudos de história da educação na antiguidade e medievo: fontes e história. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 33, n. 2, p. 163-180, jul./dez. 2008.

ORTIZ, Renato. **Ciências sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PAIS, José Machado de. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise sociológica**, Lisboa, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de ensino religioso para a educação básica**. Curitiba: SEED, 2008.

PEREIRA, Denise; ZULIAN, Rosângela W. Ponta Grossa: rumo aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 71-92, 2006.

PEREIRA, José Carlos. **O poder simbólico da religião**: a dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da igreja católica na região metropolitana de São Paulo. 2008. 412 f. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. 2002. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, Márcia Maria. **A Igreja católica em Maringá e a gestão de D. Jaime Luiz Coelho (1947-1980)**. 2007. 93 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

PEREIRA, Paulo Silva. **Projeto político e estratégias de educação da Igreja Católica no Brasil e na América Latina (1969- 1985)**. 2002. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz. M. de.; CAMARGO, Cândido. P. F. de. Igreja católica: 1945-1970. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1984. p. 343-380.

PIRES, Ariel José. **Assentamentos de Sem-Terra em Guarapuava: histórico e cotidiano**. 1996. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

POLETTTO, Lizandro. **Pastoreiro de almas em terras Brasilis: a Igreja Católica no Paraná até a criação da Diocese de Curitiba (XVII-XIX)**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCHLÖGL, Emerli. **Não basta abrir as janelas: o simbólico na formação do professor**. 2005. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2005.

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Cláudia Neves da. O processo de consolidação da Igreja Católica no município de Londrina (1934-1957). **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 259-274, jan./jun. 2000.

SILVA, Fábio Gleiser Vieira. A. **Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade midiaticizada: formação e competência**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2010.

SILVA, Helenice R. da. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção textos do tempo).

SILVA, Helenice R. da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antônio (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Jeferson Farias da. **Uma leitura política de O Jornal Batista e da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) durante o período de transição**

brasileira 1972-1974: entre o milagre e a crise. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, José Otacílio. As contribuições de Pierre Bourdieu para a análise do discurso político. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7., 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABRALIN, 2011. p. 2092-2105.

SOARES, Paulo Célio. **CEB's: a construção de uma nova maneira de ser igreja.** 2001. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil. **Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco**, Itatiba, v. 26, n. 2, p.73-82, 2008.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre juventude em educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e n. 6, p. 37-52, 1997.

STEIN, Maria Lourdes T. de. **A experiência do trabalho: as práticas da pastoral operária em Curitiba (1965-1999).** 2004. 201 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TEIXEIRA, Juliana Carolina. Memórias Suábicas: O processo de colonização em Entre Rios-Pr. **Revista Percurso**, Maringá, n. 1, p. 03-24, 2010.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República.** Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, E. M. C. de.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

VANDRESEN, Dionísio. (Org.). **Bíblia, terra e água: na articulação das lutas sociais e na diversidade sociocultural.** São Leopoldo: Gráfica Contexto, 2010.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná.** 7. ed. Curitiba: Vicentina Ltda, 1995.

WESTPHAL, Ezequiel. **Nos bastidores da Igreja: reflexos do declínio da Teologia da Libertação nas pastorais da arquidiocese de Curitiba (1981-1992).** 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

ZULIAN, Rosângela W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930).** 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998.

ZULIAN, Rosângela W. **Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-Pr (1930-1965).** 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.